Anchieta. Óleo sobre tela de Cândido Portinari, 1956. Acervo do Banco Central. Reprodução fotográfica de Sandra Bethlem

. . . .

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

. . . .

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

História da Civilização Brasileira

Pedro Calmon

Brasília – 2002

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

A Querela do Estatismo, de Antônio Paim
Minha Formação (2ª edição), de Joaquim Nabuco
A Política Exterior do Império (3 v.), de J. Pandiá Calógeras
Capítulos de História Colonial, de J. Capistrano de Abreu
Instituições Políticas Brasileiras, de Oliveira Viana
Deodoro: Subsídios para a História, de Ernesto Sena
Presidencialismo ou Parlamentarismo?, de Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila
Rui – o Estadista da República, de João Mangabeira
Eleição e Representação, de Gilberto Amado
Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro
Observações sobre a Franqueza da Indústria, do Visconde de Cairu
A renúncia de Jânio, de Carlos Castello Branco
Joaquim Nabuco: Revolucionário Conservador, de Vamireh Chacon
Oito Anos de Parlamento, de Afonso Celso
Pensamento e Ação de Rui Barbosa, seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa
História das Idéias Políticas no Brasil, de Nelson Saldanha
A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro, de Manuel Rodrigues Ferreira
Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialismo (2 v.), de Afonso Arinos de Melo Franco
O Estado Nacional, de Francisco Campos
O Brasil Social e Outros Estudos Sociológicos, de Sílvio Romero
Anísio em Movimento, organizado por João Augusto de Lima Rocha
Festas e Tradições Populares do Brasil, de Melo Morais Filho
A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos, de Leslie Bethell
Quando Mudam as Capitais, de José Osvaldo de Meira Penna

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF
CEDIT@cegraf.senado.gov.br http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm

. . . .

Calmon, Pedro.

História da civilização brasileira / Pedro Calmon. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

p. 332 – (Coleção biblioteca básica brasileira)

1. História social, Brasil. 2. História econômica, Brasil. 3. História política, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 981

. . . .

. . . .

Sumário

EXPLICAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO
pág. 11

DUAS PALAVRAS SOBRE A 3ª EDIÇÃO
pág. 13

APRESENTAÇÃO

Pedro Calmon e a *História da Civilização Brasileira*
por Arno Wehling
pág. 15

I – O descobrimento e a posse do Brasil
pág. 25

II – A experiência feudal
pág. 31

III – A colonização – As suas determinantes e os
seus rumos – O homem
pág. 41

IV – A unidade virtual – Fisionomia geográfica do país
pág. 51

V – As regiões de condensação e de dispersão – Norte e Sul
pág. 57

VI – A terra disputada – Os holandeses – Reação nativista
pág. 63

VII – O contorno do país – A expansão sertanista – Enfim uma pátria
pág. 79

VIII – Prosperidade econômica – O reino do açúcar
pág. 93

IX – Internamento da colonização – O reino dos metais
pág. 99

X – O comércio no século XVIII – Crescente riqueza
pág. 111

XI – O trabalho no século XVIII – Um colono típico: o jesuíta
pág. 119

XII – A sociedade – A casa colonial – Espírito da civilização portuguesa
pág. 127

XIII – Letras e artes na colônia
pág. 133

XIV – A Administração – Justiça – O clero
pág. 143

XV – As agitações nativistas
pág. 153

XVI – O território completado – Fronteiras
do Norte – Fronteiras do Sul
pág. 163

XVII – Revolução econômica – Pródromos
da Independência – Fim da era colonial
pág. 169

XVIII – Fundação do Império do Brasil: D. Pedro I
pág. 183

XIX – A projeção internacional – o Império e os
seus vizinhos – Fatalidade histórica – A guerra de 1827
pág. 191

XX – A política brasileira do 1º Reinado e
da Regência – Evolução democrática
pág. 203

XXI – O advento de D. Pedro II
pág. 213

XXII – O progresso material – O domínio da
máquina – O Império e as realizações industriais – Nova agricultura
pág. 219

XXIII – História política do 2º Reinado
pág. 237

XXIV – A abolição da escravatura
pág. 255

XXV – O epílogo da Monarquia
pág. 263

XXVI – A proclamação da República – O 3º Reinado – Silveira Martins
– A conspiração e Deodoro – Adesão dos políticos – Vésperas
do golpe – 15 de Novembro – Fim do Império
pág. 277

XXVII – A consolidação da República
pág. 289

XXVIII – Ação construtiva
pág. 301

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 311

ÍNDICE TOPONÍMICO
pág. 323

. . . .

Explicação da 1ª Edição

Este livro não é um compêndio, nem é um tratado. É uma nova síntese da história do Brasil: história social, econômica, administrativa e política. A História da Civilização Brasileira.

Destina-se aos estudantes dos cursos superiores. Para os professores são as remissões bibliográficas.

Dar-se-ia por feliz o autor se lograsse interessá-los num exame mais detido e útil dos fatos do nosso passado – fora da cronologia e da onomástica, dos sincronismos e das tábuas dos velhos "epítomes", dentro de um espírito científico que, nas escolas, já dirige os conhecimentos modernos. Mandava, entretanto, Rousseau: "Ne raisonnez jamais séchement avec la jeunesse." *Obediente ao preceito, este livro se fez: – é para a mocidade.*

A distribuição da matéria e a sua explanação sofrem duas influências: a do programa do Colégio Pedro II e a do curso de "extensão universitária", *regido pelo autor no Museu Histórico Nacional, em 1932.*

PEDRO CALMON

. . . .

Duas palavras sobre a 3ª Edição

Em pouco tempo duas edições deste livro se esgotaram. Apresentando a terceira[*] atualizada com a conveniente revisão bibliográfica, devemos salientar os esplêndidos resultados didáticos que a nossa orientação, na maneira de explicar e compreender a história brasileira, tem obtido nas classes de instrução secundária do país. Felizmente já não persistimos na lamentável rotina em que vivia este ensino, estranho às conquistas e novidades da ciência social, desprendido de suas realidades, fiel aos métodos arcaicos, infestado de velhas crônicas, de fria nomenclatura, de minuciosas datas e pitorescos pormenores, cuja trama escondia – amofinando as jovens inteligências – o conjunto amplamente humano da evolução nacional. Urgia remover esses obstáculos não só à boa aprendizagem da nossa história, como à popularização dela. Nenhum povo tem a consciência do seu destino e a certeza do seu valor, se ignora o seu passado, ou, o que é mais funesto ainda, se não o entende. As grandes nações souberam construir, com a sua civilização material, admiráveis lendas históricas,

---

[*] Traduzido para o espanhol por Julio E. Payro, com prólogo de Ricardo Levene, é o volume 1º da "Biblioteca de Autores Brasileiros", organizada pela "Comision Revisora de Textos de Historia y Geografia Americana", da República Argentina (Buenos Aires, 1937).

que lhes dão às nobres tradições poesia, alma e sentido. O Brasil, graças às condições surpreendentes de sua formação, ao vero romance de suas origens, ao imenso esforço construtivo de muitas gerações e à dispersiva aspereza do seu meio físico, pôde dispensar, nas especulações do nosso civismo, aquelas lendas. Basta-lhe o sincero retrospecto de sua lenta elaboração, essa sociologia dos tempos idos, o vasto e tão vário painel do seu crescimento aflito e heróico. É a pintura que abreviada e toscamente desdobramos neste volume endereçado aos que estudam nos ginásios e liceus.

A aceitação da obra generosamente nos recompensa o empenho patriótico que lhe dedicamos.

Rio, março de 1937.

PEDRO CALMON

. . . .

Apresentação

PEDRO CALMON E A *HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*

A História da Civilização Brasileira, *de Pedro Calmon, foi obra de sucesso, para os padrões editoriais brasileiros, durante cerca de 30 anos. A primeira edição foi publicada em 1933, quando seu autor era um jovem intelectual baiano de há pouco instalado no Rio de Janeiro. Em 1963 o livro, sempre reeditado pela prestigiosa Coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional, atingia a 6ª edição, à qual se acrescentaram uma edição argentina e uma italiana.*

Daí em diante, profundamente modificada a historiografia brasileira, a obra foi caindo no olvido, até tornar-se raridade bibliográfica. O próprio Calmon a veria como um trabalho de juventude, menos acabado que a História Social do Brasil, *a* História da Casa da Torre *ou a* História do Brasil.

Ela possui, no entanto, considerada sua época, relevantes contribuições, mais tarde desenvolvidas em estudos monográficos por outros autores ou simplesmente incorporados às novas sínteses que surgiram.

O AUTOR E SUAS OBRAS

Pedro Calmon Moniz de Bittencourt vinha de longa tradição aristocrática baiana, pela ascendência paterna e mineira, pela materna.

Nasceu em Amargosa, na Bahia, a "doce Amargosa", como dizia num de seus jeux de mots *e desenvolveu os estudos secundários em Salvador, formando-se em Direito, já no Rio de Janeiro. Em 1926 obteve e doutorado, com a tese "O Direito de Propriedade".*

Sua vida foi, permanentemente, intensa. Na administração pública iniciou-se como secretário de seu tio Miguel Calmon, então Ministro da Agricultura do governo de Artur Bernardes. Foi também Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, de 1938 a 1948 e Reitor entre 1948 e 1966. Ensaiou alguma atividade política, sendo deputado estadual e federal pela Bahia. Exerceu ainda, no Governo Dutra, o Ministério da Educação e Saúde. De 1968 a 1985, ocupou a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ingressara em 1931. Registre-se que foi de sua autoria, quando deputado estadual, a primeira lei de proteção ao patrimônio histórico e artístico, iniciando um movimento que levaria, nos anos 1930, à definição de uma política nacional para a questão.

No ensino, foi professor catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Brasil e na Pontifícia Universidade Católica e, já Reitor daquela Universidade, prestou concurso para a cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II, em 1955, obtendo o primeiro lugar.

Às suas facetas de administrador e de professor deve ser acrescentada a atividade como pesquisador, canalizada para as centenas de artigos e as dezenas de livros que elaborou, sempre sobre História do Brasil.

Ademais desta atuação profissional, não seria possível deixar de mencionar a vocação oratória de Pedro Calmon. Pertenceu, talvez, à última geração de grandes oradores que existiram no Brasil, como seus contemporâneos Santiago Dantas e Carlos Lacerda, embora estes se distinguissem na oratória parlamentar e política. Mesmo hoje, quase vinte anos passados de sua morte, é possível constatar, no Brasil e no exterior, o prestígio de Calmon neste campo.

Quanto à sua obra, ele próprio a classificou em "literatura histórica", como as biografias de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, "direito" (incluindo-se aí uma "História das Idéias Políticas" e o belo estudo sobre "o estado e o direito nos Lusíadas", tema mais tarde desenvolvido pelo historiador português do direito, Martins de Albuquerque) e

"história". Neste grupo, considerava sua obra inicial "A Conquista. História das Bandeiras Baianas" e esta História da Civilização Brasileira *a quarta.*

Em matéria de concepção historiográfica, em estudo sobre seu pensamento histórico nós o filiamos à matriz historista, ou historicista romântico-erudita, da historiografia brasileira, que teve em Varnhagen sua principal expressão. Isso, sem embargo de suas aproximações à obra de Capistrano de Abreu e às concepções modernistas das quais foi contemporâneo, o que, entretanto, não alterou sua fidelidade principal.

Pelas concepções do conhecimento e do processo histórico, particularmente pelo papel que atribuía ao estado na organização e encaminhamento da vida social, Calmon derivava seu pensamento histórico do modelo geral hobbesiano-hegeliano de estado, o que o fazia logicamente aproximar-se de um Ranke, de um Meinecke e, no caso brasileiro, de Varnhagen. Na Introdução à História do Brasil *editada por José Olímpio traduz bem este espírito, de resto visível na maior parte de seus escritos históricos.*

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

A História da Civilização Brasileira *originou-se das aulas dadas, em 1932, na disciplina História do Brasil, do Curso de Museologia, então vinculado ao Museu Histórico Nacional.*

Sofreu também a influência do programa do Colégio Pedro II, como declara na "Explicação" à primeira edição.

A História *foi publicada em 1933 no vol. 14 na então já prestigiosa Coleção Brasiliana e em março de 1937 o autor prefaciava a terceira edição, o que, para as condições de época e lugar, era indicativo de grande sucesso. A explicação para o fato certamente está na sua adoção em diversas escolas de ensino médio, então chamadas secundárias, embora o autor destinasse a obra, também, aos estudantes de nível superior.*

O texto de Calmon realmente inovava e atraía os leitores. Em primeiro lugar, pela concepção de uma "história da civilização" que englobava temas díspares como a organização política e administrativa, a economia, a vida social, as "letras e artes", além do próprio processo de formação territorial e as vicissitudes de sua evolução como estado nacional. Para os

interessados em história, para o público culto e para os estudantes – os três grupos de leitores aos quais se dirigiu – era certamente uma abordagem inovadora da história, que correspondia à realizada por João Ribeiro mais de trinta anos antes, em 1900, ao lançar seu compêndio com a proposta da Kulturgeschichte alemã.

Pedro Calmon realizou seu exercício de síntese histórica afastando-se deliberadamente da erudição excessiva então dominante, praticada pelos epígonos de Varnhagen, sem entretanto voltar-lhes as costas e muito menos romper com a matriz varnhageniana.

Incorporou a erudição às grandes linhas traçadas na História da Civilização Brasileira, utilizando-a sempre a título exemplificativo. Identificava-se, assim, ao Zeitgeist da década de 1930, que valorizava as perspectivas das ciências sociais e que produziu, em poucos anos, as obras seminais de Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala (1933), Caio Prado Jr., Evolução Política do Brasil (1933), Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil (1936) e Roberto Simonsen, História Econômica do Brasil (1936), no que já se chamou a "redescoberta do Brasil".

Com estas quatro obras, de certa forma prenunciadas pelos estudos de Oliveira Viana na década anterior, o Brasil tomou contato com posições metodológicas que daí por diante marcariam a sua interpretação: a antropologia cultural de Brás do Amaral, o marxismo, o weberianismo e o pensamento sombartiano. Pedro Calmon não se isentou deste clima e a ele procurou corresponder, primeiro com esta História e logo com os três volumes da História Social do Brasil, de que a obra agora reeditada foi uma espécie de primeiro esboço nos aspectos sócio-antropológicos.

Em segundo lugar, o texto atraía os leitores, porque era escrito de maneira deliberadamente leve, embora com rigor e precisão de linguagem, não se isentando o autor, num ou noutro ponto, de incluir uma exclamação enfática, uma reticência irônica ou a metáfora elegante. Comparado ao que ainda predominava em matéria de síntese histórica disponível aos leitores da década de 1930, a proposta de Calmon "fora da cronologia e da onomástica, dos sincronismos e das tábuas dos velhos epítomes", na sua expressão, revelava-se uma tournant também em termos de técnica expositiva.

Essa preocupação, segundo disse ele próprio, não se devia apenas à adesão a uma nova forma de organizar e expor seu objeto. Interessava-o também a "popularização" da história nacional como, diríamos hoje, uma estratégia da memória social: "Nenhum povo tem a consciência de seu destino e a certeza de seu valor, se ignora o seu passado, ou o que é mais funesto ainda, se não o entende."

A repercussão da obra na década de 1930 foi significativa, com três edições até 1937. Foi, ainda, publicada em espanhol, na Argentina, em 1937 com prefácio de Ricardo Levene, constituindo-se no volume primeiro da "Biblioteca de Autores Brasileiros". A iniciativa inseriu-se no plano mais amplo, de divulgação de autores e temas brasileiros na Argentina e de autores e temas argentinos no Brasil, dentro de uma política de aproximação entre os dois países.

AS FONTES DO AUTOR

A História da Civilização Brasileira *foi revista e atualizada pelo autor em edições subseqüentes e manteve-se em dia com a bibliografia especializada. Assim, aparecem na bibliografia desde clássicos (já à época) da historiografia brasileira ou sobre o Brasil, como Varnhagen, Handelmann, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Martius, Nina Rodrigues, Teodoro Sampaio, Brás do Amaral, Euclides da Cunha, Calógeras e João Lúcio de Azevedo, até autores contemporâneos que começavam sua produção e que também tornar-se-iam textos de referência, em seguida, se já não eram: Alfredo Ellis Jr., Afonso Taunay, Oliveira Viana, Alcântara Machado, Artur Ramos, J. F. de Almeida Prado, Gilberto Freire, Rodolfo Garcia, Alfred Métraux, Ferreira Reis ou Serafim Leite.*

Para a influência dos fatores geográficos sobre a história, apareciam referências a Ratzel e a um autor até então desconhecido no Brasil, Lucien Febvre; para a relação entre monocultura e escravidão, Karl Marx; sobre o missionarismo, Chateaubriand e Capitant; sobre a expansão européia, particularmente ibérica, além dos historiadores portugueses, Launoy e van der Lindem.

As fontes da História da Civilização Brasileira, *por sua vez, constituem o que existia de disponível sobre o assunto à época de sua redação, acrescida de referências nas edições posteriores.*

Assim, apareciam os manuscritos, editados individualmente ou nas coleções dos Anais da Biblioteca Nacional, dos Documentos Históricos *da Biblioteca Nacional (então recentemente lançados), dos* Inventários e Testamentos *de São Paulo e da* Revista *do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além destes, apareciam os cronistas brasileiros, portugueses e de outras nacionalidades, bem como os viajantes anteriores e posteriores a 1808.*

Desta forma, Calmon fez uso, entre outros, de Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador, os autores das Cartas Jesuíticas, Vieira, Pedro Taques e Nuno Marques Pereira, junto aos estrangeiros Vespucci, Acosta, Thévet, Léry, Staden e La Barbinnais.

Não deixou ausentes os clássicos, cujas referências revelam seu pendor litério: Garcia de Resende, Camões, Morus, Shakespeare, Montaigne, Chateaubriand, Rousseau.

É interessante observar que este livro de Pedro Calmon foi a primeira obra de síntese a valorizar o papel informativo dos testamentos como fonte de história social, revelando-se aí o jovem autor atualizado em relação à obra há pouco publicada, Vida e Morte do Bandeirante, *de Alcântara Machado, por sua vez o primeiro autor a explorar de modo sistemático os inventários e testamentos paulistas da época colonial. As conclusões deste iam de encontro à interpretação de Oliveira Viana, então um texto caro ao autor, a propósito da opulência da aristocracia paulista.*

Outro aspecto que merece ser sublinhado em relação às leituras que embasaram o autor foi a preocupação, então pouco presente em nossa historiografia, de valorizar os trabalhos sobre a América hispânica que dissessem respeito aos contatos entre as duas colonizações. Destacou, assim, a presença de portugueses em Lima e Buenos Aires, no período colonial, bem como algumas das versões platinas sobre os conflitos do século XIX com o Brasil.

ALGUNS INSTRUMENTOS E ALGUMAS CONCLUSÕES DO AUTOR

Calmon entendia o conceito de "história da civilização" como uma síntese das histórias setoriais, social, econômica, administrativa e política.

O plano da obra reflete esta perspectiva, mas também a preocupação de não valorizar os aspectos político-administrativos e sobretudo o seu enfoque puramente factual. Assim, não há um equilíbrio aritmético entre esses diversos aspectos, mas uma certa eqüidade que privilegia o social (aqui incluídas as referências culturais) e o econômico, sem afetar a harmonia do conjunto. É sintomático do papel atribuído pelo autor aos aspectos sociais numa história da civilização o capítulo 12, dedicado à "Sociedade – A casa colonial – Espírito da civilização portuguesa", onde trata da combinação de elementos lusos e tupis na casa colonial, da arquitetura civil e militar, da indústria doméstica de algodão e da restrita urbanização. Trata-se de um preâmbulo do primeiro volume da História Social do Brasil, livro que publicaria no ano seguinte à História da Civilização Brasileira, em 1934.

Cronologicamente, a obra, na edição de 1958, atribuía 175 páginas à Colônia, 124 ao Império e 23 à República. Em capítulos, 17 tratam da Colônia, 9 ao Império e dois à República. Deliberadamente, limitou o autor o estudo da República, politicamente, até sua consolidação em 1898, estendendo as referências à vida material até a década de 1920. Fazia-o fiel à sua concepção de que períodos recentes – escrevia na década de 1930 – não davam ao historiador uma distância mínima para a isenção.

Ao prefaciar a terceira edição, Pedro Calmon justificava o viés interpretativo de sua obra como uma "sociologia dos tempos idos", com o que reforçava a preocupação de não limitar-se à exposição cronológica, mas alçar-se à compreensão histórica. Fazia-o, ainda, sem o referencial teórico com o qual justificou suas posições na introdução à História do Brasil de vinte anos depois.

Vários são os exemplos desta explicação sociológica aplicada à história, ao longo da obra: a idéia de uma vida nova para o colono português e da subseqüente ruptura com o universo anterior; a absorção de costumes indígenas pelos colonos desde a primeira geração; a concepção do jesuíta como um "colono típico", mas distinto dos demais; as ocupações destinadas ao primeiro, segundo e terceiro filhos; a hipótese de que os conventos fossem os primeiros núcleos nativistas, por serem os frades nascidos no Brasil e letrados; a idéia de que, no primeiro século da colônia, formara-se nova sociedade mesclada, na qual, em lugar de europeizar-se o indígena, indianizou-se o português; a interpretação social das revoltas coloniais e

da revolução pernambucana de 1817; a pioneira análise sociológica do período regencial, a referência à Cabanagem como uma revolta de "pobres contra ricos" e à Constituinte de 1823 como um conflito entre "a gleba e o comércio". Neste livro aparecem também algumas tipologias empregadas pelo autor, em relação ao senhor de engenho, ao paulista (pequeno proprietário, com qualidades marciais, lavoura escassa) e ao missionário.

À economia o autor emprestou também um novo significado, hoje empalidecido ante nosso conhecimento a partir da obra de Simonsen e da historiografia econômica posterior, mas pioneiro em 1933. Considerou em subcapítulos os produtos agrícolas, os metais, o tráfico e as companhias de comércio, demonstrando atenção para com os ritmos conjunturais do século XVIII. Da mesma forma valorizou as relações dos portugueses com a prata peruana, tema que somente seria tratado de forma monográfica por Alice Canabrava em 1940. Elaborou, também, uma segura síntese sobre a evolução da política econômica entre o mercantilismo colbertista e o liberalismo.

Aplicou também algumas categorias da psicologia social, para analisar as características indígenas em relação a hábitos, indumentária e alimentação, associando-se à do sertanejo contemporâneo. Da mesma forma comentou a interinfluência das lendas de origem africana e as trazidas pelos colonos portugueses, de inspiração medieval. Se no primeiro caso mostrava-se influenciado pela polêmica em torno do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, no segundo tratava de relações que foram estudadas logo depois por Gilberto Freire, em Casa Grande e Senzala *e Sérgio Buarque de Holanda, em* Raízes do Brasil *e* Caminhos e Fronteiras.

Ao contrário da maioria de seus contemporâneos, porém, atribuiu importância decisiva à geografia. Começou, mesmo, por uma premissa determinista, afirmando que as instituições eram conseqüência do solo, como ensinaram Bodrim e Montesquieu, o que explicaria a riqueza do açúcar como da aristocracia canavieira.

O processo colonizador seria, assim, indelevelmente marcado pela geografia: o uso intensivo e precoce das poucas reentrâncias existentes no litoral; as correntes de ventos facilitando os contatos marítimos entre Bahia e Pernambuco, Bahia e Espírito Santo e Rio de Janeiro – São Vicente – Santa Catarina, estabelecendo por mar vínculos coloniais

quando ainda não existiam caminhos por terra; as diferenças de comportamento entre o homem do planalto e da baixada, aspecto, aliás, retomado de Sílvio Romero, que o estudara no Brasil Social*; e a importância do rio São Francisco como polarizador de povoamento, mesmo na época pré-colonial. De tudo isso concluía Calmon pela constituição de uma sociedade de tipo atomístico, individualista e pouco cooperativa, ecoando a tese então dominante de Oliveira Viana sobre o assunto.*

Sob o ângulo das instituições, Calmon afirmou alguns pontos de vista que continuam significativos, a despeito dos quase 70 anos que nos separam: o direito português teve de adaptar-se, sobretudo na parte processual, no primeiro século da colonização e conviveu com os costumes locais por longo tempo, tese que Rodolfo Garcia também esposou; nesta época, a obra portuguesa foi eminentemente militar, o que valeu-lhe o domínio da colônia; o "senhor de engenho" já constituía uma nobreza reconhecida no início do século XVII (baseava-se para afirmá-lo, nos Diálogos das Grandezas*); ocorria com freqüência até o século XVIII a absorção das funções régias pelos municípios e a preeminência das milícias, fato este só revertido com a introdução do exército regular em 1764, endossando ambas as teses de Martius; no Império, foram importantes a criação do Conselho de Ministros, em 1847, atribuindo novo perfil ao Executivo e a crise do Gabinete Zacarias, em 1868, origem remota na República. Nestes dois últimos aspectos acompanhava, respectivamente, a Tavares de Lira, em seu estudo sobre as instituições imperiais e a Oliveira Viana, em* O ocaso do Império.

Outro traço peculiar à História da Civilização Brasileira *foi o uso dos procedimentos comparativos, como também faria em seguida Sérgio Buarque de Holanda contrapondo o "semeador" ao "ladrilhador". Ainda uma vez predominou em Calmon a influência geográfica e não a sociológica; como no autor de* Raízes do Brasil, *comparou a expansão sulista, baseada na escravização dos índios e na busca do ouro, à nordestina marcada pelo gado, e utilizou o mesmo procedimento ao estudar a formação das fronteiras setentrional e meridional.*

* * *

A História da Civilização Brasileira *tem, portanto, muitos méritos. Pela síntese a que se propõe, só antecipada, noutra perspectiva,*

por João Ribeiro. Pela atualização face à época, recolhendo as inquietações modernistas com uma nova interpretação do Brasil, mas sem afastar-se da filiação historista à matriz de Martius – Varnhagen, como o fariam seus contemporâneos, a começar por Gilberto Freire, que tinha pelo autor da História Geral do Brasil *uma opinião pouco lisonjeira. Pelo uso pioneiro de conceitos e abordagem e pela afirmação de hipóteses mais tarde aprofundadas por outros pesquisadores, como o enfoque das revoltas coloniais, das revoluções, do processo de independência e do período regencial como palcos de confrontos entre segmentos sociais. E, finalmente, pela leveza de estilo, que atendeu à preocupação comunicativa do autor, afirmada desde a primeira edição.*

A obra é bom exemplo de como iniciava-se a repercussão sobre a historiografia stricto sensu *ainda presa às concepções estadistas do historismo, das novas teorias sociológicas, politológicas e econômicas que haviam dado uma personalidade definitiva às ciências sociais.*

ARNO WEHLING

. . . .

I
O Descobrimento e a Posse do Brasil

A terra do Brasil já era conhecida dos europeus antes da armada de Pedro Álvares que a descobriu para Portugal. Mas nenhuma outra data antecede, na cronologia do nosso país, a de 1500. Pedro Álvares Cabral destinava-se às Índias, com a maior expedição que ainda partira de Lisboa em busca do oriente, e ao "samorim" procurava, para tratar com ele a conquista e o comércio das especiarias.

O capitão-mor da esquadra portuguesa devia saber da existência de ilhas ocidentais no seu roteiro, aparentemente o mesmo de Vasco da Gama, cujos pilotos de Melinde levava consigo, e a quem sucedia. Mas não considerava a hipótese de explorar outros territórios do lado da América. Em 22 de abril de 1500, oitavário da Páscoa, viu com surpresa desenhar-se no horizonte o perfil de uma montanha.

Estava-se na época dos descobrimentos marítimos. De ano a ano, as caravelas de Portugal, expedidas outrora pelo infante D. Henrique para o alto mar misterioso, conduzidas depois ao périplo africano, aos cruzeiros de Madeira e Açores, alargavam o domínio colonial da pátria.

A geografia fabulosa da antiguidade deixara de interessar os navegantes, que tinham achado no equador um clima hospitaleiro, onde Virgílio, como Platão, acusara *sol e calor impróprios à vida humana.*[1] Na escola de Sagres não se liam mais os latinos, senão os árabes, e os cosmógrafos portugueses tinham organizado os mapas mais exatos do seu tempo. Conheciam tudo o que se acrescentara, no mundo, às obras de Strabão e Ptolomeu, e acompanhavam, num estudo direto, as idéias dos genoveses, dos venezianos e dos catalões acerca dos "países da especiaria".

Quase a súbitas, como que se transformara o reino numa vasta empresa mercantil. Era uma cruzada de novo gênero, embora de fundo idêntico, se a grande curiosidade do ignoto nascia da vontade de possuí-lo para a fé, estendendo a religião de Cristo aos povos pagãos. Por isso Pedro Álvares inqueriu da terra, procurou uma abrigada na costa, distribuiu aos índios pequenos presentes, e depois de dez dias de demora continuou viagem.

É surpreendente a naturalidade com que o escrivão da frota, Pero Vaz de Caminha, participou ao rei o descobrimento: não tem uma palavra sequer de espanto, a resplandecer o regozijo pela inesperada fortuna. "E assim seguimos por este mar de longo até terça-feira d'oitavas de páscoa, que foram XXI dias d'Abril, que topamos alguns sinais de terra..." Também não levava a armada pedra de padrão, com que costumavam os portugueses assinalar as suas descobertas: fez-se uma cruz tosca "com as armas e divisa de Vossa Alteza que lhe primeiro pregaram..."

O escrivão resumia as impressões iniciais do Brasil. A terra era de tal modo graciosa que daria tudo, "mas o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar..."[2]

---

1 Disse uma panegirista, "que chegaramos portugueses, com a espada, onde não chegou Santo Agostinho com a pena". (*Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, edição de 1731, p. 206). Ver P. JOSEPHO ACOSTA, *De Natura novi orbis*, p. 29 e segs., Salamanca, 1588.

2 Depois de 1892, quando BALDAQUE DA SILVA mostrou tecnicamente a inverossimilhança do acaso, os historiadores portugueses sustentam que o descobrimento do Brasil foi "um fato perfeitamente voluntário da parte de CABRAL, e conforme as instruções secretas" d'el-rei (FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Estudos de História Americana*, p. 29, São Paulo).

Cabral abrangeu com a vista vinte léguas de litoral, que creu ser de uma ilha, a que chamou de "Vera Cruz". O Brasil-português de 1500 reduziu-se a uma ilha hipotética: trinta anos bastaram para que um continente inteiro brotasse daquela aventura. Deveras, o rei D. Manoel não deu à nova terra a importância que merecera; contentou-se de comunicar o seu achamento às nações e mandar-lhe uma frota de exploração, logo no ano seguinte, mais para ver que lucrar, com um intuito cartográfico que visava, sobretudo, às futuras navegações da Índia.

VESPUCCI

Já em 1501 surge, nas costas do Brasil, um piloto, misto de astrônomo e aventureiro, Américo Vespucci, florentino, que viera à América com Alonso de Ojeda, um ano antes de Cabral: o seu espírito expande-se por este litoral amplo, chão ao norte, difícil e montuoso ao sul. Vespucci pertencia à raça dos Marcos-Polo: os viajantes-divulgadores, hábeis novelistas, que alimentavam com os seus relatos, algo fabuloso, a fome de civilizações exóticas que devorava a Europa de após-cruzadas. Ligou o nome ao continente novo, batizou, com André Gonçalves, chefe daquela frota de três navios, os acidentes da costa do Brasil, desde o cabo de "S. Roque" até "S. Vicente", de acordo com o calendário cristão.[3] De modo que, a 28 de agosto de 1501, viam o cabo de "Santo Agostinho", a 4 de outubro a foz do rio "de S. Francisco", a 1º de novembro a baía "de Todos os Santos", a 1º de janeiro de 1502 o falso "rio de Janeiro", a 6 a angra "dos Reis", S. Sebastião no dia 20 e S. Vicente a 22.

Dentro dessa onomástica havia de enquadrar-se a primeira colonização, de um Brasil homogêneo, o das tentativas de penetração, que depois se desdobrou, pelo "saartão" dentro, pela ourilha do mar acima e abaixo, até limites de Espanha.

A expedição de Vespucci, em 1501, retificou notícia do escrivão Caminha: não havia "ilha de Vera Cruz", mas "terra de Santa Cruz", que era tudo América. E marcou-lhe o contorno, que passa a ser dos mapas, a partir de 1502, quando Cantino fez o seu: em dois anos a geografia se renovara.

---

3 Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3ª ed., I, 114 (notas de CAPISTRANO DE ABREU).

BRASIL E ORIENTE

Mas a Vespucci não animara o otimismo de Pero Vaz de Caminha: o país pareceu-lhe desprovido de metais e sem outra riqueza além da canafístula e da madeira de tingir, o pau “brasil”, que a Europa costumava importar da Ásia.

Quando a Índia tinha os segredos e os tesouros de uma civilização remota à mercê do primeiro almirante ocidental, aquela terra verde e pobre, povoada de um gentio que devorava o seu semelhante, como aconteceu a dois marujos no cabo de S. Roque, não havia de atrair os nautas-mercadores. E não atraiu.[4] A expedição de 1503, na qual voltou Vespucci, já comandando uma nau, foi um esforço isolado, a fim de apurar-se o primeiro lucro da longínqua colônia. Dois navios, dos seis com que Gonçalo Coelho saíra de Lisboa, abarrotaram-se de pau de tinta em Cabo Frio,[5] onde deixaram uma feitoria com vinte e quatro homens,[6] e levaram a Portugal um conhecimento positivo do Brasil interior, até quarenta léguas dentro das florestas e montanhas, quantas entrou o florentino ardendo em curiosidade. Aspereza, selvageria, paisagem – nada mais viu Vespucci, que supriu com os detalhes de uma fauna fantástica, que imaginou, a escassez de notícias sedutoras.

Era um mundo bárbaro; nada tinha de comum com as terras da especiaria.

Esta decepção passa a refletir-se na política colonial do reino: o Brasil era uma promessa, a Índia a realidade.

Por isso correram ao oriente os grandes de Portugal, como outrora corriam à África. E o oriente lhes bastou.

Se não fosse a concorrência estrangeira, o Brasil ressurgiria, para a colonização, depois da ruína da Índia: a sua história sofreria um atraso de século e meio.

---

4 Vd. o comentário de MONTAIGNE, *Essais*, III, VI, sobre o abandono em que ficaram os “canibais”, por não terem os “espanhóis” (portugueses) encontrado no país deles os metais preciosos.

5 Vd. carta de VESPUCCI, *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, p. 153, Lisboa, 1812.

6 É curioso notar que Thomas Morus escreveu a sua célebre *Ilha da Utopia*, 1517, fantasiando o relato de um dos 24 companheiros de Vespucci...

A disputa dos povos navegadores fez com que Portugal lhe desse as sobras do seu império transoceânico: o Brasil, inicialmente, foi obra da emulação internacional. Entre perdê-lo e resguardá-lo, adotou a Corte de Lisboa o alvitre de transformá-lo numa colônia de comércio.[7]

---

7 Vd. FRANCISCO D'ANDRADA, *Chronica do muy to alto e muy to po de ro so rey des tes Reinos de Portugal Dom João o III*, IV, 130, Coimbra, 1796. Refletiam esse desprezo pelo Brasil os cronistas das "Décadas". CAMÕES não reservou espaço nos *Lusíadas* para o Brasil...

. . . .

II
A Experiência Feudal

Aconteceu que os judeus foram obrigados a emigrar, açoitados por uma perseguição feroz (1506). O seu instinto mercantil adivinhara as riquezas naturais do Novo Mundo. Teriam aqui tranqüilidade e segurança. O Santo Ofício não os inquietaria.[8] Para o oriente foram os guerreiros: para o Brasil, os pacíficos cristãos-novos. Fernão de Noronha, em 1503, contratando o comércio do pau-brasil,[9] preconizou essa colonização hebraica: era judeu, como tantos povoadores de Pernambuco e da Bahia no I século. À mobilidade, à facilidade de adaptação e à humildade de vida, juntavam aqueles imigrantes a virtude da paciência. Quando só se pensava em minas de ouro e no escambo das drogas orientais, eles agricultaram a terra, admirando a semelhança da sua flora com a de S. Tomé, deram à conquista do Brasil um aspecto puramente agrícola, e lhe determinaram o destino.

Entre o Cabo Frio e o de S. Roque, as primeiras navegações delimitaram a zona da madeira, a cujo tráfico se entregaram, de 1503 a

---

8 Sobre a isenção do S. O. que tinham os cristãos-novos, vd. SIMONEM MARQUES, *Brasília Pontifícia*, I, 286, Lisboa, 1749.

9 O homem que vinha ao Brasil, a fazer madeira de tinta, era "brasileiro". Como o português, que passava ao Peru, era "peruleiro" (*Diálogo das Grandezas*, edição da Acad. Bras., p. 37).

1531,[10] quase livremente, umas e outras acamaradadas dos gentios, expedições portuguesas e francesas. Foi a época da extração, que precedeu à do cultivo, à do comércio, que antecedeu à da lavoura, por isto capitulada na história geral das navegações. Os índios distinguiam portugueses e franceses pela barba: os loiros eram franceses, como se vê da relação da viagem de Gonçalo Coelho ("...e tinham quase todos a barba ruiva...").[11] Hans Staden confirma: "Disseram-me que se tinha barba vermelha como os franceses, também tinham visto prtugueses com igual barba, mas eles tinham geralmente barbas pretas."[12] Os navios partiam de Honfleur (como o "Espoir", 1503), Dieppe (nau "Bretoa", 1511, João Ango), S. Malô, San Lucar (Solis, 1514), Corunha (D. Rodrigo de Acuña, 1525), Lisboa ou Porto, indistintamente, arribando ao Brasil como a "terra de todos", que já interessava aos portos da Bretanha quando a diplomacia portuguesa achou conveniente intervir. Em 1520 Schoener dividia a América austral em duas partes: "Brasília sine papagalli" e "Brasília inferior".[13]

O PAÍS

O país era alegre, os ares sãos, os índios domáveis, pois conseguiram viver com eles alguns degredados, como o "bacharel de Cananéia" (1502-1530), um espanhol que foi encontrado, entre potiguares, de beiços furados, o Caramuru na Bahia, João Ramalho no sul, depois Martim Soares Moreno no Ceará. Os portugueses aí desfrutavam saúde: o piloto de Fernão de Magalhães, português, antes de guiar-lhe a armada à volta do mundo, morara no Brasil quatro anos: um seu filho, tido de uma índia, o acompanhou na grande viagem. Vespucci julgara-o como a um paraíso: "Terra mui salutífera...", acrescentaria Gândavo.[14]

Urgia, pois, defender o Brasil, garantindo a posse portuguesa: em 1516 foi mandado, com dois navios, Cristóvão Jacques, para policiar a costa e deixar em algum surgidouro feitoria, à moda das de África.

---

10 Vd. J. F. de ALMEIDA PRADO, no seu erudito ensaio *Primeiros Povoadoresdo Brasil,* p. 43 e segs., S. Paulo, 1935.

11 PORTO SEGURO, *História do Brasil,* 3ª ed., I, 100.

12 *Viagem ao Brasil*, ed. da Acad. Bras., p. 87, Rio, 1930.

13 SIEG. GUNTHER, *La Epoca de los descobrimientos,* p. 39, Barcelona, 1916.

14 *Tratado da Terra do Brasil,* ed. da Acad. Bras., 1923.

Fundou-a em Pernambuco. Essa feitoria floresceu; o capitão Pero Capico experimentou a plantação de canas-de-açúcar e chegou a exportar algum, em 1521 – o primeiro açúcar feito na América; porém decaiu, entre 1521 e 1530, talvez por falta de gente, sendo afinal destruída por um galeão francês.

Coube a Martim Afonso de Souza, em 1530, caçar os corsários franceses, reavivar os vestígios do domínio de Portugal e levantar outras povoações, principalmente no rio da Prata, já procurado pelos navegantes espanhóis.

A expedição, confiada a um fidalgo poderoso, devia traçar na geografia americana o mapa político. Demarcaria a colônia, distribuiria pela costa os povoadores, daria às feitorias um sistema administrativo e expulsaria os traficantes, estrangeiros. Duas naus, um galeão e duas caravelas bastaram para o empreendimento, que ainda os navios portugueses tinham sobre os estrangeiros a vantagem da pesada artilharia, que os outros navegantes não logravam montar nos seus barcos – e fora uma das razões do sucesso náutico-militar de Vasco da Gama e dos outros almirantes da Índia.[15]

Em Pernambuco, tomou Martim Afonso três navios franceses; mandou dali para o norte, na direção do Maranhão, a plantar padrões de posse, Diogo Leite, com duas caravelas (descobriu este a costa leste-oeste até a baía de Gurupi); e seguiu para o sul, no rumo franco do rio da Prata, fim da sua viagem, porque era considerado o limite meridional do Brasil. Na Bahia encontrou o vianês Diogo Álvares, pelos tupinambás chamado de "caramuru", que era como o chefe do lugar, casado com uma filha do *morubixaba* (Catarina Paraguaçu) e com larga descendência mameluca. Refere a tradição que esse português, náufrago de 1509, fora depois à França num navio de comércio e lá batizara a mulher, dando também ao representante de D. João III, rei de Portugal, completos informes da terra do Brasil.

MARTIM AFONSO

Sabemos, todavia, que a instâncias do doutor Diogo Gouvêa, diretor de um colégio célebre de Paris, D. Manoel e D. João III não aban-

15 GARCIA DE REZENDE, *Crônica de D. João II*, cap. 181.

donaram o Brasil, enviando em seu socorro as esquadras de 1516 e de 1530: restava indagar a origem de tão certo conhecimento da América que teria o doutor, destacado, como um embaixador comercial, na corte francesa.

A Bahia, pois, estava ocupada.

Martim Afonso surgiu no Rio de Janeiro, onde levantou casa forte e fez explorar o país, durante dois meses, por quatro homens; e quatro meses depois foi fundear em Cananéia. Expediu dali uma força de 80 homens, em companhia de um "língua" que achou na terra, Francisco de Chaves, a dizer que podia entregar 400 escravos carregados de ouro e prata. Essa gente não voltou; parece que a trucidaram os carijós dos campos de Curitiba.

Desceu mais Martim Afonso, sempre à vista da costa: a sua capitânea encalhou na altura do Chuí, houve de desistir da subida do rio da Prata, missão em que investiu Pero Lopes, seu irmão, autor do "Diário da Viagem" – e voltou a S. Vicente. Deparou aí João Ramalho, tão identificado com os goianazes como Caramuru com os tupinambás, e lançou os fundamentos de uma verdadeira colônia, a primeira que se construiu à boa maneira portuguesa.

Uma vila não chegava; levantou outra na fronteira à margem da ilha de S. Vicente.

Era a porta do Brasil.

A civilização franqueou-a, para ganhar o interior, planalto acima, desdobrando-se sobre os campos que se estendiam, abertos, até as paragens espanholas, o Paraguai ou o Peru: no norte, igual papel desempenharam as feitorias da Bahia e de Pernambuco.

Em sentido divergente alargaram o meridiano português: o limite de Tordesilhas foi burlado ainda em 1530. Experimentava-se a necessidade de dar à possessão uma fronteira natural considerável.

Por isso Martim Afonso – como Cristóvão Jacques – costeara o Brasil até o Prata; por isso as navegações para o norte procuraram progressivamente o Amazonas, "mar dulce" de Pinzón, que os castelhanos do Peru desceram primeiro.

A definição do país antecedeu ao seu aproveitamento; às expedições de contorno se seguiram as de fixação. Em 1530 Martim Afonso fazia cartografia; em 1534 criou o Estado. Mercê da sua viagem,

por muito tempo se chamou "do Brasil" a margem esquerda do rio da Prata. Uma carta d'el-rei da Espanha, de 1594, falava em "poblar un pueblo en esas províncias a la banda d'el Brasil"...[16]

CAPITANIAS

A divisão em capitanias era uma lembrança feudal ajustada ao sentimento do tempo. Os fidalgos pobres do reino disputavam alguma senhoriagem para o seu patrimônio desfeito, e só em ultramar el-rei lhes daria, por que se povoassem as colônias. Na Índia as mesmas concessões prendiam os guerreiros, que lá iam enriquecer e brigar. Nem el-rei gostava da sua fazenda, nem recorria a medidas violentas para colonizar o Brasil: distribuía-o em feudos de 100 e 50 léguas de litoral.

A primeira doação foi em 14 de março de 1534.

Dos capitães escolhidos, militaram alguns na Índia e eram bravos soldados: Duarte Coelho (Pernambuco), Francisco Pereira Coutinho (Bahia), Aires da Cunha (o norte), Vasco Fernandes Coutinho (Espírito Santo); Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes ficaram com S. Vicente e Santo Amaro; Porto Seguro coube ao rico vianês Pero do Campo Tourinho; Ilhéus ao escrivão da fazenda da Corte Jorge de Figueiredo Correia; a costa leste-oeste a Fernando Álvares de Andrade, tesoureiro-mor do Reino, a João de Barros, o historiador e àquele Aires da Cunha e Antônio de Barros Cardoso; e Paraíba do Sul a Pero de Góes, companheiro de Martim Afonso.

O AÇÚCAR

Apenas duas capitanias vingaram.

A não ser em S. Vicente e Pernambuco, fracassaram todas as empresas, de grandes cabedais, – início do desenvolvimento mundial do comércio – que se aplicaram a explorá-las: ou porque os portugueses só sabiam trabalhar para si, não para capitalistas, que, à moda de Holanda, esperavam em Lisboa o seu provento, ou porque não se antecipara aos trabalhos um reconhecimento da terra e sua efetiva ocupação. Assim em Ilhéus, Lucas Giraldes, que comprou a capitania ao seu donatário, fez edificar oito engenhos, e tanto foi roubado pelo feitor (que depois se es-

---

16 LUIS ENRIQUE AZAROLA GIL, *La Epopeya de Manuel Lobo*, p. 31, Buenos Aires, 1931.

tabeleceu no recôncavo com engenho próprio) como pelos aimorés, que tudo perdeu. Entretanto, próximos daquele floresceram outros engenhos, de colonos. Em Porto Seguro o Duque de Aveiro, que adquiriu a capitania a seu dono, igualmente mandou construir vários engenhos, que pereceram. Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo e homem opulento, inverteu a riqueza granjeada na Índia em engenhos poderosos, e de tal forma lhe o atacou o gentio, que morreu sem lençol para a mortalha. Desgraça maior ocorreu ao capitão da Bahia, que gastou numa boa frota a sua fortuna, começou dois engenhos, teve-os demolidos pelos tupinambás e acabou trucidado por eles, após um naufrágio, na ilha de Itaparica.

Pernambuco e S. Vicente prosperaram, porque à inteligência dos seus povoadores se aliou o interesse dos negociantes.

A cana-de-açúcar, transplantada "das ilhas da Madeira e do Cabo Verde", dera tão bem ali que não reclamava rega, nem terra alta, nem adubo, como nos sítios de origem.[17] Passaram a ser duas grandes estâncias de açúcar; e de tal forma a lavoura progrediu, que em poucos anos os pobres colonos que vieram com Duarte Coelho, eram homens abastados, perdulários e magníficos, dissipando com os seus cômodos uma renda pingue, que de ano a ano se renovava com as safras crescentes. É de 1546 o início das exportações de Pernambuco. Criara-se uma riqueza-padrão, e, conseqüentemente, uma aristocracia colonial.[18]

O lucro do açúcar foi espantoso, porque à simplicidade da indústria, com o tosco engenho de água ou o de "trapiche" movido por bois, se juntava copiosa mão-de-obra, primeiramente de índios cativados, depois de negros de Guiné.

Em S. Vicente, Brás Cubas, procurador de Martim Afonso, introduziu o "monjolo", que vira na China. Não havia máquina mais singela que esse "pilão d'água", que pisava o milho: tornou-se o aparelho usual do roceiro.

---

17 GABRIEL SOARES, *Tratado Descritivo*, p. 154 (Edição Varnhagen).

18 Confirmação da Lei de Montesquieu – e de algum modo de Borin – quanto às instituições, decorrentes do aspecto do solo.

O engenho de açúcar foi a fábrica aristocrática. Circulou por isso um adágio: "Quem quiser o Brasil do Brasil, traga o Brasil para o Brasil" – isto é, o capital, representado pelos escravos.[19]

Os próprios governadores-gerais, continuando a tradição dos donatários, negociaram francamente em açúcar, desde Mem de Sá, até Diogo Luiz de Oliveira, a quem D. Luiz de Céspedes acusou de abarrotar os navios com a sua exclusiva mercadoria. Negociaram os militares, como os capitães do forte de Recife, que tiveram tavernas até 1602, mandadas fechar pelo Governador Diogo Botelho; [20] negociaram os desembargadores, os fidalgos desterrados, como D. Francisco Manoel de Melo, os jesuítas, e as ordens religiosas, os funcionários do Estado, todos.

Floresce Portugal. A sua moeda torna-se a mais conhecida da Europa.[21]

OS ENGENHOS

Martim Afonso, em 1532, associara-se a um holandês, Erasmo Schetz, para montar o seu engenho, o "dos Erasmos", o mais famoso do Brasil por aquele tempo. Parece que o mesmo Schetz lhe deu os planos; também era o intermediário para os mercados flamengos. Enriqueceu de tal modo a firma que ele fundou em Holanda, para vender o açúcar de S. Vicente, que os Schetz se enobreceram e, pelo correr do século, se tornaram em família ducal (de Usel).[22] Moía-se cana em Pernambuco, em 1538, porém decerto pelo sistema da ilha da Madeira,[23] onde a produção do açúcar orçara em cento e vinte mil arrobas no fim do reinado de D. Manoel.

---

19 Cf. memorial holandês, 1641, *Revista do Inst. Archeol. Pernamb.*, V, p. 168.

20 *Revista do Instituto Hist.*, v. 73, vol. 5º, parte I, 139.

21 Shakespeare, in *Othelo*, faz Desdêmona exclamar: "*Believe me I had ratter fave lost my purse Full of cruzadoes.*" (Act 3. sc. IV.)

22 FERNANDO DONNET, *Notes... à l'histoire des émigrations des Anversois*, etc. in Publicações do Arquivo Nacional, XIV, 30-1. O engenho de S. Jorge dos Erasmos foi mandado vender pelos netos de Erasmo Schetz em 1593: pediam por ele de 12 a 14 mil ducados.

23 Duarte Coelho declarou, em 1549, ter mandado buscar homens práticos "a Portugal e a Galiza e às Canárias às minhas custas e alguns que vêm a fazer os engenhos...",(CAPISTRANO DE ABREU, nota a Porto Seguro, I, 230-1). D. João III mandara passar ao Brasil vários lavradores de canas das ilhas.

Na vila de Machico (donde passaram à Bahia, em 1549, alguns fidalgos-agricultores, que naquele mesmo ano começaram aqui o plantio das canas,[24] à prensa manual, anterior a 1542, sucedera o engenho d'água, e para atender aos pequenos lavradores havia o "lagar do príncipe", comum a eles mediante certo imposto (um terço do gênero produzido), como no Brasil se praticou com os "engenhos reais", de que nos dão notícia Gabriel Soares e Frei Gaspar de Madre de Deus.[25]

O mecanismo primitivo só foi modificado no governo de D. Diogo de Menezes (1608-1612) quando um clérigo espanhol do Peru trouxe um tipo de moenda constante de três cilindros verticais, "que por meio de entrosas se faziam girar com rotação do cilindro do meio".

Um conjunto de circunstâncias propícias protegeu a nascente indústria.

O açúcar fora aceito por toda a Europa como um condimento indispensável. Ainda em 1577 o Rei D. Sebastião encantava a Corte de Espanha com doces e outras guloseimas de açúcar, coisa rara em Castela segundo o cronista.[26] O preço, tão deprimido em 1497 que fora el-rei forçado a reduzir as exportações de Madeira, subira ao dobro ou triplo nos mercados de Flandres (principal entreposto – e daí um velho interesse holândes pelo Brasil), de Veneza e Inglaterra. As pedras do Malabar e o ouro de Sofala esgotavam-se; mas os judeus, que vendiam açúcar, enriqueciam, a termos de estender-se a cultura da sacarina pelos Açores e Canárias, febrilmente fomentada, a ocupar grandes organizações financeiras que teciam, entre várias praças européias, a rede do crédito.

Duarte Coelho contou em Pernambuco com o auxílio daqueles capitalistas-comissários; sub-rogavam-se nas responsabilidades do governo para intensificar, criar uma economia, que lhes devolveu com alto juro os cruzados do empréstimo. Não houve melhor negócio na

---

24 *Cartas do Brasil,* p. 89, ed. da Acad., Rio, 1931.

25 *Mem. para a hist. da capitania de S. Vicente,* ed. Taunay, p. 171. Também os *"Diálogos das Grandezas do Brasil"*: os mais ricos têm engenhos com títulos de senhores deles, nome que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidas de canas..." (Edição da Acad. Bras., p. 33). Já em 1549 Duarte Coelho dizia que os mais poderosos faziam engenhos, outros os canaviais... (CAPISTRANO, nota a Porto Seguro, I, 230).

26 Frei BERNARDO DE BRITO, *Crônica de el-rei D. Sebastião*, p. 166, Lisboa, 1837.

época – e os impulsos dessa cobiça resolveu D. João III a dar ao Brasil um governo regular. Em 1549, depois de ter comprado aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho a capitania da Bahia, mandou Tomé de Souza fundar a capital da colônia.

. . . .

III
A Colonização – As suas Determinantes e os seus Rumos – O Homem

Até 1549 o Brasil era pouco mais que as duas feitorias açucareiras, S. Vicente e Pernambuco, constringidas ambas pelo gentio, e uma série de pequenos estabelecimentos isolados no litoral, vivendo das suas transações com os selvagens, ora amigos e brandos, ora adversários implacáveis, e da extração da madeira, principal ou única riqueza, de Itamaracá para cima.[27]

Não se sabia onde acabava aquela costa, nem o que havia no interior. No Norte, os índios, no Sul, a serra do Mar, impediam ainda uma penetração; força era conquistar duplamente a terra, fechada e defendida, à população indígena que vagava à sombra das montanhas e das florestas. A criação de um governo geral, trazendo, com a "cidade" o jesuíta – a catequese religiosa a par de um método de ocupação – resolvia a um tempo o problema da posse – e da paz, entre forasteiros e caboclos. A colonização tornou-se prontamente associativa e expansiva.

---

27 CAPISTRANO, *Nota a Porto Seguro*, 1, 228.

BAHIA

O gênio colonial português nada mais belo imaginou do que a capital do Brasil quinhentista, levantada, entre 29 de março e 6 de agosto de 1549, com toda a sua aparelhagem municipal, numa colina sobranceira à baía de Todos os Santos.

Os seis jesuítas que acompanharam o governador representavam a ordem eclesiástica.

Tomé de Souza, com os seus trezentos e vinte homens d'armas (que todos logo depois se tornaram agricultores), era o Estado militar. Quatrocentos degredados (afinal assimilados pela sociedade incipiente) formavam o povo. Uma vereança extraordinária, eleita segundo as praxes dos conselhos de Portugal, transportara para o Brasil a entidade comunal. Tinha Salvador – nome que D. João III deu à "cidade" – mil almas, e já os casebres de taipa, segundo o seu destino, eram "paço do governo", "casas do conselho", "alfândega", "cadeia".[28]

Em quatro meses fixara-se aquela gente num sítio defensável por quatro faces,[29] murara-o, arruara-o, abrigara ali uma administração, erguera a sua "Sé de palha" (a igreja da Ajuda), artilhara a muralha, por sinal tão provisória que em vinte anos desapareceu, e instalara uma capital, com o seu funcionalismo, a sua justiça, os seus armazéns. De começo, trabalharam todos, na promiscuidade mais completa, não se furtando o governador, ao lado dos padres, a ajudar os artífices, como se uma *vida nova* acabasse aqui privilégios e diferenças de Portugal.

"Um punhado de farinha e um caranguejo nunca nos pode faltar no Brasil", havia de dizer o Padre Vieira.

Essa idéia de *vida nova* é a impressão inicial do colono ao embarcar para a sua longa travessia. O oceano era mais que uma distância; era uma cisão. Desde as primeiras expedições, o europeu que imigrou fez na América uma vida em tudo diversa da que tivera até então. De acordo com o meio, o clima, a gente que encontrou na América. "*Ultra equinoctialem non peccari*". – Ele transformou-se.

---

28 Em 1563 o colégio da Companhia começou a ser construído em formadefinitiva. A Ajuda estava pronta, de pedra e cal, dez anos depois. As obras do Paço do Governador ficaram concluídas em 1623 (*Documentos Históricos*, XX, 48).

29 FRANCISCO D'ANDRADA, *Crônica de D. João III*, I v., 132.

RAÇAS

O homem...

O homem era o português – o marinheiro das armadas, o colono, camponês loiro do norte de Portugal, negociante moreno, judeu ou mouro, homem d'armas de Lisboa... (produto de muitas raças históricas, porém geralmente branquióide, nervoso, inquieto, *"homo Mediterraneus"*) –. Era o índio –. E era o negro.

O ÍNDIO

O índio falava, na maior extensão da costa, uma língua comum: o tupi. Mas as suas procedências eram várias, seus tipos antropológicos diversos, como distinta a sua cor (havia "abajus" e "abaúnas", claros e escuros), peculiares os seus costumes, o idioma inconfundível. O tupi litorâneo foi o inimigo virtual do tapuia sertanejo, que ele vencera nas regiões ribeirinhas, repelindo-o para o interior. O tapuia era o gentio das *línguas travadas*, o que não pertencia à comunidade tupi e vivia mais barbaramente do que o índio da costa, posto em entendimento com os brancos, e por estes influenciado desde as primeiras viagens.

Os grupos indígenas principais seriam (segundo Martius):

I. Tupis e guaranis – os guerreiros; II. Gés ou Crans – os cabeças; III. Guck ou Coco – os tios; IV. Crens ou Guerens – os velhos; V. Parecis ou Poragis – os de cima; VI. Goitacás – os corredores da mata; VII. Aruak ou Aroaquiz – a gente da farinha; VIII. Lengoas ou Guaicurus – os cavaleiros; IX. Índios em transição para a cultura e a língua portuguesa.[30]

Von den Steinen refundiu aquela classificação, identificando, além de tupis e gés (ou tupis e tapuias, que são os grupos propriamente históricos), os caraíbas, ou nu-aruaks, os goitacás, os panos, os miranhas e os guaicurus.

Estendem-se os caraíbas (vindos das Antilhas) pela bacia amazônica tendo alcançado, no século XVII, a margem norte do rio de S. Francisco: caraíba era a tribo dos "pimenteiras", do sul do Piauí. Os

30 Vd. a sinopse de RODOLFO GARCIA, *Etnografia*, Dicc. do Inst. Hist., I, 251; e a súmula do assunto por ANGYONE COSTA, *Introdução à Arqueologia Brasileira*, cap. III, S. Paulo, 1934.

nu-aruaks, modificados pelas civilizações americanas do golfo do México ou do Peru, deram o homem de Pacoval, o mais perito oleiro dentre todos os indígenas, cuja cerâmica marajoara (na embocadura do Amazonas, onde podiam ter encalhado restos da cultura incásica escoados rio abaixo), é sem igual na arqueologia brasileira. Panos e Miranhas são povos dispersos pelas florestas de Mato Grosso e de vários afluentes do Amazonas. Aos primeiros pertencem os ca-xinauás. Por fim os guaicurus, os índios cavaleiros do pampa, errantes entre os campos do Rio Grande do Sul e os pantanais do Paraguai, formavam uma exceção, própria ao seu meio pastoril e ao contato de outras tribos sanguinárias, como os paiaguás, na barbárie continental.[31]

O tupi era o mais assimilável e inteligente. Pescava, navegava nas suas canoas monóxilas ou entrançadas de palha, era igualmente agricultor, cultivando em roças temporárias a mandioca, o milho, a batata, o fumo, e as mulheres coziam o barro, em que moldavam um tosco vasilhame, melhor do que a "cuia" dos tapuias, e teciam fibras moles para as redes (toda a sua comodidade) e os ornamentos.[32] Construíam casas de coivaras, cobertas de pindoba, – em geral vastas cabanas que comportavam até trinta famílias, e as suas aldeias tinham ao redor paliçadas, que as defendiam. Não conheciam a propriedade particular, nem outra economia coletiva além da conservação da caça ou da pesca *moqueada*, para o indistinto consumo da tribo. O que era de um era de todos.[33]

O tapuia, entretanto, desafeito à agricultura, errando pelos matos, desconhecendo a rede, porém dispondo de armas mais perfeitas que os tupi-guaranis – nem construía aquelas aldeias nem se mostrava acessível ao comércio dos civilizados.[34] Fosse porque eles se aliaram aos

31 Vd. A. METRAUX. *La civilisation matérielle des tribus túpi-guarani*, Paris, 1926; e *La civilisation matérielle et la vie sociale et religeuse des indiens de le Brésil meridional*, Rev. do Inst. de Etnologia. Tucuman, 1930, tom. I.

32 *Histoire véritable d'un voyage curieux fait par* ULRICH SCHMIDEL *de Straubing, dans l'Amérique ou le nouveau monde*, Nuremberg (1599), p. 244. Vd. a síntese de ANTONIO SERRANO, *Historia de la Nacion Argentina*, I, 532, Buenos Aires, 1936.

33 PADRE MANOEL DA NÓBREGA, *Cartas do Brasil*, edição da Academia, I, p. 91; HANS STADEN, *Viagem ao Brasil*, cap. XX; GABRIEL SOARES, *Tratado Descritivo*, edição Varnhagen, p. 318.

34 GONÇALVES DIAS, *O Brasil e a Oceania*, págs. 63 e 74, ed. Garnier.

tupis, seus inimigos remotos, fosse pelo seu insuperável pendor guerreiro, o tapuia continuou a ser, pelo tempo adiante, o "hostil", o "adversário", o "selvagem", a quem se havia de exterminar, não de apaziguar.

As mais ferozes guerras feitas pelos colonos aos indígenas visaram os gés – do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, rio de S. Francisco e Piauí), do Espírito Santo e Porto Seguro (aimorés) e Campos de Goitacases, da bacia do Paraná (guaicurus, coligados com paiaguases nos rios Paraguai e Guaporé).

A arma predileta do tupi era o tacape ou espada-maça, que Thevet e Léry descreveram, fabricada de uma dura madeira e com o punho embrulhado em tecido de palha *("atarabébé")*. Mas o tapuia de preferência usava a azaguaia, ou dardo de arremesso, e como defesa a "rodela". Distinguia-se ainda pelo uso de bodoques nos lábios e orelhas, inaptidão para pesca ou a navegação, na qual só empregava a balsa, e o hábito da dormida na floresta, junto de uma fogueira, sem a choça nem a rede dos tupis. Daí – diziam os cronistas – serem invencíveis os tapuias, nômades, que não ofereciam aos colonos uma resistência fixa, nem tinham povoações onde pudessem ser atacados, como os gentios da costa.[35]

O NEGRO

Da África viera o negro para os trabalhos da lavoura, em que se mostrara superior ao índio. A economia da colônia, os interesses do comércio e da Coroa, a própria religião (pois os jesuítas, defendendo intransigentemente a liberdade dos indígenas, aconselhava a substituição deles, na roça, pelos negros da Guiné) orientaram para o Brasil uma migração negra que, por três séculos, sangrou os vastos reservatórios humanos d'África. Foram primeiramente os homens da Guiné (até 1811), depois os do Congo, já a partir de 1548 os de Angola,[36] trazidos aqueles à baía de Cabinda, pelo rio Zaire, por "sobas", ávidos do troco, e predadores portugueses; em seguida o tráfico lançou os braços a toda a província de Angola, e envolveu o sul do continente, até Moçambique,

35 GARCIA, *Diccion. do Inst. Hist.,* I, 262.

36 Doc. in VISCONDE DE PAIVA-MANSO, *História do Congo,* p. 84 – Lisboa, 1877. Do Comércio português, para Mina do Oro já falava Vespucci, 1508, *Cartas de Índia,* p. 91, Madri, 1878.

tornando o negócio de escravos o mais lucrativo e amplo da terra. Os próprios régulos vendiam os cativos, feitos por diversos modos, fossem prisioneiros de guerra ou condenados à escravidão pelas suas dívidas ou pequenos delitos. Os negociantes só tinham o trabalho de recolhê-los aos portos, onde em vastos trapiches se acumulavam os pretos, postos em ferros, à espera de navio que os transportasse.

O seu preço era sempre ínfimo, em relação ao que obtinham na Bahia ou em Recife. De começo, a moeda corrente foi o búzio do sul da Bahia, muito apreciado pelos africanos.[37] Depois, com o desenvolvimento das plantações de tabaco na Bahia, passaram a ser os rolos de fumo o dinheiro em voga.

Três rolos de tabaco ordinário valiam um negro. Este mesmo escravo era vendido no Brasil por 150$ e 200$. Era "haussa", "gêge" ou "nagô", do norte, ou bantu do sul da África. O primeiro, belo tipo de trabalhador, distinguia-se pela sua religião muçulmana, em conseqüência de anterior comércio com os árabes: era um negro altivo, econômico, asseado, guerreiro; as suas tribos foram as mais belicosas da região do Níger. Os "gêges" eram fetichistas, como os demais africanos, e falavam uma língua geral, o "iorubá", mais conhecida no Brasil pela designação de "nagô", nome de um dos grupos de pretos da Costa dos Escravos, importados em grande quantidade no decorrer dos séculos XVII e XVIII.[38] Os "gêges" seriam preferidos para os serviços domésticos, alcançavam altos preços como escravos dóceis, e formaram a mais densa população negróide das nossas cidades, enquanto os pretos de piores qualidades (bantus), como os "congos", eram mandados para minas e para os campos, onde o seu crescimento vegetativo foi por isso muito inferior ao dos "minas".

A diversidade das línguas (cujo estudo a tão pouco interessou)[39] e das raças, entre os pretos importados, salvou o Brasil de uma conquista africana, que por vezes o ameaçou, apesar das desavenças

---

37 FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil,* 3ª ed., p. 99.

38 MARTIUS, *Através da Bahia,* trad. de Pirajá da Silva, 2ª ed., p. 96; NINA RODRIGUES, *As Raças humanas,* Bahia, 1894, *L'Animisme fétichiste des negres de Bahia,* Bahia, 1900; MANOEL QUIRINO, *A Raça Africana e os seus costumes na Bahia,* Ann. do 5º Congresso Bras. de Geogr., vol. I; ARTUR RAMOS, *Os Horizontes Míticos do Negro na Bahia,* Bahia, 1932, e *O NegroBrasileiro,* p. 29, Rio, 1934.

39 Cf. memorial do arcebispo da Bahia, *Revista do Inst. Hist.,* vol. 65, I, 341.

irremediáveis e repugnâncias que separavam aqui os escravos das várias procedências, que tinham outros cultos e falavam outros dialetos. Assim em Minas Gerais: uma grande rebelião de escravos só fracassou porque angolas e minas queriam reis diferentes – dizia a carta-régia de 18 de junho de 1725.[40] Na Bahia todos os levantes de negros tiveram a mesma causa de pronto malogro.

INFLUÊNCIA INDÍGENA

Do índio adotou logo o colono numerosos hábitos, abandonando os da Europa. Construiu como ele a choça com a fibra da embira ou do timbó. Assim Estácio de Sá, desembarcando no Rio de Janeiro, em 1565, fez os "tujupares, que são umas tendas ou choupanas de palha, para morarem...".[41] Fortificou-se como o índio, nas cercas de pau-a-pique. Vestiu um forro de algodão, em lugar de couraça, e que constituiu a defesa predileta dos "bandeirantes".[42] Substituiu o trigo pela mandioca. Aprendeu a *moquear* a carne, para conservá-la. Não quis outra cama além da rede, que era para os tupis o único traste. A rede ("bangüê") é também a sua mortalha. A rede ("serpentina") é também o seu veículo. No trabalho do campo imitou o índio, derrubando e queimando para a plantação,[43] e cobiçando sempre terras novas, numa ocupação progressiva do solo. Conquistado o Cabo, por exemplo, o donatário de Pernambuco "repartiu as terras (dos índios expulsos) por pessoas que as começaram logo a lavrar, as quais, como acharam tanto mantimento plantado, não faziam mais que comê-lo e plantá-lo da mesma rama e nas mesmas covas".[44] Os sertanejos ainda agora andam como os índios, isto é, uns atrás dos outros, "por um carreiro como formigas".[45] Fumam o mesmo *pito.* O seu alimento para a jornada é a mesma "farinha de guerra". A canoa, com que passam os rios, é igual à canoa tupica, de uso universal no Brasil. O feiticeiro exerce a mesma influência e a terapêutica sertaneja é toda indígena (a sucção das feridas para expelir o mal, o emprego de inúmeras ervas, as mezinhas).

---

40 Annaes do Archivo Nacional, XV, 76.

41 FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, 3ª ed., p. 181.

42 FREI VICENTE, *ibid.*, págs. 57-59.

43 GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 360.

44 FREI VICENTE, *ibid.*, p. 201.

45 FREI VICENTE, *ibid.*, p. 66.

Do índio, tem o sertanejo a natural imprevidência, a resignação, a incapacidade de poupança. A sua indústria caseira (balaios, esteiras, tecidos de algodão que as mulheres fiam, a cerâmica de barro) é indígena. Conserva do índio a atitude habitual de descanso, de cócoras, a maneira de trazerem as mães os filhos às costas, o jeito de desbravarem o mato e descobrir-lhe as veredas. Comem na *cuia*, guardam as reservas no *jirau*, *defumam* os legumes, como os tupis o faziam no século I; e a modo destes, não bebem quando fazem as refeições.

O colono contemporâneo de Tomé de Souza, adaptou-se, imitando o gentio.

Por isso a história social da América nada tem de comum com a da Europa: respira o ambiente, transuda esse ar úmido das nossas bacias hidrográficas...

A ESCRAVIDÃO

O índio, para ser útil, devia ser ensinado; os jesuítas estudaram-lhe a língua e o atraíram ao convívio dos brancos. Associaram-no à vida colonial, incutindo-lhe a fé cristã o tornaram assimilável, fizeram do selvagem um instrumento de trabalho.

Mas não bastava o índio.

A principal riqueza era a cana-de-açúcar, cujo granjeio não se afazia do índio, refratário à vida sedentária; foi necessário ir buscar à África o negro. Interessava ao Brasil, como braço, e à África, como comércio.

Sem a lavoura do Brasil as conquistas portuguesas de costa d'África pereceriam naqueles tempos de indecisão colonial, sempre as correntes migratórias à procura de fortuna fácil.

De 1575 a 1591, a exportação de escravos de Angola subira a 25.053, protegido o tráfico para o Brasil por uma diminuição de direitos, 100%, em relação à Índia.[46]

No começo do século XVIII, só a Bahia importava 25 mil por ano.[47]

46 VISCONDE DE PAIVA-MANSO, *História do Congo*, págs. 84 a 140.

47 L. G. DE LA BARBINNAIS, *Nouveau voyage outour de monde*, III, 180, Paris, 1728.

Entre 1550 (início do tráfico negreiro) e 1850 entraram no Brasil de 6 a 8 milhões.[48]

À medida que prosperou a indústria açucareira, o negócio de escravos floresceu: e até que ambos esses interesses, pelo seu vulto, caracterizaram a economia ultramarina.[49]

Ora, o negro, despejado aos milhares numa terra parecida com a sua África, de paisagens e climas semelhantes, não perdeu as qualidades puramente raciais, acrescidas do seu cabedal mítico; o negro introduziu no Brasil (região agrícola: zona de expansão do africano) "novo Guiné", na frase do escritor dos *Diálogos das Grandezas*, o contingente de lendas e crenças, que, enriquecido das indígenas, temperou a simplicidade, a credulidade e a timidez do povo ibérico, embebido de medievalismo.

Na primeira geração, o colono era um impressionável, hesitante entre as formas sociais primitivas que surpreendera na América e as suas tradições cultas; então o fidalgo d'armas servia os ofícios de justiça e o cavaleiro se afazendava como o plebeu de sangue mourisco. Na segunda e demais gerações absorveu, com crescente abandono do atavismo europeu, os costumes bárbaros que o cercaram e empolgaram. A revogação das Ordenações do Reino, na parte relativa aos processos, coincidiu com as primeiras aplicações do direito pátrio. Pero de Góes, comandante da frota guarda-costas, lembrara em 1551: para a colonização desta terra ir avante, era necessário em muitos casos deixar de seguir as Ordenações, que tinham sido feitas "não havendo respeito aos moradores do Brasil".[50] Em S. Vicente, os costumes alteraram as leis portuguesas desde 1543, quando se decidiu por vereação, que uma só testemunha bastaria para qualificar o delito de detração...[51]

Assim, por uma troca de influências, sensível desde 1549, o indígena, o negro e o branco, coabitando na terra ampla e misteriosa, porém deles, criaram um indivíduo médio e uma sociedade média, que, por serem locais, já eram "brasileiros".

---

48 ROBERTO SIMONSEN, *História Econômica do Brasil*, I, 205, São Paulo, 1937, calcula em 3.300.000 a importação total de escravos.

49 PEDRO CALMON, *Espírito da Sociedade Colonial*, págs. 165 e segs.

50 PORTO SEGURO, *História do Brasil*, 3ª ed., I., 311.

51 FREI GASPAR, *História da Capitania de S. Vicente*, p. 173.

Os jesuítas concorrem intelectualmente para esse "abrasileiramento" do colono, fazendo-se indianistas – metidos com os caboclos para convertê-los, adotando-lhes os linguajares, por fim usando os seus utensílios, adaptando-os à sua rude peregrinação. Em vez de *europeizar-se* o selvagem, foi o branco que se *indianizou*,[52] a suprir a insuficiência dos seus recursos com os da terra. O jesuíta possuía, sobre todos os outros homens, a vocação de congraçamento, que tão bem desempenhou na China: no Brasil, a sua obra é de uma profunda intuição humana. Explica parte da evolução nacional; pelo menos este Brasil mameluco, mestiço, harmonioso na aparente confusão étnica,[53] afinal equilibrado e – como veremos – quase homogêneo.

52 Há sempre nas alianças de índios e portugueses no Brasil uma figura feminina, que os aproxima, purificando em amor o sacrifício da sua raça. É a Paraguaçu na Bahia, a Arco-Verde em Pernambuco e a Tibiriçá em S. Paulo. Uma Margarida amansou os aimorés, segundo Frei Vicente do Salvador; casando com uma índia, mãe de Robério, Belchior Dias se congraçou com os tapuias do Nordeste; os janduís fizeram pazes por intermédio de uma rapariga que João Pais Florião tirar a da taba; Manoel Pires Maciel pacificou o alto S. Francisco por meio de Catarina, a filha do chefe caiapó, com quem casou...

53 GILBERTO FREIRE, *Casa Grande & Senzala*, p. 88, Rio, 1934. "Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça..."

. . . .

IV
A Unidade Virtual – Fisionomia Geográfica do País

A catequese dos índios, acompanhando a caça aos índios pelos escravizadores, a luta pela posse da terra, a corrida às minas, deslocaram para o sul, para o norte e para o centro as forças colonizadoras que ainda não se tinham imobilizado nos canaviais.

As dificuldades de assistência entre os brancos e indígenas, os conflitos políticos (governo de Duarte da Costa, 1554), a primeira *liga* de selvagens e franceses (governo de Mem de Sá, 1560) contra a dominação portuguesa, não puderam desviar dos seus rumos aquela civilização que se infiltrava e alargava. Sentira-se, logo após a criação do governo-geral, que as determinantes geografias impeliam os rudes e ávidos colonos ao descobrimento de um império – imensa área em que Portugal, renovando-se, expandiria a sua raça.

A verdadeira união nacional no Brasil, psicológica, traziam-na em mente os homens do século I; deveras, este país, que contém tantos países, foi "um só" na visão de conjunto, totalizante, do português que o achara.

"... Tem esta terra mil léguas de costa, toda povoada de gente que anda nua"...[54] – em 1549 escrevera um jesuíta.

54 *Cartas do Brasil*, ed. da Acad. Bras., I, 97.

Nenhuma das atuais nações da América foi assim homogênea nos seus começos: e continuou homogênea na sua evolução. "Brasil" chamou-se toda a terra; um só governador-geral (que a efêmera divisão em dois governos, 1573, foi uma breve tentativa de desmembramento) o administrou, zelando sobretudo a conservação e defesa do país; um só idioma o unificou, feito do português influenciado pelo tupi, idioma mameluco também:[55] a mesma predominância do fator físico se lhe revelou, de um a outro extremo.

Os jesuítas foram um agente ativíssimo dessa homogeneização, mas às leis da geografia humana cabe a maior responsabilidade do "maciço" brasileiro.

Os missionários orientaram a penetração; eram-lhe os olhos vigilantes, a língua pacificadora.

A "unidade" do Brasil, porém, já fora adivinhada pelo índio.

Um conto tupinambá dizia que o Brasil era o pombo, cujo coração ficava na Bahia.[56]

A distribuição das raças indígenas parece também antecipar-se à geografia política, pela coincidência entre o bloco tupi-guarani e o território da América portuguesa.[57]

A colonização lusa substituiu, em todo o seu vasto *habitat*, aquela grande raça, que em parte assimilamos ou eliminamos.

---

55 Vd. TEODORO SAMPAIO, *Revista de Filologia e História*, fasc. IV, 465-72. A patente de nomeação de Diogo Coelho de Albuquerque para capitão-mor do Ceará notava: "... e ter muita experiência... e prática dos índios, e saber-lhes a língua..." (1465, *Rev. do Instituto do Ceará*, XXVI, 43). "Em algumas capitanias, como em São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influiu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda. Nas duas primeiras falava-se entre os homens do campo a língua geral até o fim do século XVII." (*TH. SAMPAIO, O Tupi na Geografia Nacional*, Rev. do Inst. da Bahia nº 54, p. 51).

56 FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, pp. 102-3.

57 É o que se verifica do mapa de A. MÉTRAUX, *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*, p. 9, Paris, 1923. A linha ocidental da expansão tupi-guarani passando pelo estuário do rio da Prata, subia o Paraguai, e pelo Guaporé–Madeira, atingia o Amazonas, diluindo-se na bacia imensa. Sobre a unidade, dádiva da natureza, SÍLVIO ROMERO, *Ensaio de Sociologia e Literatura*, p. 111, Rio, 1900.

Restaria, para devidamente estimarmos a influência da fisiografia brasileira, considerar que qualquer colono, em lugar do "português", observada a igualdade de situações, faria o que ele fez. Sim, o relevo da terra, o seu sistema fluvial, as condições da cabotagem, o meio enfim, esboçaram a história do Brasil; sumariaram o capítulo que o homem escreveu. De algum modo, pode-se ler a evolução do Brasil no seu mapa, na sua distribuição de populações, o devassamento da terra, a procura das fronteiras, o sentido da política exterior e geográfica, que a natureza assim nos deu.

Resumamos a lição do mapa e vejamos como o homem modificou a fatalidade das leis naturais.

O CENÁRIO

O Brasil ("figura de uma harpa", já dissera Frei Vicente)[58] tem uma extensa costa de 9.200 quilometros,[59] extremamente pobre de acidentes que a beneficiassem. "Faltam mediterrâneos, penínsulas, golfos, ilhas consideráveis..."[60] As reintrâncias, que permitiam à navegação um repouso, vestíbulos do continente, eram o estuário amazônico, e, passando as lagunas entre o Pará e o Maranhão, S. Luís, a foz do Parnaíba, o Apodi, o Potengi, o Paraíba, o Capibaribe, o S. Francisco, Açu da Torre, a Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Vitória, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, Cananéia, Paranaguá, S. Francisco do Sul... Logo se assinalaram por povoações, obras de defesa ou estabelecimentos de comércio,[61] vivazes, embora isolados, mercê da difícil, muitas vezes impossível intercomunicação, pois o regime dos ventos dividia a cabotagem em quatro seções. Isolamento, entretanto, que obstava a ida, e também tornava improvável a volta, e assim fixava e nacionalizava. Daí o retardamento da conquista da costa Leste–Oeste, sendo no I século o

58 *História do Brasil*, p. 19.

59 Corresponde a um alongamento de 57% sobre a linha poligonal envolvente que é de 5.864 quilômetros. ALFREDO LISBOA, *Dicionário do Instituto Histórico*, I, 40.

60 CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos de História Colonial*, 1ª ed., p. 1.

61 "As migrações, disse A. C. HADDON, seguem a linha de menor resistência e se escoam pelas zonas ou canais abertos entre as barreiras." (BRUNHES & VALLAUX, *La Géographie de l'histoire*, p. 245).

cabo Calcanhar um novo cabo Não, e a navegação entre o Maranhão e Ceará, "uma das mais dificultosas e trabalhosas" de todo o mar (Antônio Vieira), só possível no inverno.[62]

As correntes e ventos favoreciam as comunicações entre Pernambuco e a Bahia, normais antes da abertura do caminho do S. Francisco (1590), e facilitavam o comércio entre a Bahia e as capitanias do Sul, de modo tal que raramente se fez por terra a viagem para Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, núcleos de abastecimento, pelas farinhas e madeiras, das frotas d'el-rei.

Entre o Rio de Janeiro e S. Vicente a navegação era constante e sem perigos, pela variedade de abrigos que havia no litoral e regularidade dos ventos, o mesmo sucedendo até a ilha de Santa Catarina, que deixou de ser espanhola em virtude dessa proximidade marítima de Santos, que não tolerara a existência do estabelecimento castelhano donde Cabeza de Vaca, em 1547, partira para o Paraguai.

De outro lado, a cordilheira do mar, obstáculo primeiramente, foi depois proteção da América portuguesa, como fortaleza natural que desenvolve a sua muralha de Santa Catarina ao Espírito Santo, deixando entre os contrafortes e o oceano uma fímbria fértil, onde mariscaram colonos e estrangeiros, sem verdadeiro domínio sobre o país.

Graças à cordilheira – que, negando profundidade, dava extensão à conquista – os corsários que assaltaram Santos, como Cavendish, não atingiram S. Paulo, e não houve frota de inimigos, desde Piet Heyn (mesmo a que devastou em 1640 o recôncavo baiano), que fizesse render Vitória do Espírito Santo, posta no côncavo das suas abruptas montanhas.

A escassez daquela faixa marítima condenaria à vida medíocre de entrepostos as povoações que aí cresceram: Desterro, Paranaguá, Santos, Angra dos Reis, até o século XIX Vitória. Mas desempenhou o seu papel histórico de ampliar a posse ao longo do litoral, e defendê-lo;

62 Vd. CAPISTRANO DE ABREU, *Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, p. 107, Rio, 1930. O Padre Serafim Leite descobriu outra carta de Vieira, do rio das Amazonas, 21 de março de 1661, em que revela: de oito embarcações do Maranhão, só uma chegara a Pernambuco... (*Jornal do Commercio*, 24 de outubro de 1937).

por isso, quando a exploração intensiva do Brasil lhe granjeou a grande riqueza dos séculos II e III, a terra toda era lusitana.

O sertão veio mais tarde: a fachada precedeu à casa, como a muralha precedia, nos castros, à cidade.

Só no Piauí a civilização rumou do interior para o litoral: é um farto adstrito à bacia do S. Francisco.

A serra do Mar tornou também independentes os movimentos de expansão, de Santos para Paranaguá e Laguna, e daí à colônia do Sacramento, e de S. Paulo a Itu para as Missões e o rio Paraguai.

O homem do planalto não sabia o que o homem da baixada tentava. Erguia-se entre eles o vasto divisor de águas da cordilheira. Por isso, algum tempo, quando se instalou a "capitania de S. Paulo e minas do Ouro", Santos e a orla marítima, até a extrema do Brasil, puderam ser desanexados daquela e dados à do Rio de Janeiro – erro administrativo, que logo se desfez.[63]

A enormidade do território e sua fisionomia geográfica, determinantes do isolamento dos grupos, engendrou a nossa sociedade de tipo atomístico (Oliveira Viana), que não conheceu a forma cooperativa senão acidentalmente, e se conservou, desde a era do açúcar até à do café, estruturalmente individualista. Não somente a ausência de solidariedade, também a descoordenação do povoamento tornou impreciso e hesitante, espontâneo e sinuoso o movimento de conquista e aproveitamento da terra.

O Brasil desenvolveu-se caracterizado pela independência do homem em face de ação reguladora do Estado, apenas limitada no século III, em razão das explorações mineiras, mas vitoriosa nos refolhos e na amplitude do país.

Começava pelo fator português, misto de clandestinos religiosos (judeus) e sociais (degredados), que se adaptaram imediatamente ao meio novo e criaram aqui uma individualidade diferente: a rebeldia favoneada pela liberdade. Mamalucos, notados já em 1549 por Hans Staden,[64] índios corrompidos pelos traficantes, mulatos e pretos forros ou fugidos, formaram o grosso da população, indiferente aos preceitos

---

63 AFONSO TAUNAY, artigo no *Jornal do Commercio*, 3 de Janeiro de 1932.

64 *Viagem ao Brasil*, ed. da Acad., p.55.

políticos, seduzida pela vida livre, preferindo a sua emancipação, do campo, às coibições da cidade, esta hierarquizada e policiada – como em Pernambuco, na Bahia, em S. Paulo. A história do Brasil teria de refletir esse desequilíbrio de origem, entretanto concordante com a sua unidade espiritual.

. . . .

V
As Regiões de Condensação e de Dispersão – Norte e Sul

A cultura de cana, em Pernambuco, estendia naturalmente o povoamento ao longo da costa, para a Paraíba e para Alagoas. Na Bahia, a atividade açucareira foi mais restrita. Notou Gândavo: "Tem (a Bahia) dezoito engenhos... também se tira neles muito assucre, ainda que os moradores se lançam mais ao algodão que a canas d'assucres porque se dá melhor na terra."[65] Graças ao algodão, o povoamento ali se libertou do recôncavo e procurou o sertão.

OS PASTORES

O gado, depois de 1560, espalhou-se pelas savanas do Nordeste com uma rapidez, uma vitalidade admiráveis. A primeira caravela carregada de vacas das ilhas do Cabo Verde chegara à Bahia em 1550. Outras se seguiram, de modo a formar cada fazendeiro um núcleo pastoril, que prosperou à beira da cidade, auxiliando-lhe as lavouras. Mas o progresso dos rebanhos foi imprevisto. Havia em breve tanto gado junto das roças

---

65 *Tratado da Terra do Brasil,* p. 29.

que era forçoso largá-lo pelos campos argilosos e pobres,[66] a *caatinga*, que se desenrolam, uniformes, entre Feira Velha e o Itapicuru, e para o Centro e Nordeste, entre rios e serras do sistema do Espinhaço.

Um dos criadores, Garcia d'Ávila, companheiro de Tomé de Souza, fez curral em Itapagipe, depois em Itapoã, afinal em Tatuapara, onde se acasteleou numa *torre.*

Em 1587 os currais de Garcia d'Ávila subiam a dez[67] (Gabriel Soares) e o padre Fernão Cardim (1583) disse que a sua capela de Tatuapara era "a mais formosa que há no Brasil".[68]

O RIO DE S. FRANCISCO

Em 1573 Garcia d'Ávila chegou a Sergipe, onde lançou os fundamentos de uma colonização. Quando Cristóvão de Barros conquistou aos caetés aquela terra (1590), as pontas de gado, tangidas do Sul, passavam o Itapicuru. De 1590 a 1600, as campinas entre o rio Real e o S. Francisco se povoaram de tão numeroso concurso de pastores, que – acrescenta Frei Vicente do Salvador (1627) – "dali se provém de bois os engenhos da Bahia e Pernambuco e os açougues de carne".[69]

O S. Francisco foi um polarizador. Nenhum outro rio do Brasil teve uma função histórica tão constante. A sua importância, como condensador de povos, pertence à arqueologia da América; Gabriel Soares nos dá notícia da localização, naquele vale fértil, cimitarra de terras agrícolas cortando o desolado sertão, de todas as raças indígenas do Brasil, exceptuados apenas guaranis e aruaques: assim gés, cariris, caraíbas, tupis. Cada uma dessas famílias, rivalizando com a vizinha, conquistara em tempos pré-colombianos o seu direito de beber e pescar no rio providencial, espécie de torrente milagrosa que ficava para além da caatinga inabitável, estrada móvel, enriquecendo com as cheias periódicas, como o Nilo, um solo salitroso e fecundo.

66 CAPISTRANO DE ABREU, Introdução aos *Diálogos das Grandezas*, ed. da Acad., págs. 13-5; *Diálogo das Grandezas*, p. 43. O alvará de 1701 proibia que se trouxesse o gado a dez léguas da beira-mar, in BRÁS DO AMARAL, *Anotações a Accioli*, II, 360.

67 *Tratado Descritivo*, p. 48.

68 *Tratado da terra e gente do Brasil*, ed. Rod. Garcia, p. 312, Rio, 1925.

69 *História do Brasil*, p. 336.

De Pernambuco e da Bahia, os criadores seguiram lenta, mas seguramente, o rumo do S. Francisco. Depois acompanharam-lhe as margens. Embarcados, os pioneiros chegaram à barra do Rio Grande, subiram até Carinhanha, remontaram às terras centrais, que foram mais tarde as Minas Gerais.

Nem para alcançar o S. Francisco os do Nordeste precisavam armar as suas "bandeiras": o próprio deslocamento dos rebanhos e a necessidade de pastos, que tornaram as fazendas imensas,[70] alargaram o âmbito do gado até o vale maravilhoso.

Deveras, o S. Francisco atraiu os rebanhos de Pernambuco, cujos engenhos passaram a dispor apenas dos bois necessários ao manejo do "trapiches", tanto que de lá se abasteciam das boiadas inumeráveis, ao tempo dos holandeses.

Na Bahia, pelos vales do Jacuípe, do Pojuca, do Itapicuru e do Real, os rebanhos rumaram na direção Leste–Oeste, enquanto o rio Paraguaçu se transformava em outra estrada do povoamento.

Cachoeira, no Paraguaçu, é obra sertanista, como Tatuapara: os Adornos, netos do Caramuru, fizeram ali o seu quartel de inverno.

Esses bandeirantes rechaçaram os tapuias, introduziram gado pelo vale acima, e desviando-se das matas do Orobó, onde morrera Gabriel Soares (1592), penetraram a bacia do rio de Contas.

A Casa da Torre (de Garcia d'Ávila), retomou, em 1627, os trabalhos do seu fundador, e achou a comunicação com o S. Francisco, por Jacobina. Recolhera a experiência de Belchior Dias Moréa, que subira ou acompanhara o S. Francisco, entre a barra do rio Salitre e o Paramerim, de lá trazendo histórias de minas de prata, que justificaram, por cento e cinqüenta anos, expedições, pesquisas, caças de índios.

O gado rompeu com os sertanistas.

As "estradas de boiadas" foram os caminhos definitivos. Por eles transitou o exército português, nas guerras com o flamengo invasor de Pernambuco, e por eles rolou o povoamento semeando aldeias e vilas

---

70 HANDELMANN, *História do Brasil*, ed. do Inst. Hist., p. 333: "O criador de gado não pode suportar vizinhança próxima, porque para pastagem ele precisa de vastas extensões de terrenos". "...*Il faut se séparer pour vivre.*" (VIDAL DE LA BLACHE, *Principes de Géographie Humaine*, p. 36, Paris, 1922).

por todo o Nordeste. Os vales (como, no Sul, os do Paraíba e do Tietê) são sempre os escoadouros preferidos, porque aí há alimento, sombra e frescura: o mapa dos caminhos do Nordeste é, de um modo geral, a sua hidrografia.

As terras de mais demorada conquista foram as de entre-rios, secas e sáfaras, onde o homem é um hóspede mal aceito.

O Paraguaçu levou às chapadas, o rio das Contas ao sertão de Caetité, o Jacuípe ao sertão do Morro do Chapéu, o Itapicuru à serra de Itiúba, o Vaza-barris a Jeremoabo, o S. Francisco ao Brasil central. Ainda a conquista do Piauí se serviu de um vale: o Gurguéia. Pelo Jequitinhonha, os primeiros bandeirantes atingiram Minas Gerais.

Somente as florestas do sul (inçadas de aimorés salteadores) e os catingais à margem dos caminhos do gado, desprezados por melhores pastagens, e que apenas no século XIX se povoaram – obstaram ao desbravamento do atual território da Bahia, revelado e ocupado pelos vaqueiros.

Em 1600, a linha extrema da colonização passava por Penedo, Sergipe, Natuba, Cachoeira, e continuava pela costa abaixo, para entrar novamente no sertão em Angra dos Reis ou Parati, Taubaté, S. Paulo.

Cinqüenta anos depois a mesma linha, começando na boca do rio Amazonas, costeando o Maranhão, o Ceará e o Rio Grande do Norte, partia do porto de Touros, terra adentro, a Olinda, daí a Sento Sé, e Jacobina, Morro do Chapéu, Maracás, Rio de Contas, litoral dos Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, o vale do Paraíba, as missões jesuíticas depois dos "campos gerais".

O gado representou um papel incontrastável nessa grande expansão.

A CONQUISTA DA PARAÍBA

A conquista da Paraíba do Norte (1585), feita por elementos de Pernambuco e da Bahia, foi uma dupla conquista econômica, tanto para a extração de pau-brasil, que os potiguares vendiam aos franceses, e era o melhor do país,[71] como para o cultivo da cana-de-açúcar.

A necessidade de defender-se a costa dos corsários e, com a ajuda dos tabajaras, repelir os índios aliados dos estrangeiros, levou a

71 CARDIM, *Tratado*, p. 188; também STADEN, *Viagem*, p. 37.

gente de Pernambuco a construir o forte dos Reis Magos (1598), fortaleza mais setentrional, que serviu de eixo à penetração dos areiais de leste-oeste e à sucessiva ocupação do Ceará, Maranhão e Pará.

Mas os espaços entre o litoral arenoso, onde havia apenas âmbar, e os rios da bacia de S. Francisco, foram devassados pelo gado saído dos currais baianos para o Jaguaribe, Gurguéia, o Itapicuru, o Parnaíba, o Mearim, num impulso de ocupação que, durante cem anos (1674 – 1774), criava a vida pastoril no Nordeste, e a estabilizava.

O SUL

No Norte foi assim.

No Sul as coisas se passaram diversamente. Nem o gado determinou o *rush* bandeirante, a que se devem os sertões de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas, Goiás e Mato Grosso, nem os índios se mesclaram, até à fusão, com paulistas ou *emboabas*.

No Sul, a mina de ouro e o escravo indígena fizeram as bandeiras; a colonização, destituída do interesse agrícola, foi extrativa; não se retemperou deveras da serenidade pastoril senão quando se esvaneceu a miragem aurífera, por volta de 1750, e o comércio habitual foi o de muares, do pampa para Sorocaba.

Sucedeu aqui o mesmo que na América espanhola – depois que à *mineração* do Peru se seguiu a *criação* nos pampas, e a Cuzco sucedeu Buenos Aires.[72]

Daí também a caracterização histórica e étnica das duas regiões que uma carta-régia de 1659 mandou separar, numa tentativa de desmembramento administrativo.[73]

O verdadeiro "conquistador" era o do Sul, salteando as reduções jesuíticas: "E para aquela guerra os melhores soldados do mundo", na frase do Padre Antônio Vieira.[74]

---

72 Sobre a origem e a história do "gaúcho", EMÍLIO S. CONI, art. de *Boletin de la junta de Historia y Numismatica Americana*, IX, 87 (936). O cavalo foi desembarcado no rio da Prata, em 1536.

73 *Documentos Históricos*, XX, 97.

74 *Cartas*, I, 40.

O paulista, metido na sua couraça de algodão, já empregada pelos castelhanos na conquista da Nova Granada, em 1536 – era sobretudo aventureiro, e essa qualidade marcial[75] lhe explica a pequena propriedade, a pequena indústria, a criação de gado, a rala lavoura, do planalto, onde não havia fazendas maiores de uma légua.[76] A grande propriedade veio-lhe com a fixação: só a agricultura intensiva (o café) ou a grande criação, depois do abandono das minas, a determinaram.

No Norte era o contrário: cada engenho de açúcar deitava raízes de vila, populoso, opulento.

Também, com a pequena propriedade, os moradores do planalto se chegavam uns aos outros, defendendo-se. Mas, geralmente, as viagens de aventura (Missões, Minas, Goiás, Mato Grosso, S. Pedro do Rio Grande do Sul) deslocaram tão grossas camadas de colonos do planalto que, por vezes, naqueles sítios só paravam as mulheres e os velhos: disto resultou a decadência de S. Paulo no século XVIII.

BANDEIRAS

O mapa histórico do Brasil retrata essa particularidade: comparemos a carta quinhentista da costa, cindida pelo meridiano de Tordesilhas, com a carta do país, em 1640, que nesse formidável avanço para o Oeste e para o Sul ("... por os moradores não poderem viver sem o sertão...") estará resumida a arrancada paulista.

Graças à penetração dos caçadores de guaranis ("sertanistas", chamavam-lhes os missionários) perdeu a Espanha Santa Catarina, as missões jesuíticas do Uruguai, que chegaram a limitar-se pelo Paranapanema, o Mato Grosso pela linha do Guaporé; e foi em virtude dessa ocupação que, em 1750, Alexandre de Gusmão estabeleceu o critério do *uti possidetis* para os tratados de limites na América.

---

75 Concorda com a observação de RATZEL – e LUCIEN FABRE, *La Terre et l'Evolution Humaine*, p. 102, Paris, 1922; JEAN BRUNHES, *La Géographie Humaine*, p. 328, Paris, 1922; ELLEN CHURCHILL, *Semple Influences of Geographie Environment*, p. 493, New York, 1911; Ver sobretudo A. TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, Tours, 1920. – O conflito entre o individualismopastoril e o gregarismo urbano engendrou, na América do Sul, o caudilhismo: ALBERDI, SARMIENTO e INGENIEROS procuram demonstrá-lo.

76 Vd. ALFREDO ELLIS, *Raça de Gigantes*, p. 201, S. Paulo, 1926.

. . . .

VI
A Terra Disputada – Os Holandeses – Reação Nativista

As lutas, com os gentios, os franceses, os corsários, os holandeses e os castelhanos, tiveram na posse da terra o papel excepcional de neutralizadores da geografia dissociativa.

O governo de Portugal, em virtude daquelas guerras, que abrangem os três primeiros séculos, fixou na costa as feitorias, fortificou os portos, marcando os contornos da colônia, enviou-lhe armadas de socorro e exércitos restauradores, devolveu-lhe boa parte das rendas hauridas do Brasil, e por não perder a este, afinal a sua possessão mais importante, colonizou-o intensivamente.

Não fora essa política colonial, e os franceses não sairiam do Rio de Janeiro, os espanhóis de Santa Catarina, os holandeses da Bahia e Pernambuco, ficando para Portugal o Maranhão ou o Pará, mais defendidos dos povos nórdicos pelo seu clima equatorial; assim, o mapa da América do Sul seria como o da África hoje, com a sua Angola recortada entre densas províncias estrangeiras.

A obra portuguesa no Brasil foi eminentemente *militar* no primeiro século, e isto lhe valeu o império americano.[77]

---

77 Lord Hebert of Chebury convenceu Henrique VIII da necessidade de abandonar a EuropaContinental, para explorar as Índias... Começouassim a expansão colonial inglesa.

Os seus métodos eram uniformes e inflexíveis: aliar-se a umas, contra outras tribos indígenas, e jamais transigir com o estrangeiro, mantendo contra ele a exclusividade da conquista.[78]

A ocupação do território operou-se assim e da mesma forma a sua defesa.[79]

As rivalidades imemoriais entre os selvagens facilitaram a localização e a conservação do homem branco. Caramuru governou os tupinambás na Bahia, porque os ajudou a combater a nação contrária. Mem de Sá repulsou os franceses do Rio de Janeiro aliado aos temiminós e goianases, contra os tamoios. Com tupinambás rechaçaram os portugueses os caetés e os tupiniquins. Com os tabajaras – insiste o Padre Simão de Vasconcelos – eles puderam povoar Pernambuco. A posse da Paraíba só se tornou efetiva quando aqueles tabajaras abandonaram os potiguares (amigos dos franceses), passando a lutar ao lado dos portugueses. Diogo Botelho mandou seis caravelas cheias de potiguares contra os aimorés.[80]

Os guaranis do norte foram pelos guaicurus rechaçados para a região do Tape (meados do século XVII). Os cariris e os tapuias do Açu sofreram o cerco dos índios de Pernambuco e da Paraíba, que formavam o *terço* de Camarão. A Casa da Torre tinha no S. Francisco o seu *terço* de tupis, contra os tapuios do Piauí...

As tentativas de ocupação francesa (1555 e 1613) atraíram a colonização para o Rio de Janeiro e o Maranhão; haveriam de afirmar a fronteira amazônica. Onde estivera o inimigo era forçoso construir um forte, que o evitasse de futuro: daí a cidade do Rio, e a capitania do Maranhão. À construção da primeira se seguiu a posse do litoral de

---

78 Ver, sobre o monopólio da terra, ALBERDI, *Las Bases*, págs.31-2, ed. Buenos Aires, 1915. Note-se que a aliança com a Inglaterra, que data de 1654, não abriu aos navios ingleses os portos da colônia. Em 1659, por exemplo, foi concedida licença especial para quatro naus inglesas irem à Bahia, *Documentos Históricos*, p. 62, e com a condição de levarem a carga a Lisboa.

79 A importância da contribuição indígena para a conquista do Brasil tornou-se, na Academia Brasílica dos Renascidos (ALBERTO LAMEGO, *A Acad. Bras. dos Renasc.*, p. 90, Paris, 1923) – 1759 – e daí em diante – uma tese predileta do romantismo histórico: entretanto essa literaturanão lhe diminui a veracidade.

80 *Revista do Inst. Hist.*, vol. 73, parte I, 70-1.

Cabo Frio; à fundação da segunda, o desenvolvimento para o equador das descobertas, a cidade de Belém do Pará (1616) e a conquista do Amazonas, que, em esforço de penetração e ousadia militar, equivale à anterior, do rio Paraná–Paraguai.

Graças ao estrangeiro, o governo geral (que desde Diogo Botelho preferira Pernambuco à Bahia, como o mais próximo centro de comando) se deixou arrebatar da sedução daquelas águas imensas, misturando os interesses militar e econômico, e esperançado de dar, de Leste para Oeste, com os espanhóis do Peru. Já o regimento que trouxera Tomé de Souza determinava a exploração do interior, sempre para o sertão, sempre...

Um aspecto análogo teve a subida do Paraná, pelos paulistas. Alcançado o rio-mar, navegável, que abria no sertão a estrada desejada, batizara-se a fronteira: também como sucedera nos tempos pré-coloniais, entre tupis-guaranis e charruas...

Em relação ao vizinho castelhano – é isto essencial – beneficiava-se o português do seu pendor náutico, que lhe dava, para as navegações fluviais e costeiras, a aptidão que o espanhol mostrava para as cavalarias da savana. Era mau marinheiro o espanhol: o gaúcho herdou-lhe, e ao tapuio, essa incapacidade – própria dos povos pastores, para as lidas do mar.

Já Orellana, em 1544, reconhecera aquela superioridade portuguesa, pedindo a Carlos V marinheiros de Portugal, para com eles descer o Amazonas.[81]

Por isso tiveram os lusos a iniciativa e o gozo da dominação das grandes artérias do contintente, que lhes foram abandonadas pelos adversários fronteiriços, entretidos na sua caça de minas.

DOMINAÇÃO ESPANHOLA

Em 1578 o rei D. Sebastião, com todo o exército português, pereceu nos areiais de Alcacer-Quibir, numa desastrada expedição contra os mouros, que pode ser qualificada de “última cruzada”.

---

81 Cit. do Pe. J. B. HAFFEMEYER, in *Rev. do Inst. do Ceará*, nº 26, p. 54 not.

Sem herdeiros forçados, deixou o trono à mercê do rei de Espanha, Felipe II, neto, por sua mãe, de D. Manoel, o "Venturoso". O poderoso monarca venceu pelo suborno, em Tomar, e pelas armas, em Alcântara, o pretendente português, D. Antônio, prior do Crato, que obtivera o apoio de França, segundo se disse, em troca do Brasil.[82]

Cingiu assim a Coroa lusitana.

Por sessenta anos (1580–1640) Portugal e Espanha estiveram unidos, na pessoa de um soberano comum: Felipe II (1580–1598), Felipe III (1598–1618), Felipe IV (1618–1640).

Ao Brasil, longe de ser funesta, foi materialmente vantajosa a desventura da mãe-pátria: os castelhanos passaram de inimigos a aliados, e os paulistas entraram-lhes as terras, desde que as fronteiras – aquele meridiano de Tordesilhas! – se tinham apagado[83] com a independência portuguesa.

A partir de 1587, o comércio entre S. Vicente, S. Paulo e o rio da Prata se entabolara, mais ativo mesmo que o comércio da metrópole.

Buenos Aires tornou-se um grande mercado de escravos, que levavam os portugueses, e fornecia couros, e carnes salgadas – como, em 1610, observara Pyrard de Laval.[84]

Em 1642 – em plena guerra entre Portugal, que recuperara a independência, e Espanha, que lha contestava, ordenou o governo de Lisboa que continuasse o comércio pacífico ligando Buenos Aires à Bahia. Recomendou também, "para se abster de todo ato de hostilidade contra os castelhanos do rio da Prata", como, em 1656, repetiu o governador-geral do Brasil.[85]

Em compensação, houve o Brasil de ser presa, por três decênios, da cobiça holandesa.

---

82 CAMILO CASTELO BRANCO, *História e Sentimentalismo*, p. 185, Porto, 1897. A rainha Catarina de Medici chegara a nomear um vice-rei para o Brasil, ver CH. DE LA RONCIÈRE, art. in *Jornal do Commercio*, Rio, 15 de julho de 1934.

83 O rei de Espanha mantivera sempre a proibição de entrarem os portugueses nas suas Índias, D. FRANCISCO MANOEL, *Ecco Polytico*, p. 10, Lisboa, 1645.

84 *Voyage*, etc., p. 562; ver, *Cartas de Vieira*, I, 39, ed. de 1885.

85 *Documentos Históricos*, XIX, 59.

GUERRAS HOLANDESAS

As guerras holandesas tiveram a virtude de argamassar num tipo, até então desconhecido, os elementos díspares da colonização.

Etnicamente e geograficamente, aquele drama formidável – uma possessão remota e quase despovoada a braços com um invasor culto, forte e organizado – retocou o Brasil na sua fisionomia definitiva.

Quando, em 1624, uma armada flamenga se apossou da Bahia, era o Brasil uma vaga experiência do gênio colonial do tempo: desagregado, impreciso, mameluco, com as feitorias da costa separadas por distâncias enormes, a população disseminada pelos engenhos de açúcar. Pois em 1654, quando Recife, última posição holandesa, se rendeu ao exército luso-brasílico, havia ali um povo.

Dentro de tão curto tempo o processo de elaboração social achou a fórmula "brasileira": aliados, para a repulsa do intruso, índio, branco e negro, acomodados no seu amor à terra adotiva ou do berço, como se o dever de defendê-la já fosse "patriotismo". Henrique Dias alegava já não poder viver longe de sua *pátria* (Pernambuco), falando de *interesses do Brasil*, que pela primeira vez se delineavam. Mais geográfica que etnicamente, as lutas holandesas revelaram o Brasil, que foi palmilhado desde o Espírito Santo até o Maranhão, devassado ao longo do litoral, revolvido entre S. Paulo e o Maranhão. Poucos dos caminhos assim rasgados na mata vieram a fechar-se ao povoamento. Retirado o estrangeiro, ficava o sulco da sua iniciativa: a indústria e o comércio coloniais transforma-se por isso. Principalmente o lavrador "mazombo" adquiriu um espírito de regionalismo, que não perdeu até à emancipação da colônia. Em Pernambuco, a sedição geral contra os holandeses, conquistadores da terra, foi proeza dele.

O EPISÓDIO FLAMENGO

A América transformou a economia européia. As nações de tradição marítima, como a Holanda, sucessora da Liga Hanseática, ou sem essa tradição, como a Inglaterra, cuja marinha surgiu com a necessidade expansiva do seu comércio – lançaram-se à "cavalaria do oceano", rumo dos entrepostos de especiarias, na esteira das caravelas de Portugal e dos galeões de Espanha, que os descobriram. Onde o ibérico hesitava

ou fracassava, estabelecia-se, vitorioso, o saxão ou o batavo. As suas armadas cresciam, com o enriquecimento da sua burguesia e a nova orientação – para o luxo, as empresas coloniais, o capitalismo – da sua aristocracia militar.

Portugal perdeu a supremacia do mar em 1530 ou 1540, quando a Espanha se constituíra a maior potência do mundo; esta, por sua vez, viu-a soçobrar com a "Invencível Armada", nas costas inglesas. Depois, era a própria independência que perdia Portugal, com o Rei D. Sebastião – e os mares se cobriram de corsários dos países inimigos de Castela.

Lisboa, fora, até então, o grande porto europeu das especiarias; fechado em 1585, tinham os flamengos e os ingleses de ir procurá-las nas terras de origem.[86]

Foi a política da Rainha Elisabeth – que criou a grande Inglaterra, precedendo de cem anos Colbert – graças à qual a velha Britânia, feudal e sóbria, achou a sua vocação civilizadora.

A Holanda precedeu a Inglaterra nessa desagregação do império luso-espanhol, e até o fim do século XVII, mais rica, mais adiantada, mais empreendedora, continuou – com o auxílio e o capital do judeu peninsular – a obra de Sagres e do Rei D. Manoel. Exportava três vezes mais do que as ilhas britânicas; capitalizava, como outrora Veneza, e tanto que, em 1676, numa só província flamenga, havia 65 mil cidadãos que tinham dinheiro colocado no estrangeiro. O banco de depósitos, do Estado, a instituição das "letras de crédito", o sem-número de banqueiros, interessados em todos os negócios, a concentração, em Amsterdam dos capitais judaicos – permitiam aos Estados Gerais a exploração, sob a forma de grandes companhias mercantis, com esquadra e exércitos próprios, das terras d'além-mar possuídas pelos povos adversários. Jamais se juntara, num certo território e entre certa classe, tanto dinheiro – obtido principalmente das colônias ibéricas que pagavam, com os seus produtos tropicais, a manufatura estrangeira. Evidentemente, a partir daquele momento, entrara o mundo numa fase imprevista: inaugurou-a – modelo

---

86 RABELO DA SILVA, *História de Portugal*, IV, 618, Lisboa, 1862; G. T. SURFACE, *The Story of Sugar*, p. 23, New York, 1910; OCTAVE NOEL, *Hist. du Commerce du Monde*, II, 152, Paris, 1894.

da exploração racional das conquistas – a "Companhia das Índias Ocidentais".[87]

Portugal, passando à Coroa de Espanha em 1580, fechou os portos à Holanda. Mas a navegação de holandeses para o Brasil – porque eles cobravam o mais barato frete foram os comissários preferidos – se fez até 1603, como diz Frei Vicente do Salvador, sob a capa de negociantes de Lisboa, Porto e Viana.[88] Naquele ano, vendo o rei o prejuízo que advinha aos navios portugueses, menos armados, portanto menos procurados, mandou que no Brasil fossem tratados por inimigos. Logo em 1604, o corsário Paulo van Ceulen atacou a Bahia, donde foi repelido. Era a violência, sucedendo à infiltração. Por detrás dos marinheiros flamengos, estava o judeu português de Amsterdam e Haia. A este interessava sobretudo a recuperação, para os seus negócios, do Brasil, que muitos dentre eles conheciam, de uma residência longa em Pernambuco ou na Bahia, onde Pyrard de Laval viu, em 1610, "si grand nombre de *cristianos nuevos*".[89]

Em 1618, por exemplo, ao Santo Ofício, pela segunda vez em visita ao Brasil (fora a primeira em 1591), se dizia que 3 ou 4 mil bíblias em linguagem saíam de Flandres, para cá – sinal de que havia na colônia outros tantos judaizantes.[90]

A "Companhia das Índias Ocidentais" (a exemplo da Companhia das Índias Orientais, fundada em 1602), autorizada pelo governo holandês, em 3 de junho de 1621, a fazer, com um privilégio de 24 anos, a exploração comercial das colônias que fundasse – reuniu logo amplos recursos judaicos (7 milhões de florins) e se tornou uma sociedade de

87 A primeira companhia de comércio colonial foi portuguesa: mandou o Infante D. Henrique criá-la em Lagos, na África, em 1444. (A. L. de Almeida Negreiros, *Colonies Portugaises – Les Organismes Politiques Indigenes*, p. 62, Paris, 1910.)

88 *História do Brasil*, 2ª ed., p. 404. Sobre as qualidades novas da marinha holandesa, vd. PIERRE CONNAUD, *La colonisation hollandaise á Java*, p. 218, Paris, 1905. Entre 1595 e 1601 deixaram a Holanda, para o Oriente, 65 navios; no mesmo período, e para o mesmo destino, 33 navios portugueses... DAVID LOPES, *A Expansão da língua portuguesa no Oriente*, p. 12, Barcelos, 1936.

89 *Voyage*, etc., p. 539.

90 *Denunciações do Santo Ofício*, Bahia, ms. inéd., p. 86. Os cristãos novos portugueses do Peru também tramavam com Holanda, RICARDO PALMA, *Tradiciones Peruanas*, III, 55, Madrid.

grandes negociantes dessa religião, portugueses – judeus principalmente, dos quais disse Vieira, posto "não sejam as pessoas imediatas das Bolsas, entram nas mesmas Companhias com grandes somas de dinheiro, que divertidas de Portugal não só lhe fazem grande falta, mas também grande guerra".[91]

O seu erro foi ter dirigido as expedições para a Bahia (1624) e Pernambuco (1631), que eram os centros vitais da América portuguesa, por isso dificilmente assimiláveis.

Tão absurda, aliás, parecia na Bahia uma tentativa de conquista da cidade, que o Bispo D. Marcos Teixeira dissuadira os moradores de um apresto militar, que os roubasse às suas lavouras; numa noite e num dia (9-10 de maio) a frota flamenga, levando a bordo uns holandeses práticos da terra, como Francisco Duchs, deitou na ponta do Padrão uma força de mil homens, destroçou a guarnição do forte da Barra e tomou a praça sem outro incidente – aproveitando-se da noite a população para fugir com alvoroço e pavor.

Por um ano os invasores estiveram na Bahia, encurralados entre os seus muros, sem campo para lavrarem os alimentos, apertados pelo cerco dos moradores em armas, desalojados afinal com a ajuda de grossa armada luso-espanhola, sob o comando de D. Fradique de Toledo, a maior que até então viera ao Brasil. Renderam-se – e nos seus próprios navios retiraram-se para a Holanda.

CONQUISTA DE PERNAMBUCO

Voltaram sobre Pernambuco – estimulados pelo saque que Piet Heyn, em 1627, pusera ao recôncavo da Bahia: lucro que de algum modo reparou o prejuízo anterior da Companhia das Índias Ocidentais. O mesmo almirante deu-lhe nada menos de 9 milhões de ducados em 1628, quando capturou, na baía de Matanza, a "frota da prata", que ia do Peru. Esse dinheiro decidiu a Holanda à sua grande aventura do Brasil (1631–1654). *Naar t'suikerland*.

Matias de Albuquerque, capitão de Pernambuco, achava-se em Madri, quando soube do aparelhamento da expedição. Imediatamente partiu para o Brasil, reuniu os homens válidos de Pernambuco e organizou

91 Doc. in J. LÚCIO D'AZEVEDO, *História de Antônio Vieira*, I, 80, Lisboa, 1918.

a defesa da terra com um zelo tal que lha tomou o inimigo, mas ao cabo de cinco anos de uma luta renhida.

A GUERRA DE PERNAMBUCO

A expedição holandesa compunha-se de 61 navios e 7.300 homens. Desembarcando em Pau Amarelo, lançaram-se os invasores sobre Recife, conquistado a 2 de março de 1630. Matias de Albuquerque e os defensores da terra fortificaram-se entre os rios Beberibe e Capibaribe, no "Arraial de Bom Jesus", onde se mantiveram.

Cuidou nos entrementes a Corte de Madri de enviar forte armada (sob o comando de D. Antônio de Oquendo), que restaurasse as praças perdidas. A frota espanhola encontrou, na altura dos Abrolhos, a esquadra flamenga de Adrião Pater, e a um combate de resultados indecisos se reduziu a sua ação.

Sem vantagens maiores prosseguiu a guerra, à volta do "Arraial", repelidas as tentativas holandesas de ocupação da Paraíba (1631) e do cabo de Santo Agostinho (1632), até que, obtendo a amizade de um sertanista mulato, Domingos Calabar, lograram tomar e queimar a vila de Igaraçu, e estender afinal a ocupação à ilha de Itamaracá, ao Rio Grande, à Paraíba e ao Cabo... (1634).

O "Arraial" caiu em 1635, depois de um cerco de três meses, que lhe pôs o Coronel Arciszensky (6 de junho).

Só então os sucessos da Companhia das Índias Ocidentais recompensaram os sacrifícios de uma luta tão continuada e áspera: enquanto, por mar, o Almirante Lichthardt ampliava a posse holandesa à Barra Grande e a Porto Calvo, em Alagoas, von Schkoppe fazia capitular o forte de Nazaré e deliberava Albuquerque retirar para o sul, acompanhado de quantos moadores preferissem riscos e penas da jornada à brutalidade do vencedor – homem de outra nação e outra fé.

A 19 de julho, em marcha para as Alagoas, Albuquerque retomou Porto Calvo, aprisionou e enforcou a Calabar.

Debalde reforços espanhóis procuraram reanimar a resistência, quebrada; o general, que veio de Castela, D. Luiz de Rojas y Borja, morreu na desastrada batalha de Mata Redonda (18 de janeiro de 1636) e, ao que constou, de uma bala portuguesa.

Assumiu o comando do exército nativista o Conde de Banholo, oficial napolitano, que, desde 1631, militava em Pernambuco. Não soube conservar-se em Porto Calvo. Entretanto a Holanda remetia para Recife, a governar o novo domínio, um príncipe de sangue, Maurício de Nassau. Sobre a sua elevada hierarquia, tinha os méritos de homem de Estado; mais administrador do que guerreiro, o seu senso político operou no Brasil neerlandês os prodígios de um governo tolerante, lúcido e empreendedor, capaz de reconciliar, nas regiões ocupadas, católicos e calvinistas, e de organizar a colônia, consolidar-lhe o comércio, enriquecê-la, a despeito da cruenta campanha.

Banholo continuou a retirar, para Sergipe, para a Torre de Garcia D'Ávila e daí para a Bahia. Von Schkoppe, passando o rio de S. Francisco, que parecia a fronteira natural do "Brasil holandês", levantou às margens do rio Real um fortim.

Julgando desguarnecida a Bahia, arriscou Nassau um golpe audaz, qual o assalto à capital da "América portuguesa", em abril de 1638. Banholo acudiu a tempo. Debalde os flamengos, que desembarcaram em número de 6 mil, tentaram reduzir a defesa da trincheira de Santo Antônio. Vencidos, e com pesadas perdas, voltaram para Pernambuco – quando se entregou Nassau à execução de um largo programa de obras públicas e reformas político-econômicas, que lhe consumiram o fecundo octênio.

A luta arrastou-se sem vivos coloridos na fronteira do S. Francisco, até que à Bahia chegou, a 17 de fevereiro de 1641, a notícia de estar aclamado Rei de Portugal D. João IV. Já, desde novembro de 1640, o Marquês de Montalvão, Vice-Rei do Brasil, e o Príncipe de Nassau, tinham entrado em cordial entendimento, por que não se molestassem portugueses e holandeses, desistindo de uma guerra ingrata e inútil, a fim de reaverem, com sua trégua ilimitada, a tranqüilidade de que necessitavam para o trabalho dos campos.

A alegria que reinou em Recife, ao saber Nassau da elevação ao trono de rei português, assinalou o início de uma era de colonização estável e pacífica, que de fato valia pelo completo êxito da Companhia das Índias Ocidentais. Fizera-se o seu grande Estado na América do Sul; reconhecido de Portugal, pouco depois, esse rico Estado prometia à Holanda vastos, incalculáveis recursos. Então não houve sonho colonial melhor logrado, nem empresa transatlântica de perspectivas mais favoráveis.

O ÊXITO DO INVASOR

O erro essencial do invasor não fora a introdução de judeus – somavam 5 mil – na vida administrativa de Pernambuco, nem a intolerância ou a opressão política, senão o esbulho dos engenhos, que rendeu coisa de 500 mil florins, contra os portugueses que se lhe opuseram, seguido da invasão do Maranhão.

As famílias dos espoliados – numerosas e principais – não perdoaram a injúria; sangravam-lhes os tormentos da retirada de 1635; afinal ansiavam pela volta aos lares, pela restituição às suas igrejas do culto tradicional, pela vingança dos parentes imolados no decurso de dez anos de escaramuças.

A Companhia das Índias Ocidentais realizou os seus objetivos com surpreendente felicidade até 1645.

Durante treze anos (1626–1639) os seus lucros nunca foram inferiores a 25%. Lançara a Holanda aos mares oitocentas velas, que cruzaram os oceanos, enquanto se enriquecia com 545 navios, quantos naquele período apreendera a portugueses e espanhóis; só o valor das presas montara a 90 milhões de florins, ao passo que nos seus armamentos gastara a Companhia apenas 45 milhões. As suas finanças mostravam-se prósperas e crescentes, mesmo nos tempos em que a ameaça das armadas católicas afligira os mercadores de Recife.

A principal receita era o direito sobre o açúcar exportado, fixado em 30%: pois, em 1639, o Brasil holandês mandara para Amsterdam 33 mil caixas.

Produção enorme foi aquela, se as três capitanias do norte exportaram, em 1618, segundo o autor dos *Diálogos das Grandezas*, pouco mais de 14 mil caixas, levando a frota de 1610, uma das maiores que navegaram produtos coloniais, 21 mil. Até 1645 – ano da insurreição pernambucana – as exportações e importações flamengas aumentaram progessivamente, acoroçoadas pela paz de 1641 com os vizinhos portugueses. Diz Frei Manoel Callado que dobrões de ouro e prata corriam em todas as mãos, em Recife.[92] A aclamação de D. João IV representara a súbitas a consolidação do domínio holandês na América do Sul e a

92 O *Valoroso Lucideno*, p. 53, Lisboa, 1668.

definitiva ocupação da faixa agrícola estendida entre os rios Potengi e S. Francisco. A diplomacia portuguesa não cuidou de reivindicá-la, antes se esforçou por que Holanda se contentasse com isto, ao passo que todas as forças de Portugal se destinavam a impedir a invasão castelhana.

Antônio Vieira aconselhou o Rei D. João a aceitar a paz com Holanda sobre a base da entrega de Pernambuco, "que a paz com os holandeses era totalmente necessária e a guerra manifestamente impossível",[93] pagando-se ademais uma indenização à Companhia. Considerou a rebelião dos pernambucanos um milagre, que os embaixadores de Portugal não puderam prever em 1641–42; e mesmo em 1647 – em plena guerra desencadeada em Pernambuco, mandaria ainda D. João IV oferecer aos Estados Gerais a restituição daquela conquista, contanto que conseguissem a paz entre Portugal e Espanha.[94]

De nada valera o oferecimento régio: os brasileiros estavam em armas, e já não seria possível arrancar-lhas.

RECUPERAÇÃO DA TERRA

O "milagre" aconteceu!

Vigoravam as tréguas de dez anos, pactuadas em Haia, em 12 de junho de 1641, hábil recurso alcançado pelos portugueses para poderem mais comodamente resistir à Espanha, na sua guerra que se arrastou de 1641 até 1668.

Seguiu-se à tomada do Maranhão – que alarmou a Corte de Lisboa e o resto do Brasil – uma política vexatória em relação aos engenhos de açúcar daquela capitania conquistada, que obrigava o estrangeiro a ter em cada povoação alguns soldados de guarda. Conluiaram-se os proprietários maranhenses, em 30 de dezembro de 1642, surpreenderam os holandeses, despercebidos da conspiração, mataram a maioria deles, emparceirados com os índios, puseram cerco a S. Luís. Um auxílio do Pará tornou difícil a situação do inimigo, mas uma força, que a tempo lhe chegou, repeliu os insurretos, que voltaram ao ataque meses depois, forçando, em 28 de fevereiro de 1644, a desocupação da capitania.

---

93 VIEIRA, *Cartas*, II, 233.

94 GARCIA, docs. in nota a *Porto Seguro*, III, 980.

Tão grande triunfo, na vigência do tratado de tréguas, e estando ainda a independência de Portugal insegura na península, sacudiu do seu torpor a população *brasileira.*

O Governador da Bahia, Antônio Teles da Silva, em desobediência às ordens do reino, que lhe mandavam evitasse hostilidades, constituiu-se um coordenador da conjuração, que se estendeu a Paraíba e a Pernambuco, contra os belgas. Nassau fora-se para a Europa, desgostoso (22 de maio de 1644). Era tempo de reproduzir-se no Nordeste o drama do Maranhão. Por toda parte a aristocracia da terra, alvorotada pelas notícias lisonjeiras que chegavam da guerra de Portugal, sentia-se renovada, e apta para a luta contra o intruso. O governador seria o ponto de apoio, André Vidal de Negreiros a inteligência, João Fernandes Vieira a audácia, desse movimento de libertação, que tinha a igreja a inspirá-lo e a gleba por finalidade. Dezesseis senhores de engenho, além de Vieira e Antônio Cavalcanti, assinaram o compromisso de se levantarem com as armas, em 15 de maio de 1645. Denunciada a revolta, estourou ela antecipadamente, em 13 de junho – e engrossou-se, dia a dia, com as guerrilhas da Bahia, a mocidade do sertão, os senhores de engenho e os eclesiásticos, que infligiram aos flamengos os reveses sucessivos de Monte das Tabocas, Serinhaen, Casa Forte, Pontal, Penedo... A insurreição generalizou-se. Retiraram-se os holandeses para Recife. Os rebeldes apelam para o governo de Portugal. Tinham-se revoltado sem ele, até contra ele, e protestavam: "Com toda a submissão, prostrados aos pés de V. M., tornamos a pedir socorro e remédio com tal brevidade que nos não obrigue a desesperação, pelo que toca ao culto divino, a buscar em outro príncipe católico o que de V. M. esperam."[95] O rei atendeu-os tarde, premido menos por esse apelo e pelos socorros que de Holanda seguiam para os sitiados, do que pelas vitórias destes. Uma frota flamenga apossou-se da ilha de Itaparica (1647). Só se retiraram daí os invasores à notícia de uma armada portuguesa – sete meses depois. O mestre de campo Francisco Barreto, mandado pelo rei a governar o Brasil, assumiu o comando dos pernambucanos. Aos dois triunfos que alcançou nos montes Guararapes sucedeu o cerco de Recife e a capitulação final dos holandeses (26 de janeiro de 1654), concluída – após tenaz resistência, com um espírito comercial imprevisto.

95 PORTO SEGURO, *História Geral do Brasil*, 3ª ed. integral, III, 43.

Tanto que o general-em-chefe dos vencidos, o valoroso Segismundo von Schkoppe, perdeu em Holanda benefícios e tratamentos...

COMPANHIAS DE COMÉRCIO

Lição amarga, a Companhia das Índias Ocidentais, que os Estados Gerais alimentaram para a sua glória, sugeriu a Portugal a criação da "Companhia Geral do Comércio para o Brasil", aconselhada pelo Padre Vieira, com parte de capital judeu (o alvará de 6 de fevereiro de 1649 isentara de confisco os cristãos novos penitenciados pelo Santo Ofício que concorressem para ela); e uma sua frota operou o bloqueio de Recife, apressando-lhe a rendição,[96] enquanto outras levaram a Lisboa "o que bastou para sustentar a guerra de Castella, conservar o reino...".[97]

O Marquês de Pombal imitaria mais tarde a Holanda, tentando corrigir a decadência nacional com sociedades por ações, que monopolizassem o comércio. Nisto seria o século XVIII tributário do anterior.

Deveras, a "Companhia do Comércio" foi um incidente, numa série de medidas protetoras da colônia, que desde então substituiu a Índia em cálculos e zelos do governo: mandaram-lhe, para governá-la, fidalgos das maiores casas, como eram outrora os vice-reis da Índia; a aristocracia dos engenhos ensoberbeceu-se de privilégios; a desídia dos donatários em relação às suas capitanias, que não souberam defender (Pernambuco, Maranhão, Itamaracá...) marcou uma fase de absorção, pela Coroa, desses direitos já obsoletos.

O Nordeste ficara devassado. O refluxo das populações para o interior rasgara à colonização outros horizontes.

Circunstância notável, o lavrador português não fora expelido, mas submetido ao estrangeiro, melhor mercador e navegante do que plantador de canas: quando o estrangeiro se foi, o lavrador continuou o

---

96 RODOLFO GARCIA, nota a *Porto Seguro, Hist. Ger.*, III, 95. Fora proposta por ANTÔNIO VIEIRA em 1641, *Cartas*, II, 226. O Conde de Olivares, em 1623, tentara, sem resultado, fundar uma companhia portuguesa de comércio para resistir à holandesa, CH. DE LANNOY ET HERMAN VAN DER LINDEN, *Histoire coloniale des peuples européens, Portugal et Espagne*, p. 147, Bruxelles, 1907. Sobre companhias portuguesas de comércio: S. S. DE ALMEIDA NEGREIROS, *Les organismes politiques Indigenes*, p. 63, Paris, 1911.

97 Carta ao Conde de Ericeira, *Cartas*, II, 226.

seu trabalho. Dos holandeses, disse Vieira, "nunca tiveram indústria para tratar negros nem lavouras ou engenhos de açúcar e sem os lavradores portugueses nenhuma utilidade podiam tirar daquela terra..."

A indústria, aperfeiçoada principalmente na sua parte hidráulica, avantajou-se, graças à ordem e aos métodos do negociante holandês, o mesmo que, expulso do Brasil, em 1654, foi estabelecer em Suriname, Barbados, Curaçau, a cultura açucareira.[98]

Holanda propagara os produtos tropicais, levando-os ao centro e ao norte da Europa; tornara as especiarias gêneros de primeira necessidade.

Por tudo isso, quando cessou a dominação flamenga em Pernambuco, um período de prosperidade se lhe seguiu para todo o Brasil, que tão depressa se reanimou e recompôs, que em breve as suas cidades e vilas admiravam ao forasteiro pela riqueza e importância das construções.

A NOVA COLONIZAÇÃO

À sua guerra de independência, que foi a sua guerra de conservação, agravada em 1648, quando a Espanha fez a paz com a Holanda, sacrificou Portugal o império asiático e africano de D. Manoel e D. João III.[99]

Os holandeses perderam o Brasil, mas ganharam Málaga (1641). Bornéu, Colombo, o resto da Ásia portuguesa com exceção de Diu, Calecut, Cochim, Cananor, Culan, Chaul e Dabul... Na África só conseguiram os portugueses reter Moçambique, Sofala. Melinde na costa oriental, e na ocidental o Congo, Angola, Benguela e Luanda. Em 1653 o flamengo estabelecia-se no Cabo da Boa Esperança.

---

98 J. LUCIO D'AZEVEDO, *História dos cristãos-novos portugueses*, p. 435, Lisboa, 1922. Também ARGEU GUIMARÃES, *Os Judeus Portugueses e Brasileiros na América Espanhola*, p. 309 (extraído do *Jornal de la Soc. des Americanistes*, 1926). Os holandeses levaram para as Antilhas o "sistema do Brasil", de se dar ao escravo um dia por semana para a sua própria lavoura; sistema de educação pelo trabalho e de relativa autonomia econômica do negro.

99 Vd. MORSE STEPHENS, *Rulers of India*, p. 202, Oxford, 1897: atribui a perda do oriente à união com Espanha e ao esgotamento do país em virtude dos sacrifícios da conquista.

Era todo um ciclo histórico – o do oriente – que se encerrava; sucedia-lhe o racionalismo econômico dos povos do norte, com a colonização holandesa rigorosamente mercantil e capitalista, para a qual só se mostravam afeitas as nações industriais, como as Províncias Unidas e a Inglaterra.

A conservação do Brasil, vitória da gente brasileira, seu "milagre", segundo Antônio Vieira, importava, por igual, a projeção do gênio colonial português fora daquele ciclo heróico; porém já não era o Portugal das descobertas e das conquistas que se revia no Brasil restaurado de 1654.

A fase militar encobrira na América a formação étnica e econômica de um novo Estado, e de fato pudera ele dispensar o auxílio da metrópole, mesmo quando a braços com tão poderoso inimigo como o holandês. Nem o Brasil se limitara, com os próprios recursos, a expulsar o batavo; fora Salvador Corrêa de Sá, com uma expedição que armou no Rio de Janeiro, mediante donativos dos comerciantes e proprietários locais,[100] restaurar Angola, de lá desalojando uma guarnição holandesa (1648); e numerosos brasileiros figuraram no exército de D. João IV, durante toda a guerra de Espanha.

Num dos transes daquela luta, em 1654, chegou a Rainha-mãe Luíza de Guzmán a mandar ao Brasil Francisco de Brito Freire, "não só a governar Pernambuco, mas para prevenir a seus filhos uma retirada segura no caso em que algum sucesso adverso, que então muito se temia, necessitasse deste último remédio" (revelou Vieira).[101]

Já seria a colônia refúgio e salvaguarda da metrópole.

Um século e meio depois abrigaria a Corte portuguesa, varrida de Lisboa por outra guerra.

---

100 PORTO SEGURO, *História Geral*, III, 66.

101 VIEIRA, *Cartas*, II, 323. Cromwell preparava-se para conquistaro Brasil, quando lhe sobreveio a morte (HOUSTON STEWART CHAMBERLAIN, *La Geneses du XIX^{me} Siècle*, p. 1171, Paris, 1913).

. . . .

VII
O Contorno do País – A Expansão Sertanista – Enfim uma Pátria

À fase da defesa da terra se seguiu a da sua ampliação. Sem um fim político, porque a expansão tinha imediato objetivo econô-mico; sem um plano dado, se o bandeirante era um nômade dos sertões.

Um século levara o colono hesitante à porta do deserto, sem ânimo de entrar.

Gândavo estranhara: "Não há pela terra adentro povoações de portugueses por causa dos índios que não no consentem e também pelo socorro e tratos do Reino lhes é necessário estarem junto ao mar..."[102]. Em 1618, o autor do *Diálogo das Grandezas*, dizia que os moradores se contenta-vam de "nas fraldas do mar se ocuparem somente em fazer açúcares".[103] E Frei Vicente do Salvador nove anos depois, censurava: "Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse pela negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos".[104]

---

102 *Tratado da Terra*, p. 26.

103 *Diálogo das Grandezas*, ed. da Acad., p. 28.

104 *História do Brasil*, p. 19.

Cem anos mais tarde tudo foi diferente. E a política sucedeu à aventura. Assim a diplomacia consagrou a obra anônima dos pioneiros, e o Brasil alcançou os limites atuais.

Houve três grandes núcleos de expansão: o de S. Paulo, que abrangeu o sul do país e o oeste; o da Bahia, que encontrou, de um lado, a irradiação paulista, do outro as tentativas, simultâneas, de povoamento do norte; e o do Pará, entre o Maranhão e o Amazonas.

A articulação dos três centros de descobrimento e invasão do interior proporcionou à colonização esse aspecto absorvente – os hispano-americanos chamariam imperialista – que uma única direção civil-militar jamais explicaria.

A falta de conexão daqueles movimentos e a sua índole diversa vem daí.

Porque o paulista, nos campos gerais, e o paraense, pelo Amazonas acima, os dois *brasileiros*, produtos das mesmas influências mesológicas, se anteciparam ao estrangeiro e levaram o seu idioma, a sua raça, a sua religião, às extremas da colônia. Tão verdadeira foi essa circunstância – identidade de raça em meios diferentes criando uma civilização homogênea, que apenas se matizava do fenômeno geográfico preponderante – que a toponímia portuguesa não variava, por todo o Brasil, desde o Alto Amazonas à savana gaúcha. O colono português batizou uniformemente a terra, deu-lhe aos acidentes as mesmas designações, por toda parte espalhou as suas tradições nacionais. Em todos os Estados do Brasil há uma localidade "Boa Vista" (já o reparara Saint-Hilaire no Paraná), uma "Volta Grande", uma "Roça Nova", uma "Várzea Alegre", uma "Tapera", um "Curralinho"... O topônimo que ocorre no Maranhão e no Piauí, perdura em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, antes e depois da Carta-Régia de 14 de setembro de 1758, que mandava banir das novas povoações os nomes indígenas.[105] O homem – eis o que importa [106] – era o mesmo. A família, a língua, a crença, depois as instituições locais, continuaram as mesmas.

---

105 TRISTÃO ARARIPE, *Boletim da Soc. de Geogr.*, do Rio de Janeiro, I, 132 (1885).

106 O primeiro elemento da geografia humana é o homem. BRUNHES & VALLAUX, *La Géographie de l'Histoire*, p. 66.

O desenvolvimento do Brasil, ao contrário do que se observa em outros povos, reclamou sempre uma movimentação de todas as suas células: cidades paradas foram cidades mortas. Apenas a era das minas (1691–1750) deu a essa agitação permanente orientações imprevistas. Esteve em risco de perecer a cultura da cana. Sofreram fome, em Minas Gerais, os ávidos garimpeiros. Vastos territórios povoaram-se de repente, como por milagre. E a civilização, que seguira a linha do litoral, refluía para o centro do continente, criando as opulentas vilas mineiras, Goiás e Mato Grosso. Sem o delírio das minas d'ouro, o povoamento se teria definitivamente consagrado à indústria pastoril – formando no Sul uma segunda Argentina – e à agricultura no Norte.

Os jesuítas debalde procuraram desviar os paulistas do seu mister de caçadores de índios – desde João Ramalho. De início, a povoação de Santo André foi o valhacouto de facínoras – como a viu Ulrico Schmidel – e os padres, cansados de convertê-los, conseguiram, de Mem de Sá, a extinção da vila, passando para S. Paulo os moradores (1560).[107]

Não lhes valeu a absorção. João Ramalho exilou-se, afinal, para as margens do rio Paraíba, e os paulistas, os mamelucos falando a língua tupi, "uns homens como selvagens",[108] saíram pelos matos e campos a apresar gentios. Deste 1553 portugueses de Santa Catarina iam arrebatar escravos índios, principalmente mulheres índias, na própria região do Paraguai.[109] De uma feita, nas Missões, arrebanharam 3 mil. Era em 1612, e apenas começavam os seus ataques às tribos guaranis. A expedição de 1629 foi constituída por 900 paulistas e 2 mil indígenas. Na vila de S. Paulo ficaram apenas 25 homens válidos![110]

O paulista era um guerreiro, mas com faculdades de fixação perfeitamente patriarcais. Em geral a sua idade aventureira correspondia aos anos da robustez; afazendava-se na velhice, como um colono sóbrio e

---

107 AFONSO TAUNAY, *Na Era das Bandeiras,* p. 15, S. Paulo, 1922: *Cartas do Brasil*, ed. da Academia, I, 218.

108 *Cartas do Brasil*, II, 104.

109 ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones Jesuiticas y los Bandeirantes Paulistas*, p. 17, Buenos Aires, 1936.

110 GANDIA, *op. cit*., p. 31. Também: A. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 26. "Os vereadores de 1572...estavam de caminho para o mato e deixavam os seus cargos..."

produtivo. Vamos por isso encontrar *clans* paulistas do século XVII nos campos de Curitiba,[111] no rio das Velhas, no vale do S. Francisco, no Piauí–-Maranhão, na Paraíba. Arraiais com o nome de "Paulista" permaneceram, na maioria das capitanias, por vestígio do bandeirante. Apenas nas suas correrias, destruíram, sem reconstruir, as aldeias jesuíticas, do Paranapanema para o sul, e por lá não lhes ficou traço da passagem além das ruínas, essas mesmas identificadas cem anos depois. Em geral a sua padroeira era Nossa Senhora da Conceição; pois, com esta invocação, havia no Brasil há meio século 213 localidades. Fato notável, aquela expansão foi tão vasta que, no período das guerras de 1762–-1777, expedições sucessivas procuraram descobrir-lhes os rastros no caminho de Guaíra, nas margens do Paranapanema (minas de Apiaí) e nos campos do Rio Grande do Sul. Como marinheiros aturdidos na solidão do mar, os soldados portugueses e brasílicos orientaram-se pela tradição das perdidas "travessias", que não deixaram roteiro nem marcos. São, primeiramente, estações de jornada – quando ultrapassavam a raia das terras efetivamente povoadas (Mogi, Jundiaí, Taubaté, Sorocaba, Itu). A própria vila de S. Paulo esvaziava-se por vezes: em 1623, por exemplo, estava "despejada pelos moradores serem idos ao sertão".[112]

De S. Paulo ao Paraguai, o Governador D. Luiz de Céspedes e Xéria, em 1628, percorreu um caminho – o de Ulrico Schimidel (1554) – que foi, por aquele tempo, habitual aos pioneiros piratininganos – alimentados com a semente da araucária.[113]

Em 1648 sugeria Antônio Vieira: "Também se pode intentar a conquista do rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos (como é muito fácil) pela terra adentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquecem, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas."[114]

111 "... A maior parte ou quase dos donos das ditas fazendas (campos gerais) são moradores das vilas de Santos, Paranaguá, Itu e da cidade de S. Paulo..." (*Livro do Tombo, da paróquia de Curitiba*, 1747).

112 ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e morte do Bandeirante*, p. 249, S. Paulo, 1929.

113 TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 89.

114 *Cartas*, I, 39.

Os rios de fácil navegação tornaram dispensável o cavalo, possíveis as grandes expedições. Desde 1555, quando o filho do Governador Duarte da Costa, com seis cavaleiros, derrotou os tupinambás revoltados na Bahia, até a conquista do Piauí, onde surge montada metade da expedição, o cavalo é no Norte o complemento do bandeirante. Pois o paulista, criador de eqüinos no planalto, houve de desprezá-lo para transpor, nas suas canoas, das monções, os vastos caudais.[115] O andarilho alternava com o canoeiro, e por planícies e águas se movia com uma agilidade assombrosa; combatia a pé. O paulista volta a ser cavaleiro na sua expansão pastoril rumo do Sul, por Sorocaba e Itararé, pelos "campos gerais", até o Rio Grande – e na arrancada para Goiás (via Paracatu) e Mato Grosso (eixo de Sant'Ana de Parnaíba).[116]

A pobreza paulista, a rusticidade, a sobriedade, a indiferença dessa gente pelo conforto, tão mal alfaiadas tinham as casas e desprovidas as canastras – formavam um contraste impressionante com o seu gênio aventureiro. Os testamentos dos bandeirantes revelam a sua relativa indigência, apesar das pilhagens famosas: mesmo em índios, a fortuna deles não ia além de cem e duzentas "peças", como se não devessem possuir mais numeroso séquito. Usavam a "armação", que é um adiantamento em armas, mercadoria e escravos, para que, trazida a presa, participasse no lucro, seu meeiro, o "armador" ou capitalista. Fora dessa cooperação, reproduzida em todas as regiões do continente, sempre que a colonização teve de combater o indígena, os grupos se dividiram em famílias e um individualismo primitivo tornou o povoamento desconexo e instável. Houve uma incessante corrida às terras virgens com o deslocamento das correntes povoadoras para o interior (as estepes são zonas de movimentação por excelência, confirma Ratzel), a fim de apropriar-se cada família pastoral da sua fazenda. No Norte, as distâncias eram sempre de duas léguas entre as habitações. Por isso, no início do século XIX, com uma população igual à portuguesa do Reino (4 milhões de habitantes) estava o Brasil conquistado desde o Amazonas ao rio Uruguai, e a raça dominadora florescia entre o Guaporé e o Atlântico, em posse plena do nosso país. – "*Los desiertos convidan a la independencia...*", resumira Bolívar.[117]

---

115 Vd. PEDRO TAQUES, *Nobioliarquia*, ed. Taunay, I, 191.

116 Vd. a narrativa do P. MANOEL DA FONSECA, *Vida do Padre Belchior de Pontes*, caps. XVII e XVIII, ed. da Comp. Melh. de S. Paulo.

117 SÍLVIO JÚLIO, *Cérebro e coração de Bolivar*, p. 22, Rio, 1931. Também GROUSSAC e JOSÉ INGENIEROS, *La Revolucion*, I, 21, Buenos Aires, 1918.

RUMOS DO SERTÃO

Partia o bandeirante de S. Paulo e franqueava, por Itararé, os campos do Paraná, "aonde se come o pão sem o semear", como disse um autor.[118] Chegou à colônia do Sacramento no fim do século XVII. Depois, acompanhando o Paranapanema, saía no rio Paraná, e seguia para as minas do ocidente.

Por mar, os vicentinos apossaram-se de S. Francisco, que os castelhanos abandonaram, e o capitão-mor de Paranaguá Gabriel de Lara ali erigiu vila, em 1649.[119] Passava a ser a povoação mais austral do Brasil, antes de Laguna, do forte de Jacuí no rio Pardo. De Paranaguá, o mesmo Lara subira ao planalto, à cata de ouro (1648), que dizem lavrou no chamado arraial de Cima[120] e fundou a vila de Curitiba, em 1654 – conseqüência do estabelecimento de Mateus Martins Leme nos campos de Pinhais.[121] Pouco depois, o paulista Francisco Dias Velho com sua família e 500 escravos fundou Desterro (1675) – e, com a ajuda do governo real, Domingos de Brito Peixoto, acompanhado de filhos e agregados, Laguna (1682).

Os jesuítas foram atraídos a Paranaguá em 1690; até 1720 tinham irradiado a sua influência por toda a comarca.

Então os paulistas estabeleceram, ao sul, um contato permanente com os índios "minuanos", em cujas terras descampadas penetraram.

Era o movimento à beira do mar, escoado aos pés da cordilheira. Mas os caminhos do sertão, absolutamente independentes dos da costa, desdobravam-se com a mesma segurança, passando o rio Negro, cortando por "cima da serra do Rio Grande de S. Pedro do Sul por onde até hoje estão vindo anualmente as indizíveis tropas que têm dado tanta utilidade à real fazenda" (segundo um documento de 1797, até o pampa – a "estrada dos conventos", que o governador de S. Paulo, Antônio Caldeira Pimentel,

---

118 FREI AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, X, 178, Lisboa, 1723.

119 Vd. LUCAS BOITEUX, *Peq. Hist. de Santa Catarina*, p. 57, Florianópolis, 1920.

120 Carta de Lourenço Ribeiro de Andrade, 1797, in R. MARTINS, *Curitiba de Outrora*, p. 210, Curitiba, 1922.

121 ROMÁRIO MARTINS, *op. cit.*, p. 83. "Habitam aquelas vastíssimas campinas muitas famílias... abastadas dos bens da fortuna procedidos de grandes manadas de gados caseiros e silvestres, que cobrem os campos..." P. MANOEL DA FONSECA, *op. cit.*, p. 99.

mandou abrir em 1727. Francisco de Sousa Faria ligou Laguna ao rio Negro, após dois anos de penosos trabalhos: estava rasgado o sangradouro para a crescente condensação pastoril das regiões guaranis.

GADOS DO PAMPA

Proviera aquele gado de primitivos currais... (1611–17) mantidos pelos espanhóis na margem esquerda do Prata,[122] cuja expansão se fez livremente, na região gaúcha, desde que tiveram os colonos de recolher-se a arraiais, em razão dos ataques dos índios charruas e minuanos, e mesmo dos paulistas, depois de 1640, conforme a tradição recolhida, em 1694, pelo governador da Colônia do sacramento, D. Francisco Naper de Lencastre.

Nas "Notícias utilíssimas à Coroa de Portugal e suas conquistas", datadas de 31 de outubro de 1695, se dizia inumerável o gado bravio existente nos descampados de Vacaria (nome que se originava deste fato). O mesmo governador da Nova Colônia, em 1694, comunicando ao do Rio de Janeiro ser impossível a extinção dos rebanhos, avisava estar preparando 6 mil couros. Com dez cavalos prendera, de uma feita, 700 reses.[123] Num requerimento, de 7 de junho de 1695, Manoel Jordão da Silva já se oferecia para povoar o Rio Grande, mediante uma ajuda de 6 mil cruzados e índios paulistas: e em 1699 obtinha Antônio Moreira da Cruz licença para caçar o gado que houvesse entre Laguna e o posto de Castilhos.[124] Semelhante autorização implicava em abrir-se ao "corso" o pampa, sem mais fronteira que o contivesse; pois foi aquele preador de gados castelhanos o verdadeiro povoador do Rio Grande do Sul. Porque entrou pelas terras despejadas de espanhóis, encurralou os bois que pôde tanger, fortificou-se num acampamento, a "estância", que se tornaria em seguida o seu fortim e a sua moradia, e de nômade, espécie de guaicuru-centauro, afeito às lides e emoções da sua aventura pastoril, se tornou criador também. Estabeleceu-se. Fixou-se. Porém como se fixavam os vaqueiros, divididos entre a *estância* e a cochilha, rei e senhor na sua vasta propriedade, balizando-a com o olhar de cima do

122 Vd. B. CAVIGLIA HIJO, *La difusion del bovino en nuestro Uruguay*, p. 58, Montevidéu, 1935.

123 *Anais da Bibl. Nac.*, docs. do Rio de Janeiro, 1988.

124 *Anais da Bibl. Nac.*, docs. do Rio de Janeiro, 1981 e 2227.

seu cavalo, pronto para defendê-la com uma intrepidez incomparável, sempre pastor, na sua vida cavalheiresca, violenta e sadia... Foi o homem plasmado pelo meio. O *guasca*. O *gaúcho*.

A COLÔNIA DO SACRAMENTO

Não tinha sido de pequena importância para a gradual invasão do pampa a colônia militar do Sacramento (ou "Nova Colônia"), instalada à margem esquerda do rio da Prata, em 1679. Marca o início de um drama político, que foi tragédia muitas vezes, e sangrou por século e meio: a questão da "fronteira natural".

Quisera o governo português reparar o erro de não se ter aproveitado da desídia espanhola, para ocupar uma das bandas daquele estuário. Havia nessa política, coincidente com a expansão paulista, a idéia de dar ao Brasil, no Sul, um limite análogo ao do Norte – estendendo os domínios lusitanos "ao ponto que a natureza lhes deu", como haveria de recomendar, em 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho.[125]

D. Manoel Lobo, fundador da Nova Colônia, viera também por governador do Rio de Janeiro – tão alta era a missão. Malogrou-a a prontidão com que os espanhóis atacaram os portugueses ali fortificados; prisioneiro, foi D. Manoel Lobo morrer em Buenos Aires.

Mas não faltou à Colônia, depois de devolvida em 1683, uma assistência desvelada de Lisboa e da Bahia, seguida de recrutamentos, remessas de navios e outros socorros – uma obstinação militar e política, que se prolongou, intermitente, até o século XIX.[126]

Às lutas fronteiriças devemos a ocupação dos campos do Rio Grande, penetrados desde 1614[127] – e a absorção das antigas "missões

125 CALÓGERAS, *Política Exterior do Império*, I, 271, Rio, 1927.

126 FERNANDO CAPURRO, *La Colonia del Sacramente*, p. 19, Montevidéu, 1928. A topografia da Colônia não lhe permitia a defesa prolongada. Debalde propusera o Ouvidor-Geral Tomé de Almeida e Oliveira a ocupação de Maldonado. L. E. AZAROLA GIL, *Los origenes de Montevideo*, p. 53, B. Aires, 1933. Profeticamente, Cunha Brochado, embaixador de D. João V, escrevera de Madri, em 1725: "Não temos mais remédio que largar a Colônia que não vale nada e não tem utilidade e serventia mais que dar-nos desgostos e tarde ou cedo hão de tomá-la." (Caetano Beirão, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha*, I, LXXXVIII, Lisboa.

127 TAUNAY, *Na Era das Bandeiras*, p. 91.

jesuíticas", por terras que os padres tinham colonizado desde o princípio do século XVII.

O povoamento das cochilhas rio-grandenses obedeceu às mesmas injunções da conquista de Santa Catarina. Porém, ali como no Nordeste, o homem apenas começou a obra – dominando, em 1737, com a fortificação do Rio Grande, levantada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, a lagoa dos Patos, cujo sangradouro, "o Rio Grande de S. Pedro" dos jesuítas, dera nome à terra. O gado a concluiu.

A Câmara de Laguna pedira ao rei a remessa de casais de açorianos para a colonização da nova terra: vieram cento e sessenta, núcleo efetivo do povoamento do Rio Grande. Em 1731 Cristóvão Pereira de Abreu iniciou um comércio ativíssimo, levando em três meses do Rio Grande a Curitiba 800 cabeças de gado. Passada a ilusão das minas de ouro, não houve melhor negócio no interior do Brasil do que o de muares para a grande feira de Sorocaba, que fornecia a Minas e Bahia, em breve a todo o Norte. Saint-Hilaire deparou, em 1820, em pleno florescimento aquele tráfico, avaliado, num ano, em 18 mil bestas.

O "UTI POSSIDETIS"

Aconteceu que o Tratado de Madri, de 1750, negociado, por parte de Portugal, por Alexandre de Gusmão, cedia à Espanha a colônia do Sacramento, contra os sete "povos" jesuíticos do norte do Ibicuí e oriente do Uruguai – atacados pelos paulistas em 1638 e reocupados pelos castelhanos em 1687, depois do primeiro desastre da "Nova Colônia".

Não convinha aos missionários a entrega das suas povoações, onde, num regímen de ordem absoluta, sistematizavam a vida dos guaranis, por eles transformados numa disciplinada "cidade" de trabalhadores. Aquilo era menos de Espanha que da Companhia de Jesus; era sua província sujeita ao Geral, como acentuava o mapa, feito em 1732, por João Betruchi.[128] Assim, resistiram os padres às ordens do seu governo, e até às do seu Geral; recusaram-se a largar o território; e arrostaram uma

128 *Cartas Apologéticas,* 1777, ms. na Bibl. Nac., carta 11ª.

guerra com os portugueses e espanhóis, aliados, que durou dois anos (1754–1756). Semelhante procedimento irritou ao extremo a Corte de Lisboa e serviu de pretexto, entre outros que não faltaram a Pombal, para o decreto da expulsão dos jesuítas (1759).

Este ato não resolveu o problema da fronteira meridional.

Anulado, em 1761, o Tratado de Madri, a luta reacendeu-se imediatamente, forçando já agora as tropas de Buenos Aires à capitulação da Colônia do Sacramento, em plena prosperidade graças ao contrabando entretido com a praça de Buenos Aires,[129] ao tempo em que retomavam ambas as margens do Rio Grande do Sul.

O episódio foi decisivo para os destinos do Brasil.

Definira-se o conflito e ganhara o país uma idéia do perigo externo, de que se despercebera desde as duas invasões francesas.

Espanha surpreendera-se em tempo da sua cegueira, abrindo mão das campinas ao norte do rio Uruguai; e recuperava-as. Já essa guerra de vizinhos começava a interessar à Europa. Era ministro em Lisboa o Marquês de Pombal. O pulso que abatera os jesuítas levantou-se contra o estrangeiro.

A capital do Brasil foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro (1763), para que mais próxima estivesse do teatro da campanha. Uma poderosa fortaleza foi construída em Paranaguá, entre 1767 e 1770. Em 1767 os brasileiros apoderaram-se de novo da margem norte do rio Grande – e repeliam a invasão de Mato Grosso pelo poente, tentada por tropas conjugadas de Santa Cruz, Peru e Buenos Aires – últimos ataques ao vale do Guaporé. Partindo do Tietê, o Capitão-Mor João Martins Ramos foi fundar Iguatemi, "a chave da serra Maracaju, que fixava o nosso território da Vacaria e abria-nos porta de entrada para Assunção do Paraguai".[130] Caiu em poder dos espanhóis em 1777.

---

129 O descaminho de valores num total de 4 milhões, era de 3.600.000 – em 1762! RICARDO LEVENE, *Investigaciones acerca de la Historia Economica del Virreinato del Plata*, II, 9, La Plata, 1928. Vd. reclamação de Felipe V, em 1740: ENRIQUE BARBA, *Humanidades*, XXV, 279, Buenos Aires, 1936.

130 Anais da Bibl. Nac., IX, doc. 6495. Sobre esses acontecimentos como origem remota das hostilidades paraguaias, *Anais do Itamaraty*, II, CXXXV, Rio, 1938.

Explorações concomitantes, irradiando daquela extrema, descobriram as veredas do Tibagi e do rio do Peixe (1768–69), procurando comunicar o Paraguai ao Iguaçu, o que alcançou Antônio da Silveira em 1769–70.

Somente em 1787, o governador, Tenente-Coronel José Pereira Pinto, conseguiria abrir um caminho entre Santa Catarina, Lajes e S. Paulo. Nos entrementes, o capitão general de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque, dominada a navegação do rio Paraguai, assegurava as comunicações pelos rios Cuiabá e Jauru, outros caminhos que do Rio e S. Paulo iam ter à Vila Bela.[131]

Não puderam entretanto evitar os reveses de 1777 quando uma formidável esquadra castelhana rendeu Santa Catarina e a Colônia do Sacramento – reparados pelo tratado de Santo Ildefonso (1º de outubro de 1777), que confirmou a posse portuguesa do Rio Grande,[132] em prejuízo ainda da "Colônia", e mais das "Sete Missões".

Passava o arroio Chuí a separar terras espanholas e portuguesas; em 1801, com a conquista das "missões" do rio Uruguai, o Brasil ficava delimitado ao Sul. Ao Oeste e ao Norte, afirmações irredutíveis do espírito português, os fortes e aldeamentos construídos no sertão por aquele tempo – Iguatemi, Coimbra, Miranda, Príncipe da Beira, Tabatinga – marcaram o contorno do país. A sua configuração atual!

Duas viagens ousadas integraram o Amazonas e o Guaporé no patrimônio territorial do Brasil: a de Pedro Teixeira, em 1639, de Belém até Quito, e a do Sargento-Mor Manoel Félix de Lima, cem anos depois. Mas foi um paulista, Antônio Pedroso de Alvarenga, que, em 1613, subindo o Araguaia, primeiro explorou o continente entre o Tietê e a bacia Amazônica.[133]

Em três direções a colonização avançou, no século XVIII, para o centro do continente.

---

131 V. CORREA FILHO, in *Jornal do Commercio*, 30 de outubro de 1932.

132 Entre os tratados de 1750 e 1777, lucrou o Brasil toda a região do sul do rio Negro, até o rio Paraguai, donde a fronteira subira ao Guaporé–Madeira–Amazonas.

133 P. SERAFIM LEITE, *A penetração geográfica da terra pelos portugueses*, Lisboa, 1935.

Do Amazonas, pelo rio Madeira (Francisco de Melo Palheta, 1722–23); do Paraná, pelo Guaporé, em procura da comunicação entre as bacias platina e amazônica; e por Minas Gerais e Goiás, no *rush* das minas, a que se deve o rápido descobrimento daqueles territórios.

O fenômeno mineiro desloca a civilização do litoral para o interior, transporta para as montanhas do *sertão de Taubaté* uma população adventícia inteligente e empreendedora; e faz um novo Brasil na era de setecentos: o Brasil aurífero das Minas Gerais.

O CAMINHO DO PERU

A comunicação por terra com o Peru constituiu, em algum tempo, decidido objetivo dos bandeirantes paulistas. Haviam de ser clandestinas aquelas viagens, temidas dos espanhóis, e que entretanto enriqueciam, no século XVII, certas casas fidalgas de S. Paulo, como a de Antônio Castanho da Silva, segundo Pedro Taques. Diz o nobiliarista: "Tendo Antônio Castanho passado ao Peru, como então o faziam os antigos paulistas, penetrando o sertão do Paraguai, sem dependência de buscarem o passo da cordilheira por Mendonça (Mendoza) e por inumeráveis nações de gentios bárbaros chegavam ao Peru, donde traziam a prata, de que foi muito abundante a cidade de S. Paulo, e nela houve casas com copa importante no peso, mais de 40 arrobas. Nas minas de Tatáci, província dos Chichas, no reino do Peru, faleceu com testamento Antônio Castanho da Silva a 9 de fevereiro de 1622..."[134] Exatamente o mesmo caminho utilizavam os jesuítas das Missões, no fim do século XVII.[135] Aquela abundância de prataria no planalto,[136] apesar da pobreza bandeirante em todas as outras utilidades, tornar-se-ia característica dos solares paulistas, como os do Capitão André Fernandes, de Salvador Jorge Velho ou Bartolomeu Bueno Cacunda.[137] Porém desde 1550 as idas e vindas ao Peru tinham criado, no Brasil, uma designação especial

134 *Nobiliarquia Paulistana*, ed. TAUNAY, I, 245.

135 Carta do governador do Rio de Janeiro de 26 de maio de 1694, *Anais da Bibl. Nac.*, doc. 1930. Confirma documento de 1617, in *Anais do Museu Paulista*, I, 163, S. Paulo, 1922.

136 Vd. PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, I, 69, e TAUNAY, *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, IV, 62.

137 ALCÂNTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 65.

para esse viajante, o "peruleiro", que, conforme o autor dos *Diálogos das Grandezas*, fazia o percurso pelo Amazonas.[138] As "Denunciações do Santo Ofício", de 1591–94, revelam a transmigração para o Peru de vários homens nobres de Bahia e Pernambuco... "estantes na cidade do Cuzco no Peru...", v. g. den. do Cônego Bartolomeu de Vasconcelos, 20 de agosto de 1591.[139] Na "Monarquia Indiana" se lê que, já em 1571, a Inquisição exterminara no México muita judiaria, "em especial de gente portuguesa..."[140] Desde 1581, judaizantes portugueses aparecem nos "autos de fé" de Lima. Ricardo Palma nos "Anais da Inquisição em Lima", nomeia numerosos negociantes protugueses que, regularmente, eram presa dos tribunais eclesiásticos, por todo século XVII; alguns (havia 2 mil deles em 1639, mais de seis mil em 1646) possuíam largos bens, e até minas de prata,[141] como Manoel Batista Pires, dono da "Casa de Pilatos", queimado a despeito do seu meio milhão de piastras (1639). Explica-se a afluência de portugueses àquelas paragens, pela situação criada com a união dos reinos, entre 1580 e 1640: mas a separação deles não extinguiu o comércio entre as terras da prata e o interior do Brasil. Houve de ser autorizado, por alvará de 14 de abril de 1646.

Seria vestígio disto – lembra Frei Agostinho de Santa Maria – o culto de Nossa Senhora de Copacabana, predileto do Peru, na cidade do Rio de Janeiro.[142]

Mesmo em Buenos Aires, nos séculos XVII e XVIII, os portugueses formavam uma espécie de elite de homens de negócio e colonos ativos e empreendedores. Em 1622, para 1.200 habitantes, abrigava a nascente cidade 370 lusitanos.[143] A Colônia do Sacramento, entre

---

138 *Diálogos das Grandezas*, ed. da Acad., p. 37. Convém portanto distinguir a penetração do Peru pelo Amazonas – ciclo nordestino – e por Mendoza – ciclo sulista ou paulistano, posterior àquele, e a que também aludem os *Diálogos das Grandezas*, p. 144. DiogoBotelho, justificando serviços, em 1602, disse "mandou que se não tomasse dinheiro a mercador nem a peruleiro e homens que vinham da Índia e do Peru" (*Revista do Instituto Histórico*, vol. 73, parte I, p. 47).

139 *Denunciações da Bahia*, págs. 252, 277, 281, ed. CAPISTRANO.

140 ARGEU GUIMARÃES, *Os Judeus Brasileiros e Portugueses na América Espanhola* (*Journal de la Soc. des Americanistes*, XVIII, 302).

141 RICARDO PALMA, *Tradiciones Peruanas*, III, 55.

142 *Santuário Mariano*, X, 15.

143 R. DE LAFUENTE MACHAIN, *Los Portugueses en Buenos Aires*, p. 86, Buenos Aires, 1934.

1716 e 1762, centralizou o contrabando do rio da Prata e desenvolveu as relações comerciais, entre portugueses e espanhóis, até que a violenta reação do governo de Madri (1763–1777) as impossibilitou.[144]

---

144 ENRIQUE BARBA, *Humanidades*, XXV, 277.

. . . .

VIII
Prosperidade Econômica – O Reino do Açúcar

A escassez de população, de um lado, do outro as exigências dos mercados compradores, impuseram cedo ao Brasil a monocultura. Dominou o açúcar.

A era da madeira não vai além de 1580, quando a exploração do pau de tinta decaiu de importância, monopolizada pela Coroa. O arrendamento desse monopólio, à razão de 13:600$ (1583), e 21 contos em 1602, arruinava o arrendatário, alcançado em 61:776$, em 1606.[145] Novo sistema, o estanco, adotado em 1617, produzira para a Coroa uma anuidade de 24 contos. Certo, os lucros do pau-brasil mantinham-se estacionários, enquanto o açúcar rendera, naquele tempo, coisa de 120 contos, na colônia, e mais em Portugal, cujos direitos de entrada sobre o produto foram arrendados, em 1602 e 1603, por 186 contos e 500 mil réis.

O desenvolvimento da indústria açucareira tornara-se impetuoso entre 1570 e 1624. Seria o único meio de vida na Bahia, disse um viajante, em 1610.[146] Estimulava-a o comércio europeu; a Coroa protegia-a; acoroçoava-a o exemplo dos que, na terra, lavrando canas e moendo-as, tinham passado de argueiros a cavaleiros. A Coroa concedia ao açúcar dez

---

145 J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Épocas de Portugal Econômico*, p. 261.

146 PYRARD DE LAVAL, *Voyage*, p. 580, Paris, 1615.

anos de isenção de tributos e a metade destes nos seguintes, se o próprio produtor o embarcava; e criou uma honraria, até então desconhecida, a valer por um título, o de "senhor de engenho". "... Os que são mais ricos, têm engenhos com título de senhores deles, nomes que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões..." – notara, em 1618 o escritor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*.[147] Depois, com as crises de preço que sobrevieram, a Coroa socorreu os engenhos com uma legislação especial, que impediu a execução por dívidas dos tais "senhores" e engendrou, com a inalienabilidade dos morgadios e encapelados, a sucessão em muitas gerações das velhas propriedades, fonte igualmente de abastança e nobreza.

Apontou Gandavo para a Bahia 18 engenhos (1576).[148] O Padre Fernão Cardim contou 36, em 1583,[149] produzindo, segundo Gabriel Soares, 120 mil arrobas.[150] Em sete anos dobrava o número daquelas oficinas, que, cada uma, estretanto, reclamava, para a sua fábrica, despesa de 10 mil cruzados, no cálculo do autor dos *Diálogos*.[151] O preço do açúcar andava tão alto, que permitia aos moradores de Pernambuco e da Bahia grandes luxos (homens havia, em 1587, com 2 e 3 mil cruzados em jóias), desfrutando mais de cem deles "mil cruzados até 5 mil de renda ..."[152] "Gastam de sua bolsa mais de 3 mil cruzados", afirmou o cronista de 1618. Uma centena de engenhos possuía Pernambuco em 1627,[153] e 121 quatro anos depois.[154] Cento e quarenta naus podiam sair do Brasil abarrotadas, segundo um contemporâneo,[155] que avaliou em 500 mil arrobas a produção das três capitanias do Norte, equivalente a 166 engenhos, se uns pelos outros rendiam 3 mil arrobas. Barleaus (1647) estimou em um milhão a safra anual de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (Brasil holandês).

---

147 Edição da Academia Brasileira, p. 33.

148 *Tratado da Terra*, p. 29.

149 *Trat. da Terra e Gente do Brasil* (ed. de R. Garcia), p. 289.

150 *Tratado Descritivo,* p. 150.

151 Ed. cit., p. 137.

152 GABRIEL SOARES, *Trat.*, cit., p. 126.

153 FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 115.

154 GARCIA, Nota aos *Diálogos*, cit., p. 163.

155 *Diálogos*, cit., p. 129.

A aristocracia pernambucana distinguia-se, em toda a monarquia portuguesa, pelo fausto da sua vida, junta à prodigalidade e esplendor das suas casas.

Tornara-se o porto de Recife o maior *emporium* do açúcar em todo o mundo.

A arroba podia ser vendida em Pernambuco por 650 réis – e possivelmente pelo dobro no reino.[156]

A frota de 1610 levou 735 mil valendo 1.500 contos.[157] Eram 21 mil caixas de 35 arrobas.

A despeito das graves perturbações que ao trabalho colonial causara a guerra holandesa, a exportação subira a 40 mil caixas em 1645. A Bahia, em 1660 – já num período de paz – tinha 70 engenhos.[158] Pois ficara reduzida a três, no recôncavo, em 1640, quando a frota holandesa de Lichardt o devastara. Ao tempo de Antonil fabricava 14.500 caixas e Pernambuco 12.300, embora a Bahia tivesse então (1709) 146 engenhos, e aquela capitania 246.[159]

O século XVII encerrou-se próspero para todas as atividades coloniais. Porém nenhuma pudera acompanhar, no surto rápido, a lavoura do tabaco, declarada livre em 1642, quando dela se apropriou o pequeno agricultor (lavoura individual).

O TABACO

Concentrava-se na Bahia essa agricultura fácil, que cresceu com o incremento das relações comerciais com a costa da África, até se tornar em algum tempo a maior parcela da receita pública.

O estanco do tabaco rendera 32 mil cruzados em 1642, em 1659, 64.700, e, em 1710, já 2.200,000. "Mais que o dobro dos rendimentos dos quintos do ouro, avaliados em 345 contos."[160] Basta considerar que, ainda em 1694, os dízimos rendiam apenas 150 mil cruzados.[161]

---

156 *Diálogos,* cit., p. 145.

157 J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Épocas*, p. 271.

158 *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, III, 372. Vd. interessantes observações de GILBERTO FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, págs. 298 e segs.

159 ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil*, p. 170.

160 Carta de Sabugosa, 1728, AMARAL, *Notas a Accioli*, II, 337.

161 Carta Régia de 19 de novembro de 1695, *Livro da Câmara*, ms. da Bibli. Nac., inéd.

O processo do fabrico de tabaco era em 1709 ainda desconhecido na Inglaterra.[162]

O BRASIL E A METRÓPOLE

A guerra da independência de Portugal não lograra desorganizar a produção na colônia.

Beneficiava-se o Brasil das perplexidades e insucessos de D. João IV, obrigado a tentar, na Europa, uma política de aproximação com todas as nações, contrária à política de isolamento que, desde 1580, Espanha lhe criara.

O inimigo era formidável em 1641; maior seria em 1648 quando, em virtude da paz de Westphalia, Espanha e Holanda se congraçaram; seria invencível dez anos depois, quando, pelo Tratado dos Pireneus, França e Espanha se reconciliram.

Houve Portugal de tolerar o condomínio do Brasil com Holanda, reconhecendo as conquistas feitas até o tratado de 12 de junho. Fez-se tributário da França, pelo ódio que tinha a Castela. Porém à Inglaterra deu mais, se, pelo tratado de 1642, se obrigara a consumir as manufaturas inglesas, a preferir os navios ingleses de frete, a não gravar as mercadorias inglesas em mais de 25% – de modo que a indústria nacional, rudimentar, cedia o terreno à estrangeira, e perdeu o reino a vocação fabril, razão de sua decadência no século XVIII, e da incapacidade em que se achou para aproveitar o ouro brasileiro.

Mas tanto a Holanda quanto a Inglaterra passaram a favorecer o desenvolvimento econômico do Brasil: a Holanda, pela boa vizinhança e pela política de fomento colonial de Nassau; a Inglaterra, pela excessiva procura de produtos tropicais, trocados em Lisboa pelas suas lãs.

Holanda tornou-se de novo inimiga, depois da felonia cometida no Maranhão. A Inglaterra não abandonou, jamais, o cliente de inesgotáveis recursos: ao tratado de 1642 devia seguir-se o de 1703; garantiu a paz com Espanha, em 1668; levara já, de dote da princesa portuguesa Catarina, que se casou com Carlos II, Tânger e Bombaim; ficara na balança internacional como a aliada necessária...

---

162 EDUARDO BRAZÃO, *O Conde de Tarouca em Londres*, p. 73, Lisboa, 1936.

Em 1703, as condições de Portugal eram ainda mais propícias à invasão dos industriais ingleses. Luís XIV disputava o trono vago da Espanha para seu neto, o que foi Felipe V; e a Áustria apoiada à Inglaterra e à Holanda, se lhe opunha. Portugal aderiu a essa coalizão; porém o enviado britânico, *Sir* John Methuen, obteve, pelo tratado de 27 de dezembro de 1703, a sua inteira sujeição econômica, abrindo-o à exportação dos lanifícios, em troca de uma pauta favorável à entrada dos vinhos portugueses.[163]

De fato, a metrópole se reduziu, no grande negócio inglês que era o fornecimento das manufaturas às colônias de Portugal, a uma função de entreposto que pouco ou nada reteve das somas colossais que via transitar; empobrecia-se, enquanto se opulentavam os tecelões britânicos, e em breve sentiria que os milhões das suas minas lhe foram inúteis, enquanto o Brasil assegurava na Europa a definitiva freguesia para seus produtos agrícolas. Por isso o Tratado de Methuen, arruinado o reino, importou a prosperidade da possessão; tanto mais que os tecidos ingleses iam ser feitos, afinal, com o algodão brasileiro. Graças aos privilégios alcançados pela Inglaterra, o sistema proibicionista, dos monopólios estreitos, em que insistia a política colonial portuguesa, não produziu na América todos os seus efeitos.

Já em 1608 propusera Luís Mendes de Vasconcelos, no livro *Do Sítio de Lisboa*, a substituição daquele regime por um outro, de comércio franco, reclamado pela decadência do reino e crescente poder dos holandeses.

Nem o espanhol, em 1608, nem o português, depois de 1640, aboliram o monopólio; mas praticamente a Inglaterra, em 1642, o destruíra.[164]

E assim – preso Portugal aos interesses da indústria de lãs – pôde o Brasil recuperar uma parte da riqueza que exportava, com o constante aumento do poder aquisitivo do mercado britânico; aí teve sempre compradores firmes e ativos, cujos navios se abasteciam em Lisboa.

---

163 Vd. CH. DE LANNOY et HERMAN VAN DER LINDEN, *Histoire d'Expansion Coloniale des peuples européens,Portugal et Espagne*, p.145.

164 CALÓGERAS, *Política Exterior do Império*, I, 183.

. . . .

IX
Internamento da Colonização – O Reino dos Metais

As atividades econômicas sofreram no Brasil uma súbita alteração, a partir de 1695, quando se iniciou a era aurífera,[165] depois que Antônio Rodrigues Arzão e Manoel Garcia Velho, paulistas, apareceram no Espírito Santo e no Rio de Janeiro com as primeiras oitavas descobertas no córrego de Ouro Preto.[166]

O estabelecimento de uma casa de fundição em Taubaté foi o começo de uma nova civilização.

A agricultura decai, como La Barbinnais observou por aquele tempo,[167] e, a despeito de enfraquecimento crescente da produção, os preços do açúcar se aviltam no estrangeiro, até a grande crise de 1737. Já

---

165 Salvador Corrêa de Sá, nomeado em 17 de setembro de 1658 governador das capitanias do Sul, para descobrir as minas, deu início à nova fase da história do Brasil (Patente, *Documentos Históricos*, XX, 94).

166 *Geografia histórica de Minas Gerais* (Atribuída a Claúdio Manoel da Costa), in Pub. do Arch. Nac., IX, 14.

167 *Nouveau voyage autor du monde*, L. G. DE LA BARBINNAIS, III, 191-2, Paris, 1728.

em 1706 se queixava o Governador D. Rodrigo da Costa do abandono das lavouras...[168]

As minas resumem a riqueza – facilmente amanhada – e são o objetivo comum, de paulistas e *emboadas*, litorâneos e sertanejos, homens de todas as procedências e todas as castas. De resto, a vocação mineira do colono datava do descobrimento e era peculiar à América, onde o europeu vinha ganhar fortuna. Acreditará sempre em jazidas inesgotáveis, que lhe desafiavam a audácia. "... Que é certo ser em si a terra mui rica e haver nela muitos metais..."[169] Fora-lhe familiar o misticismo do *tesouro* escondido.[170] Trazia-o nas suas lendas e cá se lhe radicou à história – tradição das "minas de prata", a "lagoa dourada", a "Manôa del Dorado", procurada por Pizarro e Orellana, a montanha das esmeraldas dos jesuítas do Espírito Santo, por último as "cidades abandonadas", *folk-lore* que herdamos e conservamos. Benfazeja credulidade – empurrou a colonização para o sul e ocidente, já fazendo que os vicentinos alargassem, até o Paraíba e o Paranapanema, as pesquisas, já levando a Paranaguá e ao planalto curitibano o povoamento – ao encalço das pintas de ouro de Afonso Sardinha ou de Gabriel de Lara.

Os sertanejos da Bahia, com Belchior Dias, deram às notícias de minas foros de verdade.

O governo de D. Francisco de Souza fora de intensivas explorações mineiras, com a ajuda de homens práticos, que lavraram ouro em S. Paulo.

---

168 Carta de 19 de junho de 1706, *Ann. Bibl. Nac*.

169 GANDAVO, *Trat.*, ed. da Academia, p. 25. Deveras, divergiam os panegeristas da terra, uns, como o autor dos *Diálogos das Grandezas*, certos de que "ouro, prata e pedras preciosas são somente para os castelhanos..." (Edição da Academia, p. 28). É interessante verificar que, na representação dos paulistas ao rei, de 1641, contra os jesuítas, se limitam aqueles a lembrar as "notícias" de minas, cuja averiguação desafiava iniciativas.

170 Sempre se deu crédito no Brasil a achados de ouro, antes dos descobertos de Ouro Preto e Caeté, em 1694–5. Os cronistas proclamavam Brás Cubas o primeiro descobridor de minas (1560) que efetivamente se lavraram no último quartel do século I, e pelo II século (governos de D. Francisco de Sousa), desde o sertão de S. Paulo a Jaraguá. Do testamento de Afonso Sardinha constavam 70 mil cruzados de ouro em pó.

A Esperança e o malogro do metal brasileiro estenderam-se até o fim do século XVII: então ouro e diamantes, descobertos no sertão de Taubaté (Minas Gerais), inauguraram uma nova vida colonial. O momento era propício ao deslocamento das populações.

Os campos do Norte e os do Sul continuavam a atrair uma imigração portuguesa conduzida pela idéia de lucro fácil. Diz Antonil: "Cada ano vem nas frotas quantidades de portugueses, e de estrangeiros para passarem às minas."[171] O alto custo do escravo, que agricultava o recôncavo, tornara a lavoura solidária, privativa de uma classe rica e restrita: a atividade do novo colono seria naturalmente pastoril,[172] se a revelação das minas não lhe abrisse subitamente perspectivas de fortuna. O *emboaba*, por isso, venceu o paulista, quando as duas correntes – dos nativos e dos imigrantes – se encontraram na região do rio das Mortes. O *emboaba* era o recém-chegado, ávido de prosperidade,[173] sem outro capital além da coragem; enquanto o paulista, filho do país, primeiro ocupante daqueles sertões, se julgava dono da terra. As minas pertenciam-lhe, se as descobrira antes dos forasteiros; mas estes as tomaram por violência ou astúcia, porque, sobre o "brasileiro", tiveram a superioridade da cooperação. Uniram-se em exército, submeteram-se a chefes hábeis, metodizaram o povoamento, auxiliaram-se com a sua arte, substituindo almocrafes a bateias dos paulistas pelos desmontes das minas por força hidráulica.[174] O *emboaba*, demais disso, dominando os melhores caminhos, negociava, *mascateando* e enriquecia, enquanto o "mazombo" (natural do Brasil) considerava o comércio um mister inferior, e o

171 *Cultura e Opulência do Brasil*, ed. TAUNAY, p. 215. A exigência do passaporte para os emigrantes portugueses data apenas de 1709.

172 HANDELMANN, *História do Brasil*, p. 334.

173 O povo português, note-se, era, e ainda é, em números relativos, um dos mais propensos à emigração entre os europeus: essa percentagem de deslocamento foi calculada em 4,22 emigrantes por 1.000 habitantes (G. CANESTRINI e AMADEU SILVA E ALBUQUERQUE, *Manual de Antropologia*, p. 200, Lisboa, 1903).

174 JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino*. A designação irônica de *emboaba* (do tupi, *mboaba*, pinto calçudo) referia-se às botas calçadas pelos forasteiros. Os paulistas andavam ordinariamente descalços. Era um costumeindígena. E antigo. O mais rico paulista do século XVI, Afonso Sardinha, dizia não ter "huas botas para hir á Camara". TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 26.

desprezava.[175] Essa inaptidão mercantil do "brasileiro", originada dos privilégios inerentes à agricultura e dos velhos preconceitos europeus, distinguiu o filho do país. Um bispo de Tucuman, segundo Frei Vicente do Salvador, admirara-se aqui de terem em casa tudo, e nada à venda[176]...

O DITADOR DAS MINAS

O potentado Manoel Nunes Viana assumiu a chefia dos forasteiros. A sua história é um símbolo do drama mineiro. Plebeu da cidade de Viana, negociante ou "mascate" nas estradas do sertão, obtivera da viúva de Antônio da Silva Pimentel, senhora das imensas terras de seu pai, o mestre de campo Antônio Guedes de Brito, procuração para lhe administrar os domínios do Alto S. Francisco.[177] Esse papel dava a Nunes Viana uma qualidade política. Transformava-o em *regente do sertão*; passava a senhor feudal. Podia armar gente, a pretexto da guerra aos tapuias do rio Verde, expedir "entradas", cobrar foros de arrendamento, proteger os moradores, governá-los.

A navegação do S. Francisco, que então se iniciou, entre o rio das Velhas e Juazeiro (1698), explica a concentração rápida, no norte de Minas, dos aventureiros saídos da Bahia.

Por aquele lado, a penetração das "Cataguás" se filiava ao descobrimento do Piauí (1674), à fundação das povoações da Barra e Rio Preto (1698) e às bandeiras que a Casa da Torre mandou até Carinhanha, de combate aos índios acroás, que emigraram para os Goiases.

De fato, já em 1672 o Governador-Geral Afonso Furtado lembrara a Fernão Dias a notícia, "que do pé das serras do Sabarabuçu há um rio navegável que se vai meter no do S. Francisco, e que por ele abaixo se poderá conduzir mais brevemente a prata até junto a estas serras que ficam no distrito da Bahia, chamadas Jacuabina..."[178]

Tão fácil se afigurava a comunicação, pelo S. Francisco, entre os territórios mineiros e o Nordeste, que os comerciantes da Bahia e

---

175 DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga de Minas Gerais*, p. 10, Belo Horizonte, 1904.

176 *História do Brasil*, págs. 16-7.

177 DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1918.

178 *Documentos Históricos*, VI, 222.

mesmo do Rio de Janeiro a preferiram, a partir de 1700.[179] Puderam assim evitar as aspérrimas estradas de Santos–S. Paulo–Taubaté, Parati–Serra da Bocaina–Guaratinguetá e Iguaçu–Campos–Paraíba. O vulto e a opulência do tráfico deixaram na margem direita do S. Francisco um monumento de piedade: o culto de Bom Jesus da Lapa, na gruta deste nome.

O grande rio fornecia também o sal. Em um tempo iam buscá-lo de Goiás, Paracatu, Gerais, Minas Novas, Jacobina.[180] Fornecia-se dele todo o Brasil central, que assim se eximiu do monopólio que encarecia o produto europeu. Martius, um século depois, ainda encontrou o sal, a substituir a moeda corrente, no vale do S. Francisco, extraído entre as loalidades de Urubu e Juazeiro, num total, por ano, de 35 mil surrões.[181]

OURO

O ouro do Caeté atraiu em poucos anos vários milhares de homens.

"Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil são brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa."[182]

Só da praça do Rio tinham fugido para as Minas cerca de quatro mil desertores.[183]

Transitavam as riquezas – ouro em pó que ia para a Bahia, mantimentos e fazendas, fumo e aguardente,[184] que iam para as Minas – pelo S. Francisco, transformado em escoadouro de "novo Peru".

---

179 Vd. P. TURÍBIO VILLANOVA SEGURA, *Bom Jesus da Lapa*, p. 100, S. Paulo, 1937.

180 JOSÉ CÉSAR DE MENESES, *Idéia da população da capitania de Pernambuco*, in Ann. Bibl. Nac., XL, 62.

181 *Através da Bahia*, 2ª ed., trad. de PIRAJÁ DA SILVA, p. 232. O prato do sal custava em 1819 20 a 40 réis. Pois o preço do sal na Bahia, em 1711, subira a 720 réis, ocasionando célebre motim. Entre o produto importado e o do rio S. Francisco a diferença de preços era espantosa.

182 ANTONIL, *op. cit*., p. 215.

183 FEU DE CARVALHO, *Anais do Museu Paulista*, IV, 690, S. Paulo, 1931.

184 DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga*, p. 219.

O Coronel Januário Cardoso, filho do bandeirante Matias Cardoso, exerceu a primeira polícia que se fez no alto S. Francisco após a afluência de mineradores, aventureiros e criminosos. Afugentou os caiapós (ubirajaras), que obstavam o trafégo fluvial na altura de Carinhanha, lançando também para Goiás os remanescentes da tribo,[185] fundou S. Romão, um seu tenente (Manoel Pires Maciel) edificou Amparo, tornou segura a comunicação com o Norte.

Por aquele tempo Antônio Gonçalves Figueira abrira a estrada de Montes Claros ao rio das Velhas,[186] criando, sem o pensar, o caminho dos contrabandistas de ouro, por onde também desceram às Minas os gados do centro da Bahia, comprados em Jacobina por 3 e 4 oitavas de ouro cada boi, que valia nos açougues de Ouro Preto 80 e 90 mil réis.

EMBOABAS

Por aquelas duas estradas (a fluvial e a terrestre) os *emboabas* conquistaram a região dos metais.

O paulista disputou-lha. Um conflito, o contrato dos açougues obtido pelo capitão-mor do distrito Francisco do Amaral Gurguel de parceria com o religioso Frei Francisco de Menezes, e que aos paulistas pareceu intolerável – pretextou a guerra. Uma luta local, feroz e sem remédio, que consolidou a posse dos *emboabas*, desenvolveu nas terras de mineração o espírito de rebeldia, e obrigou a numerosas transações o governo português. Coisa rara, um governador, que representava o rei, foi expulso de um território da sua jurisdição, e a insolência dos súditos ficou impune: D. Fernando Martins Mascarenhas, tentando pacificar as Minas, encontrou subitamente à sua frente um exército irregular, que proclamara ditador a Nunes Viana, e retrocedeu para o Rio de Janeiro. Sucedeu-lhe no governo o cauteloso Antônio de Albuquerque, natural do Brasil e conhecedor de sua gente, que aceitou as escusas dos *emboabas*, fez Nunes Viana recolher-se às suas fazendas do S. Francisco e indultou os criminosos, como lhe permitia a clemente Carta-Régia de 22 de agosto de 1709.

---

185 Aldeados em Goiás no fim do século XVIII, passaram-se depois a Mato Grosso, onde são hoje os caiapós terríveis inimigos dos bororos. D. ANTÔNIO MALAN, *Revista da Sociedade de Geografia*, XXV, 108.

186 DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Média*, p. 41.

Resolvera el-rei criar a "capitania geral de São Paulo e Minas", com sede na vila de S. Paulo, em 1700.[187] Foi o começo da pacificação. Entretanto, um ano depois voltaram em grossa tropa os paulistas, acompanhados de índios, dispostos à vingança, contando expelir das Minas os forasteiros. Estes fortificaram-se na Ponta do Morro, no rio das Mortes, e resistiram a um furioso ataque, depois a um assédio, que de repente se interrompeu, porque, desavindos entre si, e à notícia de uma força que partira do Rio em auxílio dos *emboabas*, os paulistas preferiram voltar às suas vilas (S. Paulo foi elevada à cidade a 8 de abril de 1712) do planalto. E a quietação se fez.

As correntes migratórias dividem-se pelas vertentes da Mantiqueira.

Vão os paulistas, seguindo Domingos Rodrigues do Prado e o seu sogro, Bartolomeu Bueno da Silva, descobriu Goiás e Mato Grosso. Em 1718 – início da mineração de tais sertões – Antônio Pires de Campos descobre o rio Cuiabá, onde, em 1722, se extraem quatrocentas arrobas de ouro. Graças à guerra dos *emboabas*, o Brasil mineiro não se constringia nas serras das Minas Gerais: expandia-se facilmente, quase silenciosamente, até às cabeceiras do Xingu. Martius, cem anos mais tarde, encontrou na província de Minas o vestígio vivo desse passado, no orgulho que mostravam os habitantes da sua pura origem européia. Os *emboabas* lá estavam! Os paulistas, estes reviviam nas bacias do Paraná e do Uruguai a sua aventura pastoril.

CAPITANIA DE MINAS

Valeu às Minas o conflito, para serem desanexadas de S. Paulo e erigidas em capitania, em 1720. O seu primeiro governador foi o mesmo brando Antônio de Albuquerque. À fase dispersiva e militar, de ocupação tumultuária, sucede a colonial, de fixação dos mineiros nos seus arraiais, com uma administração local (as superintendências, em vez das guardas-mórias das minas, criadas em 1701), as municipalidades, Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Sabará, a regularização dos direitos sobre os "descobertos" ou "datas", com o respectivo "manifesto". Considerava-se "descoberto" a mina achada à distância de meia légua da outra: e por isso a população adventícia, longe de condensar-se, espalhou-se, fazendo que num decênio

187 Docs. in AFONSO TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, V. 142.

(1709–1719) as Gerais fossem a capitania mais movimentada e comercial de todo o Brasil. Daí por davante foi a mais populosa. Vila Rica chegou a ter 100 mil habitantes (hoje serão 8 mil...).[188]

Negros, indispensáveis para o trabalho de mineração, principalmente "congos", entraram aos milhares, do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, depois de 1703, quando o governador do Rio representara contra a inconveniência de fixar-se em 200 o número de pretos que podiam ir para as minas.[189] O fluxo imigratório crescia proporcionalmente à riqueza que se ia desentranhando. Tudo o que o ouro comprava fulgurou naquelas montanhas, e assim se formou uma sociedade pródiga, cruel em relação aos escravos, faustosa e emancipada. Pouca ou nenhuma agricultura ali se fazia, porque o ouro – depois os diamantes – empregava todos os braços servis. Havia fortunas colossais feitas ao acaso. Retirara-se Nunes Viana com 50 arrobas de ouro. Trinta arrobas as Câmaras convencionaram pagar de 1715 em diante, ao invés dos quintos (20% para a Coroa). As vilas encheram-se de casas nobres, templos riquíssimos, ornamentos de metrópole. Irmandades, como as dos pretos de Vila Rica, constituíam o seu patrimônio do ouro em pó que polvilhava a cabeça das negras e que elas deixavam numa bacia, à porta da igreja. Festas de um luxo asiático, como a da inauguração da matriz de Vila Rica, dariam a idéia de um mundo fantástico – como, no mesmo período, graças àquele metal do Brasil, foi a Corte de D. João V.

DIAMANTES

O diamante tornou ainda mais prodigiosa a metamorfose.

Em 1729 encontraram-se no Serro do Frio as primeiras pedras. Logo um movimento imigratório, análogo ao do começo do século quando se achara ouro, levou gente de todas as procedências, cerca de 40 mil, aos novos lavradios, enquanto se julgava na Europa que as verdadeiras riquezas do Peru estavam nas Minas Gerais. A queda do preço do quilate, de 8$ para 2$, significava o alarme do comércio internacional, que em cinco anos recebera, inesperados, 300 mil quilates de

---

188 CALÓGERAS, *Formação Histórica do Brasil*, p. 72. Em Minas havia 27.909 escravos em 1716, e dois anos depois 35.094. Em oito vilas o número de lojas, em 1719, era de 923. DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga*, p. 323.

189 Carta de 11 de maio de 1703, *An. Bibl. Nac.*, doc. nº 2.688.

diamantes do Brasil. A Corte de Lisboa propõe-se gastar em incríveis ostentações a imensa renda que usufrui desde 1700.

D. João V imita Luiz XIV. Só o convento de Mafra lhe custa 190 milhões de cruzados e os seus presentes à Santa Sé – que lhes retribui com o título de "Majestade Fidelíssima" – 188 milhões. Progressivamente avoluma-se a despesa de Portugal; cresce-lhe, com a receita, o déficit. Em 1732, descobrem-se diamantes na Bahia, cuja exploração é proibida, para não agravar a crise da mercadoria, desvalorizada. O governo tomou a si a administração dos diamantes a partir de 1º de janeiro de 1772. Extrai-se ouro em Goiás, desde 1719, e em Mato Grosso, desde 1725. Em Jacobina e Rio das Contas, na Bahia, instalaram-se por aquele tempo casas de fundição, para tributar o ouro, ali lavrado a partir de 1703. Em S. Paulo e no Ceará prosseguem o descobrimento, a exploração de minas auríferas.[190] Os quintos das Minas Gerais renderam, no decênio de 1725–35, 1.068 arrobas, e no período de 1736–51, em que vigorou a capitação, 2.006. Em cem anos Minas forneceu 3 milhões de quilates de diamantes. Pois em 1777 já devia Portugal mais de 3 milhões de esterlinos... Do meado do século por diante – foi a decadência das lavras. A administração tornou-se onerosa para o Estado; o contrabando apressou-lhe o fracasso.[191] Entretanto, ao desvanecimento das minas correspondia o reflorescimento da agricultura, a expansão da pecuária, a definitiva caracterização econômica do Brasil.

---

190 CALÓGERAS calcula a produção aurífera do Brasil, até a Independência, em 47.500 arrobas. J. LÚCIO D'AZEVEDO estima em 100 milhões esterlinos a totalidade do ouro exportado para a metrópole no espaço de um século; e em 9 milhões a exportação de diamantes, que produziu para a Coroa 5.040 contos (*Épocas de Portugal Econômico*, págs. 377, *passim*). CALÓGERAS não considera exagerado o cômputo, global de 15.500 arrobas de ouro (até 1801), "perto de 5 milhões de contos de réis em moeda corrente brasileira de nossos dias." (*Formação Histórica do Brasil*, p. 75.) "Curioso de notar-se é o fato de que o Transvaal de hoje, nos três últimos anos, de 1925 a 1927, produzindo libras 120 milhões de ouro metálico, forneceu tanto ouro quanto o Brasil colonial em mais de um século..." (PIRES DO RIO, *Traços da Evolução Econômica do Brasil*, *Correio Paulistano*, 14 de abril de 1929.)

191 Vd. JOSÉ DE REZENDE COSTA, *Memória histórica sobre os diamantes, seu descobrimento, etc.*, Rio, 1836. A administração dos diamantes só foi abolida por decreto de 25 de outubro de 1832.

Em razão do fenômeno mineiro – todavia – a colonização transpusera o Espinhaço, vencera as serras das Cataguás, atravessara a planície goiana, entrara pelo Mato Grosso, realizando, em 1700–1730, o que se faria na América do Norte em 1840–1850. Não fora todo aquele ouro, e a civilização no Brasil, pastoral nas savanas e agrícola na costa, deixaria ao século XIX a tarefa de disputar ao caiapó, ao bororo e ao parintintim a região central, onde pompeiam hoje cidades opulentas e até ruínas veneráveis, como Vila Bela.

A MOEDA

Torna-se também possível a criação de casas de moeda e a fabricação do numerário colonial.

A crise comercial do fim do século XVII foi sobretudo uma crise de instrumentos de troca. Debatiam-se os mercadores e os lavradores nas angústias da falta de dinheiro, que todo emigrava, levado pelas frotas que lhes vinham abarrotadas de mercadorias. Não bastara a provisão de 23 de janeiro de 1665, determinando que se não arrematassem por dívidas gêneros da terra antes da chegada das frotas. Caindo o preço do açúcar e sendo a moeda metálica de mais fácil circulação, preferiram-na os negociantes de Portugal, e a levavam. Operavam anualmente, em Pernambuco e na Bahia, a farta colheita do numerário existente. Resultava disto o empobrecimento geral, e notara-o Vieira em 1689: "Aconselham os mais prudentes que se vista algodão, se coma mandioca, e que na grande falta que há de armas se torne aos arcos e flechas..." Agravara-se de tal sorte a situação que o mesmo Vieira recomendava, em carta de 21 de julho de 1692: "O remédio que se tem por único e se representa e pede instantissimamente a S. M. é o da moeda provincial com tal valor extrínseco, que ninguém tenha utilidade em atirar deste Estado e, se a meter, seja com aumento dele."[192] Este alvitre prevaleceu; mandou el-rei, pela lei de 23 de março de 1694, fundar Casa de Moeda na Bahia, que lavrasse a *moeda provincial*, exclusiva do Brasil, ao tempo em que levantava aqui de 10% o valor da moeda comum, de modo a ser mais fraca a primeira, e por isso insusceptível de exportação.

192 *Cartas*, edição de 1885, I, 350.

A lei de 23 de março proibia, sob graves penas, a remessa para fora do Brasil dessa moeda provincial, e a lei de 19 de dezembro de 1695 vedou a circulação na colônia da moeda portuguesa, que entretanto se passou a fabricar no Rio de Janeiro (1703) e na Bahia (1715), para correr no reino.

O Governador D. João de Lencastro fez logo construir a oficina monetária, com auxílio de moradores ricos, que avançaram o dinheiro para as obras, e a partir de 1695, até 1698, quando foi fechada, bateu moeda num total de 1.357:835$400. Em 1698 – em razão das minas das Cataguás, que mais próximas ficavam do Rio de Janeiro – para esta cidade a transferiu el-rei (Carta-Régia de 12 de janeiro). Passou para Pernambuco em 1700 (Resolução-Régia de 20 de janeiro), voltou ao Rio em 1702 (Carta-Régia de 31 de janeiro) e foi reaberta na Bahia em 1715, onde funcionou até 1831.

No período de 1703–1833 foram cunhadas moedas de ouro no valor de 216.275:989$928, e moedas de prata no de 16.460:866$319.[193]

A abundância de ouro, depois de 1694, e a da prata, também em grande quantidade trazida pelos "peruleiros", não deixou no Brasil senão uma porção mínima de numerário.

A carência de dinheiro continuou a ser aflitiva na colônia e até se fazia sentir nos próprios distritos mineiros, pois a maior parte do metal era transformada em *moedas fortes*, destinadas à metrópole, donde emigraram para os países industriais que vendiam a Portugal os seus produtos. As "casas de fundição" criadas no Brasil deviam receber o ouro bruto, transformando-o em barras, carimbadas pela autoridade, como atestado de que ficavam pagos os quintos d'el-rei (Carta-Régia de 19 de março de 1720). As oitavas de ouro correram até então livremente, como única moeda, nas Minas Gerais, onde não devia circular a moeda comum (L. de 12 de dez. de 1750). Com as "casas de fundição" o ouro em pó não mais podia exercer a sua função de principal agente de troca: foram elas levantadas em Taubaté (1698–1704), Rio de Janeiro (1703), Paranaguá (anterior àquela data), S. Paulo (fundada em 1601,[194] fechada

193 AZEVEDO COUTINHO, *Aprec. dos juízos emitidos sobre a moeda do Brasil*, Rio, 1876.

194 Em 1601 mandara D. Francisco de Souza fundir em S. Paulo o ouro que se descobrisse. Em 1653 já havia ali Casa real dos quintos, cf. carta do provedor da fazenda, docs. do *Arquivo Ultramarino*, nº 1.838.

em 1700, reaberta em 1701, fechada ainda uma vez, reinstalada em 1751, abolida em 1761 e restabelecida em 1765), Santos (1703), Parati (do mesmo ano), Vila Rica (1720–24 e 1734), Sabará, Serro do Frio e Rio das Mortes, Tijuco (criada em 1751), Cuiabá e Vila Boa de Goiás (também de 1751), Paracatu (1745?), Jacobina (1723–55, 1757–95), Araçuaí (1728), Rio de Contas... Algumas se transformaram em casas de moeda: assim a de Vila Rica (que iniciou a cunhagem para o Reino em 1º de fevereiro de 1725) e a do Rio de Janeiro (1703 e 1748).[195]

Resultava da grande fabricação de moeda para Portugal, impedida de correr na colônia, a insuficiência do numerário provincial, e foi daí que se decidiu reforçá-lo com a divisionária de cobre, que já D. João IV autorizara a correr no Rio de Janeiro,[196] cunhada em Lisboa para Minas (1722) e generalizada a partir de 1750 (Provisão de 30 de março). Somente no século XIX (Alvará de 13 de maio de 1803), começou a emitir-se um "bilhete", que fazia as vezes de Letra de Câmbio, iniciando a era papelista, e foi duplicado o valor do cobre (Lei de 10 de abril de 1809), enquanto eram incorporados ao meio circulante os pesos espanhóis de prata, depois de marcados nas casas de fundição com o valor de 960 réis, ou fosse mais 160 réis do seu custo, razão da excessiva importação deles.[197]

---

195 Vd. SATURNINO DE PÁDUA, *Moedas Brasileiras*, p. 72, Rio, 1928.

196 *Consultas do Conselho Ultramarino*, para o Rio, ms. na Bibl. Nac., inédita. Aquela autorização o procurador do Rio fora pedir ao reino em 1658, e a reiterara, em 1678, a Câmara, obtendo despacho favorável de Conselho, 14 de novembro do mesmo ano.

197 Vd. HORACE SAY, *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*, Paris, 1839.

. . . .

X
O Comércio no Século XVIII – Crescente Riqueza

Portugal procurou governar o Brasil no século XVIII em atenção às suas minas de ouro e diamantes. Como estas naturalmente atraíssem a cobiça estrangeira, fechou ainda mais a colônia, por um sistema de proibições de toda sorte.

Coincidia essa legislação, destinada a afastar o estrangeiro, com as idéias universalmente aceitas para o comércio colonial: monopólios e estancos. Dera o exemplo a França, com o "pacto colonial", de Colbert, isto é, o sistema de ter cada metrópole o monopólio do comércio da respectiva colônia.[198] Tanto descurara do Brasil nos dois primeiros séculos, como dele cuidou do século III. Empobrecia sempre Portugal, com o depauperamento da sua indústria, resultante dos tratados com a Inglaterra, e o enfraquecimento da agricultura, depois que a emigração para a América – em conseqüência dos descobertos de Minas Gerais – tomara espantoso vulto.

Tentou o governo, então, tirar do Brasil o maior proveito possível; o seu florescimento foi incessante, embora desigualmente distribuído, e a sua opulência, no meado daquele século, contrastava com a medio-

---

198 O alvará de 8 de fevereiro de 1711 determinara que só fossem recebidos no Brasil navios estrangeiros que sa ís sem, em fro ta, do Tejo, e o de 18 de abril de 1739 só permitia, em Lisboa, o despacho de mercadorias entradas em navios portugueses. (Damião Peres, *História de Portugal*, IV, 410).

cridade econômica do tempo de Vieira. Assim, sendo Lisboa destruída em parte pelo terremoto de 1º de novembro de 1755, para a sua reedificação podia concorrer o Brasil com um donativo voluntário de 3 milhões de cruzados, ficando a Bahia com a quota de 875 mil, e as suas vilas com a de 325 mil cruzados.

O comércio brasileiro atravessou a crise mais grave do século XVIII entre 1739 e 1756, período em que os lucros das minas diminuíram ano por ano, forçando milhares de colonos a tomar novos rumos no interior do país. O açúcar continuava a desvalorizar-se. O algodão valia muito pouco. As praças do litoral, perdido o interesse do comércio com a Europa, vendiam principalmente para os sertões. Os mercadores portugueses traziam em excesso as suas fazendas e eram obrigados a negociar os saldos com os espanhóis de Buenos Aires, que os compravam com as patacas de prata: pois 3 milhões destas levou a frota de 1742.[199] O tráfico negreiro deixou de aumentar. Entretanto as vilas das Minas e de S. Paulo prosperavam, em razão do rápido crescimento da população, da abertura de comunicações, dos trabalhos agrícolas necessários à manutenção dos grandes povoados, que se tinham formado, alguns, em lugares estéreis e pedregosos, sobre os filões auríferos.

O AÇÚCAR NO SÉCULO XVIII

O produto mais prejudicado – entre 1739 e 1770[200] – foi o açúcar. Os preços já não compensavam a custosa indústria. A Bahia, com 150 engenhos produzia 15 mil caixas. Cada proprietário só podia ganhar por safra – uns pelos outros – 2:166$666. Daí as dívidas que os oneraram, a falência de alguns, o desânimo de outros, sustentados embora pela inalienabilidade dos engenhos, e a esperança de melhor tempo. Este sobreveio, em 1770, e logo a produção avultou. Calcula o autor da *Descrição Econômica da Bahia* (Anais da Biblioteca Nacional, XXVII) que, em 27 anos, fora a produção de 173 mil caixas, que deram 7.727 contos; e nos 12 anos seguintes, de 144 mil caixas rendendo 8.850 contos. As Leis de Pombal socorreram oportunamente o comércio do Brasil. Assim o alvará de 6 de dezembro de 1765, que proibiu a passagem à

199 *Os Portugueses em África, Ásia, América*, etc., VII, 207, Lisboa, 1850.

200 *Descrição Econômica do Brasil*, An. Bibl. Nac., XXVII, 189.

colônia dos "mascates", que aqui concorriam com os negociantes matriculados. Para melhorar a exportação, foi criada em 1759 uma Mesa de Inspeção para o açúcar e o fumo. O alvará de 29 de abril de 1766 reduziu os fretes marítimos de 300 e 400 réis para 250 a arroba. As frotas, criadas pelo alvará de 29 de abril de 1650, foram extintas pelos de 10-27 de setembro de 1765, podendo navegar livremente os navios mercantes, do que resultou, em pouco tempo, o aumento destes, de 20 para 50, na linha Bahia–Lisboa. E a guerra entre a Inglaterra e as suas colônias da América do Norte – 1776 a 1782 – reanimou geralmente a economia brasileira.

Trancados os portos norte-americanos, a Inglaterra voltou-se para o Brasil que lhe podia fornecer a matéria-prima indispensável. Durante cinqüenta anos – como lembrara Pombal aos ingleses em célebre carta, tinham eles tirado a Portugual mais de 1.500 milhões, "soma enorme, de que a história não fornece exemplo". Saíra quase todo aquele ouro do Brasil; comprara os tecidos britânicos... Agora, a Inglaterra retribuía. O preço do açúcar chegou ao dobro da cotação de 1775, alcançando a arroba, que não passara de 1$200, 2$000 e 2$500.[201] Os engenhos mobilizam todos os recursos industriais e o comércio põe em jogo todos os meios de crédito e transporte. O algodão revela economicamente o Nordeste.

O ALGODÃO

O algodão era indígena – como o fumo – e sempre o cultivara o colono, desde a era das capitanias-mores. Porém a dependência que ficara da indústria, de restritas necessidades, da Holanda e da França, desde que os tecidos da Índia bastavam à Inglaterra, disposta a não permitir concorrência à sua lã – não deixara expandir-se aquela cultura como as outras de que vivia o Brasil. No Maranhão servia de moeda e a exportação foi proibida até 1765. A Inglaterra desenvolvia entretanto, numa progressão espantosa, as suas indústrias, que empregavam um milhão de operários. Ampliando o império colonial, na mesma proporção lhe crescera o potencial econômico. As populações operárias concentravam-se nas cidades, novas máquinas simplificavam a produção e o sucessivo

201 Na base de 1$200 a arroba, um produtor de mil pães de açúcar (3 mil arrobas) auferia, em cada safra, o mesquinho lucro de 200$ (Manoel Ferreira da Câmara, *Ensaios de descrição física e econômica da comarca de Ilhéus*, r. 24, Lisboa, 1789).

encarecimento desta reclamava constantes aperfeiçoamentos daquelas. A datar de 1737 deu-se de fiar com algodão e linho. Manchester tornou-se uma metrópole de tecelões. A sua importação de algodão foi de 976.359 libras em 1744 e de 3.870.392 em 1764. À máquina de Wiatt (1730) sucedem as de Pery (1761) e Heargraves (1764), que centuplicavam o trabalho de um operário. Era a indústria moderna! Ano por ano, maquinismos mais complexos elevavam o rendimento, diminuíam a intervenção humana na tecelagem.[202] A procura aumentava, os preços sustentavam-se e havia necessidade de fechar a Inglaterra aos tecidos indianos os seus portos. Em 1787 um imposto aduaneiro, de 75% e 50% *ad valorem*, matou a indústria colonial indiana, que ocupava dois terços da mão-de-obra indígena, em proveito da metropolitana: foi o período da grande importação algodoeira que, a súbitas, valorizava as regiões do norte do Brasil, precisamente as mais desprotegidas da colonização no século precedente. A guerra da Independência dos Estados Unidos, privando de algodão norte-americano as fábricas inglesas, encorajou, com o alto preço conseqüente, o desdobramento das nossas plantações (fenômeno agrícola que havia de repetir-se em 1862–65, por ocasião da "guerra de Secessão"). Em 1786 o Brasil concorria, para um total de 19.900.000 de libras de algodão importado pela Inglaterra, com dois milhões. Em 1796, nove décimos das exportações portuguesas para o Reino Unido eram de procedência brasileira. "Em 1792 o câmbio estava a 72 ½ dinheiros por 1$000, em lugar de 65, taxa normal em todo o século XVIII, sendo o par de 67 ½." A Bahia, por exemplo, que exportara efeitos no valor de 2.195 contos em 1797, dois anos depois os elevava a 4.792, soma enorme, se em 1808 toda a circulação monetária do Brasil não passava de 10 mil contos.[203] Em 1803 o número de navios empregados no comércio para Lisboa era de 50, e 40 os do Rio da Prata.[204]

---

202 Cf. GINA LOMBROSO, *La Rançon du machinisme*, págs. 188 e segs., Paris, 1931. Sobre o surto do algodão, ARRUDA CÂMARA escreveu para *O Patriota*, Rio, 1814, minucioso retrospecto.

203 Sobre a pobreza das estatísticas do tempo, ver AFONSO TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 66, Bahia, 1928.

204 TAUNAY, p. cit., p. 68.

Os tecidos ingleses, porém, só conquistaram o Brasil depois do tratado de 1810, extorquido ao príncipe regente D. João que, com a Corte, se passara à colônia. As fábricas portuguesas – principalmente de Rato e Torres Novas – mantiveram-se, até a invasão francesa, graças ao monopólio das exportações para o Brasil, abrandado em atenção à Inglaterra, todavia tão rigoroso ainda no começo do século, que recomendara o Ministro D. Rodrigo, em 1802, ao capitão-general da Bahia, não consentisse se lhe apresentassem pessoas vestidas com "tecido de lã, seda ou algodão que não sejam manufaturas do reino...".[205] Ao chegar à Bahia o príncipe regente, em 1808, o negociante Siqueira Nobre, que lhe requereu autorização para ir a Londres engajar operários e montar uma fábrica de fiação, a primeira da terra – invocava o intolerante privilégio que gozavam aqueles estabelecimentos portugueses, aos quais remetiam os importadores os debuchos dos desenhos, para que produzissem o pano desejado.[206]

O FUMO

O tabaco, lavoura do pobre, medrando em terra fraca, continuara a fornecer ao orçamento português a sua receita principal. Monopólio do Estado, produzira, em 1642, 32 mil cruzados, 64.700 em 1659, e já 1.400.000 em 1716. Arrendado em 1722 por 1.800.000 cruzados, arrematado por 1.700.000 em 1729, subia a mesma renda a 2.020.000 em 1750, e a 2.210.000 em 1765. Em 1802 elevava-se a 1.160 contos anuais.[207]

O TRÁFICO

Outras alternativas sofrera o comércio de escravos, que, juntamente com algum ouro, nos fornecia a África.

Estava longe de propiciar o tráfico os mesmos lucros do século XVII; as dificuldades fiscais e a influência de negociantes estrangeiros às mesmas zonas africanas o restringiram na segunda metade do século XVIII. A produção de fumos na Bahia era de 40 mil rolos anuais, dos quais 25 mil iam para Lisboa e 10 mil para a costa da Mina, parece que a partir de 1710, quando reclamou a Câmara contra o ato do Superinten-

205 *An. da Bibl. Nac.*, IX, doc. 6364

206 Doc., mas., na *Bibl. Nac.*

207 J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Épocas de Portugal Econômico*, págs. 296-7.

dente do Tabaco, que tentara proibir a exportação dele para a África.[208] Em troca, vinham os negros em cerca de vinte navios, que faziam ordinariamente aquele trato. Porém não se podia negociar para lá – determinara a provisão de 18 de outubro de 1773, cumprida até 1804 [209] – sem escalar em S. Tomé e Príncipe, "com grandes despesas, empates e riscos...". O escravo saía muito caro ao agricultor. Por algumas quinquilharias ou búzios, três rolos de tabaco ou um barrilete de cachaça o comprava na África o negreiro: mas boa parte da carga lhe morria no mar, tendo de pagar a porção salva dos prejuízos, interesse e lucro da viagem. Só el-rei cobrava por escravo 3$500, além da dízima do fumo exportado. "Uma boa sumaca de 10 mil cruzados e uma corveta de 20 dá ocasião de achar dinheiro a 18 por cento...", explicava, em 1781, José da Silva Lisboa.[210] Chegavam a meter nos porões seiscentos pretos. Em 1720, transportavam os brigues, 200, 300, 400 e mais.[211] Pela excessiva mortalidade dos escravos, empilhados nos infectos porões, eram chamados aqueles navios de "tumbeiros". Perdiam alguns 70% da sua carregação, devastada pelo escorbuto, pelo "banza" (doença da tristeza), pelas pestes africanas.

COMPANHIAS DE COMÉRCIO

Não foi feliz Pombal com o sistema holandês e britânico das companhias de comércio, que considerava capazes de restaurar a antiga prosperidade.

Limitadas a um fim mercantil, firmadas no princípio do privilégio, que cerceava a liberdade particular, elas se malograram; assim a do Grão-Pará (1755), assim a de Pernambuco e Paraíba (1759), assim a dos Vinhos. A do Pará incumbia-se de todos os fornecimentos, ditando o preço às utilidades, cuja compra e venda ninguém lhe disputava. Em 1759 dava dividendos de 19 ½% sobre cinco anos. De 15 a 16 navios, o tráfico

208 Decisão de 18 de junho de 1710. A carta régia de 9 de setembro de 1743 mandava que fosse para o reino o melhor tabaco.

209 LOPES DE LIMA, *Jornal de Europa*, 1º de julho de 1928. A alfândega da Bahia pagava as duas ilhas, de consignação anual, 9 contos; e da Bahia lhes levou as mudas de cacau, em 1822, José Ferreira Gomes, cf. SANCHES DE BAENA, *Os grandes de Portugal.*

210 Carta a Vandelli, *Ann. Bibl. Nac.*, XXXII, 504.

211 *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 65, p. 338.

para Maranhão e Pará caiu a quatro e cinco.[212] A de Pernambuco, apesar do empréstimo de 240 contos que lhe fez o governo em 1761, acabou, em 1779, com prejuízos totais. Quando, em 1778, cessou a primeira, os negociantes de Lisboa mandaram rezar *Te Deum*, de agradecimento a Deus pelo alívio de seus males...[213]

212 J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Épocas*, p. 543.

213 J. LÚCIO D'AZEVEDO, *O Marquês de Pombal e a sua Época*, p. 329, Rio, 2ª edição.

. . . .

XI
O Trabalho no Século XVIII – Um Colono Típico: o Jesuíta

A iniciativa particular ou a real fazenda realizavam na colônia o que as minguadas rendas municipais não podiam fazer: a penúria em que viviam as Câmaras as desviavam naturalmente dos trabalhos públicos, que os capitães-generais ou os governadores empreendiam com o dinheiro do Estado, e lhes restringia a atividade à polícia administrativa. Assim, fora Gaspar de Souza quem fizera calçar a estrada de Jaboatão, em Pernambuco, e, a exemplo desta, algumas ruas da vila.[214]

No Brasil, nos dois primeiros séculos, não se executaram obras públicas de vulto, em razão da indigência municipal, enquanto os governos tratavam apenas das construções militares. Nem pontes, nem aquedutos, nem edifícios notáveis (com exceção dos da Bahia e Pernambuco) se construíram nos dois primeiros séculos. Ainda em 1655 o Conde de Atouguia, governador-geral, achava que a Bahia, com as suas fortificações ligeiras, não era capaz de arvorar estandartes d'el-rei, senão flâmulas...[215] E o Padre Vieira, pregando em 1690 o sermão a S. Gonçalo, no recôncavo

214 FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, p. 465.

215 Doc. ms. na Biblioteca Nacional, *Codice Atouguia*, carta de 25 de junho de 1655, f. 24, inédito.

baiano, acentuava não haver nenhuma ponte no país, o que atribuía à "inércia natural do clima...".[216]

O século XVIII trouxe-nos grande número dos melhoramentos, urbanos e rurais, então introduzidos em Portugal, e pela Espanha distribuídos aos domínios da América.

Antes das Câmaras, porém, a Companhia de Jesus concebeu a política de tais realizações; pertencem-lhe as primeiras estradas calçadas, as primeiras pontes, os cais, munidos de guindastes, as máquinas para a elevação de volumes nas barreiras, a organização das forças econômicas, com a hábil combinação da lavoura, da indústria agrícola e do comércio marítimo e terrestre...

Representam os jesuítas, no século XVII e pelo primeiro quartel do XVIII, o que a iniciativa privada tinha de mais lúcido e engenhoso nas colônias tropicais; foram, deveras, os primeiros colonos que se ajudaram da ciência e exploraram tecnicamente as riquezas do solo; e deram aos demais moradores os tipos para o seu trabalho racional – que no século XVIII quase em nada se parecia já com o trabalho primitivo e indígena, do XVI. Os jesuítas eram, nos diversos climas, produtores de couros e peles (Piauí), de cacau (Pará), de açúcar (Maranhão e Bahia, Recife e Rio de Janeiro), de algodão (Guiará, etc.), de erva-mate (Paranaguá e Missões); e tinham engenhos-modelos, um sistema de cooperação com os homens do campo, a sua distribuição movimentada pelo entendimento entre os colégios de todo o mundo, e conduzida pelo gênio mercantil, que os ilustrou no século XVII. Eram preferidos pelos moradores, e mesmo pelo governo,[217] para depositários dos seus haveres, e as urcas e caravelas da Companhia de Jesus navegavam as mercadorias produzidas em todos os seus estabelecimentos, desde os rios das Amazonas até as "reduções" meridionais. Aí, sem prejuízo dos seus fins religiosos, ou para melhor os cumprir entre as populações selvagens, imaginaram (1605–1610) a organização social, que lhes inspirara a história clássica – das missões uruguaias. Foram, nos séculos XVII e XVIII, as formas coloniais mais discutidas e admiradas do mundo civilizado, que

---

216 *Sermões*, XI; e *Sermões Patrióticos* (nota de P. Calmon, p. 160).

217 P. JOSÉ CAIEIRO S. J., *Jesuítas do Brasil e da Índia*, edição da Academia Brasileira, pref. do P. Cabral, p. 77, Bahia, 1936.

jamais se realizara, e em tamanhas proporções, uma experiência de conversão e educação das multidões. Entendiam os padres que para manter em ordem um povo arrancado apenas ao nomadismo primitivo, força seria transformar-lhe os acampamentos em colônias agrícolas, dar-lhe uma disciplina religiosa e militar, tanto de convento quanto de caserna, suavizar a vida virtuosa (de horários inflexíveis e hábitos impolutos) com as festas e músicas de fundo litúrgico, de modo a assemelhar-se a gente aldeada, nas suas cabanas agrupadas à roda da igreja, a uma república ideal... o "cristianismo felice", de Muratori. Foi o Estado teocrático;[218] para florescer, teve a seu serviço o gênio inventivo do jesuíta. "*Casi ninguna arte ay de las necessarias... que los hermanos no sepan hacer*", dissera Anchieta.[219]

O missionário construiu os edifícios, sistematizou as culturas, já em 1694 conseguia exportar o tabaco, a erva e o açúcar, produzido em 22 aldeias; criou as pequenas indústrias, fiando as fibras indígenas, como fizera Anchieta; aperfeiçoou os instrumentos agrários, socializou as colheitas, extremando o trabalho do lucro individual, arregimentou os lavradores – perante a ameaça das bandeiras, em 1639 – em exército de costumes espartanos.[220] Este dispersou-se, desapareceu ao fim de século e meio de "república cristã",[221] desbaratado por portugueses e espanhóis, coligados contra as "missões"; porém ao patrimônio da civilização americana se incorporaram as conquistas de senso econômico e político dos jesuítas.

A ECONOMIA DOS PADRES

No Brasil, a ação deles se exerceu em todos os campos da economia tropical. Começaram por introduzir as plantas exóticas, que completassem e corrigissem a flora nativa: os colégios, de S. Paulo, do

---

218 As "reduções" jesuíticas não formaram um Estado no sentido político: reconheciam a soberania do Rei. (P. Pablo Hernandez, *Organización Social de las doctrinas guaranies de la Compañia de Jesus*, I, 133, Barcelona, 1913.)

219 P. GONZAGA CABRAL, *Jesuítas no Brasil*, p. 210, S. Paulo.

220 Doc. nos *Anais da Bibl. Nac.*, sobre o Rio de Janeiro, doc. 1888. Em 1759, as aldeias jesuíticas, logo depois erigidas em vilas, eram 21. P. José Caieiro, *op. cit.*, p. 55.

221 CHATEAUBRIAND, *O Gênio do Cristianismo*, II, 197, trad. de Camillo; L. CAPITANT ET H. LORIN, *Le Travail en Amérique*, p. 422, Paris, 1914; P. MADUREIRA, *Os Jesuítas* (Rev. do Inst. Hist. Tomo especial, V, 124).

Rio, da Bahia, de Pernambuco, foram grandes viveiros de todas as árvores de fruto e arbustos preciosos da Europa e do Oriente. Nóbrega,[222] Anchieta,[223] Cardim, descreveram os primeiros trabalhos de aclimação daquelas espécies, que seriam a maior riqueza da terra, tais a cana-de-açúcar, as laranjeiras, outras "árvores de Espanha"...[224]. O homem arrumava a sua paisagem. O país era fértil, mas lhe faltavam as especiarias, mercê das quais se descobrira a Índia e as nações cruzavam os mares. Sem as especiarias (o açúcar compreendido) o Brasil seria uma terra melancólica – como lhe chamou Fernão Cardim – sem a qual não pudera viver a metrópole, afirmava em 1640 o Padre Vieira,[225] que produzia os mantimentos bárbaros dos índios, o pau de tingir e, na costa leste–oeste, o âmbar... – desprovida das grandes culturas que lhe fizeram a fisionomia econômico-histórica.[226] O jesuíta resolveu o problema

222 *Cartas do Brasil*, ed. da Acad., p. 98.

223 Vd. P. CABRAL, *Jesuítas no Brasil*, p. 198.

224 PERO DE MAGALHÃES GANDAVO, *História da Província de Santa Cruz*, f. 98, edição do Anuário do Brasil; GABRIEL SOARES, *Tratado Descritivo*, p. 154; FERNÃO CARDIM, *Tratados*, ed. Garcia, p. 106; FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras*., 3ª ed., p. 34.

225 *Sermões*, XIV, 17 ("Pelo bom sucesso das armas portuguesas").

226 Plantas exóticas, porém que melhor deram no Brasil do que nas terras de origem, como Camões disse do pomo "que do golfo Pérsico veio" – foram o café, trazido da Guiana Francesa para o Pará em 1727, pelo sertanista Francisco de Melo Palheta; o cacau que do México e bacia do Orenoco passou ao Pará, donde em 1746 saíram mudas para a Bahia; as laranjeiras, transplantadas pelos jesuítas desde os primeiros anos; os coqueiros, do Oceano Pacífico,destinados a espalhar-se por todo o litoral, depois de 1560, ou 70; as jaqueiras, introduzidas na Bahia em 1688 (Doc. ms. na Bibl. Nac., inéd. codice *Doc. hist*. f. 443); as amoreiras, vindas em 1755 para a Bahia (*Consultas do Conselho Ultramarino*, ms. do Instituto Histórico, f. 132)... A árvore do pão, que na Bahia e em Pernambuco tão bem se aclimatou, veio no princípio do século XIX. Originária das ilhas da Sociedade, vista por Cook, mandada levar pela Inglaterra, em 1787, para as Antilhas, o que se fez em 1791, de lá se espalhou pela América do Sul. As mangueiras, o cravo da Índia, o jambeiro, as bananeiras, com exceção da aborígine "pacova", ilustram a nossa tese (vd. A. de Candolle, *L'origine des plantas cultivés*, p. 372, Paris, 1896). Já dissera o poeta: "As frutas quase todas nomeadas são no Brasil de Europa trasladadas..." (BOTELHO DE OLIVEIRA, *A Ilha da Maré*, p. 183, edição da Academia).
Não ha dúvida: os portugueses "contribuíram para modificar profundamente a face biológica do globo..." (AMÉRICO PIRES DE LIMA, *A História Natural e o Ultramar*, p. 3, Porto, 1936).

inicial, importando, adaptando, cultivando; Portugal deu ao Brasil, no século I, o oriente e na África no II, o que tinham de melhor nas suas hortas e bosques. O jesuíta continuou a trazer mudas de plantas. A derrocada do império português na Índia favoreceu-lhe os planos; projetou Antônio Vieira transformar o Brasil em outro Ceilão, com a canela, o cravo, a pimenta, por que nada se perdesse, com a perda do oriente. "Consistia a utilidade deste meio em que, tendo no Brasil as ditas drogas, e sendo a condução delas tanto mais breve e mais fácil, as podíamos dar muito mais baratas que os holandeses, com que os ficávamos destruindo na Índia."[227]

Da mesma forma por que trouxeram das serras de Maracaju ou de Anhanbai as mudas de erva-mate para as Missões[228] e revelaram a quina ("pós dos jesuítas") e numerosas outras plantas medicinais da América, os jesuítas continuaram a orientar a atividade agrícola dos colonos, mantendo as fazendas mais prósperas, os engenhos mais perfeitos,[229] os estabelecimentos mais adiantados de toda esta terra. Neles, fosse no Nordeste, em Campos, no Rio, no S. Francisco,[230] ou em Curitiba depois de 1708, "tinham em tudo uma ordem e uma atividade impossível de sobrepujar-se..." – disse Saint-Hilaire, que pôde contrastar com a decadência, posterior à expulsão da Companhia, o admirável progresso de suas propriedades.[231]

Seria o padre um concorrente do colono? Não o foi; mas sofreu as conseqüências da sua audaz iniciativa como se tivera o colono por inimigo. O jesuíta não engenhara a sua organização econômica para combater ou restringir o trabalho colonial; não vendia no país os seus efeitos, e se os negociava para fora não o sentiam os comerciantes, que o não encontravam no seu caminho. Os missionários inquietavam e

227 *Cartas*, II, 227.

228 ROMÁRIO MARTINS, *Ilex-Mate*, págs. 22-3, Curitiba, 1926.

229 Vd. Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil, *Anais do Museu Paulista*, IV, 778.

230 W. M. ROBERTS, *Notes on The S. Francisco River*, p. 6, London, 1880.

231 SAINT-HILAIRE, *Viagem no interior do Brasil em 1820*, trad. e notas de DAVID CARNEIRO, p. 183, Curitiba, 1931; ROCHA POMBO, *História do Paraná*, p. 45, S. Paulo, 1930. Foi a mesma a impressão colhida em Campos por CH. RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, III, 9, Rio, 1859.

indispunham os colonos pela sua política em relação aos índios, escravos destes. Foi o grande motivo; sem a questão dos cativos o drama da catequese não ofereceria os aspectos trágicos que teve na região das Missões e no extremo norte.

A QUESTÃO DOS ÍNDIOS

Viera a Companhia ensinar-lhes a fé, em 1549; ufanava-se de ter contribuído, antes mesmo de constituída em ordem religiosa, para que o pontífice romano reconhecesse aos índios a personalidade humana; não fora a conversão deles, o seu papel no Brasil poderia ser cumprido por tantas outras religiões, menos combativas e indômitas. Os jesuítas, para não mentirem à sua origem, jamais transigiram com a injusta escravização dos indígenas. E os colonos, em satisfação dos hábitos e necessidades da terra, nunca lhes toleraram a intervenção na sua economia privada. Que o escravo era o trabalho, o pão, o *Brasil*. Habilmente, o jesuíta desviara do índio para o negro as preferências dos lavradores do litoral. Animaram, encorajaram, facilitaram a importação de escravos africanos, com o que se livraram os *brasis*, entretanto destruídos ou repelido ao cabo de numerosas guerras, que os padres com a sua brandura, e os mesmos governadores tão amigos destes, como Mem de Sá, não puderam evitar. A introdução de escravos pretos em levas sucessivas afastou a ameaça da escravidão vermelha das zonas agrícolas e ricas da costa; entenderam os padres de entrar com os seus propósitos humanitários por S. Paulo e pelo Maranhão. Tinham obtido do Rei D. Sebastião a Lei de 20 de março de 1570, declarando forros todos os índios, "salvo aqueles que forem tomados em guerra justa". Porém a Coroa não foi tão desvelada como os jesuítas na defesa dos gentios. Para melhor aplicação da Lei de 1570, capitulara-se um acordo na Bahia – a 6 de janeiro de 1574 – pelo qual a "guerra justa" era entendida como a que faziam os capitães pelos seus regimentos ou, fora desse, nos casos em que precedia votos das Câmaras.

Uma Lei de 30 de julho de 1609 declarou os índios inteiramente livres e cominou graves penas para os que os cativassem; a instâncias dos colonos, entretanto, outra Lei, de 10 de setembro de 1611, autorizava o cativeiro em conseqüência de guerras justificadas ou por motivos justos, e por um prazo máximo de dez anos, podendo ser os

índios aldeados sob a direção de "colonos de vida exemplar" (não mais jesuítas), indicados pela autoridade civil.

Os padres doeram-se do regresso, que os novos dispositivos legais representavam à época da infrene escravidão dos caboclos; no Sul fizeram as "missões"; e em Portugal e no Brasil, lembrando sentidamente o reinado propício de D. Sebastião, concorreram para que se formasse a mentalidade patriótica e "sebastianista", de que resultou a independência portuguesa em 1640. Os padres espanhóis das "missões" obtiveram do Papa Urbano VIII a publicação, no Brasil, da bula de Paulo III, a favor dos índios do Peru, que fulminava com a excomunhão os cativadores destes. Foi o padre Diaz Taño, um dos missionários guairenhos que saíram das *reduções* para pedir ao rei e ao papa o castigo dos sertanistas de S. Paulo, que as assaltavam – que apareceu no Rio de Janeiro com o breve pontifício.

Revoltou-se o povo, não conseguiu o Governador Salvador Corrêa detê-lo, o padre Taño sofreu as ameaças e injúrias da multidão que o cercava no Colégio, e pôde apenas a habilidade das autoridades amainar o temporal mediante um acordo, que suspendesse a execução do breve (22 de junho de 1640). A Câmara de S. Paulo votou, no mesmo ano, a expulsão dos jesuítas. Eles voltaram em 1653; e para o Maranhão foi Antônio Vieira, que de D. João IV, seu amigo, alcançou a entrega à Companhia de todos os assuntos atinentes à liberdade e administração dos índios. Também os maranhenses não concordaram com semelhante poder atribuído aos missionários, e lhe disputaram, com armas na mão. Não passariam sem escravos índios, fosse qual fosse o nome que lhes dessem; debalde os padres apelaram para a catequese dos colonos, os recursos espirituais e materiais de que podiam dispor, a sua política, tão influente nas Cortes.

O conflito, com as alternativas de medidas violentas e decisões suspensivas, favorável aos jesuítas do reinado de D. João IV, contrário a eles no de Afonso VI, novamente à sua feição no de D. Pedro II, o conflito continuou, até o ministério de Pombal, a quem coube vibrar o último golpe no cativeiro dos indígenas, com a Lei de 1755.

Foram afinal os jesuítas expulsos do Brasil e de Portugal (alv. de 3 de setembro de 1759), vítimas do ódio que lhes tinha o ministro; e quatro anos mais tarde, pelo Papa Clemente XIV, extinta a Companhia de Jesus.

. . . .

XII
A Sociedade – A Casa Colonial – Espírito da Civilização Portuguesa

Na cidade – a casa, resultante da aclimação do colono, também se transforma, nem mais portuguesa, nem indígena, senão feita de elementos combinados, do casal luso-mouro e da *ocara* tupi. Caracteriza-se pela varanda, extensão do alpendre europeu, que protegia do sol e abria aos ventos a habitação. Esta, de começo dividida em duas ou três peças, cortadas pelo corredor, sem pavimentação e sem forro, eleva-se em sobrado, ganha socavões e *senzalas* pela necessidade que tem de abrigar, em plano inferior, os escravos da família.

Os costumes, de um lado, do outro o clima, completam, no fim do século XVI, a fisionomia da *casa colonial* – que não apresenta uma arte exterior, além da sua sóbria estrutura, nem um traço estético próprio.

Somente com a intervenção de artistas portugueses e a importação de granitos, que não havia na Bahia,[232] o desenvolvimento do comércio e do luxo, criando os hábitos requintados, do século seguinte, rendilhou em portais o ornamento clássico (Renascença), correu

232 LA BARBINNAIS, *Nouveau voyage*, etc., III, 181.

frisos e cornijamentos ao largo das fachadas e enriqueceu o interior com algum mobiliário, desconhecido no século anterior. Não se importavam móveis – lavrados na terra por artistas em formação – nem o conforto exigiu, entre 1550–1600, mais do que uma vasta, copiosa coleção de utensílios de prata, alfaia que, por todo o período colonial, exprimiu abundância e nobreza. Reduzia-se o mobiliário à rede, dos índios, a uma mesa, a alguns escabelos e um bofete. Nem tapetes (além das esteiras de fibras indígenas), nem quadros, nem cristais, nem livros (afora os devocionários e, no século XVII, *Diana de Montemor* ou *Os Lusíadas...*)[233] nem outra cerâmica que nao fosse a dos índios, com os seus vagos desenhos.

Fundada em 1619, a Câmara do Maranhão pedia a el-rei um livro das Ordenações – coisa tão rara que não havia em S. Paulo até 1587[234] – uma bandeira, vinte varas vermelhas, dois cartapácios para a escrita, algum papel, uma campainha e um tinteiro.[235] Tanto bastava para alfaiar-se uma Câmara.

A falta de luz completava aquele quadro de humildade.

Até 1602, quando se iniciou a pesca da baleia, alumiavam-se os moradores da Bahia com azeite doce, ou de palmeiras da terra, do qual eram muito gulosos os negros boçais, tanto que se lhe juntava azeite amargo e repulsivo, para evitar que o bebessem nos candeeiros.[236]

A cera para as velas era cara, e as resinas para as tochas, desconhecidas. O azeite de baleia, porém, fornecido pela maior quantidade de cetáceos que ainda se pescara – disse em 1610 o viajante Pyrard de Laval – tornou acessível a todos os lares a iluminação. Matavam-se trinta ou quarenta deles ao tempo de Frei Vicente do Salvador, produzindo cada um vinte pipas de azeite.

Em S. Paulo, entretanto, pelo fim do século XVI, era proibido o trânsito pelas ruas durante a noite, e castigado quem ousasse sair com a sua lanterna, pois podia pôr fogo aos casebres de sapê.

233 Cf. testamentos da Bahia, por nós estudados nos *Livros do Tombo da Misericórdia baiana*, ms. inéd.

234 TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 93, Tours, 1920.

235 CAPISTRANO, *Prolegômenos a Frei Vicente*, 3ª ed., p. 457.

236 FREI VICENTE, *Hist. do Brasil*, 3ª ed., p. 396.

A indústria doméstica era a fiação do algodão nas rocas, a tecelagem e dos doces de conserva, que entretinham à roda da senhora as escravas habilidosas. Dessas artes as famílias tiravam um ganho certo, mandando vender às ruas os seus produtos, como se usou geralmente no Brasil, principalmente no Norte, por três séculos. Mulheres havia que dirigiam, em casa, um pequeno batalhão de fiandeiras, como aquela devota velha, referida por Jaboatão no *Orbe Seráfico*, que tomara a si fornecer de panos todas as igrejas da capitania.

Maior pobreza revelava a indumentária.

Dentro de casa as raparigas vestiam um simples camisão. Possuíam, para as cerimônias, um único vestido, que era um patrimônio.

Até o século XVIII, as damas baianas não tinham mais de dois ou três vestidos, de tafetá ou chamalote, que constavam de verbas testamentárias e passavam de mães a filhas, com as baixelas e as jóias.[237]

Os homens (que um viajante dividia em três classes, senhores de engenhos, negociantes e marítimos),[238] trajavam-se com riqueza em Olinda – "mais de cem homens têm de mil até 5 mil cruzados de renda", advertia Gabriel Soares[239] – onde o Padre Cardim viu, em 1583, "leitos de damasco carmezim, franjados de ouro, e ricas colchas da Índia...",[240] tratando-se os senhores de engenho como grandes fidalgos.

Persistiu o costume de nunca saírem a pé homens e mulheres de condição, cujo veículo habitual era a "serpentina", carregada por escravos, somente substituída pela cadeira de arruar ou pelo carro no século XVIII. Foi na época do açúcar reputado – e apenas na região do açúcar, que um certo esplendor cercou a aristocracia camponesa. Os testamentos da Bahia mostram uma pobreza extrema de tecidos finos, menor que a de S. Paulo, onde a vida campestre restringia as possibilidades de fausto, porém infinitamente maior que a de Lisboa e Porto, cheios de telas de Flandres e Itália, de lãs inglesas e sedas de França. Conta Frei Vicente que D. Pedro Manoel, irmão do Conde de Atalaia, cujo navio os holandeses afundaram em Fernando de Noronha, recebeu do capitão do

---

237 PEDRO CALMON, in *Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia*, nº 53, p. 426.

238 LA BARBINNAIS, *op. cit.*, III, p. 186.

239 *Trat. Descr.*, p. 35.

240 *Trat. da Terra*, p. 320.

Rio Grande do Norte uma roupa, e recusou as que em Pernambuco lhe quiseram dar, porque bastava aquela para voltar a Portugal.[241]

Também não se comparam às igrejas barrocas dos séculos XVII e XVIII, que admiravam aos viajantes do tempo,[242] as igrejas toscas do século XVI.

A Ajuda, da Bahia, estivera coberta de palha até o governo de Mem de Sá. Em 1572, levantada de novo em cantaria, imitava as igrejas românicas do Minho, ainda sem o frontão de linhas curvas, do gosto jesuítico-francês, comum às fachadas do século XVII. No interior, a capela-mor, de uma Renascença transformada, ou traduzida, pela bastardia da composição, era de um severo efeito, sem a graça das colunas torcidas, o trono enfestoado, a talha, que depois tão profusamente opulentou os templos brasileiros. As duas grandes construções religiosas do governo de Mem de Sá, a Sé e a igreja da Companhia, não puderam concluir-se, na forma definitiva, senão em 1635 e 1675, respectivamente. Da primeira disse Pyrard de Laval: "*Y une três belle, église cathedrale ou Assée ou y a doyens et chanoines...*".[243]

Não houve uma arquitetura militar própria do Brasil.

As fortalezas da Costa, construídas primeiramente por engenheiros portugueses e espanhóis,[244] o mais ilustre deles Francisco de Frias (1614–1624), depois por engenheiros de diversas nacionalidades, como Miguel de Lescolles (1650), João Massé (1715–1722), Jacques Funck (1770) – obedeciam a um tipo uniforme, de praças fortes de risco castelhano, que a artilharia simplificara, tornando excusadas as torres e

---

241 *Hist. do Bras*., 3ª ed., p. 385.

242 Cf. COMMODORE BYRON, *A voyage round the World,* London, 1767, p. 21.

243 PYRARD DE LAVAL, *Voyage*, p. 539.

244 Alegando a ruína da Sé, o provedor-mor da fazenda da Bahia dizia não haver ali nenhum engenheiro, em 1761 (Ofício de 1º de outubro de 1761, *Anais da Bibl. Nac.*). O engenheiro da capitania, por sinal o melhor da colônia (*Anais da Bibl. Nac.*, XXXI, 110), era o Tenente-Coronel Manoel Cardoso Saldanha, então incumbido de montar uma fábrica de salitre em Montes Altos. Foi com o Capitão-Engenheiro José Antônio Caldas, lente da aula de fortificações, fundada na Bahia em 1691, e que o governador Conde de Azambuja achara "quase deserta" e "hoje tem muitos paulistas e com operosidade"... (Ofício de 26 de março de 1767, *Anais da Bibl. Nac. XXXI*, 161).

os altos muros que os portugueses edificaram na Índia (Diu, Chaile, etc. e em Marrocos, ainda no século XVI (Kchla, etc.).

Das torres, erigidas em obediência ao regimento de Tomé de Souza, só uma atravessou de pé o século XVII, a de Garcia d'Ávila.

As *caiçaras* indígenas, algumas duplas e guarnecidas de guaritas, como a do "Mel Redondo", na Boipeba,[245] foram a defesa primitiva de S. Vicente, de S. Paulo, de Iguaraçu, do Rio de Janeiro, de Vila Velha, do Ceará ("forte de taipa").

O "sobrado" aparece no século XVII. Um bandeirante baiano, em 1655, falou de "moradores com armas e casas fortes de sobrado de pedra e cal, e uma igreja, no que tem feito muito grandes despesas".[246]

Os "muros", corridos à volta da cidade por Tomé de Souza, eram ainda as paliçadas dos tupinambás (taipas de pilão, diz o cronista), combinadas com os baluartes ou torreões, que, de alvenaria, os sustentavam. Por isso desapareceram os "muros" tão completamente que, reconstruídos por D. Francisco de Souza, já não existiam alguns em 1612, quando Baltazar de Aragão, à notícia de corsários franceses, tratou de fazer de "cercas de pau-a-pique", e de pedra e cal o muro e portal da banda do Carmo.[247]

Acrescentou–lhe valas de torrão, em 1623, o Governador Diogo de Mendonça Furtado,[248] porém, em 1638, o desuso e a ferrugem impediam os baianos de fechar a porta do Carmo...

"Taipas rudes e grosseiras" eram os muros de S. Paulo, ou melhor, as "cercas da vila", na linguagem da sua Câmara. Sabemos, pelas decisões da edilidade paulistana, que não passavam de "taipas de pilão", com portas de madeira que foram, certa vez, roubadas por um vizinho[249]...

Aliás, o fenômeno da urbanização – ou fosse a predominância da cidade sobre o "engenho" ou a "fazenda" – viria apenas com a fixação

---

245 FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, 3ª ed., p. 389.

246 Doc. in *Documentos Históricos*, XVIII, 351 (1930).

247 FREI VICENTE, *op. cit.*, p. 482. O perfil da primitiva cidade não havia de ser muito diverso do das praças da Índia, que ilustram as *Lendas* de GASPAR CORREA (Edição de Lisboa, 1863).

248 FREI VICENTE, *op. cit.*, p. 503.

249 TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 8.

de uma burguesia mercantil, o crescimento da população, o aumento do comércio, e com a sua riqueza, a animação da vida social nos entrepostos, que eram Recife, a Bahia, o Rio de Janeiro.

Olinda, em 1583, fora vila de setecentos habitantes. Em 1587 a cidade da Bahia podia ser defendida por 2 mil brancos, 4 mil negros de Guiné e 6 mil índios – no cálculo de Gabriel Soares. Em 1584 – conforme a "Breve relação das coisas relativas aos Colégios, etc." – os padres confessaram na capital 500 e no recôncavo 5.402 fiéis; nos engenhos fizeram 459 casamentos.

Em 1594 a polícia da vila de S. Paulo era feita por seis homens, suficientes para acobertá-la de todo desassossego.

Aquela escassa população permitira à Bahia, assim quando a atacou o corsário inglês em 1594 e a ameaçou o holandês em 1604, entrincheirar-se toda nos matos suburbanos, abandonando o povo às suas casas... Em 1638, porém, apelando o governador para seus habitantes, que levassem água para os soldados que a defendiam, contra o Príncipe de Nassau, numa hora chegaram às trincheiras mil potes.[250]

250 Doc. cit. pelo P. SERAFIM LEITE, *Páginas de História do Brasil*, p. 236, S. Paulo, 1937.

. . . .

XIII
Letras e Artes na Colônia

Deveras a literatura é a forma de uma nacionalidade, se a retrata; mas é sobretudo o seu espírito, se lhe traduz o "inconsciente". Três séculos não nos deram uma literatura própria. Durante o período colonial tivemos, nossa, uma poética, menos de três ou quatro poetas que do povo, em cujo espontâneo lirismo ela se perpetuou. Por isso a expressão literária, puramente popular e representativa do Brasil colonial, foi Gregório de Matos, o primeiro trovador da "modinha", consagrada em Portugal no século XVIII.

A nossa prosa, como a sintaxe, não divergiu dos modelos metropolitanos, copiados servilmente, e graças a essa diferença, entre a língua que se escrevia, culta, e a que se falava, corrompida ou dialetada, baldadamente procuramos na escassa bibliografia brasileira daquele tempo os traços de um espírito regional. Somente o século XIX marcaria a separação intelectual de reino e colônia, conseqüência da sua separação política.[251]

251 Não têm sentido, ou são apenas uma sutileza de método, as "fases" da nossa história literária marcadas nos compêndios: I. Época de formação – até Gregório de Matos. II. Época de transformação. Dos mineiros aos protorromânticos... (ARTUR MOTTA, *Hist. da Literat. Bras.*, I, 254). AFRÂNIO PEIXOTO deixou clara e sem razão de tais períodos, *Noções de Hist. da Literat. Brasileira*, p. 22, Rio, 1931. O método proposto por Afrânio corresponde, seguramente, à verdade dos fatos: Literatura colonial; imitação da metrópole – classicismo; imitação da metrópole – cultismo; imitação da metrópole – arcadismo; literatura revolucionária, etc.

PRIMEIRAS LETRAS

A instrução era jesuítica. Só os jesuítas fundaram colégio ("colégios" e "residências" chamavam-se as suas casas), só eles tinham "classes", donde serem "clássicos" os autores aí estudados, só eles ministravam o ensino elementar, de acordo com o *Ratio Estudiorum*, que modificara o método da Universidade de Paris – ensino integral, concêntrico, progressivo, aristotélico, igualmente de humanidades, moral e ginástica.

Em 1681 os homens da governação da Bahia chegaram a pedir a el-rei a equiparação do colégio local com a universidade de Évora, como lhes parecia justo...[252]

Por isso em Minas, onde não se estabeleceram jesuítas, em 1770 não havia sequer uma escola.

Professores incomparáveis – bem o salientou Macaulay;[253] a uniformidade da sua pedagogia não podia entretanto desenvolver idéias estranhas à disciplina moral e à ordem estabelecida. Fora do Brasil eles propagaram as maravilhas do nosso mundo e, por amor à catequese, o elogio do índio, causa inocente de uma revolução filosófica, qual a do século XVIII. No Brasil, ajudaram a florescer uma literatura paisagística e gongórica que cultuava a terra, fazendo-lhe o bem de reputar o clima tropical que os povos da Europa consideravam, vagamente, a zona hórrida dos calores e feras mitológicas. A mesma necessidade de defesa do clima brasileiro liga, através do tempo, Usselinx, principal fautor da Companhia das Índias Ocidentais, e o bispo do Rio de Janeiro que, em 1749, estimulava o "comércio de Portugal e suas colônias..."

ESCOLA BAIANA

Predomina nas letras luso-brasileiras – reação que se apassivou em lirismo – o ditirambo, ou a exaltação do país, descritiva e exagerada, comum a todos os autores, desde Frei Vicente do Salvador, primeiro brasileiro que escreveu livro (1627), a Simão de Vasconcelos, desde Antonil a Nuno Marques (*O Peregrino da América*, 1727) e Rocha Pita, desde Gabriel Soares a Antônio Vieira, compreendendo toda a epistolografia jesuítica, a datar de 1549. Nenhum canto mais romântico

252 *Documentos Históricos*, ms. na Bibl. Nac. inédito.

253 EGAS MONIZ, *Problemas de Educação Nacional e de Instrução Pública*, p. 164, Bahia, 1928.

das belezas pátrias modulou essa literatura do que o *Diálogo das Grandezas do Brasil* (1618), precedido da *Grandeza das Capitanias do Brasil*, de Domingos d'Abreu Brito (1592) e sucedido, em verso, pelo poema da Ilha da Maré, de Manoel Botelho de Oliveira, o primeiro poeta brasileiro que publicou as suas estrofes (1705).

As tintas da natureza ofuscavam a figura humana e só havia lugar para o embevecimento. Quando os autores brasílicos se lembraram do homem, foi para idealizá-lo, no indianismo pré-romântico, fantasiando o forte e livre índio que os filósofos reabilitaram – e os colonos exterminaram.

GREGÓRIO DE MATOS

O primeiro poeta do Brasil que deu à sua lira vozes nativistas, combatendo, satirizando maus governos, e incitando o povo a desdenhar dos opressores, foi Gregório de Matos, cujas poesias são reflexos, às vezes traduções de Quevedo e Gongora.

"Que os brasileiros são bestas,
E estarão a trabalhar
Toda a vida por manterem
Maganos de Portugal."[254]

Nessa quadra se concentram todas as irritações do nativismo, que assim se afirmava.

É notar–se que os moldes poéticos criados entre 1681 e 1696 por Gregório de Matos ficaram no Brasil, apesar de nunca lhe terem publicado os versos... ou por isso mesmo.[255] O *A. B. C.*, o *Adeus*, o *Testamento*, a quadra dos descantes à viola, modismos poéticos em cujas emoções se caldeia o folclore nacional, popularizado em Portugal, por Tomaz Pinto Brandão, discípulo e amigo de Gregório, já existem na

254 Obras de GREGÓRIO DE MATOS, edição da Acad. Bras., IV, 140. Coleção AfrânioPeixoto.

255 V. JOSÉ VERÍSSIMO, *Hist. da Literat. Bras.*, p. 96, Rio, 1916.
O mote e a glosa em décimas continuaram, no sertão, idênticos aos do poeta seiscentista. A impressionante analogia estende-se à cantilena.
Realmente, o sarcasta de *Marinicolas* está para as nossas letras como para as portuguesas Gil Vicente: ambos transmitiram, na fiel linguagem vilã, um sentimento popular. (Cd. OSCAR DE PRATT, *Gil Vicente*, p. 28, Lisboa, 1931.)

obra tumultuária do precursor, tornado ele mesmo lendário, portanto repetido e imitado em todas as regiões penetradas da influência baiana (os vales do S. Francisco, do Parnaíba, do Jaguaripe, do Apodi...) Para La Barbinnais, a *modinha* da Bahia lembrava música chinesa e "gigues" da Baixa Bretanha.[256] Caldas Barbosa ajeitou-a à metrópole, no fim do século XVIII.

VIEIRA

O Padre Antônio Vieira, desde 1634, quando surgiu pregando, criou uma forma política, nos sermões e nas cartas, para a defesa da colônia, advogando-lhe os interesses materiais e espirituais com uma linguagem ousada.[257] "Muito deu Pernambuco; muito deu e dá hoje a Bahia, e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, o Brasil o dá, leva-o Portugal". Escrevendo, aconselhando, orando, esse jesuíta genial,[258] que aos oito anos viera para o Brasil, foi um protetor obstinado dele: com Vieira, porém, floresceu o pensamento português, não um pensamento "brasileiro".

As duas Academias que se fizeram na Bahia, de "Esquecidos" (1724) e "Renascidos" (1759), e a do Rio de Janeiro, dos "Felizes" (1738), não puderam definir uma forma "brasileira".

As chularias poéticas de Gregório de Matos não venceram o espírito *cultista*, que, aprendido nos Colégios coloniais ou em Coimbra, uniformiza a literatura da metrópole e da colônia.

A política oficializa essa indeterminação, proibindo que se instalassem prelos no Brasil – ao contrário do que ocorria na América espanhola[259] –, e a divulgação, no reino, de livros analíticos ou descritivos, que revelassem ao estrangeiro os recursos americanos: assim, é surpresa a edição da obra de Antonil, apesar de escrita por um padre da Companhia (Andreoni) e o mesmo destino têm, 47 anos depois, os *Discursos político-morais*, do fluminense Feliciano Joaquim de Souza Nunes. Uma oficina

256 *Nouveau voyage autour du monde*, III, 205.

257 Vd. *Por Brasil e Portugal*, sermões anotados por PEDRO CALMON, S. Paulo, 1937.

258 Vd. P. LUIZ GONZAGA CABRAL, *Vieira Pregador*, p. XXVIII, Braga, 1936.

259 Vd. VICENTE G. QUESADA, *La Vida Intelectual en la America Espanhola*, págs. 63 e segs. Buenos Aires, 1917.

de tipógrafo que, no Rio, imprimiu a relação da entrada do Bispo D. Antônio do Desterro e o "Exame do bombeiro" do brigadeiro Alpoim, braço direito do governador, foi imediatamente destruída (1747).

A maioria dos escritores do Brasil no século XVIII não conheceu o benefício da imprensa: Pedro Taques, Borges da Fonseca, Loreto Couto, José de Mirales, Gonçalo Ravasco, Rita Joana de Souza... Por outro lado, os brasileiros que passavam a Portugal confundiam-se com os portugueses de lá: assim o teatrólogo Antônio José da Silva, o teólogo D. Tomaz da Costa Lima, Matias Aires e sua irmã Tereza Margarida,[260] o moralista Silva da Eça... Na comédia popular do "judeu brasileiro", Antônio José da Silva, que foi o Gil Vicente setecentista, o seu único elemento americano, a *modinha*, não a caracterizou, como simples tonalidade dos costumes de Lisboa de 1734, que os estrangeiros julgavam criação portuguesa.[261]

NACIONALISMO

A inspiração *brasileira*, cativando uma juventude ambiciosa de reparações para a sua terra, tem uma data política e materializou-se num poema: em 1781 publicou Frei José de Santa Rita Durão, natural de Minas Gerais, o *Caramuru*, "Poema épico do descobrimento da Bahia". Já em 1769 estampara José Basílio da Gama – outro mineiro – o seu poema *O Uruguai*.[262] Circunstância relevante: nasceram ambos nas montanhas auríferas de Minas e receberam a direta influência do ambiente, opresso e violento, da riqueza, do despotismo e da revolta, onde penas terríveis castigam faltas leves e o recrutamento para as lutas do sul feria a população como outras tantas "derramas", mas de sangue.

N'*O Uruguai* sobressaem, precursores do romantismo, uma ternura pelas paisagens, um indianismo ideal (o bom índio, de Montaigne), uma dependência do meio físico, "legitimamente americano", segundo Garrett; mas o motivo "brasileiro", vibrante de lirismo, que dá à epopéia o seu caráter nacionalizante, surge primeiramente em *Caramuru*.

260 RUY BLOEM, *O primeiro romance brasileiro*, p. 34, S. Paulo, 1939.

261 TEÓFILO BRAGA, *Hist. da Literat. Port.* – Os Arcades, p. 136, Porto, 1918.

262 Vd. SÍLVIO ROMERO, *Hist. da Literat. Brasileira*, I, 187 e segs., Rio, 1902.

Acontecia que a América do Norte se libertara da Inglaterra, e a França, dos filosófos e economistas, tomara o partido da novel República. A "América" era o assunto, a moda, a sensação daqueles frenéticos tempos de transformação universal. Refletinto essa "americanização" da literatura, uma Academia se fundou no Rio e Janeiro, em 1780. No convento da Conceição, ao redor do Bispo D. José Coutinho, homens de letras fluminenses fizeram a sua arte.[263]

Surgiu enfim a *escola mineira*. Compunham-na poetas sentimentais que, bacharelados em Coimbra, voltavam à pátria escandalizados de sua servidão. Duplamente sugestionados, pelo descontentamento de seus irmãos nas Minas e pela utopia dos companheiros da Universidade, eram naturalmente conspiradores: por isso as suas tertúlias acabaram numa tragédia, e os prógonos foram mártires. Literariamente, distinguem-se Cláudio Manoel da Costa, que compôs um único poema brasileiro, *Vila Rica* – Gonzaga (nascido no reino), Alvarenga Peixoto, por um "mínimo" de classicismo, em confronto com os poetas lusitanos. Eles modificaram a poesia, emprestando-lhe alguma coisa que era só do Brasil, e pôde Gonzaga sublimar o amor em Marília, que é "obra pessoal, escapa e superior às fórmulas e competências das escolas".[264]

Superior às escolas, não fora destas, *Marília* é o canto pastoral, em que a delicadeza do bardo veste a túnica de Alceste e a sua candura revive Citara.[265] A despeito desse abuso da mitologia, os seus versos ganham uma popularidade que só os de Casemiro de Abreu lhe disputariam tantos anos depois, e induzem à imitação os outros poetas, até à Independência.

O choque político, de 1821-1823, dissipou no Brasil a névoa arcádica, exaltando o índio, as brutais realidades da terra, a sua beleza: e pela separação da metrópole, a reação à moda que nos impunha – o nativismo "jacobino", a retórica francesa, o ideal pan-americano, a vaidade do nosso barbarismo rebelde traduzido em apelidos indígenas,

---

263 PORTO ALEGRE, in *Guanabara*, 1850, p. 318.

264 JOSÉ VERISSIMO, Prefácio de *Marília de Dirceu*, p. 31, Rio, 1910.

265 Gonzaga, sobretudo subjetivo, não manifestou nenhuma emoção nativista na sua lira, se se excetuar a VII do livro 2º. Na XXIX concita Marília a deixar o "turvo ribeirão" em que nasceu e "as já lavradas serras" (Minas) para passar ao "claro Tejo".

que aditaram aos seus nomes os revolucionários da Independência (*Montezumas, Cangussu's, Tupinambás, Patativas, Itapicuru's*...)

A emancipação política arrebatou-nos ao centro comum de cultura, que era a velha Coimbra, e a imitação de França, sucedendo à imitação inglesa que abrange o período do Brasil-Reino, agravou, no terceiro decênio do século XIX, o cerebralismo, que fazia daquela literatura um instrumento, não uma representação de idéias coletivas. Daí – no campo social – a possibilidade de instituições mais adiantadas que as próprias elites, a disparidade entre o pensamento traduzido e o sentimento inato, a duplicidade da evolução nacional, num sentido exterior, a refrangir as emoções civilizadas, transmitidas pelo jornal – o grande veículo literário – e pela oratória parlamentar; e num sentido interior, a desenvolver as forças imanentes e próprias, mascaradas, não anuladas pela idéia importada. Em política, aquela evolução foi do governo absoluto para a monarquia constitucional, talhada pelos figurinos da Europa. A outra, foi do unitarismo constitucional para o semifederalismo de 1834, da dominação central para o municipalismo, da coesão, ideal, para a descentralização, espontânea. Em arte, "clássicos e românticos", os primeiros parados nos prados da Geórgia, os outros aturdidos por todas as vibrações de 1830 – o passado, a selva, a plebe, o drama dos povos, as viagens, a natureza e o homem.

Literariamente ainda, essa última fase do pensamento brasileiro corresponde a trinta anos de caracterização nacional – econômica –, 1838 e 1868, quando se embatem "tendências nacionais e influências estrangeiras", para repetir a fórmula de um pensador.[266]

A vitória do nacionalismo integral resultou da emancipação intelectual do Brasil, após as ásperas lutas pela libertação do escravo, pela República e pela democracia.

ARTE COLONIAL

Não há, na colônia, arte propriamente brasileira. Mas grandes artistas do Brasil conseguem transmitir a sua influência aos estilos que trouxeram os mestres de Portugal, de Espanha e Itália. São sobretudo entalhadores de madeira na Bahia, escultores de pedra em Minas Gerais,

266 MIGUEL CALMON, *Tendências Nacionais e Influências Estrangeiras*, Bahia, 1921.

que enfeitam com o seu gosto individual as construções barrocas (séculos XVII e XVIII).

A arquitetura florescente na colônia é a jesuítica-barroca, cujo maior monumento está na Bahia: a Catedral. Coincidiu a colonização com o domínio espiritual da contra-reforma e dos jesuítas, e a transformação dos estilos artísticos da Renascença (cópia do clássico, paganismo estético) em formas adaptadas ao culto divino e às necessidades do fausto religioso. Criou-se um tipo de igreja modesto, com ligeiros ornatos, sem preocupação de beleza exterior, sacrificando a arquitetura – em decadência – pela escultura do interior, cuja riqueza e abundância se proporcionavam com o esplendor da religião católica. Contribuiu essa nova interpretação da arte para formar uma escola colonial de escultores, entalhadores e pintores, enquanto as construções continuavam mesquinhas, com exceção de templos e conventos (notáveis pela harmonia das massas e efeito de conjunto) geralmente planejados por engenheiros europeus.

Somente no século XVIII surgem, na Bahia e no Rio de Janeiro, núcleos de artistas que fazem "escola".

A "escola baiana de pintura" inicia-se com José Joaquim da Rocha, autor dos painéis dos tetos da Conceição da Praia, do Rosário, de S. Pedro, de S. Domingos, da matriz de Santo Amaro, e cujos discípulos mais distintos foram: Veríssimo de Souza Freitas, Lopes Marques, Antônio Dias, sobretudo José Teófilo de Jesus e Antônio Joaquim Franco Velasco, superiores estes ao mestre.

A "escola fluminense de pintura" é mais recente, se bem que Frei Ricardo Pilar, primeiro da série, tenha florescido em 1700. José de Oliveira foi o mestre de uma plêiade de artistas, como João de Souza e João Florêncio Muzzi. Discípulos de João de Souza, foram Manoel da Cunha, o melhor retratista, e Joaquim Leandro, autor de excelentes paisagens. Seguem-se Manoel Dias de Oliveira, o Romano, o primeiro pintor a copiar modelo vivo, e José Leandro de Carvalho, retratista insigne. Estes os nomes que a arte fluminense apresenta antes de 1816, quando a vinda da missão francesa de Lebreton, e a fundação da Escola de Belas Artes, criaram no Brasil uma robusta e magnífica geração de pintores, escultores e arquitetos.

Pela originalidade e imprevisto de sua arte tem lugar especial o "Aleijadinho", Francisco Antônio Lisboa, que encheu de igrejas barrocas

a região mineira entre Ouro Preto, Congonhas do Campo, Sabará, e S. João d'el Rei. O "Aleijadinho" deu à arquitetura de imitação italiana um traço inconfundível, na associação da escultura e da construção, e trabalhou admiravelmente a pedra olar de Minas Gerais. Nenhum arquiteto do Brasil colonial lhe ultrapassa a imaginação criadora; nenhum pôde tão bem exprimir as possibilidades de um estilo movimentado e pessoal nestes trópicos – estilo que valorizava os impulsos e o sentimento do homem, apurando ou descobrindo as energias espirituais, o ideal artístico sugerido pela liberdade de linhas, pela opulência ornamental e pela independência de concepção do barroco.

. . . .

XIV
A Administração – Justiça – O Clero

Portugal criou no Brasil uma administração tão simplificada que, de fato, coincidiam as suas raias com as dos centros de população (zonas condensadoras).

O funcionário régio era geralmente substituído pelo funcionário municipal, que acumulava funções de justiça e governo, num tempo em que alguns municípios eram mais extensos do que os Estados atuais.

O governador-geral ficava na Bahia, como eixo de um sistema, representante d'el-rei, essencialmente o protetor militar, cuja vigilância se estendia a todo o país, no resto equivalente aos outros *capitães-generais* das capitanias. Os governadores-gerais proviam os postos militares até sargento-mor – dependentes porém as previsões de confirmação régia –, informavam-se dos serviços de fazenda, preveniam a defesa da colônia, advertiam os capitães-mores sobre as necessidades dela. Realmente não governavam aquelas capitanias – como esclareceu um aviso do Secretário do Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4 de fevereiro de 1765; [267] tinham sobre elas apenas uma superioridade de alçada, definiu

267 *Comentários de* D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL, ao Regimento de Roque da Costa Barreto, *Documentos Históricos,* VI, 403.

D. Fernando José de Portugal, anotando o regimento que trouxe Roque da Costa Barreto.[267a]

O governo da metrópole considerou o Brasil como uma pluralidade de colônias, que deviam submeter-se a uma fiscalização única; impressionado pelas circunstâncias geográficas, antecipou as linhas mestras do federalismo, numa descentralização, inevitável: decorrera da divisão em capitanias, feita em 1534. Cada donatário, na sua concessão hereditária, e o capitão-general nas capitanias da Coroa, compradas aos herdeiros dos donátarios, se correspondia diretamente com a Corte; os do Rio de Janeiro e Pernambuco eram isentos do governo da Bahia; o Maranhão fez Estado à parte.

Dentro, porém, na mesma capitania, os municípios tendiam igualmente para uma vida própria, no isolamento das suas vilas, com o deserto, ou a mata inçada de selvagens, determinando aos grupos humanos uma autonomia natural.

O MUNICÍPIO

As instituições municipais vicejaram, graças à necessidade que tiveram os primeiros núcleos de uma vida regular, que os fortalecesse na fronteira dos gentios – e do desconhecido. As vilas iniciais apresentam, por isso, um aspecto marcial, de cidadelas; fora o primeiro cuidado dos seus administradores cercá-las de muros (as *caiçaras* tupis, no século XVII, substituídas por trincheiras de terra), cuja conservação incumbia, indiferentemente, a todos os *vizinhos*. O governo municipal tornou-se um comando de forças; estabelecia a disciplina e permitia a existência social.[268]

Evidentemente, esse município, que se regia tanto pelas *Ordenações do Reino* como pelos costumes locais, estava fadado a opor-se ao governo de nomeação régia, como o povo se opunha às autoridades forasteiras. Mas no conflito entre os dois poderes (o local e o regional, o eletivo e o de nomeação régia) as municipalidades predominaram afinal. Também por isso os cargos de vereadores foram exercidos sempre pela melhor gente (os homens bons, a fidalguia, simplesmente as pessoas

---

267a *Documentos Históricos*, VI, 398.

268 Vd. AFONSO TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, cit.

honradas, onde não havia nobreza) e ao lado das funções municipais se desenvolveu, lentamente, uma autonomia administrativa, que limitava as atribuições dos governadores, no executivo; da magistratura, no judiciário; e no clero.

Entendeu-se, à antiga, que os vereadores eram delegados do povo e por ele falavam, nas queixas ou requerimentos: daí as constantes representações a el-rei, até a destituição de governadores promovida pelas Câmaras, e a decretação de importantes medidas para o Brasil por elas suplicadas.

Um vez a Câmara do Rio de Janeiro suspendeu o governador (Salvador Corrêa) e nomeou-lhe sucessor (Agostinho Barbalho). O Conselho Ultramarino inquinou de absurda a intervenção de um governador-geral (Antônio de Souza de Menezes) na eleição da Câmara da Bahia. Foi a de Olinda que deu substituto a Sebastião de Caldas, o governador obrigado a fugir de Pernambuco (1710)...

Com o domínio espanhol, não sofreram os privilégios das Câmaras; o Código filipino reforçou-os. A edilidade passou a compor-se de um juiz ordinário, de dois vereadores e de um procurador do conselho, assistido de almotacel e alcaide. Aquele era de "vara vermelha", para distinguir-se do juiz togado, de "vara branca" (juiz de fora). Era o magistrado popular, misto de juiz e prefeito, eleito por um ano, e substituído, nos impedimentos, pelo vereador mais velho.

A decadência de instituição municipal provém da intolerância do governo da metrópole, quando pretendeu abafar a perigosa inquietação dos colonos e aumentar o poder dos governadores. O século XVIII assinala a concentração de poderes pelos capitães-generais e governadores. Exatamente como sucedeu no reino.

A JUSTIÇA

A Justiça – cuja principal autoridade era o ouvidor-geral, que de três em três anos vinha do reino[269] – teve por tribunal mais alto a Relação da Bahia, instituída por alvará de 7 de março de 1609, supressa pelo de 5 de abril de 1625 (em conseqüência do destroço causado pela invasão holandesa) e restabelecida pelo de 12 de setembro de 1652.

269 TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 98.

Novas relações foram criadas: para o Rio de Janeiro (alv. de 13 de outubro de 1751), para o Maranhão em 1812, para Pernambuco em 1821. Em grau de recurso subiam os feitos para a Casa da Suplicação. O mesmo destino tinham as causas de valor superior a 1:200$000.

Os outros magistrados judiciários eram primitivamente o ouvidor-geral (que veio com Tomé de Souza), cuja alçada compreendia o foro em geral, e foi muito vasta, como principal entidade da colônia depois do governador; o ouvidor dos donatários, "devendo incumbir-se do despacho das apelações e mais papéis forenses deste lugar como das demais vilas da capitania";[270] depois o ouvidor das comarcas; e o juiz de fora a partir de 1696.[271] À medida que se tornava a justiça mais embaraçosa: além dos corregedores (que poderiam ser desembargadores), houve um corregedor de comarca (1696), juiz do crime (1742), juiz de órfãos (1650), juiz da mampostaria-mor dos cativos, extinto em 1774, etc.[272]

MILÍCIAS

A milícia civil, com os "capitães-mores" das vilas e, no sertão das freguesias, criados pela carta-régia de 20 de janeiro de 1699, substituía, no interior, os órgãos judiciários-administrativos, que só tinham funções distintas no litoral.

A eleição dos tais capitães era dos governadores e passou (alvará de 18 de outubro de 1709) à atribuição das Câmaras, que no século anterior nomeavam os capitães das companhias das diferentes localidades.

Tinham de encargo a polícia, que faziam com as "ordenanças", ou corpo militar municipal, chamadas às armas nas ocasiões extremas, o recrutamento, do qual eram juízes inapeláveis, e o mais que não pertencia às Câmaras no governo local. Eram vitalícios e isentos de "residência", como os governadores.[273]

---

270 FREI VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, 3ª ed. p. 416.

271 Vd. LUIZ VILHENA, *Cartas Soteropolitanas,* edição Braz do Amaral, II, 311 (com a lista onomástica).

272 Vd. PEDRO CALMON, *A OrganizaçãoJudiciária*, in *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos,* I, p. 80 e segs. Rio, 1928.

273 PORTO SEGURO, *História Geral,* 3ª ed. integral, III, 420.

EXÉRCITO

"Exército" regular, só o teve a colônia depois de 1764.

Até então, as tropas eram expedicionárias (e se regiam como no reino) ou, desde 1625, formavam as guarnições, primeiramente com suas companhias, depois com os seus "terços". A Bahia e Pernambuco tinham dois.

Os terços compunham-se de várias companhias (às vezes doze) comandadas por capitães, dirigidos pelo mestre de campo, que era a maior patente da terra, acolitado do sargente-mor e dois ajudantes.

As companhias eram de cem homens cada uma no Rio de Janeiro (Ordem de S. M., de 21 de julho de 1655).

A tendência observada, entretanto, foi a transformação da tropa de guerra em ordenanças pacíficas, como para Pernambuco mandou el-rei em 27 de março de 1665, reconhecido seria melhor a reforma de "todo este exército por não ter mais que a aparência...", de vez que a paz se fizera.[274]

Nos portos de mar foram criados terços de auxiliares – por ordem de 21 de abril de 1739, que também dispunha sobre a organização das ordenanças.

Os do Rio e da Bahia foram mandados arregimentar em 1749 e o soldo declarado uniforme a partir de 1º de abril de 1751.

Bastava, para a consolidação do pequeno "exército" colonial, uma instrução militar.

Embarcaram para o Brasil, em 24 de dezembro de 1764, setenta oficiais destinados a aplicar aqui o regulamento do conde de Lippe, exercitando a milícia paga pelos métodos que o grande instrutor levara a Portugal.[275]

As diferenças naturais entre a tropa do Brasil e a do reino ficaram; mas, graças à padronização do ensino e identidade de práticas, o

274 JOSÉ DE MIRALES, *História Militar do Brasil*. An. Bibl. Nac., XXII, 197.

275 *Os Portugueses na África, Ásia, América*, etc., VII, 236, Lisboa, 1850. Dois companheiros do conde, Bohm e Jaques Funck, têm grande papel nas lutas de fronteira no Rio Grande do Sul. Vd. ERNESTO AUGUSTO PEREIRA SALES, *O Conde de Lippe em Portugal*, p. 163, Famalicão, 1937.

militar brasileiro logo se ombreou com o português; foi rudemente provado nas campanhas do sul.[276]

BISPOS E GOVERNADORES

A autoridade eclesiástica era isenta do foro civil; foi isto suficiente para que as duas administrações – a Igreja e o Estado – colidissem nas suas órbitas de ação e de contínuo transformassem em conflitos ásperos os choques de jurisdição.

Desde o primeiro bispo, os governadores eclesiásticos procuraram limitar a alçada dos governadores civis, que, por seu lado, não fugiam de perturbar os negócios religiosos com a sua intervenção indébita. Queixavam-se mutuamente para o reino, faziam prosélitos entre os colonos, ameaçavam-se, e à tranqüilidade dos povos.

Poucos bispos da Bahia não assinalaram o seu episódio com tais excessos; poucos governadores-gerais souberam imitar Mem de Sá, na sua edificante cordialidade com o poder espiritual. O dissídio entre Duarte da Costa e D. Pero Fernandes Sardinha proveio de incriminações públicas, do bispo ao filho do governador, D. Álvaro; queixava-se depois aquele das perseguições sofridas por alguns clérigos, a quem o governador pusera em prisão comum. Foi D. Pero Fernandes Sardinha explicar-se para Lisboa, e o navio em que viajava varou nos baixios de Sergipe, do que resultou a morte de todos, às mãos de caetés.

O dissídio foi maior entre o governador Luiz de Brito de Almeida e o Bispo D. Antônio Barreiros. Aconteceu que mandara el-rei prender e transportar para Portugal Sebastião da Ponte, em razão de suas crueldades; e porque o réu se meteu numa igreja, saiu o bispo a deprecar do governador que não o tomasse. Formaram-se partidos. Conta Frei Vicente do Salvador que até "filhos, que estudavam para se ordenarem, com pedras nas mãos contra seus pais, se acostavam ao bispo e a seus clérigos e familiares".[277] Por pouco não explodia o motim. Conseguiu D. Luiz de Brito remeter para o reino o preso.

---

276 A Carta Régia de 7 de agosto de 1797 substituiu os antigos mestres de campo por "coronéis", extinguiu os velhos "terços", e deu aos "auxiliares" a denominação de "milícias".
Passaram assim os Terços de auxiliares a ser Regimentos de Milícias. Estava então formado o exército brasileiro.

277 FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, 3ª ed., p. 233.

O Bispo D. Constantino de Barradas desaveio-se igualmente com o Governador Diogo Botelho e o sucessor deste, D. Diogo de Menezes.[278]

A instalação na Bahia, em 1609, da Relação, parece que dirimiu as questões habituais, de *mixtifori*, que dividiam os juízos civil e eclesiástico, tanto que "chegou o bispo deste Estado, D. Constantino Barradas, a termo de não ter quem quisesse servir de vigário-geral".[279] Assim o caso – narrado por Frei Vicente – de uma excomunhão, que o tribunal achou de anular, multando ademais a quem recusasse falar ao excomungado... Continuaram os desacordos com o Bispo D. Marcos Teixeira e o Governador Diogo de Mendonça Furtado. Não foi ao recebimento do prelado, porque não lhe quiseram dar lugar debaixo do pálio; e jurou que não compareceria a cerimônia alguma em que aquele estivesse, por não sofrer que "primeiro se incensasse o bispo e depois o governador", como aliás mandava uma provisão régia.[280] Em conseqüência de outras querelas, excomungou D. Marcos Teixeira o procurador da Coroa, recusou-se a benzer as obras do forte do Mar, alegando que desviavam dinheiro, antes prometido para as da Sé, que Gaspar de Souza mandara fazer de novo, e quando o governador, avisado da vinda de uma esquadra holandesa, convidou os homens válidos do recôncavo para trazerem à Bahia as suas armas, os dissuadiu, e convenceu a se recolherem aos engenhos... Foi assim que os flamengos conquistaram, sem batalha, a capital do Brasil (1624), e levaram prisioneiro o governador, saindo então o bispo a campo, armado, e resoluto como um capitão, para vingar os portugueses e pagar as suas culpas; morreu, três meses depois, como chefe da guerra que os moradores faziam ao invasor!

Uma carta-régia (10 de maio de 1646) mandava que os ouvidores do Rio de Janeiro não consentissem que o bispo ou os seus ministros prendessem seculares.[281] No Pará, em 1618, fora deposto o Capitão-Mor Francisco Caldeira, por um frade, que sublevou o povo, indignado

278 CAPISTRANO DE ABREU, *Prolegômenos*, *Hist. do Bras*., de FREI VICENTE, 3ª ed., pp. 256-57.

279 FREI VICENTE, ibd., p. 507.

280 FREI VICENTE, ibd., p. 507.

281 PORTO SEGURO, *Hist. Ger*., 3ª ed., II, 169.

contra a autoridade que tentara desrespeitar o asilo dado pelos franciscanos a inimigos dela.[282] Em 1660, ainda no Rio, dardejava o administrador eclesiástico excomunhão contra o ouvidor-geral, por não lhe remeter certa devassa que pedia, e ameaçava a Câmara, oposta à mudança da igreja de S. Sebastião para a praia...

Trinta anos depois, entrando na Bahia o Arcebispo D. João Franco de Oliveira, o recebeu hostilmente o governador porque trouxera, desfraldada no mastro do navio, não o estandarte real, mas a sua flâmula particular. Mandou o governador prender o mestre de embarcação...[283]

Em 1693, as "dúvidas" eram entre o governador de Pernambuco, marquês de Monte-Belo, e o bispo "... por lhe ter retirado de uma igreja o sitial e cadeira que costumava ter os governadores...".[284]

OS CONVENTOS

Os conventos deviam atrair a juventude inteligente, numa sociedade muito religiosa, rústica e tradicionalista.

As boas famílias da colônia obedeceram aos costumes do reino: o filho primogênito seguia a profissão paterna. Era senhor de engenho, fazendeiro, homem de nogócios. O filho segundo, que não herdava o patrimônio da Casa, e tinha de procurar fora a sua fortuna, fazia-se militar, estudava em Coimbra, servia ao Estado. O terceiro, quase sempre se metia frade nalgum dos mosteiros convizinhos.

Em geral, entravam para a religião os rapazes dados às letras; por não haver, na colônia, ensino superior profano, ou pelo preconceito, de que os talentos fulgiam preferentemente na Igreja.

A formatura em Coimbra custava grande cabedal. Mas os conventos se abriam às vocações sem dinheiro, como um prêmio natural e fácil às ambições espirituais. Além disso, os aristocratas estimavam que os parentes tomassem ordens sacras. Precisavam de capelães para os engenhos, de mestre ou orientadores para a prole, tirando disso legítimo orgulho.

---

282 FREI VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 450.

283 Doc. ms. no Instituto Histórico, L. 42 nº 802 inédito. "À frota em que veio o pálio" do arcebispo, dedicou GREGÓRIO DE MATOS um soneto, *Lyrica*, *Obras*, II, 76, ed. da Acad. Bras.

284 Doc. in *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 224.

Havia, por outro lado, o aspecto econômico desse sistema. Para as filhas dos homens pobres, que não podiam casá-las convenientemente numa terra onde não eram numerosos os fidalgos solteiros, ou que não dispunham de grande fortuna, para os seus dotes, o convento de freiras foi um destino seguro e apetecido.

"Que nada era neste mundo quem não tinha um filho religioso da Companhia, e, a não ser nesta, em alguma das outras religiões que tinham por segunda classe..." – registrou Vilhena,[285] na Bahia.

Aí logo vastos mosteiros se construíram: S. Bento (1581), S. Francisco (1587), Carmo (1586), Santa Tereza (1665), Palma dos agostinhos recolectos (1693), Piedade dos capuchinhos (1712), Hospício dos oratorianos (1765), Hospício de Jerusalém (1725)... Mais recentes foram as clausuras femininas, a primeira das quais, a de Santa Clara do Desterro, também na Bahia, data de 1669 (sendo as obras desse majestoso convento concluída em 1726).[286] O da Lapa foi fundado em 1744 (freiras concepcionistas), o das Mercês (ursulinas), em 1735, o da Soledade (recolhimento para senhoras, criado pelo jusuíta Gabriel Malagrida), em 1739, o dos Perdões (outro recolhimento para mulheres devotas), em 1723, o de S. Raymundo (para arrependidas), em 1752... Ao todo, houve na mesma capital sete asilos religiosos de mulheres e onze de frades, cujo número, em 1779, se eleva a 728.[287]

Seria impossível encontrar nesse clero, apartado das trepidações da vida social, permanentes modelos de virtude e temperança.[288]

Principalmente os frades, representando a elite mental, conservaram ciosamente a sua influência política. Gozavam do privilégio de possuir a única livraria abundante e usar, no púlpito, a liberdade de palavra, a ninguém mais consentida. Naturais do Brasil, armaram-se de agressivas prevenções contra os portugueses, seus irmãos de hábito. Os

285 *Cartas Soteropolitanas,* ed B. do Amaral, I, 282.

286 CHRISTIANO MÜLLER, *Memória Histórica sobre a Religião na Bahia,* p. 141, Bahia, 1923.

287 *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 31, p. 439.

288 Vd., nosso, *Espírito da SociedadeColonial*, p. 86, aí a bibliografia.

conventos foram os primeiros núcleos nacionalistas na América. A vitória inicial do nativismo que aí se abrigava consistiu no Breve pontifício que, em 1671, isentou da casa-mãe de Portugal a direção dos beneditinos do Brasil. Equivalia a uma independência. De fato, por tal separação começava a definir-se o conflito entre colônia e metrópole.[289]

289 *Dietario*, ms., do mosteirode S. Bento da Bahia, cm. por D. CLEMENTE MARIA DO SYLVA NIGRA (n^{os} 52 e 84). De 1671 a 1688 foram nomeados, na Bahia, os superiores de todas as casas beneditinas: este, o período das grandes obras do mosteiro baiano. Em conseqüência do movimento separatista, os distúrbios escolares e a inquietação na clausura, vários monges sofreram prisão ou desterro. Em 1762 um abade nomeado em Tibães, no reino, teve a sua posse contestada por oito religiosos, precisando agir violentamente o governador, que os remeteu para Portugal. Doze monges portugueses viram-se compelidos a retirar-se para a Europa em 1816: não suportaram o ambiente nativista do mosteiro! – Sucessos semelhantes se passaram no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

. . . .

XV
As Agitações Nativistas

A administração colonial nem sempre teve um ambiente propício à sua ação discricionária no Brasil.

As revoltas havidas, contra leis intoleráveis ou autoridades despóticas, originaram-se decerto das contrariedades econômicas; mas as explica também o orgulho dos "brasileiros". Era da índole da instituição municipal a altiva defesa dos interesses da vila ou da cidade, falando os vereadores pelo povo com desassombro e atrevimento; na falta destes, falavam do púlpito os próprios pregadores.

O crescente prestígio das Câmaras na vida colonial – desde que os filhos da terra, repelidos dos altos postos do governo, limitavam à ação das Câmaras a sua influência nos negócios públicos – cultivou, desenvolveu a irritação nativista, o espírito de autonomia local, o sentimento do bem comum do Brasil.

Fora os motins populares, de importância reduzida, as agitações que comoveram a colônia determinaram novos rumos à política portuguesa em relação ao Brasil e deixaram vestígio na legislação, seriam promovidas pelas Câmaras, e dirigidas por cidadãos respeitáveis, que a elas levavam o protesto dos habitantes.

Por que os jesuítas os privassem dos escravos indígenas, os paulistas os expulsaram, em 1640; pelo mesmo motivo foram postos fora do Maranhão, em março de 1661. Não foi, porém, a plebe, senão a Câmara de S. Paulo, que votara aquela expulsão, e porque entendesse o governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá, de lhes impor uma transação com os padres, como lá se fizera, os paulistas se armaram, nomearam quarenta e oito pessoas de prol que velassem pela segurança da vila (tomando o povo à sua conta o governo) e apelaram para el-rei. Mandou este, por lei de 12 de abril de 1664, que as Câmaras reconhecessem a superioridade do governador.

A Câmara do Maranhão não fez a revolta de Bequimão, mas apoiou, e convidou a Câmara do Pará a aderir a ela. Essa insurreição maranhense, em 1684, assumiu a feição de um desesperado protesto em face do monopólio comercial da Companhia que el-rei criara, por alvará de 12 de fevereiro de 1682, com o estanco dos gêneros principais por vinte anos, e das lei obtidas pelos jesuítas em favor dos índios (Lei de 1º de abril de 1680). Os conspiradores – senhores de engenho prejudicados pela restrição da escravatura “vermelha” e burgueses atingidos pela restrição do trato mercantil – prenderam o capitão-mor, declararam deposto o governador (que se achava de visita ao Pará), extinta a Companhia de Comércio e banidos os padres jesuítas. Formaram a sua junta geral (como a dos “48” de S. Paulo), que legitimou as violências feitas. Porém um novo governador (Gomes Freire de Andrade) conseguiu facilmente a submissão dos sediciosos, prendeu – depois da pacificação – o cabeça do levante, Manoel Bequimão, levou-o a julgamento e o fez enforcar a 2 de novembro de 1685.

NA BAHIA

O dissídio, entre os homens nascidos no Brasil e os portugueses, que monopolizavam o comércio grosso e eram acusados de levantar os preços ao seu arbítrio – explodiu na Bahia, quando, em 1711, passou o sal a ser vendido, de 480 réis a 720, e sobre os demais gêneros de importação pesou a taxa de 10 por cento.

Chefiados pelo juiz do povo e por João de Figueiredo Costa, de alcunha o “Maneta”, deram em depredar lojas e cometer outros desatinos, vendo-se o governador-geral recém-chegado (D. Pedro de Vasconcelos

e Souza) sem forças para os conter. Apelou então para o governador a quem substituíra (D. Lourenço de Almada), a fim de que este dissesse ao povo que se não lançariam mais tributos e perdoava desde já os excessos praticados. Aquietou-se a turba. Isto foi em 17 de outubro. Em 2 de dezembro, a saber-se na Bahia que o corsário Duguay-Trouin atacara o Rio de Janeiro, a mesma populaça se insurgiu, insistindo por que o governador socorresse quanto antes a praça perdida.

D. Pedro de Vasconcelos redobrou de atividade na defesa militar da Bahia, e tanto que soube da partida dos franceses do Rio, fez prender, processar e deportar os instigadores do segundo motim. Também, por voto da Câmara, foi abolido o cargo de juiz do povo.

EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco a inquietação tinha mais fundas raízes. Rivalizavam Olinda e Recife, aquela, com a dignidade de cabeça da capitania, a outra, mais populosa, rica e movimentada, sujeita à condição de povoado, apesar dos seus 8 mil habitantes e do seu passado de abundância e fastígio, capital que já fora do Brasil holandês.

O conflito era entre os senhores de engenho de Olinda e os mercadores portugueses de Recife; nativos e forasteiros; proprietários e negociantes; devedores e credores. Havia de vencer Recife. Insinuaram-se os mercadores nos negócios municipais de Olinda; protestaram os de lá, lembrando a provisão de 8 de maio de 1705, que impedia aos mercadores o exercício das funções municipais. O governador Sebastião de Castro Caldas declarou-se parcial destes. Quis que os olindenses fossem a Recife ajustar o preço do açúcar; o rei – para quem recorreram – desaprovou o ato do governador.

Mas, por carta-régia de 19 de novembro de 1709, tornou Recife vila independente.

O pelourinho foi aí erigido em 15 de fevereiro de 1710. O governador e o ouvidor (Dr. José Inácio de Arouche) deviam fixar os limites das duas vilas. O ouvidor favorecia Olinda. Desaveio-se com Sebastião de Caldas. Fizeram-se partidos. O governador irritou-se e ordenou várias prisões. A 17 de outubro, indo Sebastião de Caldas pela rua das Águas Verdes, dispararam-lhe de uma casa um tiro, que o feriu. Rompe-

ram-se assim as hostilidades. Os cárceres encheram-se; foi proibido o porte de armas na capitania. Teve o ouvidor de fugir para a Paraíba. O Capitão-Mor Pedro Ribeiro revoltou-se e capturou o oficial que procurava prendê-lo. Sebastião de Caldas expediu contra o fidalgo rebelde todas as tropas de que dispunha, e estas fraternizaram com as dos pernambucanos. O governador sentiu-se perdido e, numa sumaca, pela madrugada de 7 de novembro, escapou-se para a Bahia. Os olindenses elegeram então por chefe ao Bispo D. Manoel Álvares da Costa, e empossaram-no a 15 de novembro. Sete meses correram pacíficos, com o completo triunfo dos brasileiros e o retraimento dos seus contrários. Até que os mercadores induziram parte da tropa a insurgir-se em Recife, pretextando a ambição do Sargento-Mor Bernardo Vieira de Melo, herói da guerra de Palmares, que pretenderia proclamar-se governador, e, dizia-se, separar Pernambuco do resto da colônia. Ligaram-se os portugueses e obtiveram uns 70 mil cruzados para os gastos da sedição. O bispo – surpreendido pela agitação em Recife – houve de aceitar o governo, contra Bernardo Vieira, mas dois dias depois se passou a Olinda, dizendo do seu intento de submeter os revoltosos, os "mascates", alcunha que se deu à guerra, assim declarada. Com efeito, puseram os olindenses cerco a Recife, empenharam-se em batalha, pelejaram sem vantagens sensíveis, até que um novo governador, Félix José Machado de Mendonça, chegou com anistia ampla (6 de outubro de 1711). Fez-se a paz. Aproveitou-se dela o governador – imitando D. Pedro de Vasconcelos e Gomes Freire de Andrada – para sindicar dos delitos, processar a muitos fidalgos e desterrar a outros.

Exatamente essa política teve em Minas Gerais o Conde de Assumar.

Dominou por força a inquietação nativista, mas não a extirpou. A desconfiança ficou; os ódios continuaram.

NAS MINAS

Nas Minas, a questão era do imposto devido ao rei.

A luta entre paulistas e "emboabas" deixara nas montanhas um povo aguerrido, vaidoso do seu poderio, desde que fazia recuar os prepostos de sua majestade, como Manoel Nunes Viana fizera voltar D. Fernando de Mascarenhas – e certo de que, naquele sertão, as leis só

seriam cumpridas se nisto consentissem os moradores. "...Um país que foi até agora habitado de régulos", dizia um governador, em 1737.

O governo era fraco, os habitantes fortes. Tinham armas, organização, a solidariedade que o perigo comum estabelecera, a independência resultantes das anteriores vitórias e da riqueza, que nas minas granjeavam. Apenas o governador foi um implacável representante do rei: chamava-se D. Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar.

Revoltara-se já o povo das Minas quando o governador D. Braz Baltazar da Silveira teimara em cobrar o imposto sobre as batéias (12 oitavas para cada minerador) ao invés de uma certa soma fixa anual, que as Câmaras se propunham pagar, contanto que o ouro corresse livremente, podendo ainda ser quintado nas saídas, isto é, na estrada de S. Paulo.

A insurreição lograra destruir o sistema injusto da tributação das batéias, ficando obrigadas as Câmaras ao pagamento de 30 arrobas. Não bastavam aos interesses da fazenda real. Estes sofriam enorme dano com o contrabando do ouro e não sabia explicar à Corte como, avultando dia a dia a exploração das minas, os quintos d'el-rei não aumentavam.

O expediente combinado para remediar a situação foi o das "casas de fundição", onde todo o metal devia ser manifestado.

Realmente, depois de estabelecidas essas "casas", foi que se verificou o prejuízo da fazenda régia nos períodos anteriores.

A receita, no ano precedente ao funcionamento de tais oficinas, 1724, fora de 36 arrobas; em 1725, chegava a 133.

"Antes de 1725, a média anual era de 12 arrobas; e de 1725 a 35, foi de 97."

Portanto, havia grandes interesses particulares em jogo – dos magnatas de Vila Rica, o mais abastado deles, o mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães –: as "casas de fundição" não se puderam abrir sem a tragédia de 1720. Aquele potentado, o Dr. Manoel Musqueira Rosa e seus filhos, vários amigos e clientes de Pascoal, entre os quais Felipe dos Santos Freire, muito ouvido do povo, combinaram uma ação violenta que forçasse o governo a desistir dos seus projetos. A conspiração visava principalmente ao ouvidor, Martinho Vieira, que pela sua intolerância simbolizava o despotismo reinante; intimidado este, tinha-se por certo

que o Conde de Assumar capitularia, como o seu antecessor. A 27 de junho de 1720, pelas 11 horas da noite, desceram mascarados os conspiradores das matas do Ouro Podre, onde tinha as suas lavras riquíssimas Pascoal da Silva Guimarães, correram à casa do ouvidor, aos gritos de "viva o povo!", varejaram-na, não encontrando o magistrado, que a tempo fugira, e se dirigiram à Câmara. Ali Felipe dos Santos, arengando aos amotinados, tomou-lhes a chefia. O governador estava no seu palácio da vila do Ribeirão do Carmo. Correu para lá um emissário de Felipe dos Santos, que lhe notificou os propósitos dos insurretos, de não deporem as armas antes de satisfeitos nas reclamações que faziam. Não esperaram a resposta. Atiraram-se para Ribeirão do Carmo, de tropel, clamando que o povo tinha de ser atendido. Já soldados rodeavam o conde, que se apercebera para a luta e pedira reforços ao governador do Rio de Janeiro. Mas não foi o número, foi a astúcia que venceu. Assumar prometeu aos levantados quanto suplicavam. Fê-los voltar a Vila Rica com a convicção de que estavam vitoriosos. E mal se viu livre deles, chamou às armas os potentados, infensos aos de Vila Rica, com os escravos, e moveu o seu regimento de dragões (chegado de Portugal em 1719).

Sentindo-se ludibriados, os comparsas de Felipe dos Santos desmandaram-se em represálias e provocações, que não lhes valeram, pois o Sargento-Mor Manoel Gomes da Silva, à testa do exército do governador, entrou triunfantemente na vila, ocupando-a, e a vingança do Conde de Assumar se realizou, fulminante.

As casas de Pascoal da Silva Guimarães foram incendidadas, lá ficando as suas ruínas, o "Morro da Queimada", a testemunhar a régia justiça. Preso, Felipe dos Santos foi enforcado, a 15 de julho de 1720. Proferiu no cadafalso esta frase: "Jurei morrer pela liberdade, cumpro a minha palavra." O cadáver do rebelde foi esquartejado, e Vila Rica teve de submeter-se à onipotente vontade do vencedor. As casas de fundição funcionaram.

As Câmaras silenciaram. O povo retraiu-se. A polícia governamental estendeu a malha da sua vigilância a todo o distrito e uma legislação drástica o transformou numa terra abafada, donde tirava Portugal os recursos precisos para as espantosas despesas de D. João V.

O CASO DE TIRADENTES

Não se insurgiram mais os mineiros. Até 1789 não houve rebelião possível nas Minas Gerais. Naquele ano alguns poetas ilustres, alguns eclesiásticos letrados, alguns homens de espada, proprietários no país e sacrificados, como o resto do povo, pela decadência das lavras, concertaram uma conjura patriótica. Sonhavam com a República. Tinham lido nos livros franceses a história da revolução norte-americana. Como os Estados Unidos se tinham constituído, vencendo a Inglaterra, havia o Brasil de constituir-se, vencendo Portugal. Era a época dos filósofos, do "contrato social", do racionalismo, da recuperação, pelo homem, da sua liberdade de pensar. Essas vibrações literárias não podiam agitar, nas ruas, uma população ignorante, nem na caserna, os dragões de Minas, que comboiavam pelas estradas os transportes de ouro e diamantes; haviam de impressionar as poucas pessoas que liam esquivamente os livros estrangeiros.

De fato, os brasileiros que seguiam na Universidade de Coimbra os cursos de leis e cânones não perderam de vista a pátria, distante e oprimida; por todo o século XVIII foi a academia o berço das idéias liberais – apesar dos mestres e dos programas.

Estudantes brasileiros propuseram a Thomas Jefferson, em Nimes, ajudar a América do Norte na independência do Brasil. José Álvares Maciel, jovem mineralogista mineiro, trouxe ao Brasil esses planos. Entendeu-se no Rio com um antigo alferes da cavalaria de Minas, espírito exaltado, ao extremo, amigo das novidades políticas que faziam a volta ao mundo, Joaquim José da Silva Xavier.

Loquaz, imaginoso e arrebatado, Xavier passava por homem desassisado, na sua terra; constava também que era maçom. Exercia por vezes a profissão de dentista, e o conheciam por "Tiradentes". De regresso a Vila Rica, disse imprudentemente as disposições e projetos que Álvares Maciel lhe comunicara. Certo, tornou-se útil aos poetas que nos serões literários discutiam a libertação da capitania, e participou de suas reuniões.[290]

Os poetas eram o Coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, do 1º regimento auxiliar do Rio Verde; o Ouvidor Tomaz Antônio Gonzaga,

290 Vd. TOMAZ BRANDÃO, *Marília de Dirceu,* p. 115 *passim.* Belo Horizonte, 1932.

cantor dulcíssimo de "Marília", noivo da bela Maria Dorotéia de Seixas, sua musa; o doutor Cláudio Manoel da Costa, nome feito das letras luso-americanas e, sem dúvida, a mais respeitável personalidade da capitania. Os padres, José da Silva Oliveira Rolim, Carlos Corrêa de Toledo, Luiz Vieira da Silva, e outros clérigos.

O pretexto para a revolução estava na anunciada *derrama*, ou execução das dívidas dos quintos régios, que há muito não se pagavam – tremenda expectativa, que alarmava e indignava o povo. O Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante da tropa regular, aderira à aventura. Tanto que se iniciasse a *derrama*, imposta pelo governador, o visconde de Barbacena, um grupo armado sairia às ruas gritando – "Viva a liberdade" – e a força comandada por Francisco de Paula tomaria conta das vilas principais. Logo seria proclamada a república e se trataria de formar uma junta provisória. Entre as idéias dos conspiradores (desde que não podemos considerar um programa em regra as belas coisas que imagiraram) estava a mudança da capital para S. João d'el-Rei, a criação de uma universidade em Vila Rica, o estabelecimento de fábricas, a abolição da escravatura... Teriam bandeira e – dizia-se que por indicação de Cláudio Manoel da Costa – um lema, do verso de Virgílio, *Libertas quae sera tamen.*

Realmente, esse episódio só penetrou na História pelas sombras de uma devassa, e rematado num dos dramas judiciais mais cruéis da colônia.

Ao visconde de Barbacena, dois militares – um deles, Joaquim Silvério dos Reis, por ter ouvido ao próprio Tiradentes, numa das suas alocuções temerárias – denunciaram a trama, os protagonistas, as esperanças dos conjurados.

Imediatamente suspendeu o governador a *derrama*, e tendo Tiradentes viajado para o Rio, a angariar recursos para a insurreição, despachou recado ao vice-rei, D. Luiz de Vasconcelos, para que o prendesse. Prenderam-no, numa casa da rua dos Latoeiros, em 10 de maio de 1789. Tanto que soube dessa captura, tratou Barbacena de pôr em prisão os demais cúmplices, que remeteu para o Rio, com exceção de Cláudio Manoel da Costa, deparado morto no cárcere, em 1º de julho. Suicidara-se talvez, à certeza do rude castigo que a todos esperava.

O processo arrastou-se, demorado e prolixo.[291] Os presos diziam-se inocentes e protestavam ignorância de quanto lhes imputavam. Apenas Tiradentes parecia disposto a enfrentar os horrores da justiça, não negando o crime.[292] Enquanto os outros fraquejaram, mostrou-se ele decidido; foi impávido, enquanto os outros desanimaram e, com o pavor do suplício, abjuraram. Por isso mesmo a rainha, D. Maria I, lhes comutou a pena de morte em degredo perpétuo – o que foi comunicado aos condenados na véspera da execução, a 20 de abril de 1792.

No dia seguinte, Tiradentes subiu, só, as escadas do patíbulo. A sentença referia... "pelo horroroso crime de rebelião e alta traição, de que se constituiu chefe e cabeça na capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a real soberania e suprema autoridade da mesma Senhora, que Deus guarde". Às 11 horas da manhã morreu na forca. Era mártir e precursor!

A CONJURA DOS ALFAIATES

Outras revoltas não puniu o governo colonial antes de 1817; mas uma conjuração semelhante à de Vila Rica foi igualmente castigada na Bahia, em 1798. Chamou-se rebelião dos "alfaiates" – porque entre os conspiradores havia pessoas da plebe, mulatos ousados e eloqüentes, que pregaram às paredes das igrejas papéis anunciando uma "República Bahiense".[293] Os papéis, que ficaram dessa conspiração, pouca luz fazem no mistério em que ela se perdeu. Parece-nos que alguns homens poderosos se agitavam por trás dos "alfaiates" e era maçônico o segredo que os unia. A devassa apurou a culpa de quatro pobres artistas, a quem enforcaram, como a Tiradentes. Outros implicados foram degredados para as feitorias da África, e nunca se soube ao certo, na Bahia, se estivera ali ameaçada a integridade da colônia, em 1798, ou se os "alfaiates" herdeiros do povo irrequieto de 1711 não pretendiam simplesmente

---

291 Vd. LÚCIO JOSÉ DOS SANTOS, *A Inconfidência Mineira*, S. Paulo, 1927.

292 Vd. *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, IV, 45 (Rio, 1936): confirmação de Tiradentes.

293 Vd. documentação *Anais da Bibl. Nac.*, *A Inconfidência da Bahia*, I-II, Rio; 1931: "...para efeito de estabelecer na mesma um governo democrático, livre e independente", *op. cit.*, I, 7. Uma das promessas: "todos ficarão ricos, tirados da miséria em que se achavam, extinta a diferença de cor...", ibd., I, 8.

insurgir-se contra as desigualdades sociais, cobrando, com as armas em punho, o seu quinhão de fortuna.

Entretanto, esses precedentes históricos cristalizaram uma consciência. Fizeram uma mentalidade. Criaram uma alma. O povo brasileiro adquirira gradualmente o conhecimento de si próprio, revelara-se. Amadurecia para a liberdade. A era da Independência não podia tardar.

. . . .

XVI
O Território Completado – Fronteiras do Norte – Fronteiras do Sul

O drama da "demarcação" conclui, ainda no século XVIII, o processo de balizamento do Brasil.

Vimos como as "bandeiras" levadas desordenadamente pelo espírito empreendedor dos portugueses e dos mamelucos aos confins da colônia, gisaram-lhe os contornos antes que a diplomacia européia os assinalasse. A diplomacia secundou a ação dos sertanistas; tornava-se preciso reconhecer o que estava feito, e antepor ao "direito" o "fato". Daí o tratado de Madri, que pela primeira vez considerou o *uti possidetis* como direito normal sobre os territórios americanos.

Não havia nessa doutrina maior novidade, é certo, do que a tradução, em linguagem jurídica, dos acontecimentos político-militares do Novo Mundo. A "ocupação" dava aqui a propriedade, assim aos particulares como aos Estados; só a "ocupação" deveria prevalecer; e por isso os países europeus nunca se detiveram diante de diplomas e pergaminhos, que lhes vedassem a posse destas terras americanas. A Espanha e Portugal seguiram-se a Inglaterra, a França e a Holanda; no Brasil o "bandeirante" dilatou os seus domínios, como os povos estrangeiros o faziam pelos outros climas do continente. Apenas Portugal – perdida a

esperança do oriente e tendo o Brasil por seu melhor patrimônio – soube consolidar a expansão dos paulistas e cimentar-lhes os "descobertos", numa base diplomática que construiu durante cem anos.

As duas preocupações principais da Corte de Lisboa eram as fronteiras do Amazonas e do Prata. Nesta encontrava os espanhóis, naquela, espanhóis, holandeses e franceses. Ao sul, sustentavam os estadistas portugueses que o limite era o rio da Prata; e faziam por demonstrar que ao norte o limite não era o rio Amazonas, sim os alcantis do Parima. O seu ponto de vista foi vitorioso no norte.

A FRONTEIRA SETENTRIONAL

A história da fronteira amazônica não tem os aspectos trágicos da questão meridional.

Lá o forasteiro foi sempre repelido e as balizas portuguesas ficaram de pé; porque o aliado do português era a natureza; e o primeiro ocupante pudera aliciar a amizade dos gentios.

Em 1623 uma expedição, que partira do Pará, destruiu dois fortins holandeses, levantados em ambas as margens do rio Xingu, e arrasou outro no Gurupá. Duas feitorias inglesas que havia ali perto foram também devastadas pelos portugueses, cujo domínio sobre o curso do Amazonas se completou em 1639, com a viagem a Quito do Capitão Pedro Teixeira. O fortim de S. José, na confluência do rio Negro com o Solimões, construído por Francisco da Mota em 1669, seria a pedra fundamental de Manaus.[294] Os missionários continuaram a obra dos bandeirantes – os carmelitas no rio Negro, os jesuítas no Madeira, aproximando mais de espanhóis, ao ocidente, e de holandeses ou franceses ao norte, as aldeias dos nossos índios. Um tratado provisório (4 de março de 1700) declarara indecisa entre a França e Portugal a posse das terras existentes entre o forte de Macapá e o rio Oiapoque; porém, pelo tratado conseqüente ao congresso de Utrecht (1714), renunciara a França às suas pretensões territoriais, "entre os rios Amazonas e o Oiapoque ou Vicente Pinzon". Ganhava Portugal o direito de forçar a Espanha a reconhecer-lhe a propriedade das terras que estivessem ao sul do paralelo do

---

294 ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS, *Manaus e outras vilas*, p. 32, Manaus, 1935.

cabo Orange. Essa fronteira (pelo Oiapoque) seria modificada pelo tratado de Amiens, em 1802, arrancado por Napoleão à fraqueza de Portugal; mas logo a restabeleceu o próprio governador do Pará, General Magalhães de Menezes, a vingar a invasão de Junot, em 1807.

O tratado de Madri deu para o Brasil setentrional uma linha divisória que corria pelas serras entre o Orenoco e o Amazonas.

Quatro comissões de limites tentaram demarcar os novos lindes, consoante o tratado de 1750: devemos-lhes o primeiro exato conhecimento, científico e minucioso, das terras fronteiriças.[295] A comissão do Amazonas foi chefiada pelo governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Saiu, com grande comitiva, ao encontro do comissário espanhol no rio Negro (1753); e debalde o esperou dois anos.

Nos entrementes Pombal criava a capitania de S. José do Rio Negro (carta régia de 3 de março de 1755), e mandava fundar as vilas de Borba e Barcelos, a pedido de Mendonça Furtado, e este, ao tempo em que estudava a região e as suas condições, tomava quantas medidas administrativas se fizeram mister para tirar aos jesuítas o governo das aldeias indígenas e substituí-las por "colônias" de novo sistema (vilas e povoados, cujos diretores seriam pessoas dependentes do capitão-general)...

O comissário espanhol chegou em 1759; D. Rolim de Moura, sucessor de Mendonça, estando em Cuiabá, não pôde ir-lhe ao encontro; logo o tratado de Madri era reformado pelo do Pardo (12 de fevereiro de 1761); e a demarcação não se fez.

O tratado de Santo Ildefonso (1º de outubro de 1777) consagrou os mesmos princípios do de Madri. Nomearam as duas Cortes novas comissões de limites, a portuguesa dirigida pelo Governador de Mato Grosso, José Pereira Caldas, a espanhola, por D. Francisco de Requena: encontraram-se em Tabatinga, nos princípios de março de 1781. Os seus trabalhos arrastaram-se até 1790 – mais profícuos para o conhecimento geográfico, astronômico e botânico da Amazônia do que

---

295 "Era propósito dileto de D. João V proceder ao reconhecimento científico dos territórios do Brasil, não desprezando a colaboração estrangeira." Em 1750 foi constituída a primeira missão de Miguel Antônio Blasco. (Fidelino de Figueiredo, *Estudos da História Americana*, p. 98.)

para a delimitação territorial. Os delegados portugueses eram engenheiros, astrônomos, naturalistas, cartógrafos. Pela segunda vez um tal conjunto de homens eruditos avaliou as riquezas naturais do sertão brasileiro. Principalmente Alexandre Rodrigues Ferreira,[296] o naturalista, chamado de Humboldt brasileiro, reuniu os elementos abundantes de que carecia a ciência para reputar a Amazônia uma das mais fartas e interessantes regiões do planeta. Mas, em 1794, regressou Requena à Espanha, sem realizar os objetivos da sua missão, à vista de desentendimentos, incidentes e rivalidades que por todo o tempo das viagens e estudos dividiram os demarcadores; e o Governador Manoel da Gama Lobo d'Almada se contentou em estabelecer postos militares nas extremas da capitania – o mais ocidental dos quais ficava à margem do Javari. Eram as fronteiras definitivas.

A FRONTEIRA MERIDIONAL

No sul as coisas se passaram bem diferentemente. Havia primeiro expulsar os missionários castelhanos, depois acordar com os espanhóis uma linha divisória natural, que, antes de demarcada pelos engenheiros do rei, já se esboçara com o sangue dos pioneiros.

A trágica história da colônia do Sacramento parecia acabar-se com a sua entrega à Espanha, em virtude do Tratado de Madri, que de troco dera a Portugal os "sete povos" das Missões. Aliaram-se por um momento os dois vizinhos adversários para combater o inimigo comum, que era o jesuíta; entre 1754 e 56 dois exércitos, português e espanhol, comandados por Gomes Freire de Andrada e D. José de Andonaegui, destruíram as "reduções" guaranis e ocuparam a região. Mas, se estavam harmonizados em relação ao inimigo externo, que foi o missionário, não se entendiam facilmente quanto aos interesses recíprocos; os comissários nomeados para a demarcação da fronteira meridional não chegaram a um acordo; logo o tratado de Madri era anulado.[297] Não tardou a guerra, desta vez infeliz para as armas portuguesas. O exército espanhol, comandado por D. Pedro de Cevallos, cercou a colônia do Sacramento

296 FERREIRA REIS, *op. cit.*, p. 92.

297 Vd. ENRIQUE M. BARBA, art. in *Humanidades*, tomo XXV, p. 296 (Buenos Aires, 1936).

e lhe forçou a capitulação (6 de junho de 1761 – 30 de outubro de 62). Entrou depois pelo Rio Grande do Sul. Fixado nas duas margens deste, Cevallos devolveu apenas a colônia do Sacramento, consoante as determinações do tratado de Paris (10 de fevereiro de 1763). Pretendia continuar de posse do Rio Grande. Os habitantes do pampa encarregaram-se de reaver o seu torrão. Seguiram-se dez anos de guerrilhas, escaramuças, correrias, durante os quais os esquadrões "gaúchos" afastaram continuamente o estrangeiro, reduzido, afinal, à sua posição da cidade do Rio Grande. Esta lhe foi tomada em 2 de abril de 1776, depois de um formal ataque dirigido pelo general alemão João Henrique Boehm; e os espanhóis bateram em retirada para o Uruguai. Foi então que a Corte de Madri, que estivera prestes a declarar a guerra em 1774, preparou uma poderosa expedição punitiva, formada de 19 navios, 96 transportes e 9 mil homens de desembarque, sob o comando geral de D. Pedro de Cevallos, ao mesmo tempo nomeado vice-rei de Buenos Aires. Os planos do governo espanhol eram vastos. Procuraria Cevallos anexar a ilha de Santa Catarina, desincorporar da América Portuguesa o território existente ao sul de Laguna e ao norte da colônia do Sacramento, e firmar aí a soberania castelhana. Facilmente realizou a primeira parte do seu programa, operando o desembarque na ilha, na noite de 23 para 24 de fevereiro de 1777. A 5 de março as autoridades de Santa Catarina capitularam. Rumou em seguida Cevallos para Buenos Aires, onde assumiu o governo, e saiu a cercar a colônia do Sacramento, que se rendeu ao cabo de oito dias de resistência (4 de junho). Fez arrasar a fortaleza, como para que nada restasse a testemunhar o esforço português junto do rio da Prata,[298] espalhou pelas aldeias castelhanas de oeste as famílias dos colonos portugueses, e a uma parte da guarnição concedeu licença para recolher-se ao Rio de Janeiro. Ia Cevallos investir o Rio Grande do Sul, cujas cochilhas o esperava Boehm, quando se pactuou a paz entre as duas metrópoles, por intercessão da rainha viúva de Portugal (falecera D. José I em 24 de fevereiro de 1777).[299]

298 Não foi arrasada a vila, senão apenas a cidadela. Ainda hoje os muros externos, sobre o rio, e ruas e casas portuguesas atestam, na próspera cidade oriental de Colônia, a sua trágica fase portuguesa. Estudamos esses vestígios em outubro de 1936. Vd. também CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, Montevideo, 1932.

299 Vd. CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I*, p. 197.

Tiveram os espanhóis de restituir Santa Catarina e reconhecer a propriedade portuguesa sobre o Rio Grande, compensada pela colônia do Sacramento e outras possessões na África e na Austrália, que lhes cedia Portugal.

A boa conciliação, amainando o espírito belicoso das populações vizinhas, tornou possível uma tentativa de demarcação da fronteira meridional, a exemplo da setentrional.

As duas grandes comissões, a espanhola, chefiada pelo Capitão D. José Varela y Ulloa, a portuguesa, pelo governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, encontraram-se à margem do Chuí, em 5 de fevereiro de 1784.[300] Trabalharam, sem um resultado positivo, freqüentemente desavindos os comissários, embaraçados nos erros dos mapas e na impressão dos tratados, até que os supervenientes sucessos europeus lhes malograram a vagarosa tarefa.

O problema reapareceu em 1801, ao rebentar o conflito entre Espanha e Portugal, aquela aliada de França. Um capitão de dragões, Francisco Barreto Pinto, organizou com um troço de cavaleiros gaúchos vitoriosa entrada pelas Missões, cujos "povos" rendeu, derrotando ainda, em S. Borja, a força castelhana que saíra a combatê-lo. A paz de Badajoz (que se soube no Rio Grande a 24 de dezembro) devolveu à capitania a tranqüilidade; porém os seus limites ficavam marcados e a posse portuguesa respeitada, desde o Ibicuí – e, no litoral, até à barra do arroio Chuí –, linha que o Uruguai confirmaria em 1819, estendendo-a pelo rio do seu nome.

A "guerra" de 1801 foi o último capítulo da epopéia "bandeirante", começada no século XVII.

---

300 Notas de GARCIA a Porto Seguro, *Hist. Ger*., IV, cap. LXVI.

. . . .

XVII
Revolução Econômica – Pródromos da Independência – Fim da Era Colonial

Iniciou-se a crise da Independência em 1801, com os ajuntamentos maçônicos do engenho de Suassuna, aos quais se filia remotamente a revolução de 1817.

Aquela data está para a revolução brasileira como a de 1773 para a francesa.[301] Inspirados nos livros franceses, seduzidos pela sugestão revolucionária, alguns proprietários rurais imaginaram emancipar o Brasil, levantando-o em armas contra os portugueses. À influência dos acontecimentos europeus não podia forrar-se a colônia, que os sofria no seu comércio.[302]

Os brasileiros receberam, por intermédio dos conterrâneos formados em Coimbra, a novidade daqueles princípios e a sua tradução em vernáculo.

---

301 Vd. GASTON MARTIN, *la Franc-Maçonnerie Française et la Préparation de la Révolution*, Paris, 1926.

302 Vd. BOUCHER DE LA RICARDERIE, *Bibliothéque Universelle de voyages*, VI, Paris, 1808.

Difundiam-se prontamente os escritos, que eram em Portugal condenados e, a despeito da polícia, corriam de mão em mão: foram familiares aos conventos – centros ativos de estudos – e às classes aristocráticas, Rousseau, Boissy d'Anglas, Helvetius. Saint Hilaire ouviu do ouvidor de S. Paulo e do vigário de S. João D'el Rei, Martius, do professor do Rio de Contas, o comentário aos autores do dia – que se reputava por extraordinária erudição no país, segundo Armitage. Em 1813 – notara, estupefato, o jornalista Hipólito da Costa – publicava-se no Rio de Janeiro uma tradução da "Henrieida" de Voltaire. Entre aquelas leituras e a conspiração democrática, ia um passo.

A maçonaria tirou dessa situação a melhor vantagem, congregando em partido os "franceses". Aparecera ela no Porto em 1791. Bocage fora preso por maçon, em 1794.[303] Estava na Universidade de Coimbra.[304] Na Madeira surgira em 1792.[305]

Em 1796, com Arruda Câmara, uniu alguns homens inteligentes na fronteira da Paraíba. Em 1797 irrompeu na Bahia, onde, em 1802, o inglês Tomaz Lindley, auxiliado por ela, notava a atividade maçônica, porém sem as suas lojas regulares, como em Lisboa e no Porto.[306] Ainda nos últimos anos do século de 700 entrara em Minas Gerais, principalmente no Tijuco: o procurador do povo desse distrito fora, por isso, preso em Lisboa.[307] Em 1807, estava no Rio de Janeiro. Evidentemente tais "clubs" não eram sediciosos, mas especulativos. Cabiam aí frades, negociantes de educação inglesa, poetas e até gente do governo. Perseguidos numas, tolerados em outras capitanias, nunca se extinguiram, até à livre intervenção maçônica de 1821. Chamavam-se em Pernambuco "Areópago", na Bahia, "Cavaleiros da Luz",[308] de-

303 THEOPHILO BRAGA, *Bocage*, p. 432, LISBOA, 1902.

304 THEOPHILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, IV, 35 e 327, Lisboa, 1902; JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO, *Apont. para a História Contemporânea*, p. 47, Coimbra, 1868.

305 *Archivo de Marinha e Ultramar*, I, parte II, 87, doc. 902.

306 AFFONSO TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 52, Bahia, 1928.

307 FELÍCIO DOS SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 168, 2ª ed.

308 BORGES DE BARROS, *Ann. do Arch. Públ. da Bahia*, XV, 45 (1928). Vd. também com a respectiva bibliografia, sobre a maçonaria histórica, GUSTAVO BARROSO, *História Secreta do Brasil*, p. 160, S. Paulo, 1936.

pois "Virtude e Razão",[309] núcleo primário do Grande Oriente... Por isso escrevia o conde de Linhares para a Bahia, em 17 de novembro de 1809, que sabia haver ali "um grande número secreto de pessoas vendidas ao Partido Francês."

Com esse fundamento foi o viajante Koster detido no Ceará. Falsa, talvez, era a informação, se se considerava o Partido Francês uma potência estrangeira; exprimia, entretanto, a verdade, como elaboração de uma vasta revolta. Tolenare viu-a desenvolver-se em Pernambuco em 1817.[310] Em 1798 a conjuração, chamada dos "alfaiates", tivera por divisa a da cidade de Paris: *Fluctuat nec mergitur...*[311] A sociedade secreta estava nos hábitos do tempo e vinha do século XVIII. Tecia entre os países e as castas uma rede de entendimentos. Ligavam-se espiritualmente os "maçons" portugueses aos da Inglaterra. José Álvares do Amaral, por exemplo, entrara na seita de Londres, em 1812;[312] surge depois organizando associações idênticas em Minas, Rio e S. Paulo.[313] A revolução de 1817, em Recife, e a indiferença da Bahia em face dessa tentativa de independência, foram trabalho maçônico. Felisberto Caldeira mais não fez, então, do que "influir poderosa e habilmente sobre as lojas maçônicas para que não propagassem as idéias da Revolução. Era um grande perigo de que tanto se arreceava o governador".[314] Domingos José Martins, que passava por mensageiro dos maçons ingleses, constituíra-se o diretor da maçonaria pernambucana, ramificada na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará; chefe, foi também uma vítima da insurreição republicana de 6 de março, que as armas debelaram. Nos versos que, às vésperas de morrer arcabuzado, mandou à esposa, protestava:

"A pátria foi o meu Numen primeiro,
A esposa depois o mais querido..."

309 ROCHA MARTINS, *O Último Vice-Rei do Brasil*, p. 56, Lisboa.

310 *Notas Dominicais*, Rev. do Inst. Archeo. Pernam. nº 61, 436 e 483.

311 *Ann. do Arch. Publ. da Bahia*, II, 70 not. Davam vivas à liberdade e a Bonaparte.

312 Doc. ms. no Arch. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia (Inéd.).

313 Antonio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, p. 7, Rio, 1896.

314 AGUIAR. *op. cit*., p. 18. Desde 1816 Barbacena era irreligioso e liberal, cf. carta de Aires Antonio Corrêa, 1825, ms. no Arch. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., pasta 5, maço 2 (Inéd.).

A REVOLUÇÃO DE 1817

Poucas revoluções na América terão as razões sociais e os precedentes históricos da que explodiu em Recife em 1817. O movimento era nacionalista, no sentido da expulsão dos portugueses, vistos pela aristocracia da terra, desde 1709, como "marinheiros", rivais, escorchadores; e era liberal, na expressão política que um grupo de padres ilustrados e de maçons de educação inglesa lhe deram.

Cristalizara em Pernambuco a paixão do regionalismo, agravada pela asfixia fiscal, pela insolência dos militares europeus, pelos preconceitos gerados numa inimizade de classes, que tinha cem anos. Lutava ainda, como no tempo dos "mascates", o agricultor, homem de espada, com o mercador, homem de dinheiro; dependiam um do outro – e detestavam-se. O lábaro havia de ser a nacionalização do comércio. O povo entendia esta linguagem; sempre a compreedeu no Brasil: ele se bateria alegremente pela nacionalização do comércio de varejo. Identificado o adversário, fora fácil combatê-lo. Sucedeu isto em 1817, como antes, em 1709, como depois, em 1848. A elite intelectual assimilara as idéias francesas, sobre a liberdade política, e as idéias inglesas, sobre a liberdade econômica. Os padres, principais autores da revolução, eram filhos espirituais de França; alguns negociantes, executores do plano revolucionário, filiavam-se às lojas maçônicas ou eram, como Domingos Martins, representantes de casas comerciais da Inglaterra.

O seminário de Olinda, criado em 1799 pelo Bispo Azeredo Coutinho, formara as inteligências, para o entendimento daquelas doutrinas; os excessivos impostos, os velhos vexames e as antigas quezilias convenceram os homens da cidade e da lavoura de que deviam levantar-se em armas. Houve um momento em que era conspirador tanto o padre do seminário como o morgado do Cabo, Francisco de Paes Barreto, futuro esteio conservador do trono brasileiro; tanto os irmãos Suassuna, já envolvidos na conjuração maçônica e francofila de 1801, como o Padre João Ribeiro e o advogado José Luiz de Mendonça. Acontecimentos posteriores deram aos movimentos pernambucanos uma feição mais urbana e radical, que devia ter contra eles, naturalmente, a aristocracia rural.

O ambiente estava preparado, mas a revolução não era esperada em 6 de março de 1817. Imprevistos a impeliram para as ruas; con-

denada desde o início a um sangrento malogro, perdeu-se, por se ter precipitado. A animosidade entre militares brasileiros e portugueses explodira numa festa pública, onde um oficial preto do regimento dos "Henrique" esbordoara um reinol. Os colegas deste tomaram medidas punitivas; acirraram-se os ânimos, e, em 6 de março, em formatura geral, o Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa deu voz de prisão a dois oficiais brasileiros, dos mais exaltados, José de Barros Lima, de alcunha "Leão Coroado", e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Desembainharam as espadas estes militares, e saltando sobre o brigadeiro, José de Barros Lima o estendeu morto com uma estocada. Foi o levante. Fugiram os oficiais portugueses e a tropa, nativa, aderiu aos dois rebeldes. Tocaram os sinos a rebate. Correram às armas os conspiradores. Tentou o governador, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, abafar a sedição, enviando um ajudante de ordens ao quartel de artilharia: foi recebido à bala. Cercados e investidos, os milicianos, que obedeciam ao Marechal José Roberto, se renderam. Os insurretos conquistaram a cidade, dominando a reação exparsa dos portugueses. O governador, a família e alguns oficiais resistiram na fortaleza de Brum. Recolheu-se a ela a guarnição de Olinda. Uma junta provisória se formou, com o Padre Miguel Joaquim de Almeida, o "Miguelinho", o Padre João Ribeiro Pessoa, Jácome Bezerra, Felipe Neri Ferreira e Antônio Gonçalves Cruz. A 7 de abril, Caetano Pinto foi intimado a deixar Pernambuco. Deram-lhe uma sumaca, na qual seguiu viagem para o Rio de Janeiro. A capitulação da fortaleza do Brum marcou a fase de organização da "República Pernambucana".

A junta socorreu-se das luzes de um conselho, composto do Ouvidor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (o futuro constituinte e orador do Império), Antônio de Morais e Silva (o dicionarista), o deão de Olinda, Bernardo Ferreira Portugal, e o proprietário português Pereira Caldas. A revolução estendeu-se a Itamaracá, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte; mas não logrou empolgar nem o Ceará nem a Bahia. Ali, o emissário rebelde, subdiácono José Martiniano de Alencar, foi preso, depois de ter pretendido proclamar no Crato a república.

À Bahia o enviado pernambucano, Padre José Inácio Ribeiro de Abreu Lima (o "Padre Roma"), já chegou envolvido nas malhas de uma denúncia; pois a sua jangada encalhou no Rio Vermelho, detive-

ram-no as autoridades locais, e teve de arrostar a justiça do conde dos Arcos. Sumariamente julgado por um conselho de guerra, foi o padre Roma fuzilado, no campo da Pólvora, em 29 de março.

O capitão-general da Bahia, conde dos Arcos, surgia como o homem talhado para dominar a situação.

A carta, de rara energia, que escreveu para alagoas, intimando o comandante militar, simpático aos pernambucanos, a combatê-los sem demora, a espada na mão direita, e na esquerda a bandeira do rei de Portugal – demoveu os aliados do governo revolucionário. Os dias mus sobrevieram. Debalde apelaram os pernambucanos para o auxílio estrangeiro, mandando aos Estados Unidos o negociante Cruz (o Cabugá), à compra de armamentos, à Ingraterra o inglês Koster, que devia entender-se com Hipólito da Costa e obter o apoio da nação inglesa...

A armada portuguesa apareceu em frente de Recife e Olinda. O exército, expedido apressadamente pelo conde dos Arcos, alcançou Alagoas, onde se dispersaram os republicanos, e por toda parte restaurou a normalidade.

As forças insurretas, sob o comando de José Mariano, atingiram Porto das Pedras; mas, no primeiro embate, se desorganizaram, não houve mãos que as contivessem, e os seus chefes se viram obrigados a subdividir em guerrilhas a gente que os não abandonou.

Seguiu-se o desabamento do edifício revolucionário.

Domingos Teotônio, comandante de Recife, retirou-se para Olinda, depois de ter o chefe da esquadra de bloqueio recusado negociar com os sitiados uma capitulação honrosa, que lhe propunham. A tropa retirante rumou para o engenho Paulista, enquanto o exército e a marinha, combinando os movimentos, tomavam Recife. A testa da coluna republicana, carregando ao ombro, num saco, o arquivo do "Estado", marchava descalço o Padre João Ribeiro Pessoa... Era a última coluna. Domingos Jorge havia sido alcançado à margem do Mealpe, aprisionado e depois fuzilado. O resto da província voltara a submeter-se a bandeira real. Eram executados os cabos do levante que caíam em poder dos soldados de Portugal. Desolado, o Padre João Ribeiro enforcou-se num galho de árvore. À aproximação da cavalaria legalista debandaram os rebeldes; mais tarde, os chefes derradeiros, Domingos Teotônio, Barros Lima e Padre Souza Tenório, foram descobertos e capturados.

A repressão continuou, cruel. A justiça militar, em nome do rei, só poupou as pessoas menos comprometidas, que nos cárceres da Bahia aguardaram, quatro anos, um demorado perdão. O Padre Tenório, o "Leão Coroado" e Domingos Teotônio morreram na forca – a 10 de junho. Somente em 6 de agosto mandou uma carta-régia suspender as execuções e instituir alçada em Recife. Correra sangue copioso. O primeiro que se derramara em luta franca, de brasileiros, a quererem a sua independência e a sua liberdade, contra as forças da metrópole. Passara, portanto, pelo Brasil, a agitação dos espíritos, comum a toda a América; os mártires de Pernambuco se assemelhavam aos da Gran Colômbia e do México; uma réstia do mesmo sol que envolvia Bolívar e San Martin, iluminou, naquele retalho do nordeste, o grupo dos repulicanos brasileiros....

Na história do pensamento nacional o sacrifício deles não foi inútil.

PATRIOTAS

Concluíra-se um processo histórico de formação nacional.

A luta da independência fora diferida, com o destroço dos revolucionários pernambucanos, não extinta. A transmigração da Corte portuguesa mudara o destino do Brasil, que passava a dispor, para as aspirações dos "patriotas", de um príncipe português. A solução monárquica da emancipação do Brasil manteria, na ordem, a união das províncias. Foi por isso o nosso o país que mais lucrou com a epopéia napoleônica, que nos deu rei, reino, abertura de portos, indústrias, colonização, Império, como sucessivos favores da fortuna, conosco tão pródiga como fora avara em relação aos vizinhos.

A MUDANÇA DA CORTE

As guerras napoleônicas puseram à prova a tradicional aliança de Portugal e Inglaterra, que datava de 1654. Se o governo português transigisse com a França em fechar aos ingleses os portos, abertos para eles desde 1703, e como Napoleão impusera em 1806, seria com a Grã-Bretanha que teria de lutar. Neste caso, perderia algumas das colônias, como avisara D. Rodrigo de Souza Coutinho (Linhares), em 1803. Desobedeceu ao imperador, e um grupo de exército francês invadiu a

fronteira de leste. Hábil na sua própria timidez, entre inerme e malicioso, o príncipe-regente D. João não queria em nenhuma hipótese a guerra, que lhe ameaçava, de um lado o trono – a pique de submergir na voragem da invasão, como o de Espanha – do outro lado os domínios, que representavam a riqueza de Portugal. A Inglaterra confiava na velha, inabalável lealdade portuguesa, mas nem por isso afastava do Tejo uma armada, que de um momento para outro poderia bombardear Lisboa, se o governo do país positivasse a atitude antibritânica que lhe pedia um partido poderoso, o francófilo, chefiado pelo Ministro Antônio de Araújo de Azevedo (depois conde da Barca).

Havia, com efeito, dois partidos na Corte. Um, sensível às impressões do seu tempo, pretendia a aproximação com a França; o outro, encerrado nas tradições políticas, exigia a fidelidade aos ingleses. Era a antinomia entre liberais e conservadores, ou avançados e retrógrados, que daí por diante separaria em dois campos a política, em Portugal e no Brasil. O partido anglófilo era dirigido por D. Rodrigo de Souza Coutinho. D. João, como os anteriores Bragança, pendia para os ingleses e temia os franceses. Estava cercado de traidores, a começar pelos seus ministros em Paris e Madri. Chegou a mandar, a toda pressa, oferecer a Napoleão a mão do Príncipe D. Pedro (de nove anos), para uma das suas sobrinhas, filha de Murat. Fez mesmo sair da Corte Lord Strangford, ministro de Inglaterra, que se recolheu a uma nau, e à noite, secretamente, procurava o príncipe-regente, a confidenciar-lhe os segredos políticos. Foi Strangford quem lhe mostrou o exemplar do *Monitor*, de Paris, com o decreto de Napoleão extinguindo a monarquia portuguesa e dividindo em três províncias o reino. Isto a 11 de novembro de 1807.

Nada mais ocorreu à Corte, instigada pelos ingleses, além da fuga para o Brasil, que a Inglaterra aconselhara. Era uma idéia que, de muito longe,[315] incutia ao príncipe-regente uma confiança silenciosa. Desde a aventura do prior do Crato, em 1580, até a guerra de 1801, desde a rainha D. Luíza de Guzmán a D. Luiz da Cunha, desde D. João IV a Pombal, Alorna e Linhares, nas horas difíceis da vida portuguesa, sempre que à Espanha se aliara a França, se pensara no Brasil para sede nova e segura da Coroa. O próprio Aranda sugeria a Carlos III de Espanha, em

315 Vd. LUIZ NORTON, *A Corte de Portugal no Brasil,* cap. I, S. Paulo, 1938.

1783, reproduzindo um conselho de Vauban a Felipe V, que dividisse com os seus filhos os domínios americanos... A América desenhava-se como um refúgio da velha Europa. Apenas, desta vez, nenhuma demora se justificava mais.

Marcada a partida da família real para 27 de novembro, já a 25 o General Junot, à frente de um exército veloz, entrava em Abrantes, a 22 léguas de Lisboa. Tinha ordem de pôr as mãos à casa reinante. Devia prender no seu palácio os Bragança!

O reino não se defendia. A hesitação do governo entregara-o, desarmado, à invasão. Na última hora, esperando iludir Napoleão, fizera o príncipe-regente recolher às fortalezas da costa a maioria do exército, numa preparação mentirosa de guerra aos ingleses. Junot podia percorrer sem obstáculos, além da lama dos caminhos e da cheia dos rios, aquela terra, tão inimiga outrora de soldados estrangeiros. Assim, a D. João o futuro se afigurava desenganado. Porque a esquadra inglesa se lhe oferecesse para comboiá-lo, deu ordens a todos os fidalgos, aos altos funcionários, aos generais, aos homens principais da Corte, para acompanharem a dinastia ao Brasil.

Embarcaram quinze mil pessoas, entre dignitários, eclesiásticos, magistrados, criados e tropa, levando cada qual os haveres que podia transportar.

Em 30 de novembro Junot atravessou Lisboa: nesse dia a frota luso-inglesa desaparecia no horizonte.

SMITH, DEPOIS DE COLBERT

Para o Brasil, foi o começo de uma era magnífica.

A transição era também de doutrinas ou mentalidades, se a Colbert sucedia Adam Smith.[316] O livre-cambismo, a franquia mercantil, o curso livre das mercadorias, o industrialismo, substituíam-se às velhas idéias proibitivas, protecionistas, monopolistas.

Certo, os ingleses não salvavam a Coroa portuguesa sem um programa econômico preestabelecido: esse programa se resumia em dois artigos. A liberdade de comércio e uma tarifa alfandegária elaborada

316 VICTOR VIANA, *Histórico da formação econômica do Brasil*, p. 169, Rio, 1922.

pelos industriais ingleses de tecidos. Em 1808 aquela liberdade foi decretada, e o tratado da tarifa surgiu em 1809-10.

A esquadra real aportou à Bahia, onde, a 28 de janeiro de 1808, depois de ouvir o economista brasileiro José da Silva Lisboa (Cairu) que se notabilizara pelas idéias livre-cambistas, D. João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas.

Esse ato singelo realizava a independência do Brasil, a sua subordinação a Portugal passava a ser meramente política; a verdadeira metrópole econômica – primeiramente pela presença da Corte, depois pelo intensivo comércio inglês – era agora a Grã-Bretanha, "caixa e suzerana".[317] Realizava esta, antes de tudo, um objetivo secular: o comércio direto com o Brasil.[318]

Em 1808 e em 1809 a importação britânica, a navegação particular britânica ultrapassou a portuguesa; as praças, de Londres e Liverpool receberam mais mercadorias brasileiras do que as praças portuguesas, e enquanto enlanguescia Portugal, arruinado, o Brasil modificava rapidamente a fisionomia das suas cidades, a educação da sua burguesia.

"Pela abertura dos portos da América a todas as nações do mundo, Lisboa deixou de ser o empório das mercadorias do Brasil, e por isso os estrangeiros abandonaram o porto de Lisboa a novo rumo da América"– sintetizou um contemporâneo.[319]

Em 1808 inicia-se a completa anglicanização do comércio brasileiro.

O alvará de 1º de abril de 1808 revoga o de 5 de janeiro de 1785: permite todas as indústrias.

O tratado de 21 de fevereiro de 1809 consuma a usurpação, pelo comércio inglês, da economia nacional. A pauta para os direitos sobre as lãs vem de Liverpool.[320] As mercadorias britânicas passam a pagar nas alfândegas 15%, menos um por cento do que as demais estrangeiras, assim repelidas dos nossos portos. Foi quando deixamos de comprar os

317 OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, I, 380, Rio, 1908.

318 Vd. EDUARDO BRAZÃO, *O Conde de Tarouca em Londres*, p. 39, Lisboa, 1936.

319 CONSTÂNCIO, *História do Brasil*, I, 101, Lisboa, 1835.

320 JOSÉ ANTÔNIO DE MIRANDA, *Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal e do Brasil*, 1821.

panos das fábricas do Rato e Estamparia de Torres Novas, substituídos pelos de Manchester. O Rio de Janeiro, visitado em 1807 por 90 navios, no ano seguinte recebia 420. O porto da Bahia, segundo Martius, acolhia 2 mil em 1818.[321]

Continuou a elevação do preço dos produtos "coloniais", enquanto os comerciantes ingleses[322] se instalavam nas principais cidades, com os seus escritórios de compra e venda de algodão, de açúcar, de fumo, de couros; e todas as atividades se aceleram, como se atingisse ao Brasil um incitamento misterioso. Longe de moderá-lo, o príncipe-regente que gosta da terra o anima inteligentemente, criando, entre 1808 e 1816, os órgãos do novo Estado: imprensa, Supremo Tribunal de Justiça, academias de cirurgia e marinha, fábricas, arsenais, jardim botânico, museu, praças de comércio, o Banco do Brasil com o capital de 1.200 contos. Tanto estimulava a instalação de fábricas, como mandava fundar colônias agrícolas, nas serras do Rio de Janeiro e nas matas do Espírito Santo, e enobrecia com condecorações e outras honras a classe mercantil. Só conservou a Coroa dois dos seus antigos monopólios, o dos diamantes e o do pau-brasil. O providencialismo da política régia abafou as excitações liberais, que o exemplo hispano-americano sugeria, e armou pacificamente, até 1817, o arcabouço de um Império. As artes mecânicas, antigamente mister plebeu, que excluía do exercício de cargos públicos até terceira geração, foram consideradas tão dignas como as outras profissões.

Sentira-se a necessidade de atrair o colono estrangeiro – rompendo as barras ao proibicionismo antigo – e limitar as zonas de condensação dos escravos negros. Vieram os francesses para o comércio de modas, e chegavam a somar 3 mil no Rio de Janeiro; vieram os alemães para a agricultura, e conseguiram viver nas abas da serra do Espírito Santo, abandonadas na véspera pelos botocudos; vieram homens de todas as procedências, para todas as latitudes do Brasil. As cifras, relativas

321 *Através da Bahia*, edição PIRAJÁ DA SILVA, *p. 73.*

322 A navegação portuguesa para o Brasil, entre 1815–20, sofreu tais prejuízos, com o corso de Buenos Aires, que taxas de seguros se tornaram proibitivas, favorecendo exclusivamente os navios ingleses. LEWIS WINKLER BEALE, *Les Corsarios de Buenos Aires*, p. 63, Buenos Aires, 1937.

ao comércio exterior, retratam essa situação de febricitante intercâmbio: em 1812 vendia já o Brasil 80 mil contos.

A receita pública estava longe dos mesquinhos números apontados por Antonil no século passado: o governo dispunha, em 1810–11, de 3.134 contos, dos quais 1.604:220$000 só do Rio de Janeiro. Podia portanto prover, com saldo, às despesas formidáveis da Corte (963:758$225) e as mais do Estado. A Bahia – maior exportadora de matéria-prima – chegava a remeter, em 1817, 1.200.000 arrobas de açúcar ou 27 mil caixas, em 1818, 29.575, em contraste com as 6.626 de 1776, e 40 mil fardos de algodão[323], em virtude da exagerada procura pelos ingleses, anota Martius.[324] Caíra só a produção de fumo, em conseqüência da síncope do comércio português.

Para semelhante resultado não faltou a flutuação da moeda, que em 1810 perdeu a fixidez, primitiva, do padrão ouro, substituída pela prata, que nos invadiu os mercados atraída pelo interesse do troco. Cunhada a nova moeda de $960, dera-se curso, com recunho, ao peso forte de Espanha, que podia ser trocado pela antiga meia dobra (6$400), à razão de 25% quando a relação era outrora de 1 para 16.[325]

Produziu-se um adelgaçamento providencial do meio circulante, que a grande falsificação da moeda de cobre ainda mais acentou, a partir de 1815. Os bilhetes do banco apareceram nessa emergência.

O brasileiro, pode-se dizer, habituava-se a manejar dinheiro, coisa que o comércio parecia desprezar ainda em 1803, segundo um viajante inglês – "acostumado à permuta de gêneros".[326] Os bilhetes do banco elevaram-se a 3.600 contos em 1818, a 8.566 em 1821, o que é compreensível pelo excesso de novos instrumentos monetários, que, por uma lei conhecida, expulsavam da circulação os próprios patacões, deixando campo livre ao cobre e ao depreciado papel. Entretanto a queda do câmbio, resultante de emissão dos bilhetes, exerceu a influência que fatos dessa ordem levam aos países de exportação: o Brasil vendia

---

323 Ver Cap. IX.

324 *Através da Bahia*, p. 87.

325 Relatório de ARAÚJO VIANA, ministro da Fazenda, 1833, cit. por VICTOR VIANA, *Histórico*, cit., p. 185.

326 TAUNAY, *Na Bahia de D. João VI*, p. 6.

sempre mais e, aparentemente, por melhor preço. A ruína das finanças, embora afetando o alto comércio, beneficiava a agricultura. Basta ver que a exportação de 1813 era de 4.792 contos e em 1816 subia a 9.663. O saldo do comércio brasileiro fora, em 1809, de 388.586 libras.

As grandes fortunas, adstritas antes às praças da Bahia e Pernambuco, onde elas se faziam sobretudo no tráfico negreiro, surgem por esse tempo, reveladas em 1817, quando os negociantes baianos ofereceram 100 contos de prêmio ao conde dos Arcos, e nas remodelações urbanas que se realizavam.

O decênio da transformação acabou, lamentavelmente, com a anarquia administrativa de abril de 1821, em torno do regresso de D. João VI a Portugal.[327] Causas políticas, inevitáveis, interromperam um dos períodos mais brilhantes da história brasileira.

327 Vd. nosso estudo do reinado de D. João VI. *O Rei do Brasil*, Rio de Janeiro, 1935; aí a bibliografia do capítulo.

. . . .

XVIII
Fundação do Império do Brasil – D. Pedro I

A ruptura da tradição econômica, com a passagem brusca do Brasil do sistema de Colbert (Pombal) para o de Adam Smith (Linhares), coincidiu com a invasão das idéias liberais, acalentadas em Portugal pelo desespero de uma população empobrecida e impaciente. A revolução de 1820 chegou com oito anos de atraso da Espanha e 30 da França; queria-se uma Constituição, que dividisse os poderes públicos, com a liberdade individual e de consciência, um congresso, a transformação do rei absoluto em funcionário do Estado, subordinado às Câmaras soberanas.

Certamente, não interessava às classes produtoras do Brasil a implantação daqueles princípios na metrópole; aceitaram-nos por solidariedade a Portugal, se o elemento português ainda dominava a vida colonial. A revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820, logo estendida a todo o país, decretara a extinção do absolutismo, jurando-se provisoriamente a Constituição espanhola. O exército, os intelectuais, os moços, modificaram, numa jornada pacífica, a fisionomia do velho reino. Porém não compreendiam o novo sistema sem a volta do rei, que se demorava demasiadamente no Rio. Desde 1815, quando cessara o perigo francês, D. João e a Corte eram reclamados de Lisboa. Sentia-se que o Brasil, não a metrópole, prosperava insolitamente, e, dado aos ingleses, a decadência

de Portugal não teria fim sem os antigos privilégios mercantis do século XVIII.

A liberdade em Lisboa era encarada por um prisma nacional, que não abrangia o Reino Unido. As idéias avançadas, a Constituição francesa, a abolição do governo tradicional não excluíam a retirada, gradual ou violenta, das vantagens concedidas ao Brasil por D. João VI.

O conflito, que precedeu a Independência, girou em torno dessa recolonização, que não encontrava mais clima nos trópicos, tão embebidos como Portugal do idealismo revolucionário. A razão econômica da luta era aquela; no Brasil, era sobretudo a consciência da sua autonomia, representada por uma nova geração intelectual que pasmava do obscurantismo colonial, tão grande e rico se lhe afigurava o seu país. A agricultura aliou-se às classes dirigentes para separar o Brasil de Portugal. O inimigo interno foi apenas o alto comércio português.

O MOVIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

O movimento da Independência divide-se em duas épocas. À revolução constitucionalista, de 1820, aderiram os elementos portugueses do Brasil, e, em segundo plano, os brasileiros interessados em qualquer reforma que traduzisse os ideais francesses em voga. Porém havia de retirar-se D. João VI para Lisboa, e aí começou a cisão, entre reinóis e americanos. Pleiteavam estes, com o rei ou sem ele, a conservação da dignidade política do Brasil, como reino. De princípio, aliavam-se aos portugueses domiciliados, para reterem o rei. Mas depois de 26 de fevereiro de 1821, um novo fator político forneceu aos brasileiros a segurança de um triunfo fácil: foi o príncipe herdeiro D. Pedro de Alcântara. À sua presença no Brasil devemos a união das províncias, quando as Cortes portuguesas quiseram desagregá-las, e, conseqüentemente, o próprio Brasil como Evaristo da Veiga afirmaria mais tarde.[328]

---

328 Estudamos este período da história brasileira em três livros: *História da Independência do Brasil*, Imprensa Nacional, 1928; *O Rei Cavalheiro*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933; *O Marquês de Abrantes*, Editora Guanabara, Rio, 1933. Aí as fontes – Vd. também ALFREDO VALLADÃO, *Boletim do Instituto Histórico* (Programa do 2º Congresso Nacional de História), Rio, 1931.

Embora casado, desde 1817, com a arquiduquesa, filha do imperador d'Áustria, D. Leopoldina Cristina, só naquele dia tomara o príncipe adolescente uma atitude qualquer nos acontecimentos gravíssimos que mudavam a sorte da monarquia.

Alguns traços biográficos definem o homem – e dez anos da história do Brasil.

O PRÍNCIPE

Não se parecia com o pai em nenhuma das suas qualidades. D. Pedro saíra à mãe, nas paixões, na ambição e na intemperança; porém lembrava os reis cavalheirescos da sua Casa na coragem pessoal, nos jogos atléticos, no espírito militar e no amor da aventura, sentimentos e instintos que lhe deram um lugar entre os heróis do século. Um romântico, um cavalheiro e um estróina, D. Pedro, mancebo de 23 anos, mal-educado e pouco instruído, era em 1821 o general indicado para chefiar um exército de idealistas afrancesados que com ele se harmonizavam no entusiasmo e na impaciência. A guarnição do Rio aderiu em 26 de fevereiro à causa das Cortes, forçando o rei e a família real a jurarem antecipadamente a Constituição que se desse a Portugal, porque D. Pedro conspirara com os exaltados da tropa e da cidade. Tornou-se, pois, um agente de ligação entre o partido liberal e o rei. D. João VI devia deixá-lo no Brasil por seu lugar-tenente, ou regente do país. D. Pedro precipitou a partida do pai, com o golpe de 21 de abril, na casa da Bolsa, onde se reuniram os eleitores da cidade para conhecer as instruções dadas pelo rei ao filho. O que era uma incoerência – fazer o príncipe dissolver a reunião pela força, quando a compunham muitos dos organizadores da jornada de 26 de fevereiro – significava uma ameaça, para que sentissem os sediciosos, liberais ou absolutistas, que ele tinha consigo as armas. Disse-se que o ministro conde dos Arcos, que era o cortesão mais ligado a D. Pedro, aconselhara a violência. Produziu o desejado efeito. D. João VI teve pressa de embarcar, nomeou o príncipe-regente do Brasil em seu nome e seguiu viagem, em 26 de abril, levando 200 milhões de cruzados das arcas do Banco do Brasil e a alfaia que pôde transportar.

A GUERRA

A regência de D. Pedro preparou habilmente a Independência, com a monarquia, antecipando-se ao movimento popular, que poderia realizá-la contra a monarquia.

Uma força portuguesa vigiava-lhe os atos: era a *Legião*, comandada pelo General Jorge de Avilez. A 5 de junho, manejada pelas intrigas do conde de Louzã, no governo o mais intransigente dos ministros, exigiu a *Legião* fosse demitido e expulso do Brasil o conde dos Arcos. Não chegara o momento da luta, e D. Pedro cedeu, desterrando o amigo. Fez-lhe tardia justiça, reconhecendo por decreto, em 1823, os benefícios que ele fizera ao Brasil. A *Legião* aquietou-se, enganada, e o príncipe tratou de aniquilá-la. As Cortes determinaram que se embarcasse para o Reino, a fim de completar estudos, viajando. De acordo com o Senado da Câmara do Rio e os de S. Paulo e Minas, consultado por emissários do grupo brasileiro, decidiu-se a desobedecer. Fez-se a encenação conveniente. Em 9 de janeiro o presidente do Senado da Câmara do Rio, José Clemente Pereira, à frente da corporação e do povo, partiu para o Paço. Discursou. D. Pedro respondeu firmemente que, como era para bem do povo e felicidade geral da nação, ficava no Brasil. Foi o rompimento com a metrópole; a revolta. Já se apoiava ao partido brasileiro, contra o português. A *Legião* quis opôr-se; D. Pedro chamou às armas a parte brasileira do exército. A guerra não podia ser mais desigual. Avilez viu-se obrigado a passar para a Praia Grande. O príncipe mandou cercá-lo por uma tropa comandada pelo velho General Xavier Curado, enquanto os navios de guerra bloqueavam Niterói. Avilez aceitou a condição de retirar-se sem demora e, com a sua gente, partiu para Portugal a 16 de janeiro.

Era a emancipação do país, desde que assim se expeliam os soldados do rei.

Não importava a resistência heróica dos portugueses na Bahia, no Maranhão, no Pará, em Montevidéu.

O príncipe tinha ao seu dispor o Rio, S. Paulo, Minas e o Rio Grande, alguma armada, o erário, a faculdade de contrair empréstimos e engajar voluntários. Não podia, depois da expulsão de Avilez, tentar

uma reconciliação. As Cortes iam considerá-lo inimigo; dizia-se que se propunham deserdá-lo, falava-se até na deposição de D. João VI.

A D. Pedro a Coroa do Brasil afigurava-se a suprema aventura, digna do seu espírito cavalheiresco, da sua incompatibilidade com a velha Europa. Atirou-se àquela Coroa, socorrido, a partir de 16 de janeiro, da experiência e do patriotismo de um ministério brasileiro, cuja figura central era José Bonifácio de Andrada e Silva. Antigo funcionário régio, cientista, literato, esse paulista insigne era o perfeito brasileiro do século que findara: orgulhoso, regionalista, autoritário, amando a pátria com extremos e defendendo a ordem brutalmente, à altura, portanto, da sua missão política, quando se tratava de fazer a independência sem quebrar a unidade do Brasil. A causa da monarquia deveu-lhe a estética de 12 de outubro de 1822, quando foi D. Pedro proclamado imperador constitucional, depois de ter declarado independente o Brasil a 7 de setembro, em S. Paulo. Monarquia constitucional à francesa, municipalista, aproveitando na Corte as tradições lusas, coberta por uma bandeira inspirada na paisagem nacional, verde e ouro, e consagrando o dogma da soberania popular, pois o imperador o era, "por vontade de Deus e unânime aclamação dos povos".

7 DE SETEMBRO

Em 7 de setembro, estando D. Pedro de viagem de Santos para S. Paulo, recebera os últimos despachos que lhe revelaram a irritação e as ameaças do governo de Lisboa.

Em junho ele fora a Ouro Preto garantir-se do apoio de Minas Gerais. Agora se certificara que S. Paulo estava com ele. Então – à margem do Ipiranga – desembainhando a espada, gritara: "Independência ou Morte". Mas já o decreto de 23 de junho de 1822, que convocava um Congresso Constituinte para o Rio de Janeiro, e as duas proclamações, ao povo e às nações, em 1º e 6 de agosto, dispensavam outras manifestações revolucionárias, concretizadas no norte pela guerra, de aspecto regional, entre as populações e as guarnições portuguesas.

2 DE JULHO

O imperador foi sagrado em 1º de dezembro de 1822.

Em 3 de maio seguinte instalou-se a Assembléia Constituinte.

A 2 de julho a guarnição portuguesa embarcava na Bahia, de volta ao reino, e o *exército libertador*, de 10 mil homens, que durante um ano a investira, vitorioso em todos os embates, entrava na cidade.

Em 28 de julho a Independência estava proclamada no Maranhão. Logo depois, no Pará e na Cisplatina. Elaborada pela Assembléia a constituição política do Império, passaria este a girar na órbita das nações organizadas e soberanas.

Mas não bastara a monarquia para dar-lhe a prosperidade, na ordem.

Economicamente, a situação desenhava-se excelente, desde que o rompimento com Portugal, sem afetar o comérico externo, excluíra apenas um entreposto. Mas era aflitivo o estado das finanças, tal a penúria do tesouro, que D. João VI limpara, agravada pelas despesas de guerra, principalmente a apressada criação de uma marinha, e pela abundância de cobre falso, praga de 1817–21 que ameaçava tornar-se catástrofe. Havia de início o contraste do Estado pobre e do cidadão rico. O Ministro da Fazenda, Martim Francisco, tinha as virtudes exigidas para o momento: prudência, parcimônia, honestidade. A política lançou-o fora do governo quando, com o seu irmão José Bonifácio, se tornara incômodo ao imperador, pela influência que ambos exerciam sobre a Assembléia. Essa modificação ministerial não alterou a rota à Constituinte, que, sem votar propriamente a Constituição, descambava para congresso tumultuário, cada vez mais impressionada pelos fatos políticos (anti-lusitanismo, restrição do poder pessoal do imperante, liberdades civis ameaçadas, conciliação do princípio monárquico com o democrático e por isso infensa ao grupo conservador e português que rodeava D. Pedro I). A situação tornou-se irremediável quando a Constituinte deu ouvidos à queixa de um boticário, que fora espancado, devido a uns insultos de imprensa, que se lhe atribuíam, por dois militares portugueses do exército.

A CONSTITUINTE

O nacionalismo, espertado pela guerra da independência, francamente agressivo em face dos residentes portugueses, assim no Rio como nas províncias, não perdoava ao Imperador ser ele mesmo português e ter feito aderir à independência, conservando os seus postos, quantos oficiais europeus o quiseram.

O antagonismo colonial, entre o senhor de engenho e o negociante, o desprezo antigo do "mazombo" pelas ocupações mercantis, a separação entre a gleba e o comérico, aumentada pela imprevidência do primeiro e pela ganância do segundo, explodiam em ira patriótica. O português era o "marinheiro", o "maroto", o "mascate", propenso ao despotismo adventício que vinha enriquecer... Não importava a circunstância de ficarem no país os tais ricos, aqui casados, aqui sucedidos; eram o inimigo: D. Pedro pensou resolver a crise, dissolvendo a Constituinte, e a agravou ainda mais.

Dissolveu a assembléia, em 12 de novembro de 1823. Prendeu e deportou os oradores oposionistas – entre eles os Andradas. Nomeou em substituição do corpo legislativo um Conselho de Estado e lhe cometeu a tarefa de elaborar a Constituição do Império, que outorgaria. O marquês de Caravelas foi o principal redator dessa Carta, calcada nas teorias de Benjamin Constant, portanto a mais liberal possível. O imperador mandou o projeto às províncias, ao exame das municipalidades, para receber as sugestões dos eleitores. Outorgou-se a 25 de março de 1824.

1824

Mas não pôde evitar que estourasse em Pernambuco a revolução, pretextada pelo golpe de Estado. De fato, esse movimento sangrento, que tem o nome de "Confederação do Equador", e tanto se parece com o de 1817, resultava da indeterminação dos poderes nacionais. Quem governaria as províncias? O governo central, à imitação do Rei D. João, ou pelo voto popular, um filho da própria província? Pernambuco, nos dias indecisos que se seguiram à vitória do partido brasileiro, elegera presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade. O governo imperial, entretanto, nomeara para presidir a província o morgado do Cabo, Francisco de Paes Barreto. Paes de Andrade contava com a cidade de Recife e apoiava-se à tropa local, comandada pelo coronel Falcão de Lacerda; tinha partidários, maçons e republicanos, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará; os homens de 1817 cerravam fileiras ao seu lado. O morgado do Cabo contava com a melhor porção dos proprietários rurais e formava, no interior, a resistência conservadora. Neste aspecto a revolução de 1824 se assemelha à da Bahia de 1837 e à da Praia de 1848. A

lavoura era a ordem; o intelectualismo da capital era a rebelião. E venceu a lavoura que dispunha das forças organizadas.

O imperador lançou contra Recife exército e armada. A ferro e fogo foi tomada a cidade. Reproduziu-se a derrocada revolucionária de 1817. A agitação nativista, porém, não esmoreceu, nem teve D. Pedro I jeito de arrefecê-la. Na Bahia ela era tão alarmante que o imperador houve de visitar a província, para acalmar os ânimos, o que conseguiu por algum tempo. Recrudescera em 1827. Não acabou em 1831. Lavrou por todo o período regencial e se encerrou, em 1848, numa crise final – o motim de Recife que forçou a trasmigração, para colônias d'África, de muitos portugueses vencidos pelo ambiente hostil.[329]

D. Pedro continuou a ser o português. Era, entretanto, exuberantemente "brasileiro". Aparelhou a Marinha e o Exército, arrancou de Portugal o reconhecimento da independência (1825), entrando o Brasil com 2 milhões esterlinos de indenização ao governo de Lisboa, sustentou a guerra com as províncias Unidas (Argentina) e os insurgentes uruguaios (1825-28), que desligaram do Império a Cisplatina, e viu, em nove anos de reinado, definir-se a índole parlamentar das instituições consolidar-se a união nacional.

329 P. W. DE BRITO ARANHA, *Memórias histórico-estatísticas de algumas vilas*, etc. p. 238, Lisboa, 1871.

. . . .

XIX
A Projeção Internacional – O Império e os seus Vizinhos – Fatalidade Histórica – A Guerra de 1827

Tornando-se independente, o Brasil recebia do passado um grave problema internacional para resolver: era o da fronteira do sul.

As três guerras externas que o Império sustentou, em 1825 – 28, em 1852 e em 1864 – 70, contra argentinos e uruguaios, contra o ditador Rosa e contra o Paraguai, foram uma conseqüência, mais ou menos distante, da política portuguesa no rio da Prata.

Sempre Portugal considerara o Prata como fronteira meridional do Brasil, e por isso, a partir de 1679, até a guerra contra Artigas (1816–20) disputara aos espanhóis, depois a argentinos e orientais, as campinas em volta da colônia do Sacramento, de trágica história.

D. João VI prevalecera-se, em 1816, da situação de anarquia em que se achava a Banda Oriental, depois da vitória de Artigas sobre os espanhóis, e instigado pelo político de Buenos Aires, que temiam aquele general,[330] fez invadir e conquistar todo o território do Uruguai. Exilou-se Artigas para o Paraguai e o cabildo de Montevidéu (1821)

330 TELMO MANACORDA, *Fructuoso Rivera*, p. 42, Madri, 1938.

votou a anexação do país ao Brasil português, com o nome de Província Cisplatina.

A CISPLATINA

A nova província mandou ao Rio de Janeiro dois deputados, em 1823, e até 1825 ocultou os sentimentos de emancipação, que um grupo de patriotas cultivava nas conspirações nativistas. Essa trama não podia lavrar em Montevidéu, ocupada por guarnição portuguesa; medrou em Buenos Aires, cujo governo alimentava a esperança de reabsorver o Uruguai; foi o sonho dos estadistas argentinos a recomposição do vice-reinado, fragmentado nas guerras da Independência. A rivalidade também decorria da tradição colonial. Estava em jogo o domínio das águas do Paraná, que levavam ao Paraguai e a Mato Grosso. O Brasil, com a sua forma de governo monárquico, era o vizinho poderoso e incômodo; a segurança da República parecia ameaçada pelo Império, naquele desbordamento sobre o pampa, defronte mesmo de Buenos Aires. Cem anos de guerrilhas antecipavam a atitude argentina, em relação aos conjurados uruguaios: com o apoio argentino puseram na Cisplatina as armas audazes e iniciaram a sua campanha de libertação.

De começo, foram "trinta e três".

Frutuoso Rivera, um dos chefes do Uruguai e servidor do Império, desde 1820, abandonou a este e deu aos insurretos a oportunidade da vitória. Um exército imperial foi batido em Sarandi, de surpresa.

O congresso "dos povos orientais", reunido em Flórida, não podendo declarar tão-somente a Independência,[331] votou – em 25 de agosto de 1825 – a incorporação da Cisplatina às Províncias Unidas.

Em 4 de novembro, o governo de Buenos Aires notificou ao do imperador que ajudaria por todos os meios os insurgentes, no afã de expungir de tropas brasileiras o território uruguaio: "acelerará la evacuacion de los dos unicos puntos militares que quarnecen aun las tropas de S. M. I...".[332]

---

331 Vd. H. D. *Ensayo de Historia Patria*, p. 470, Montevidéu, 1923.

332 CALÓGERAS, *Política Exterior do Império*, II, 416. Doc. in *Assembleas Constituintes Argentinas*, II, 208 (edição organizada por Emilio Ravignani), Buenos Aires, 1937.

D. Pedro I declarou guerra à República, em 10 de dezembro.

INDEPENDÊNCIA DO URUGUAI

A esquadra brasileira bloqueou Buenos Aires. Mas, sem o auxílio imediato de outras tropas, as da guarnição da Cisplatina continuaram a ceder aos independentes, chefiados por Lavaleja e Rivera. Concentraram-se em Sant'Ana e aí se imobilizaram. Do seu pasmo as retirou o marquês de Barbacena, nomeado para dirigir as operações contra um exército invasor mais numeroso, comandado pelo General Carlos Maria de Alvear.

Não podiam ser mais infelizes as condições da luta, se era impopular em todo o Brasil e mesmo no Rio Grande do Sul; as províncias não forneciam suficiente voluntariado; o parlamento combatia a política do governo e este não atendia cabalmente as solicitações de Barbacena.

Resolveu D. Pedro I, em pessoa, observar a situação do seu exército. Não pôde, entretanto, demorar-se no Rio Grande, devido à notícia do inesperado falecimento da imperatriz.

Barbacena saiu contra Alvear, que investira pelas cochilas, e a batalha se feriu no Passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827. Foi o único combate vultoso da campanha. A superioridade da cavalaria argentina e oriental fez-se sentir no início da refrega, mas os quadrados da infantaria brasileira não foram desmanchados. O prélio ocupou todas as forças beligerantes até ao entardecer, quando, deitando o inimigo fogo à macega, mandou Barbacena retirar, rumo ao Passo de S. Lourenço. Alvear não tentou perseguir as forças imperiais; a batalha de Passo do Rosário (ou Ituzaingó) interrompeu-se, sem resultados decisivos. No mar, entretanto, sérios revezes sofrera a marinha do Império, na Patagônia e no Juncal, compensados pela Vitória de Monte Santiago. O bloqueio de Buenos Aires não pôde ser completo e houve o Brasil de responder a franceses e ingleses pelos danos que lhes causou ao comércio. Por outro lado, as dificuldades internas, que se agravavam, impedindo, do lado dos argentinos, a continuação da campanha, induziram o governo de Buenos Aires a oferecer a paz ao do Rio de Janeiro, antes que exércitos mais numerosos entrassem em ação, e se realizasse o plano de Barbacena, que era uma incursão pela província de Entre-Rios. Foi ao Rio o plenipotenciário Manuel José Garcia com a sua proposta de paz. Desde 10 de

fevereiro de 28 o governo brasileiro manifestara a intenção de erigir a Cisplatina em "Estado livre, separado e independente".[333] Aproveitou-se da missão de Garcia para obter dele um tratado, que convertia a Cisplatina numa província autônoma, mas protegida pelo Império.[334] O povo de Buenos Aires fez romper as negociações. Lord Ponsonby, ministro da Inglaterra, conduziu-as como mediador e, em resultado delas, concertaram o Império e as Províncias Unidas a independência completa do Uruguai (25 de agosto de 1828), que o Brasil defenderia, em caso de agressão externa.

ROSAS

Terminava o conflito por uma vitória do espírito liberal e generoso, destinado a caracterizar, pelo tempo adiante, a diplomacia brasileira.[335]

Apenas a nova República do Uruguai não podia manter a sua soberania sem a forte, contínua vigilância do Império. Era um país minúsculo,[336] de 72 mil habitantes (em 1850 eram 110 mil), cujos vizinhos, em virtude das últimas lutas, se tinham armado excessivamente. De fato, tanto que, no período regencial, as guerras civis desviaram o Brasil da sua tradição diplomática, se viu que o perigo que ameaçava a independência do Uruguai não fora um vão receio. Estalou, em 1885, a revolução do Rio Grande do Sul. O governo da Confederação Argentina caiu em mãos de João Manoel Rosa, réplica portenha do Dr. Francia, do Paraguai. Rosa representava a outra face da mentalidade sul-americana,

---

333 SOUZA DOCCA, *A Missão Ponsonby*, p. 123, Porto Alegre, 1933. A intervenção inglesa fora pedida de ambas as par tes. LUIS ALBERTO HERRERA, *La Mision Ponsonby*, I, 11, Montevidéu, 1930.

334 ADOLFO I. BAEZ, *Convencion preliminar de paz entre el Imperio del Brasil y la Republica Argentina*. p. 27, BuenosAires, 1929.

335 Vd. CARLOS ONETE Y VIANA, *La Diplomacia del Brasil en el Rio de la Plata*, p. 9, Montevidéu, 1903. Palavras de Andrea Lamas: "No conosco um solo estadista brasileño que no repila com horror la idéia de la incorporatión del Estado oriental al Imperio del Brasil" (ARIOSTO D. GONZALES, *El Manifiesto de Lamas en 1855*, p. 19, Montevidéu, 1937).

336 Em 1821, rendia a Cisplatina 27.500 pesos mensais, e o exército português de ocupação custava 97.567. *Diário do Governo, cf. Argos de Buenos Aires*, 21 Dez, 1822, edição fac-similar, de Junta de Hist. y Numimatica, 1937.

o pampa, as populações rurais, o "gaúcho", em contraste com a capital, o europeísmo, o liberalismo francês. O seu poder era absorvente. Não perdoava a Montevidéu o asilo que ali tinham os seus inimigos, acolhidos e protegidos por Frutuoso Rivera. Fez seu aliado o adversário e competidor de Rivera, Manoel Oribe. Fomentou a guerra entre os dois partidos. Depois, Rosas mandou sitiar Montevidéu. Foi um assédio de dez anos. Burlou a própria intervenção inglesa e francesa. Rosas tinha a malícia, a perseverança, a temeridade *crioula*; a sua popularidade raiava em fanatismo e a sua ditadura era uma alternativa de terror e patriarcalismo. Enfrentou, desafiou as grandes potências. A Inglaterra e a França pouco ou nada obtiveram com as suas esquadras que, por algum tempo, em bloqueio, exigiram do governo de Buenos Aires o respeito aos princípios de direito internacional. Foi preciso que o Brasil retomasse o ritmo das suas instituições, com o advento de D. Pedro II, para que as coisas mudassem de feição. Um embaixador foi à Europa, em 1844 (missão do Visconde de Abrantes), promover o reconhecimento da independência do Paraguai, feito pelo Brasil em 14 de setembro do mesmo ano, e uma demonstração conjunta contra o governo de Rosas.

Era a transição entre a expectativa e a ação.[337]

Em 1845, a pacificação do Rio Grande do Sul concluiu-se à voz de que no horizonte nacional o inimigo externo se levantava: seria Rosas.

Em 1849, o governo imperial decidiu auxiliar diretamente os sitiados de Montevidéu: recomeçava a sua política intervencionista. Esta teve duas faces: o custeio da defesa de Montevidéu, mediante empréstimos ao governo uruguaio, e a procura, na própria Argentina, de um apoio para a guerra a Buenos Aires, que não fosse, simplesmente, uma guerra de agressão.

O que não conseguiram, com as suas esquadras, a Inglaterra e a França, precisamente por não terem grangeado a cooperação militar brasileira, como reconheceu André Lamas,[338] obteve o Império com a sua diplomacia e uma divisão de exército. D. Justo José Urquista, gover-

---

337 *A política brasileira na Rep. Oriental*, por um brasileiro, p. 26, Rio, 1854.

338 ANDRÉ LAMAS, *Notice sur la Republique orientale de Uruguay*, p. 56–2, Paris, 1855. Vd. RICARDO FONT EZCURRA, L*a Unidad Nacional*, p. 96, Buenos Aires, 1938.

nador de Entre-Rios, deu ao Brasil aquele apoio (tratado de 29 de maio de 1851): revoltou-se com a sua província, pôs em armas um exército de cerca de 20 mil homens e recebeu a ajuda de um corpo de exército brasileiro, 4.000 soldados de elite, sob o comando do General Manoel Marques de Souza (depois conde de Porto Alegre).

Em 6 de setembro de 1850 era assinado no Rio de Janeiro o contrato entre o representante dos sitiados de Montevidéu, André Lamas, e o banqueiro brasileiro Ireneu Evangelista de Souza, incumbido pelo governo imperial de fazer os fornecimentos em dinheiro, "secretamente ajustados", com o mesmo governo. Aquele contrato foi substituído, em 12 de outubro de 1851,[339] por cinco tratados, de limites, comércio, extradição, subsídios e aliança.[340] Foi o início da guerra a João Manoel Rosas.

Urquisa e Porto Alegre concluíram, com um êxito fulminante, as operações. Em Santos Lugares – a 3 de fevereiro de 1852 – o exército do ditador foi completamente desbaratado e Rosas fugiu, disfarçado em marinheiro, num navio inglês. Urquisa reintegrou o seu país na civilização liberal, um congresso deu-lhe uma construção sábia, inspirada por Alberdi, nos moldes da norte-americana, e a República Argentina recuperou, em poucos anos, o largo tempo perdido.

Os sacrifícios de toda espécie feitos pelo Brasil, para libertar Montevidéu e extinguir o consulado de Rosas, não visaram a outro lucro, se não afastar das fronteiras um vizinho indesejável.

O Império não cobiçava terras alheias, nem uma imposição aos povos limítrofes dos seus interesses. O imperialismo decorre de necessidades econômicas: no século XIX – induzido pela Inglaterra do XVIII – tomou a figura do expansionismo industrial; foi a luta pelo mercado. A superestrutura industrial conduz à conquista, e a política exterior dos países, excessivamente aparelhados para o fornecimento comercial, se dirige, naturalmente, à obtenção e conservação de uma freguesia, necessária. Mas o Brasil não tinha indústrias que proteger nem o rio da Prata era seu mercado predileto. Mais lhe comprávamos do que vendíamos.

O imperialismo brasileiro nunca existiu de fato: nem o soberano era um guerreiro, nem a classe militar preponderava na política nacional,

339 ALBERTO DE FARIA, *Mauá*, p. 296, Rio, 1926.

340 H. D., *Ensayo de Historia Pátria,* p. 606, Montevidéu, 1923.

nem concordavam os partidos constitucionais numa intervenção sistemática no rio da Prata. De D. Pedro II disse Ribeyrolles: *"Jamais vieille tête de roi fut-elle plus tranquille..."*.[341] Rosas desafiou por muito tempo o Império. Quando o Paraguai, cujas forças armadas somavam 80 mil homens disciplinados por instrutores ingleses, alemães e até brasileiros, declarou guerra ao Brasil, o nosso exército era de 15 mil homens disseminados pelo país. Apenas a marinha era pujante: porém só no decurso dessa guerra de 1864–70 adquiriu o Império monitores fluviais e navios encouraçados, em reforço das fragatas de rodas, que não poderiam re sistir a poderosa artilharia das fortalezas inimigas. O militarismo não encontrara ambiente no Brasil, onde a aristocracia era agrícola e a independência e suavidade dos costumes se opunham à vida severa da caserna. Além disso, os recrutamentos, que datavam das expedições de socorro à Colônia do Sacramento, em 1703, tinham impopularizado a carreira das armas nas classes intermediárias. No regime colonial, nada fizera o governo para modificar a situação. Com os postos de *ordenanças* criara um vasto corpo de oficiais honorários, que eram os senhores de engenho e os fazendeiros, satisfeitos na sua vaidade, contentes dos seus galões, por isso infensos a qualquer outro serviço militar. O império desenvolveu o gosto pelo uniforme, organizou um exército e uma armada nos moldes europeus, deu-lhes escolas especiais, mas não chegou a formar uma "classe" senão depois da guerra do Paraguai, que foi um violento apelo às forças vivas da nação e impressionou-lhe todas as fibras. A Guarda Nacional, muito mais numerosa do que o exército, tendo sucedido às antigas ordenanças, em 1831, era a negação de "classe", porque nela militavam todos os cidadãos.

O PARAGUAI

O Paraguai, com a morte do Dr. Francia, "El Supremo", passara à presidência de Carlos Antonio Lopez, cujo filho, Francisco Solano Lopez, em 1855 fora em missão à França. Jovem, ambicioso, inteligente, o 2º Lopez voltou imbuído das idéias francesas quanto a organização militar, ao esplendor do governo pessoal, ao espírito napoleônico. Nomeado ministro da Guerra de seu pai, tratou de criar no seu país um

---

341 CHARLES RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, I, 139, Rio, 1859.

exército formidável. Morreu o velho Lopez em 1862 e herdou-lhe o governo o filho, como ditador e marechal da nação paraguaia. Corporificou o sonho grandioso. Já no governo do primeiro Lopez, uma missão de oficiais brasileiros de artilharia instruíra os oficiais paraguaios; o novo presidente convocou engenheiros e técnicos de várias procedências, aparelhou as fortalezas de Humaitá, Curuzu e Curupaiti, que tornavam impossível a subida do rio Paraguai para Assunção, organizou uma frota fluvial de oito vapores modernos, montou ótimas oficinas metalúrgicas para fundição de canhões e fabrico de armamentos, na previsão de um bloqueio que isolasse a República... Talvez na América do Sul, depois da fundição de Ponta de Areia, no Rio, não houvesse outras comparáveis às de Ibicuí e do arsenal de Assunção. O Paraguai achava-se pronto para a guerra – a sua grande aventura – quando o Uruguai, em 1864, mais uma vez suscitou a interferência brasileira. Foi o pretexto.[342]

A CAMPANHA DOS CINCO ANOS

Desencadeara-se a guerra civil entre Aguirre e Flores. Este era amigo, aquele, hostil ao Brasil. Numerosos vexames sofridos por brasileiros residentes na República determinaram uma demonstração militar, punitiva. Era uma questão entre o Uruguai e o Brasil e prendia-se a quarenta anos de história diplomática.[343] Se o governo imperial, em 1861, não se decidisse àquela atitude, troços irregulares do Rio Grande do Sul agravariam a situação, tentando, com as próprias mãos, vingar mortes de brasileiros no país vizinho. Foi a fatalidade de uma política de intervenção; o destino da fronteira seca. A Argentina não a estranhou, mas Francisco Solano Lopez, correndo em auxílio de Aguirre, tanto que Paisandu foi tomada e o exército imperial entrou em Montevidéu, achou azado o momento para agir. Sem prévia declaração de guerra apresou, em águas do rio Paraguai, o vapor *Marquês de Olinda*, a cujo bordo viajava o presi-

---

342 Insuspeito autor diz que ao apresar o navio brasileiro *Marquês de Olinda* exclamara Lopez: "Se não pegarmos agora, teremos de ir às mãos com o Brasil em outro momento menos favorável para nós! PELHAM HORTON BOX, *Los Origines de la guerra del Paraguay*, p. 233, trad. de P. Ynsfran, Assunción, 1936.

343 Vd. sobre a origem próxima do conflito, EDUARDO ACEVEDO, *Análes Historicos del Uruguay*, III, 107, Montevidéu, 1933.

dente de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos – e dispôs-se a invadir com um corpo de exército a fronteira brasileira.

* * *

Imediatamente após a declaração de guerra, o governo paraguaio fez invadir Mato Grosso por uma expedição de mais de 3 mil homens, e, através de Corrientes, iniciou a marcha uma divisão de 11 mil sobre o Rio Grande do Sul. Nenhuma das duas províncias se previnira contra a agressão. Por isso chegaram os invasores, de um lado até Corumbá, do outro até Uruguaiana, levando de vencida a frágil resistência local.

Verificava-se, pela primeira vez depois da época brilhante de D. Luiz de Albuquerque, no século anterior, que as fronteiras meridionais de Mato Grosso não se ligavam aos centros de povoamento por estradas, que lhes levassem facilmente o socorro das guarnições do norte, e tudo era desconhecido naquelas regiões alagadiças, onde corriam os rios Apa e Miranda.

A expedição que partiu de S. Paulo, para cortar o caminho aos paraguaios, comandada pelo Coronel Camisão, foi imolada à peste, à fome, à fadiga, retirando sobre Cuiabá – a *retirada da Laguna* – vítima da imprecisão dos conhecimentos geográficos. Mas de Uruguaiana, os atacantes não passaram, na sua incursão pelo Rio Grande. A gente gaúcha deu os contingentes volantes que fizeram a vanguarda de um exército nacional, que pôs cerco aos paraguaios naquela cidade, cortada a comunicação no rio Uruguai por barcas artilhadas, que impediram se juntasse a Estigarribia (coluna vanguardeira) o Major Duarte (retaguarda). D. Pedro II e seus genros (conde d'Eu e duque de Saxe) quiseram presidir às operações. O governo imperial exigira de todos os presidentes de províncias a convocação da guarda nacional, o engajamento de batalhões de "voluntários da pátria", a remessa das polícias. Desenvolveu-se em todo o país um entusiasmo marcial sem precedentes. Somente a Bahia enviou para o campo da luta 18 mil homens, seguindo-se a Corte (11.467), Pernambuco (7.136), o Ceará (5.648), a província do Rio (7.851), S. Paulo (6.504), o Rio Grande do Sul (4.483)... num total de 91.218 homens, quantos de dez províncias marcharam.[344]

---

344 Dados estatísticos do Dr. NOGUEIRA JAGUARIBE.

A guerra seria sem mais tardança ganha pelo Brasil, se ela se limitasse aos corpos expedicionários e à ação da esquadra. Estigarribia e o Major Duarte renderam-se, com todos os seus soldados, e a frota paraguaia foi destruída pela armada brasileira em Riachuelo (11 de junho de 1865). Sem marinha, Lopez não podia evitar o bloqueio; e havia de aceitar a guerra dentro de seu território.

Triunfo preliminar, conseguira a diplomacia brasileira o tratado de 1º de maio de 1865, ou de "tríplice aliança", coligando a Argentina, o Uruguai e o Império na campanha contra o governo de Assunção.

O desenvolvimento posterior da luta – prolongada por tanto tempo em virtude da desesperada resistência de Lopez e das excelentes posições em que se entrincheirou – não foi mais de jeito a fazer duvidar dos seus destinos.

Um exército de 40 mil soldados invadiu o território paraguaio, infligiu ao exército inimigo o grande revés de Tuiuti (24 de maio de 66), onde se fixou, enquanto o 2º grupo (do conde de Porto Alegre), subia embarcado o rio Paraguai, e, com o auxílio da esquadra, tomava Curuzu e atacava Curupaiti. Esse assalto malogrou-se e caro custou aos aliados, que acamparam diante da praça forte. Assumiu o comando em chefe o marquês de Caxias (18 de outubro de 1866). Operou uma marcha de flanco, e a esquadra, que se robustecera com navios encouraçados e próprios para a navegação fluvial, passou debaixo dos fogos de Curupaiti e Humaitá. Assunção rendeu-se. Atravessou o exército o Chaco, para cair à retaguarda das formidáveis posições inimigas das Lomas Valentinas, derrotou sucessivamente o exército de Lopez em Itororó, Avaí, Angustura – e forçou o ditador a abrigar-se nas montanhas com os restos das suas forças. Era a terceira fase da guerra: a perseguição. Ultimou-a o marechal conde d'Eu.

Alcançado em 1º de março de 1870 às margens do Aquidaban-nigui, morreu Lopez, com a espada em punho.[345]

---

345 Não é verdade que fosse intenção do Imperador concluir a guerra com a morte do marechal Lopez. Indignou-o até a primeira notícia sobre o fim trágico do presidente paraguaio, que, realmente, não pensou em render-se. Em ofício confidencial ao visconde do Rio Branco, de 4 de abril de 1870, o barão de Muritiba declarou: "Ao Cabo Chico (indigitado matador) não quer o Imperador consentir que se dêem honras militares ao menos enquanto não se desaparecerem as suspeitas a que me referi." (Cit. por PINHEIRO GUIMARÃES, *Um Voluntário da Pátria*, p. 178, Rio, 1936). O ponto de vista do Império, desde 1867, fora a paz antecedida da saída de Lopez do Paraguai. Ele recusou essa única solução, na entrevista de Iataiti-Corá, com o General D. Bartolomé Mitre.

Um lustro de guerra tão porfiada havia de influir grandemente nos destinos do Império; e influiu.

O Brasil, graças à sua capacidade econômica, recompôs em dez anos as finanças abaladas, pois despendera mais de 600 mil contos. As suas forças armadas obtiveram, pela popularidade dos seus generais, um prestígio novo: veremos como foi o lento cerceamento desse prestígio que precipitou a queda da monarquia. O Império dispunha da hegemonia sul-americana, da qual não soube abusar, limitando-se a consolidar as suas fronteiras históricas. Mas importara do rio da Prata novas idéias, novas tendências, aspirações novas. Entre 1870 e 1889, dezenove anos de ebulição doutrinária, houve o desgaste gradual dos partidos políticos, uma maré montante de democracia, a desilusão dos jovens militares condenados à vida medíocre e à estreiteza dos quadros dos tempos de paz, em contraste com as carreiras vertiginosas que se fizeram no Paraguai (uma das causas, apontou Cristiano Otoni, do descontentamento que lavrara no exército às vésperas da República).

Foi a impaciência, como mal-estar prenunciativo do dissídio entre o exército e o governo, a irritação da classe militar, que acusava os políticos do sacrifício do exército com a maior prosperidade da burguesia, a indiferança desta pela sorte das instituições – que armaram o ambiente às agitações dos últimos anos do Império. Porém a entrada de capitais estrangeiros, animados pelas concessões do governo imperial, e a orientação que este seguiu, de suprir as deficiências materiais que a guerra do Paraguai mostrara, foram os melhores resultados econômicos de uma luta tão ampla e sangrenta, que nos consumiu 50 mil vidas.[346]

---

346 Ver, para compreensão de toda a campanha, a *História da Guerra do Paraguai*, de OTÁVIO PEREIRA DE SOUZA, Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. 156 (1929) e a completa *História da Guerra da Tríplice Aliança*, do General TASSO FRAGOSO, 5 vols., (1935). Não indicamos outras fontes, por demaisconhecidas.

. . . .

XX
A Política Brasileira do 1º Reinado e da Regência – Evolução Democrática

A organização política do Império tinha por base a velha municipalidade, resultante tanto das instituições portuguesas, que para cá se transplantaram, como dos fatores sociais-geográficos do Brasil.

A Constituição de 25 de março de 1824, que o imperador outorgou, belo documento de liberalismo do tipo frânces, inspirado por Benjamin Constant, cujo quarto poder, o moderador, exercido pelo soberano, foi o Brasil o primeiro Estado a adotar – não refletira o meio, nem as tendências da evolução nacional.

Estabelecera uma nação unitária, quando ela se manisfestara descentralizada em todo o seu desenvolvimento. Pouco sentimento econômico, daltonismo político, mimetismo e preocupação de conceitos "da moda", literários – inquinaram a Constituição da monarquia de uma imperfeição fundamental, corrigida no corredor do tempo pela revisão de 1834 e pelas leis ordinárias, como as de 1832, 1841, 1847, 1880 e 1888.

O regime político seria inevitavelmente aquele parlamentarismo britânico, para a qual tendia o Legislativo brasileiro, no seu permanente conflito com os Poderes Executivo e Moderador.

Realmente, antes da reformra de 1847, que criou a figura do presidente do conselho de ministro, a monarquia era *implicitamente* parlamentar – dadas as atribuições que tinha o imperante, de dissolver a Câmara, as amplas funções desta e a responsabilidade, perante ela, dos ministros da Coroa.

O impulso para a forma inglesa do Parlamento deu-o, em 1826, Bernardo de Vasconcelos, propondo que comparecessem os ministros às discussões da Assembléia, não apenas para apresentar as propostas do governo.[347] Com os atritos e querelas entre a Câmara e o Governo, a índole inglesa do sistema se acentuou, num crescente relevo. A forma unitária do Estado, porém, em contraste com o fato do crescimento e da civilização do país, não pôde ser quebrada sem a queda do trono. Em parte a abdicação de D. Pedro I prendeu-se ao mal-estar das províncias, conseqüente ao regime de 25 de março de 1824. O Ato Adicional consagrou o federalismo moderado, que lhes permitiria desenvolver, em harmonia com o poder nacional, todas as suas forças econômicas e humanas.

A DEMOCRACIA E O ABSOLUTISMO

Entre 3 de maio de 1826, quando se reuniu o parlamento, inaugurando a primeira legislatura, e 7 de abril de 1831, fim do reinado, o choque das correntes adversárias, na política brasileira, se deu na Câmara e no Senado.

De começo o imperador julgara dispensável a colaboração dos parlamentares no governo e limitara-se a lhes pedir leis: os códigos judiciários, municipal, criminal. Isto até 20 de novembro de 1827. A Câmara aprovara a indicação de Vasconcelos (em 9 de agosto de 1826) para que assistissem aos debates parlamentares os ministros, e sentira o governo a necessidade de amparar-se aos próprios oradores, que passavam a exercer direta, assídua fiscalização dos negócios administrativos. A Câmara, vendo-se menosprezada, pagou a imperial indiferença com a censura eloqüente, as impertinências das comissões e de vários deputados cuja inteligência lhes grangeara excepcional prestígio, o julgamento severo

347 BERNARDO DE VANCONCELOS, *Carta aos srs. eleitores da província de Minas Gerais*, p. 16, 2ª ed.

dos ministros da Coroa. A fim de amainar a tempestade, chamou D. Pedro I naquele dia, para seus ministros, três deputados. Instituía a prática de associar-se o parlamento ao governo e fazer-se este dependente daquele: certamente o novo gabinete se manteria enquanto contasse com a maioria legislativa. Mas não era o imperador homem de cingir-se à mediocridade das suas funções de rei constitucional. Depois da guerra das Províncias Unidas, sempre vista com inquietação e antipatia pelo Parlamento, abrira-se a questão portuguesa, e a oposição se prevalecera do desassossego geral para verberar as transações feitas ou projetadas pelo Império com o partido da Rainha D. Maria II. O gabinete, cuja principal figura era José Clemente Pereira, caiu pela pressão e escândalos dessas críticas. O Imperador irritava-se. Em 1828 começara Bernardo Pereira de Vasconcelos a evangelização liberal em Minas: contra o autoritarismo do poder supremo, contra os cerceadores da vontade popular, contra os "conservadores". De fato, era a torrente filosófica da Independência que continuava a correr; sentia-se incompleta a Independência, esquecidas as promessas nacionalistas do Imperador, o horizonte (assim era na Europa), pejado de ameaças absolutistas. Em todos os atos de D. Pedro I pressentia aquela oposição uma tentativa de distrato constitucional. A mesma trepidação estendia-se ao norte e ao sul, despertando, no seu sono, a maçonaria política, o federalismo, o republicanismo. Nem D. Pedro, nem a Câmara cediam. Encerrara o imperador a sessão de 1829, proferindo apenas estas palavras: "Augustos e digníssimos representantes da Nação Brasileira, está encerrada a sessão." Em dezembro de 1829 lembrou-se de pedir ao marquês de Barbacena – cheio de influência por duas felizes missões em que fora à Europa, para levar D. Maria II e para trazer a nova imperatriz, D. Amélia de Leuchtenberg – para formar governo. Foi o primeiro gabinete organizado por um ministro, encarregado de convidar os demais. Barbacena governou prudente e lucidamente, com o agrado dos deputados e a confiança das províncias. Com a deportação do "Chalaça", secretário privado do imperador, acabara com o "gabinete secreto", como era chamado a roda de fâmulos portugueses, cuja convivência comprazia a D. Pedro...

Mas os planos do imperador eram outros. Ouvindo as denúncias, que de Londres lhe mandou o "Chalaça", sobre as grandes despesas feitas por Barbacena nas suas missões à Europa, resolveu demiti-lo para que,

fora do ministério, provasse a aplicação de importantes quantias. O motivo era mesquinho. De fato, a retirada do poderoso titular alienou a tolerância parlamentar.

Ocorrera, nos entrementes, a revolução de julho, em Paris, com a expulsão dos Bourbons e o advento de Luiz Felipe. Estava-se em pleno romantismo político. Das sedições liberais. Caíra Wellington na Inglaterra. D. Miguel, falto desse apoio formidável, cairia em Portugal. Desaparecera, na confusão dos acontecimentos, a Santa Aliança. D. Pedro vencia a partida, porque era um dos poucos monarcas realmente constitucionais; a vitória sorria-lhe na Europa. Julgou, assim, poder vencer também o jacobinismo nascente no Brasil, a indisposição dos patriotas e a prevenção, cada vez maior, da província de Minas Gerais. Não o conseguiu; Minas não elegeu o próprio ministro do Império que acompanhou o imperador na sua viagem às montanhas – viagem impopular e melancólica, que produziu resultados contrários aos que obtivera ele em 1822. Por toda a parte o acolheram a frieza, o susto, a indiferença ou a hostilidade dos mineiros. Em Ouro Preto, sinos dobraram afinados quando se avizinhavam o cortejo... Era em memória do jornalista Líbero Badaró, assassinado em S. Paulo, dizia-se que a mando do imperador...

ABDICAÇÃO DO IMPERADOR

De regresso à Corte, os portugueses iluminaram as ruas, festejando a suas majestades. Os brasileiros protestaram contra as luminárias, investindo os manifestantes. Foi uma noite trágica, a das "garrafadas", 13 de março de 1831. Ecos das brigas, assaltos e tumultos chegaram a S. Cristóvão. O Ministério mostrava-se débil e assustadíssimo; seria incapaz de manter a ordem.

Talvez, já então, acariciasse D. Pedro a idéia, que se lhe metera no cérebro desde 1829, de abandonar o Brasil, para combater o irmão e restaurar o trono da filha, em Portugal. Pelo menos ele agiu, desde 13 de março, como se obedecesse a esse plano.

O Brasil dividiu-se em duas facções irreconciliáveis: a maior, nacionalista, exaltadamente liberal, movida pelos chefes maçônicos e pelos autonomistas provinciais, iria até às armas para restabelecer uma situação quase republicana. Em 5 de abril, porém, D. Pedro demitiu os ministros, que se mostravam fracos, mas tolerantes, e nomeou, intempestivamente,

um gabinete todo de cortesãos, o dos “marqueses”, feito de seus amigos pessoais, reputados palacianos e reacionários. Precipitava a crise, enfrentando-a. O povo levantou-se. Em 6 de abril juntou-se no campo de Sant’Ana. A guarnição aderiu pacificamente. Afinal passou para os revolucionários o governador das armas, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Também a guarda de S. Cristóvão desertou. Noite velha, o Major Miguel de Frias levou ao Imperador a intimação do povo, para que demitisse os “marqueses” e, chamando os ministros despedidos em 5 de abril, decretasse medidas de franco brasileirismo.

D. Pedro podia transigir e agüentar-se, porque aos insurretos faltavam um programa de governo e homens, que pretendessem substituir o soberano. Mas o seu impetuoso gênio não encontrou outra solução: apressadamente escreveu a sua abdicação à Coroa em favor do filho, o pequeno D. Pedro de Alcântara, de 5 anos, e a entregou ao Major Frias. Renunciara; devia imediatamente seguir viagem. Embarcou, com a mulher, a filha, D. Maria II, alguns fidalgos e criados portugueses, na antemanhã de 7 de abril. A nau inglesa *Volage* levou-o à Inglaterra.

Reunidos no Senado, os representantes da nação elegeram uma regência provisória (Lima e Silva, Vergueiro e Caravelas), que governaria o Brasil em nome do Sr. D. Pedro II, imperador menor.

Dir-se-ia que a nação se assenhoreara dos seus destinos.

EXPERIÊNCIA REPUBLICANA

A luta entre o espírito nacional, exagerado até o jacobinismo, e o espírito colonial, exagerado até o despotismo, despojou o regime do seu invólucro português e lhe definiu a mentalidade indígena e a cultura européia: foi, no século XIX, o dualismo, sangrento e dramático, comum aos países sul-americanos.

A monarquia, de estilo velho, unitária, pessoal, fundada sobre os votos municipais, porém igualmente sobre os destroços da maçonaria, do republicanismo e do feudalismo, que foram os ideais dominantes em 1820 e 1821, não conseguiria jugular, nas províncias, a revolta intelectual. O imperador enfrentou-a, com a violência dos seus processos de governo; ela lhe derrubou o trono. Estava-se na era da sociedade secreta. A revolução de 1830, em França, derramara sobre o Brasil os exemplos da

insurreição popular, com a democracia e as idéias liberais que aqui, que em todo o mundo, fizeram "moda" (reconhecia-o o próprio D. Pedro I no manifesto de Ouro Preto, em 1831) e lavraram, incendiando. A imprensa, sem peias, virulenta, a imitar o *Republico*, que se editava no Rio, injuriava a dinastia, os políticos conservadores, as autoridades, e pregava o sistema americano. A imprensa açulou, precipitou, conduziu os acontecimentos, comandada por Evaristo da Veiga, que na *Aurora Fluminense* construía a sua doutrina política, associado a Bernardo de Vasconcelos, que encarnava a oposição de Minas Gerais, apoiado pela ação maçônica e liberal em S. Paulo, na Bahia e em Recife.

As causas econômicas da Abdicação não eram claras.

Em 1830–31 a sentimentalidade política, galho do romantismo francês enxertado na árvore indígena, via sobretudo idéias. À superstição do nacionalismo – contra a orientação portuguesa e européia da política exterior do Império depois de 1828 – se seguira a superstição democrática. Entretanto, resolvida a crise pelo êxito do imperante, nem o federalismo se fez, nem se instituiu a democracia. A Abdicação foi por isso chamada de *journée des dupes;* inaugurou e encerrou uma fase de tentativas e experiência política, que havia de terminar na aclamação prematura do segundo imperador, isto é, no "regresso."

Operou-se, imediatamente, a reação conservadora, como se a pátria estivesse em perigo.

A sociedade, alarmada pela ideologia revolucionária (também acatólica e antiburguesa, porque o jacobinismo se insurgia contra o alto comércio, na sua maior porção portuguesa), temeu a repetição dos desastres do rio da Prata e se armou contra a dissolução nacional, correndo em socorro da ordem, embora essa ordem não fosse monárquica. Tanto a regência provisória como a permanente, que lhe sucedeu, eleita pelo parlamento em 17 de junho de 1831 (Lima e Silva, Costa Carvalho e João Bráulio Muniz), não exprimiam os sentimentos extremados da propaganda antimonárquica. Os seus membros eram os delegados do exército, unitarista por excelência, da aristocracia, monarquista, e da burguesia agrícola fanática da disciplina social. Eles fizeram de Evaristo da Veiga, convertido à "conservação", para obviar à "destruição o seu agente político, diríamos o *leader*, pela prudência, talento, estratégia; e tiveram no Senado, que por ser vitalício reunia ainda devotados amigos de D. Pedro I, o reduto inex-

pugnável da ordem antiga. Em 1831 a Câmara elaborou o seu projeto de reforma constitucional, que abolia a vitaliciedade do Senado e dava autonomia às províncias. O Senado não aprovou o projeto, nitidamente federalista. Houve mister de recorrer-se ao golpe de Estado, que destruiria o Senado; o golpe falhou.

Até 30 de junho de 1832, quando o golpe de Estado fracassou, o governo do Brasil, inclinado às contemporizações com a inquietação democrático-republicana, porém cada vez mais enérgico em face das sucessivas revoltas militares, que pretendiam esclarecer a situação e forçá-lo a aceitar, em todas as conseqüências, o programa dos extremistas, consolidou o respeito às instituições. Foi-lhe para isto de decisiva importância a criação, em 18 de agosto de 1831, da Guarda Nacional, mista de civil e militar, fiel às autoridades, auxiliar do exército e, possivelmente, substituta dele, em dias incertos de agitação. Mas a regência e os seus ministros, entre estes o da justiça, o Padre Diogo Antônio Feijó, que se distinguira como implacável mantenedor da ordem pública na Corte, consideraram impossível o governo, e indebeláveis as crises supervenientes, agravadas pela existência de um partido restaurador, dos sectários de D. Pedro I, sem a transformação do parlamento em Convenção, tirando-se ao Senado aquela vitaliciedade, que o singularizava entre as forças constitucionais.

Foi o golpe de 30 de julho.

A consciência conservadora da Câmara reagiu em tempo de repelir a proposta de Convenção, depois de lançado o ardil dos regentes, qual o da sua demissão conjunta, a exigir do Legislativo excepcionais providências. Os deputados mineiros, que decidiriam a situação, recuaram no momento preciso, em que todo o futuro político dependia da dissolução do Senado; teve-se medo à aventura. Feijó, derrotado, exonerou-se. Voltaria ao poder em 1835.

Entraram em acordo as partes desavindas. As eleições de 1833 deram maioria absoluta aos liberais. José Bonifácio, tutor de D. Pedro II, chefe ostensivo do partido restaurador ou “caramuru”, foi destituído do cargo, e confinado na ilha de Paquetá. As urnas tornaram desnecessária e revolução branca.

Uma Câmara em que predominavam os “abrilistas” votou o Ato Adicional (24 de agosto de 1834), que conservava a vitaliciedade do

Senado, mas concedia às províncias uma autonomia razoável, ficando elas com a sua Assembléia legislativa, a sua vida financeira, a sua polícia.

Os liberais, chefiados por Evaristo, triunfante, completaram a tarefa, fazendo regente. Falecera em Lisboa (24 de setembro de 1834) D. Pedro I. Desaparecia com ele a facção restauradora. Transformou-se em facção conservadora. Ainda em 1835 eram extintos os morgadios, e abolidas as restrições tradicionais à livre divisão da terra. Cairu, o economista de 1808, o homem que descobrira ao Brasil Adam Smith, opôs-se, no Senado, à extinção dos morgadios: era a monarquia aristocrática que se bania do Império. Somente os privilégios da primogenitura poderiam conservar uma nobreza territorial hereditária, senhora da gleba.

Cairu foi vencido.

Por isso ao segundo reinado faltou, apesar do seu regime de feitio inglês, a característica das monarquias européias, qual uma fidalguia-proprietária, a solidificar, com a continuidade, a hierarquia.

O candidato de Evaristo à regência una foi Diogo Antônio Feijó.

FEIJÓ

Os adversários de Feijó não conseguiram opôr-lhe um nome, que congregasse os grupos moderado, conservador e reacionário, cujos principais dirigentes eram Costa Carvalho, Holanda Cavalcanti e os Andradas.

A regência trina desaparecera praticamente, em virtude da doença de João Braulio Muniz, que o afastara do governo, e a teimosia de Costa Carvalho em conservar-se em S. Paulo, alheio à administração, que toda ficara aos ombros do terceiro-regente, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Este representava o elemento militar da Corte, que vencera a jornada de 7 de abril, e significava, no poder, a defesa armada da nova ordem de coisas contra a esboçada reação conservadora.

Em 1834, antes portanto da defecção de Bernardo de Vasconcelos, que deu origem ao "partido do centro", que havia de vencer parlamentarmente o governo em 37 – Lima e Silva oscilava entre as suas funções consulares e a ditadura militar, com que ameaçou os políticos, caso levassem por diante o plano da elite conservadora, de eleger Araújo Lima para a regência una, criada pelo Ato Adicional.

O episódio ficou nos bastidores. Escrevendo ao Coronel Bento Gonçalves, no Rio Grande, em 20 de janeiro de 34, o Regente Lima e Silva acusava o Marechal Barreto de solidário com a conspiração reacionária, feita pelos inimigos do 7 de abril, destinada a elevar ao Governo Pedro de Araújo Lima, conforme a cabala desenvolvida por Almeida Torres (futuro visconde de Macaé) e Manoel Antonio Galvão; e avisava ao caudilho que no ano seguinte seria o chefe da *revolução farroupilha*, de que não entregaria a regência àquele adversário, que a traíra no seu ministério de 3 de agosto – 13 de setembro de 32.[348]

A ameaça de Francisco de Lima e Silva, de não entregar o governo a um regente da facção contrária aos abrilistas, naturalmente desviou o rumo da política no sentido de uma candidatura francamente liberal – a que se contrapuseram outras, de transação ou acomodação.

Até a última hora, a candidatura de Costa Carvalho era a predileta dos elementos intermediários entre a esquerda-abrilista e a direita-retrógrada.[349] Mas o norte não abria mão do nome de Holanda Cavalcanti. A divisão dos votos importou a vitória de Feijó; porém o antigo ministro da justiça não tinha probabilidades de um governo sereno e útil.[350]

Pisava-se em um terreno vulcânico. A revolução continuava a sua ronda.

O desequilíbrio, produzido em 1831, estendia-se às mais longínquas províncias, e uma milícia indisciplinada era o reflexo de uma política violenta. No Pará e no Rio Grande do Sul estouraram as sedições; em ambas as províncias é um partido que tenta esmagar o outro.[351] Este apela para as armas, e a guerra civil ensangüenta vastas regiões. Tanto no Pará como no Rio Grande, a revolta se define, afinal, republicana e separatista.

Fala-se, pela primeira vez, em descontentamento social, pobres contra ricos, os homens das cidades, rebelados contra a carestia

---

348 Doc. revelado por SOUSA DOCCA, conferência sobre a *ideologia federalista na revolução farroupilha*, 20 de setembro de 1932, no Inst. Hist.

349 Doc. de Honório Hermeto, cit. por H. LEÃO TEIXEIRA, em conf. no Instituto Histórico, 1932.

350 J. A. MARINHO, *História do movimento político*, etc., p. 31, Rio, 1844.

351 Vd. WALTER SPALDING, *Farrapos*, 1ª série, p. 15, Porto Alegre, 1931.

dos gêneros e os negociantes, e também opostos a aristocracia de barões – fazendeiros....[352] Por outro lado, o ambiente político da Corte se turva com a reação conservadora, que explora o dissídio aberto entre a Igreja e Feijó, o enfraquecimento do governo em face dos acontecimentos do extremo norte e do extremo sul, a crise financeira, que acompanha o período de lutas, a defecção de Vasconcelos, que em 1836 se declara por um "partido do centro", ou "terceiro partido",[353] gênese do "conservador", e, em 1837, a morte do Evaristo, o mais inteligente e popular dos colaboradores de feijó.

O quadro do Império, ao morrer Evaristo da Veiga, oferecia ao estrangeiro perspectiva de insegurança, confusão e pessimismo, que Alcide d'Orbigny interpretara, em 1834, como sendo as mais sombrias. Nem a união nacional estava assegurada, nem a sociedade parecia firme nos seus recentes alicerces.

Desde 7 de abril de 1831 as "rusgas", que eram as quarteladas, os tumultos, as tropelias, em que se emparceiravam soldados e desordeiros, ameaçavam o Estado, vacilante. Foram no Rio as sedições de 12 de julho de 31, 7 e 16 de abril de 32, a "Setembrizada" de Pernambuco, os motins da Bahia, o saque de Vitória pelo batalhão 26, a matança dos portugueses em Mato Grosso (1834), a revolta de Ouro Preto, enfim o levante dos "cabanos", em Pernambuco e Alagoas e no Pará, a revolução gaúcha e a explosão revolucionária da Bahia, em 37.

Em alguns pontos é a anarquia apenas que se manifesta em atos de banditismo e licença; em outros é a imitação da América espanhola, com as suas "ditaduras", os seus governichos, a lei marcial, as execuções dos prisioneiros, o ódio político, a barbárie na luta e o idealismo na doutrinação...

Ensaia-se, por toda parte, a "reforma".

Mas a crise externa e profunda determina a impaciência, a desilusão, a saudade dos tempos pacíficos, o desprezo por novas aventuras.

Daí o "terceiro partido", preconizado por Vasconcelos, isto é, o do "regresso"; e daí a tempestade parlamentar, que em 1837 se desempenhou sobre a regência, esmagando-a.

---

352 Vd. sobre o assunto, nossa *História Social do Brasil*, 2º volume, Espírito da Sociedade Imperial, S. Paulo, 1937.

353 J. S. G., *Duas palavras imparciais sobre o terceiro partido*, p. 4, Campos, 1835.

. . . .

XXI
O Advento de D. Pedro II

A Câmara passou a dominar; os insucessos das tropas legais no Rio Grande do Sul formaram um ambiente insustentável para o governo; cerceado e investido por todos os meios, pelos mais brilhantes oradores da legislatura, cedeu afinal Feijó. Não podia governar sem orçamentos, sem as províncias, sem as classes conservadoras. O homem indicado para substituí-lo era o presidente da Câmara, Pedro de Araújo Lima, culto e hábil, filho do norte e, desde 1823, conceituado entre os conservadores-moderados. Nomeou-o Feijó ministro do Império e transferiu-lhe o poder.

Era em 19 de setembro de 1837.

Araújo Lima escolheu para ministros alguns dos mais famosos adversários parlamentares de Feijó e iniciou com eles o reajustamento do Império na monarquia, na ordem, no "regresso" (como à nova política chamaram os "abrilistas").

Rompeu, em 7 de novembro, uma revolução democrática na Bahia. Intentava proclamar a independência da província, enquanto fosse menor o imperador; mas, no fundo, tinha índole semelhante à de

Piratini.[354] Em quatro meses a dominou, a ferro e fogo, o governo central. Mobilizou os recursos bélicos de que podia dispor contra os republicanos do Rio Grande, mandando um exército que reconquistasse o sul de Santa Catarina e atacasse pelo norte os "farrapos", e uma armada que os expulsasse das cidades litorâneas.

A CONSPIRAÇÃO DA MAIORIDADE

Os liberais de 1831 e 34, os partidários do padre Feijó, os antigos extremistas, transformados, pela influência de Evaristo, em campeões da regência democrática e do Estado federal, prepararam a desforra adiantando-se aos conservadores, seus inimigos, na dedicação à monarquia. Tramaram a conspiração da *Maioridade*, que interromperia o período regencial. Desde que não tinha podido fazer uma república temporã, restabeleceriam um trono... extemporâneo também. Queriam que D. Pedro II, com 14 anos de idade, assumisse, já e já, o governo da nação.[355]

O meio era-lhes propício.

Fatigara-se o Brasil com os incidentes, os motins, os dramas da regência, e a idéia monárquica, propagada pelas classes conservadoras, voltara a dominar o país. Foi, logicamente, a reação contra oito anos de uma experiência democrática violenta, que ensejara todas as manifestações da fragilidade nacional e da deseducação das massas. Disse Proudhon: "Em 1848 o horror ao comunismo precipitou a sociedade européia numa retrogradação da qual apenas se percebe o fim."

Também no Brasil foi o horror ao caudilhismo que desencadeou a reação monárquica, de 1837–1840.

---

354 Bento Gonçalves da Silva fugira do forte do Mar, para onde o transferira preso o governo, depois da derrota do Fanfa, em 5 de outubro de 1837, graças aos auxílios da maçonaria da Bahia. (Docs. ms., que divulgamos em conferência, a 1ª da Série comemorativa do centenário da "Sabinada", no Instituto Histórico da Bahia, em 8 de março de 1937, cf. as atas das "lojas" *Virtude e Fidelidade e Beneficência*). No pouco tempo em que aí esteve, foragido,antes de voltar ao Rio Grande, devia o caudilho ter doutrinado os seus correligionários; a 7 de novembro, explodiu a rovolta do Sabino. Sobre esta, vd. BRAZ DO AMARAL, *A Sabinada*, Bahia, 1909, e LUIZ VIANNA FILHO, *A Sabinada*, Rio, 1937 (livro perfeitamente documentado).

355 Em dezembro de 1835 já assim pensava o general Francisco de Lima e Silva. Vd. MARY W. WILLIAMS. *Dom Pedro the Magnanimous*, p. 48, Chapel Hill, 1937.

Havia em S. Cristóvão um imperador *in nomine*. Era uma esperançosa criança, que saíra à mãe austríaca, precoce nos estudos e na firmeza do caráter; D. Pedro II devia reinar. A ação intempestiva dos "maioristas" teve oportunidade e veemência, razões do seu êxito.

Formou-se, maçonicamente, o *club* da "maioridade", graças à iniciativa de José Martiniano de Alencar, um antigo democrata. Com a forma de sociedade secreta, o novo partido prosperou. Obteve a simpatia das pessoas íntimas do Paço, como Aureliano Coutinho, que passava por ser o homem mais chegado ao menino imperador, e o marquês de Itanhaen, tutor deste. Incorporou às suas fileiras os deputados em posição ao governo. Desfechou o golpe a 22 de julho de 1840.

Uma delegação do parlamento levou a D. Pedro II o oferecimento da sua imediata "maioridade", que ele aceitou.

Era o fim da regência, a queda de Araújo Lima, o colapso da situação conservadora. Tentara em vão o regente conjurar a crise, chamando para ministro do Império Bernardo de Vasconcelos – que por nove horas, quantas durou o governo, experimentou conter a Câmara, enfrentar a tempestade, salvar a regência.

O golpe de Estado – a que anuíra o imperador – comoveu, sensibilizou, entusiasmou a capital; D. Pedro II foi aclamado, e convidou para seus ministros alguns dos chefes "maioristas", com os quais subiu o partido liberal.

REAÇÃO MONÁRQUICA

A política graças à substituição de um regente, partidário, pela Coroa, irresponsável, fazia-se agora com outros fatores. A incapacidade do poder temporário para manter a tranqüilidade nas províncias desmoralizara muitas das idéias, tão populares em 1831. A "reação" monárquica, conduzida para a frente pelos seus adversários de 1837, compreendia a consolidação do trono, pela instituição do Conselho de Estado vitalício. Nem a popularidade do governo, porém, nem a prudência do soberano, conseguiram amainar os ódios facciosos que se extremavam – fenômeno comum ao sistema – nas eleições de renovação da Câmara. Já, segundo Teófilo Otoni, apostavam os deputados em lisonjear o trono, querendo cada qual melhor concorrer para o seu esplendor, Antônio Carlos a propor

a dotação de 800 contos, Navarro, a de 1000 contos....[356] Parecia extinto o gérmem democrático na Assembléia. Aureliano e os válidos do Paço formavam, à sombra deste, o "partido áulico", que desequilibrava as influências legítimas da política.

A VITÓRIA DO ESPÍRITO CONSERVADOR

O império, confiado ao bom senso e à austeridade precoce de uma criança letrada, cercada de honestos, mas nem sempre serenos servidores, tinha de atravessar provações gravíssimas.

A coroação do imperador, no ano seguinte, festa que estabeleceu uma trégua entre os políticos, encontrou de cima os *conservadores*, chamados ao governo em 23 de maio de 1841. Esse abandono, pela Coroa, dos seus interesseiros correligionários de 1810, fermentou em S. Paulo e Minas Gerais as sedições de 1842 – as mais sérias do segundo reinado – e às quais se associaram o padre Feijó e Teófilo Otoni, um jovem idealista e um velho desiludido.

Eram as lutas preparatórias de um regime apenas esboçado, que acharia na sua simplificação o remédio para as crises periódicas. O parlamentarismo não tinha ainda a figura essencial, do presidente do Conselho, a acobertar o monarca, nem podiam os adversários tolerar a lei de 3 de dezembro de 1841, que sujeitara as eleições à direta influência governamental.

Os liberais debalde procuraram, numa sessão legislativa memorável, obviar às duas organizações que reputavam antidemocráticas e contrárias a toda a obra de descentralização e de liberalismo da regência: o Conselho de Estado (lei de 23 de novembro) e a lei de reorganização judiciária, que levou a data de 3 de dezembro.

Com a dissolução da Câmara, baldos os seus esforços, recorreram às armas, e estas não lhes valeram. "Dentro de três dias estamos no palácio de Ouro Preto, dentro de 15 dias um ministério liberal terá suspendido a lei inconstitucional de 3 de dezembro e a do Conselho de

356 TEÓFILO OTONI, *Circular aos eleitores*, 2ª ed., p. 151, A dotação do imperador, no orçamento que precedeu à maioridade, foi de 240 contos. Foi elevada para 800 contos por decreto de 28 de agosto de 1840.

Estado e terá anulado o decreto inconstitucional que dispersou os representantes da nação" – proclamara Otoni.

Mas, derrotados que foram em Venda Grande e Santa Luzia pelo exército legal, os principais conspiradores sofreram prisão e processo, alguns o exílio, outros o julgamento pelo júri, sendo afinal anistiados todos.

A revolução que estalou em Pernambuco em 1848 – já pacificado o Rio Grande do Sul desde 1845 – fechou o ciclo das agitações de aspecto cívico-militar que perturbaram, pelo período regencial além, a vida na nação. A política, anglicanizando-se, aperfeiçoando-se, criando molas e pára-choques que passaram a funcionar sob as vistas fiscais do imperador, cujo poder pessoal atravessou a larga época de 1840 a 1889 – consumou a paz e tornou possível, com o desenvolvimento dos ideais a evolução da democracia no Brasil. Não há, na história da América do Sul, mais continuado período de tranqüilidade, tão em desacordo com os exemplos da vizinhança, que J. B. Alberdi considerava o nosso caso como o "milagre do Brasil". Ao tombar o trono, em 1889, diria Rojas Paul, presidente da Venezuela: "*Se ha acabado la unica Republica que existia en America: el Imperio del Brasil.*" Chamara-lhe Mitre, "*una democracia con corona*". Escrevera antes Mr. Agassis que, na América do Sul, só dois países se mantinham em ordem: a República do Brasil e o Império do Chile...

Evidentemente, a saúde das instituições estava no seu ritmo, desde que o "ostracismo", a que se recolhiam os grupos decaídos, não ultrapassou determinado prazo, apenas suficiente para a arregimentação dos seus recursos parlamentares, o apelo às urnas ou o aceno do Moderador.

O imperador exerceu discricionariamente essa faculdade disciplinar do Poder Moderador, determinando o revezamento das facções e, por estas, o respeito a certos princípios que faziam a "ética" do governo.[357]

Quanto à sua vida política, o Império pode ser estudado em cinco fases: a do "poder pessoal", ou fosse a da imperfeição do organismo parlamentar, 1840–1847; a dos partidos clássicos, 1847–1853; a da conciliação, que procurou sobrepor um interesse nacional ao dos partidos, 1583–1857; a da renovação, 1857–1868, quando os partidos se ajustavam aos novos problemas políticos; e a das reformas, 1868–1889.

---

357 Vd. AFONSO CELSO, *Oito Anos de Parlamento – Poder Pessoal de D. Pedro II*, págs. 170 e 204 passim, Comp. Melh. de S. Paulo.

. . . .

XXII
O Progresso Material – O Domínio da Máquina – O Império e As Realizações Industriais – Nova Agricultura

À América do Sul chegaram, retardados de muitos anos, os grandes melhoramentos técnicos que o século XIX trouxera à vida moderna.

Esperamos trinta anos pela locomotiva, quarenta pelas fábricas de fiação, ainda mais pela navegação de vapor, pela iluminação de gás, por um regime bancário, pelas companhias de colonização, pelo maquinário agrícola, pela indústria que, em 1800, transformara a Inglaterra – e, em 1820, a Europa.

País de matérias-primas – o Brasil contentara-se em exportar, em bruto, o seu algodão, o seu açúcar, as suas peles, o seu fumo, o seu café – e importar as manufaturas inglesas, francesas e norte-americanas.

Em 1808, propusera debalde o negociante da Bahia Francisco Inácio de Siqueira Nobre, instalar uma fábrica de fiação, com operários que contrataria na Inglaterra.[358] A Inglaterra tinha de começo o virtual

358 Doc. ms., I, 31, 27, 3 na *Bibl. Nac.* Alegava o requerente ter pago direitos no valor de 100 contos, durante oito anos de grosso trato, e a sua experiência do comércio inglês. Lembrava que até então era costume mandarem os negociantes da Bahia debuchos, com os desenhos ao gosto do povo, para serem estampados nas fazendas fabricadas no Rato e em Torres Novas, dois dos estabelecimentos portugueses que mais forneciam à praça.

monopólio do nosso comércio graças ao tratado de 1810; mas, com a exportação progressiva do algodão para suas fábricas, a situação não foi particularmente danosa ao Brasil, sim a Portugal e aos concorrentes industriais dos ingleses.

Isto até 1823.

O equilíbrio era satisfatório então porque ao interesse do comprador se juntava o do vendedor, acorriam às nossas praças os negociantes ingleses, que preferiam ter aqui o seu escritório de corretagem, e os produtores achavam pronto consumo para a sua mercadoria, sem os riscos do embarque nem as surpresas do câmbio. À falta de bancos reguladores da circulação, e donde melhor empregar o capital ganho, invertia-o o lavrador em escravos, e pelo número destes (300 a 400 para os engenhos, 80 e 100 para as fazendas sertanejas) estimava a sua fortuna. Mas essa rotina desafiava a ampla, a universal industrialização, que, por toda parte, substituía o homem pela máquina, restringindo gradualmente a capacidade aquisitiva dos povos entre si.

Ocorreu o inevitável, com o lento trabalho de emancipação econômica, que de 1813, quando se esgotou o prazo do tratado de comércio, a 1863, se assinala por uma série de incidentes diplomáticos com a Inglaterra.

Os monopólios são impopulares, e não há, afinal, interesses mais divergentes que os da indústria e da agricultura – da manufatura de Manchester e da matéria-prima brasileira.

Complicou-se o problema com a política colonial britânica.

A guerra ao tráfico negreiro tornou odiosa às nossas populações a bandeira inglesa, o parlamento fez-se eco dos sucessivos atentados à propriedade particular brasileira cometidos pelos cruzeiros ingleses até dentro dos nossos portos, como no de Paranaguá em 1850, a pressão da opinião exigiu uma atitude de reservas para com o poderoso Império, e desse estremecimento de relações se aproveitaram as indústrias norte-americana e francesa. A questão de Christie, em 1862, a que se seguiu, por dois anos, a suspensão de relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra – teve o mérito de finalizar as pendências que vinham do reinado de D. João VI, equiparando de vez aquela às demais nações que conosco tratavam.

Pois a industrialização do Brasil decorreu dessa reação nacionalista e foi possível a partir de 1844, início da nossa verdadeira independência alfandegária.

Em 1835 o parlamento votara a construção de estradas de ferro que ligassem à Corte S. Paulo, Minas e Bahia: esse sonho não começou a realizar-se senão dezessete anos mais tarde.

Em 1841, quando a América do Norte já era um irradiante *empório* industrial, Cristiano Otoni, professor da Academia de Marinha, confessava nunca ter visto, em funcionamento, uma máquina de vapor.[359]

É verdade que desde 1815 os senhores de engenho introduziam nas suas fábricas os maquinismos que tinham aumentado prodigiosamente a produção açucareira de Cuba, e em 1817 Felisberto Caldeira (Barbacena) fizera vir para a Bahia uma barca de vapor, que ainda em 1824 conduzira à Cachoeira D. Pedro I. Mas o primeiro navio de vapor adquirido pelo governo imperial tivera de ser abandonado – diz nas suas *Memórias* o Almirante Jaceguai – porque, morrendo-lhe o maquinista, não havia na Corte quem pudesse suceder-lhe. Somente a partir de 1847, no Rio, na Bahia, em Pernambuco surgiram as grandes indústrias, a mais poderosa das quais a da fundição de Ponta da Areia, criada por Ireneu Evangelista de Souza (depois visconde de Mauá, o Wilkinson brasileiro). Bastara para isto a adoção de uma pauta alfandegária protetora, no ministério Caravelas (1844), a exemplo do que acabava de ser feito na Prússia, razão do desenvolvimento industrial da Alemanha no século XIX. Sem esse favor aduaneiro, a manufatura estrangeira, barata e excelente, cada vez mais abundante, eliminaria a nacional, mais cara e ainda grosseira.

A fórmula vitoriosa tinha sido a de Bernardo de Vasconcelos (1828): "Favor e opressão significam o mesmo em matéria de indústria..."

Agora se entendia que o favor significava aparelhamento do país para a própria defesa (com a indústria metalúrgica) e a sua emancipação do produtor estrangeiro.

---

359 CRISTIANO OTONI, *Memórias*, 1ª parte, ms. 1, p. 76.

O problema industrial brasileiro cingia-se a essas condições econômicas, que tanto lembravam os séculos XVII e XVIII; a agricultura continuaria a ser a riqueza real e característica.

AS ESTRADAS

Em 1850, a abolição do tráfico desocupou importantes capitais, principalmente na praça do Rio.

Os ricos armadores e os comanditários do negócio negreiro sentiram-se atraídos pelas iniciativas industriais.

O problema das comunicações seduz os espíritos. A lavoura cafeeira progride extraordinariamente, mas o escoamento das safras é difícil, através das serras de Minas.

Os velhos projetos de estradas de ferro ou caminhos carroçáveis, ligando o litoral às montanhas centrais, tornaram-se a obsessão de alguns homens arrojados, a quem resistem os estadistas forrados de ceticismo, que repetem Thiers, quando, em 1841, achava que as vias férreas não convinham à França.

Bernardo de Vasconcelos dissera que uma estrada para Minas teria de malograr-se por falta de cargas. Paraná não queria atender às pretensões dos Teixeira Leite, a rica família de Vassouras que sonhava o prolongamento dos trilhos da primeira estrada de ferro do governo – a "D. Pedro II" – até o seu município.

Mauá, Cristiano Otoni, Joaquim Teixeira Leite, Mariano Procópio, Ferreira Lage, são os gigantes da idéia ferro e rodoviária: e arrastam no seu entusiasmo e na sua audácia os governos, ajudados pelo imperador, que lhes dá ganho de causa.

Os primeiros quinze quilômetros de trilhos, lançou-os Ireneu Evangelista de Souza, entre o porto de Estrela e a raiz da Serra de Petrópolis. Em 30 de abril de 1854 correu a primeira locomotiva, inaugurando a estrada – que nada devia ainda ao governo, de vez que a fizera com os seus próprios recursos, e 1.200 contos subscritos por amigos pessoais.[360]

Antecipava-se o realizador à administração, sempre lerda e incrédula. Diz Pereira da Silva que, ao exemplo de Mauá, "exaltaram-se os

360 ALBERTO DE FARIA, *Mauá,* p. 165.

espíritos e por toda parte requereram-se idênticas empresas". Foi um símbolo da nova era, a iluminação de gás, que Mauá também se obrigara a instalar na Corte, e inaugurou em 25 de março de 1854.

Tornava-se preciso transpor a serrania: foi a companhia União e Indústria, cujo animador era o engenheiro Mariano Procópio, natural de Barbacena, que assumiu o encargo de construir uma excelente estrada para carros.

Em menos de dez anos ela comunicaria a Raiz da Serra a Juiz de Fora. Concedida, com um privilégio de 50 anos em 7 de agosto de 1852, iniciados os trabalhos em 12 de abril de 56, chegava a Juiz de Fora em 23 de junho de 1861 – e desciam por ela, a melhor estrada do mundo, na opinião de Agassiz, doze milhões de arrobas de gêneros de Minas Gerais.[361] O máximo problema da viação brasileira parecia a Mantiqueira, que isolava aquela província, dificultando-lhe sobremodo a exportação dos produtos de sua abundante agricultura. Resolveu-o a Estrada de Ferro D. Pedro II. O milagre surgiu graças ao sistema – posto em prática pelo governo russo e adotado em 1850 pela própria Inglaterra – da garantia de juros ao capital empregado.

Em 1840 obtivera Tomaz Cochrane a concessão exclusiva de uma linha férrea da Pavuna a Rezende, atravessando a Serra do Mar. Debalde o concessionário procurara capitais estrangeiros, para a realização dos seus projetos. Os favores da lei ainda eram inferiores aos que na Europa se prometiam, e sem uma garantia de juros – pedida por Cochrane ao parlamento em 1848 – os recursos financeiros não viriam. A lei, votada pela assembléia, e sancionada em 26 de junho de 1852, tornou possível a formação de empresas de construção ferroviária: garantia o governo o juro de 5% ao capital despendido na mesma construção e dilatava, até 90 anos, o prazo do privilégio, que no regime anterior era de 40 anos. Viu-se então que o número de candidatos era considerável; sujeitou-se Cochrane à concorrência, em que seria o preferido em igualdade de condições; e porque já houvesse quem se animasse a fazer a estrada sem garantia de juros, o concessionário primitivo teve um prazo para a apresentação dos estudos nesta base, e afinal abriu mão dos seus direitos. Nova concorrência foi feita em Londres. Em má hora – porque a Guerra

361 *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XIX, p. 138.

da Criméia causara o retraimento dos banqueiros e não havia capitalista que quisesse arriscar, a juro baixo, em empreendimentos ferroviários no Brasil, as suas reservas. Ocorreu ao governo imperial encetar a construção com sua própria responsabilidade, por empreitada, contratada com um técnico inglês, Edward Price, a preço fixo, correndo depois o financiamento por conta de companhia nacional que se organizasse, com o capital vencendo o juro, garantido, de 5% e, pronta a linha, o dividendo mínimo de 7%. Assinado o contrato em Londres, em 9 de maio de 1855, puderam ser inaugurados 48 quilômetros da Estrada de Ferro D. Pedro II em 29 de março de 1858. A Belém chegaram os trilhos em novembro daquele ano.

Havia no Brasil uma estrada-tipo. Verificava-se que a fórmula financeira adotada era a melhor. Aplicaram-na as províncias, que assim conseguiram chamar os capitais ingleses, já agora interessados pelo Brasil: a Bahia juntou, aos 5% de garantia de juros oferecidos pelo governo central, 2% que saíram dos cofres provinciais.

Resultou disto elevar-se a 7%, em toda parte, a garantia de juros.

Assim teve a Bahia a linha ferroviária de Salvador a Alagoinhas, cujos 13 primeiros quilômetros se inauguraram em 10 de fevereiro de 1858, atingindo aquela cidade em 1863 (123 quilômetros), rumo franco de Juazeiro. As províncias do Rio, Pernambuco e S. Paulo não lhe ficaram atrás. Entre 1858 e 1862 construía-se a estrada de ferro de Recife à estação de Una (124 quilômetros). Iniciava-se, em 1860, a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiaí, transpondo a serra do Cubatão por uma série de planos inclinados pelo sistema funicular; foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1867.

Os engenheiros estrangeiros acompanhavam os capitais estrangeiros.

Ainda não possuía o Brasil, entre os seus técnicos, "engenheiros nacionais capazes de bem resolver o problema da passagem da cordilheira...", disse Cristiano Otoni, então o maior ferroviário patrício.

Na escola dos profissionais, que abriram os túneis da Mantiqueira e conceberam os planos inclinados do Cubatão, havia de educar-se uma plêiade de moços, futuros realizadores de equivalentes audácias de engenharia. Foi o engenheiro Brunlees – que depois iria estudar e orçar o túnel sob o mar da Mancha – quem construiu a linha nas encostas de

Paranapiacaba. Antes da empreitada de Price, os Teixeira Leite tinham feito estudar o Vale do Paraíba pelo engenheiro Waring e os ingleses, em 1855, pelo engenheiro Chappmann. E o engenheiro Astier em Sapucaia.[362] Para que a "D. Pedro II" prosseguisse, atravessando a Mantiqueira, foram contratados engenheiros norte-americanos, sob a chefia do Coronel Charles Garnett: o seu braço direito foi o Major Elison, principal construtor daqueles túneis, estudados em 1860, e abertos em sete anos.[363] De então por diante a nossa principal via férrea não encontra mais obstáculos para o seu incessante desenvolvimento.

Por todo o país rompem estradas de ferro.

Eram 718 quilômetros em tráfego em 1868.

A "Central da Bahia" começava a ser construída naquele ano, nos seguintes anos as estradas de Campos a S. Sebastião, de Macaé a Campos, de Jundiaí a Campinas, de Porto Alegre a Novo Hamburgo, de Recife a Beberibe, a estrada de Ferro Leopoldina...

Em 1877, afinal, comunica-se S. Paulo com o Rio de Janeiro; seria a E. F. Central do Brasil. Os ingleses, concessionários da rede sul-mineira, ligam em 1881–2 Cruzeiro a Três Corações.

Obra nacional tão admirável como a linha de Santos–Jundiaí, a estrada de Paranaguá–Curitiba, iniciada em 1882, grimpa as asperezas da serra do Mar e alcança o planalto, por meio de maravilhoso traçado, e sem o emprego de cremalheira, inaugurada em 1882, na estrada da Raiz da Serra–Petrópolis – em 3 de fevereiro de 1885.

O planalto paranaense, já dotado, em 1878, da estrada de rodagem da Graciosa (Curitiba–Antonina, rival da União e Indústria pela sua primorosa técnica), acha o seu escoadouro para o oceano, e a prosperidade que lhe resulta de um transporte fácil, razão de súbita riqueza de povos que se conservavam segregados da civilização, atrás da Serra, descendo penosamente ao litoral por terríveis caminhos, vivendo patriarcalmente da sua indústria pastoral, mais próximos de S. Paulo que de Paranaguá...

As estradas de ferro remodelam, caracterizam, transformam completamente a fisionomia econômica do Império; criam regiões prós-

---

362 A. P. CORRÊA JUNIOR, *Da Corte à fazenda de Santa Fé*, Rio, 1870.

363 CRISTIANO OTONI, *Autobiografia*, p. 95, etc.

peras onde havia o deserto; levam no seu traçado os lineamentos das cidades futuras; fertilizam, povoam. São braços de aço que estreitam o país, aproximando-lhe os centros vitais, modificando os hábitos sertanejos, despertando populações adormecidas nos seus defesos interiores, valorizando-lhes as terras e os produtos, numa animação universal.

A colonização entra com os trilhos de ferro; a carga, que Bernardo de Vasconcelos pensava que não desse frete para mais de dois dias em cada mês, sobeja nas estações; as lavouras seguem a penetração ferroviária e, em alguns anos, Minas, S. Paulo, o Paraná, o Rio Grande do Sul, províncias mais beneficiadas pelo melhoramento em virtude de suas condições geográficas especiais, se tinham renovado por completo.

Em 1889, havia 9.200 quilômetros em tráfego e 9 mil em construção.

ABERTURA DOS RIOS

As comunicações fluviais, nas extremas do país, têm uma história à parte. O Paraná e o Amazonas pesavam desigualmente nos interesses nacionais. Enquanto o Paraná estava sujeito a um regime internacional por depender o seu acesso da Argentina e do Paraguai, o Amazonas, encravado no território brasileiro, fora sempre considerado um rio por onde não deviam entrar navios estrangeiros, aberto somente para as nações ribeirinhas. A diplomacia imperial tinha de agir com duplicidade; liberal em relação ao primeiro, egoísta e intratável quanto ao segundo... Temia que se repetissem incursões alienígenas pelo vale amazônico quase desconhecido nos seus trechos mais ricos; e, todavia, precisava forçar o trânsito pelo Paraná, para ter assegurado o caminho do Mato Grosso, que continuava a ser a via fluvial dos "bandeirantes".

A monarquia resolveu com prudência e energia as duas questões.

Franqueou a navegação no Paraná destruindo os obstáculos criados pelos governos inamistosos de Rosas e Lopez. E só abriu o Amazonas à concorrência universal quando se sentiu suficientemente forte para garantir a "nacionalidade" daquelas terras longínquas.

Com a queda do ditador Rosas se instalara em Buenos Aires um governo de princípios liberais. O tratado de 7 de março de 1856

franqueou a navegação dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Restava a adesão do Paraguai e esse acordo definitivo. Foi obtida (plenipotenciários: do Brasil, o Conselheiro Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco; do Paraguai, o General Francisco Solano Lopez, filho do presidente) em 12 de fevereiro de 1858. A guerra da Triplíce Aliança teve como uma de suas conseqüências políticas a liberdade total, para os navios brasileiros, desse itinerário indispensável às regiões do sul e do oeste.

Em relação ao Amazonas, recalcitrou muito tempo a nossa chancelaria, temendo uma insidiosa infiltração estrangeira. A primeira advertência feita ao Império para que facilitasse as explorações amazônicas partiu dos Estados Unidos, em 1850. Aliás o governo e alguns particulares norte-americanos entre 1850 e 66 foram os principais defensores do sistema de "livre navegação" para o rio-mar, resguardado contra essa política pelo nosso nacionalismo desconfiado e esquivo, numa época em que os conflitos do Prata distraíam as forças navais do Império, assaz reduzidas – por outro lado – para contrariarem uma formal agressão no extremo norte. O tenente da armada norte-americana Maury empreendeu importante viagem que esclareceu a opinião do seu país acerca dos recursos naturais e das possibilidades econômicas daquele imenso vale.[364] Mas o Império resistiu a todas as propostas. Cedeu apenas diante da campanha que se fez na imprensa brasileira, e cujo mentor foi Tavares Bastos. O primeiro discurso parlamentar de Tavares Bastos sobre a abertura do Amazonas foi em 8 de julho de 1862.[365] Em 1865, o Saraiva levou um projeto neste sentido ao conselho de Estado. Converteu-se no decreto de 7 de dezembro de 1866, que permitiu o comércio de todas as nações no grande caudal.

A Amazônia surge então para a economia mundial.

A extração da borracha, logo em seguida, daria enorme importância a essa província até aí desvalida e humilde. A emigração nordestina, a exploração dos seringais, o afluxo de população resultante desse encadeamento de fatores propícios – abundante transporte, fácil e remuneradora ocupação do solo, as secas do Ceará que expulsavam dos

---

364 Vd. FERNANDO SABÓIA DE MEDEIROS, *A Liberdade de navegação do Amazonas*, p. 45, S. Paulo,1938.

365 CARLOS PONTES, *Tavares Bastos*, p. 203, S. Paulo, 1939.

sertões milhares de homens resistentes ao clima equinocial e habituados a uma vida sóbria e dura – revelaram uma das mais prodigiosas zonas econômicas do globo, e não deixaram que se desprendesse do Brasil. Ao contrário: a terra amazonense continuou cada vez mais brasileira.

O TELÉGRAFO

Surgira o telégrafo elétrico em 1852, na Corte: fora, por inspiração direta do Imperador, apaixonado então pelos assuntos de física.[366] Eusébio de Queiroz, interessado em estabelecer uma comunicação segura com os portos do litoral, a fim de melhor reprimir o tráfico negreiro extinto, quem introduziu no Rio aquele melhoramento, incumbindo o lente de física da Faculdade de Medicina, Paula Cândido, de fazer a primeira ligação, com fios de cobre, entre o posto semafórico do Castelo (único telégrafo existente) e o quartel de polícia dos Barbonos.

O lente de física da Escola Militar, Guilherme Schuch de Capanema, continuou, com êxito, as experiências de Paula Cândido. D. Pedro II animou-o com incessantes estímulos. Nomeado para dirigir os trabalhos de instalação das primeiras linhas telegráficas do país (Quinta da Boa Vista ao Quartel-General), Capanema inaugurou, em 11 de maio de 52, com a troca de telegramas entre o Imperador, em S. Cristóvão, e Eusébio de Queiroz, no ministério da Guerra, tão importante serviço. Em 1855 as linhas iam até Petrópolis. A guerra do Paraguai facilitou – tais as exigências militares – a construção rápida de linhas para o sul; em 1883 chegavam a Jaguarão, articulando-se com o serviço telegráfico do Uruguai e da Argentina. Para o norte, o desenvolvimento foi mais demorado, pois alcançaram Vitória em 1874, Paraíba em 1875, Natal em 1878, Fortaleza em 1881, Belém em 1886. Goiás e Mato Grosso ligaram-se ao Rio de Janeiro por fios telegráficos depois da República, em 1890 e 91. Em 1889, entretanto, havia 18.925 quilômetros de linhas telegráficas no Império, já em comunicação com a Europa, por intermédio do cabo submarino, desde 1874.

Corrigido o mal das distâncias, o Brasil se integrava no sistema universal da civilização.

---

366 Vd. nosso *O Rei Filósofo* (Vida de D. Pedro II) cap. XVI.

A INDÚSTRIA

O mesmo regime de garantia de juros promove a pronta substituição dos velhos engenhos de açúcar por usinas de pesado maquinário, como as de Cuba: é a Lei de 6 de novembro de 1875, que inaugura a fase dos "engenhos centrais", operando uma revolução na economia tradicional, substituída pelas novas formas do trabalho nos seus redutos mais defesos.

O engenho de Quissaman foi o primeiro que se aproveitou da garantia de 7% para o capital empregado na sua transformação: depois, o total do capital garantido subia a 55.300:000$000. As usinas passaram a absorver (como no 1º século os "engenhos d'el-rei") as antigas fábricas de açúcar, determinando a centralização da indústria.

Por todo o país a invasão da máquina é acompanhada do estrangeiro.

Rompem-se os últimos empecilhos à franca emigração e os governos adotam a tese, sustentada pelos políticos liberais desde 1831, de que o futuro do Brasil dependia da troca, que lentamente se operava, do trabalhador cativo pelo trabalhador livre.

As perturbações econômicas e políticas da Europa e da América do Norte auxiliam-lhes os planos; principalmente a guerra de secessão, 1861–1864, favorece o Império, pois o torna mais atraente para o imigrante europeu.

Ao mesmo passo, a valorização dos nossos produtos tropicais, graças ao desenvolvimento das indústrias européias e ao fechamento dos mercados do sul dos Estados Unidos (como no período de 1776–1783, quando a Inglaterra se viu igualmente privada da matéria-prima americana), encorajava a lavoura, estendia-a, animava o comércio e fazia surgir vilas e cidades no conquistado deserto.

Até 1850 recebera o Brasil uns 19 mil imigrantes. Entre 1855 e 1862, a média da entrada deles fora de 15 mil por ano.

COLONIZAÇÃO

O Senador Vergueiro, em São Paulo, iniciou a colonização estrangeira em outros moldes, dando ao trabalhador parceria no granjeio e frutos da fazenda.

Inaugurou com a colônia de Ibiacaba a época imigrantista, a que deveu a sua província o rápido incremento, o sentido vertical da sua civilização e a adaptabilidade aos ideais econômicos do nosso tempo.

O ano de 1881 marca a decisiva substituição, em S. Paulo, do braço escravo pelo braço europeu; o Conde de Parnaíba é digno sucessor de Vergueiro. Havia em 1886, 107.329 escravos em S. Paulo, reduzidos em 1888 a menos de 40 mil, quantos a abolição redimiu: pois em 1887 lá entraram 27 mil italianos e, em 1888, 80.749.

Processa-se a *arianização* apressada das populações e, com o influxo do colono, a reforma das cidades, o reaparelhamento da agricultura, a criação das indústrias e, conduzidos na mesma corrente, os capitais estrangeiros vêm colocar-se no Brasil.

A grande imigração assinalou, mais que outra qualquer diferença, a separação entre o Brasil luso-americano, histórico, e o Brasil contemporâneo, como Alberdi quisera a Argentina.

O CRÉDITO

Os governos tratam de dotar o país de um serviço de crédito e de um meio circulante próprios.

Não conseguem alargar tanto quanto seria de desejar os recursos financeiros do Estado, e a crise bancária, a intervalos, se inclui no ritmo administrativo, como uma doença cíclica.

A circulação é insuficiente, a legislação atrasada, e ressentem-se os bancos da timidez antiga. A circulação metálica era apenas de 30 mil contos. A Lei de 1846, quebrando o padrão monetário, estatuíra a paridade em 27 “pence” por mil réis. Logo várias instituições bancárias se fundaram, em 1836, no Ceará, em 1838 no Rio, no Maranhão em 1846, em 1847 na Bahia e no Pará, em 1851 ainda no Rio (o famoso banco Mauá), em 1853... O seu poder emissor foi abolido em 1853 e devolvido em 1857; mas as síncopes que sofreu o crédito em 1857, em 1860 e principalmente em 1864, acarretando ao comércio avultados prejuízos, determinaram a revisão do sistema bancário e o monopólio – estabelecido em 1866 – das emissões oficiais pelo Tesouro.

O COMÉRCIO

A curva do comércio exterior revela um novo Brasil, a partir de 1860.

Citamos a guerra de secessão na América do Norte como uma das causas do fenômeno; de fato, a alta dos preços, principalmente do algodão, permitia-nos encontrar o paradeiro dos déficits que, na balança comercial, foram regra até então.

Em 1860 importávamos 127.720 contos e exportávamos 123.171. No ano seguinte, exportávamos 120 mil (contra 110 mil), em 1863, 131 mil, em 1865, 157 mil (contra 137).

A balança comercial continuaria com saldo até 1885, quando se nos apresenta deprimida, assim permanecendo (o câmbio alto estimulando as importações) em 1888, 89 e 90.

Por outro lado, as tarifas alfandegárias, que se definem favoráveis à manufatura nacional depois da pauta Alves Branco, em 1844 (embora o pensamento fiscal, não o de mera *proteção* da indústria indígena, as dominasse), limitam a capacidade de aquisição da mercadoria estrangeira e tendem a subtrair o Brasil ao despotismo dos seus preços.

"De 1844 a 1879 o protecionimso não existiu", diz um ensaísta.

Realmente, não havia maquinismos nem capitais imobilizados que reclamassem tarifas de amparo; mas a elevação dos direitos aduaneiros realizava satisfatoriamente a sua missão de incitamento das iniciativas industriais no Império, contrariadas em 1874 e em 1884 pelas tarifas baixas de Rio Branco e Saraiva.

Em 1860 Ferraz adota algumas razões de 50%, outras de 40% e a maioria de 30%. Itaboraí, em 1869, reforça a agravação daqueles direitos; Rio Branco a destrói, extinguindo as razões superiores a 30%. Afonso Celso e Saraiva, em 1879 e 1884, restabelecem as de 40%. E em 1888 Belisário, retomando as de 50% e, pela primeira vez, de 60%, erige a barreira alfandegária em princípio de política econômica no Brasil. A República não se desviou dessa orientação, mantendo-a e acentuando-a nas reformas de 1890 (tarifa Rui Barbosa), 1893 (tarifa Bernardino de Campos), 1897 (tarifa da comissão Bulhões), 1900 (tarifa Murtinho)...

Hesitava o Brasil, entre a sua tradicional política de fomento *agrícola*, pela sedução do importador estrangeiro, que era igualmente o

fornecedor de todas as utilidades manufaturadas – e a criação de um espírito *industrial* que, a despeito da indecisão legislativa e da esmagadora coação do ambiente econômico, se desenvolve, principalmente em S. Paulo.

As instituições sentem-se ameaçadas pela impaciência dos novos industriais, que não podem prosperar em razão da deficiência de crédito e numerário (orientação *anti-inflacionista*), da concorrência estrangeira (orientação *não-protecionista*, que em 1860, quanto à indústria náutica, dera o golpe de morte no estabelecimento da Ponta de Areia), facilitada a mesma concorrência pelo câmbio ao par, e da falta de plasticidade da legislação brasileira.

Estabeleceu-se, naturalmente, uma antinomia entre a mentalidade progressista, que vibrava da ansiedade universal e copiava à America do Norte o surto irresistível, e a mentalidade conservadora, que se limitava ao quadro das indústrias rurais e ainda admitia a escravatura como uma condição do seu êxito.

Venceu a primeira, a partir de 1885, quando a campanha abolicionista se tornou nacional. Distinguiu-se pelo formidável aumento da imigração... (35.440 em 1885, 55.965 em 1887, 133.253, em 1888, um dos maiores números da estatística imigrantista do país); pela tarifa Belisário, de 1888, à cuja sombra se iriam desenvolver inúmeras tentativas de grande industrialização; pelos auxílios à lavoura oferecidos pelo governo; depois da abolição, pela revolução que abalou a economia indígena nos gabinetes João Alfredo e Ouro Preto, transformando a fisionomia financeira da administração e legando à República uma situação comercial impressionada por todas as sugestões da audácia, da iniciativa, da técnica, da aventura, que foram os produtos do crédito abundante, da nova lei de sociedades anônimas, da faculdade pluri-emissionária dos bancos, da vertigem dos negócios conduzidos aos impulsos da bolsa, do "ensilhamento" enfim.

O "ensilhamento", desequilíbrio resultante da profunda alteração que sofrera a vida econômica do Brasil, havia de amortecer o choque político de 1889, desviar as paixões do terreno dos partidos para o dos negócios, tornar possível a pronta consolidação da República, e diferir para 1893 as lutas decisivas, entre a nova ordem de coisas e os sentimentos que ela contrariara.

NOVA AGRICULTURA: O CAFÉ

A grande surpresa da vida econômica do Brasil no século XIX é, entretanto, o café.

O açúcar fez a riqueza da colônia; o café fez a fortuna do Império e da República.

Na história dos povos o fenômeno da cultura cafeeira do Brasil, principalmente em São Paulo, é um dos mais interessantes, pela súbita e extensa conquista de territórios, ainda há pouco cobertos de florestas e inçados de índios, e pelo volume da produção, que em trinta anos passou a ser o elemento fundamental da nossa economia.

O café aparece quase com o Império.

Introduzido o plantio no Rio de Janeiro em 1770, debalde o incentivaram as autoridades, como a lavoura rendosa e fixadora. Em 1810 estende-se ela pelas vertentes da província do Rio de Janeiro e pelos vales do Paraíba do Sul e do Paraibuna. Somente em 1817 em Campinas se fundou boa fazenda de café. Em 1822 o produto ainda não era conhecido em Nova York.

Mas já então prometia tantos interesses, que na bandeira imperial figurou um ramo de café entrelaçado com outro de fumo, numa representação da vida agrícola do Norte e do Sul.

A extraordinária alta do produto na Europa,[367] em 1823 (em virtude da ameaça de guerra entre a Franca e a Espanha), estimula decisivamente as plantações. A partir de 1825, o Brasil adquire posição dominante no mercado. Até 1840, a primazia da cultura coube à província do Rio. Numerosas famílias descidas de Minas Gerais para a bacia do Paraíba estabeleceram grandes fazendas, cada uma das quais foi sede de vila próspera ou centro de animação social, destinado a exercer naquela província o mesmo papel civilizador dos engenhos de açúcar da Bahia e de Pernambuco. Os proprietários fluminenses tornam-se os súditos mais ricos do Império. Os seus domínios antecedem em conforto e esplendor as fazendas paulistas do período áureo do café (1870 em diante). O governo reconhece-lhes o espírito aristocrático e a importância política, criando titulares da monarquia, viscondes e barões, os cafeicul-

---

367 E. JACOB, *Biografia del Caffé*, p. 273, Milão, 1936.

tores da província do Rio. Mas a cultura se estende, do norte de S. Paulo para o oeste numa marcha constante, que é auxiliada, em 1870, com o desenvolvimento ferroviário em direção a Ribeirão Preto. O transporte fácil orienta a invasão do oeste. Em 1885 a febre de plantações e derrubadas de mata alcança o apogeu. Outras províncias, Minas Gerais, Bahia, também produzem café em larga escala.

NORTE E SUL

Ainda no período de 1821 a 1860, em toneladas a exportação fora de 3.377 mil, de café, e 3.045 mil de açúcar.

Equilibravam-se portanto, como forças econômicas, o norte e o sul.

Também o número de escravos era equivalente, no Sul e no Norte, porém com a tendência para a evasão, dos engenhos de açúcar para as fazendas de café, dos negros cujo tráfico interno andaria, em 1880, por 30 mil indivíduos ao ano. Em 1861 e 1889, a exportação do açúcar não passara de 4.685 mil toneladas (640.849 contos), enquanto a do café subira a 6.804 mil (3.101.139 contos de réis). Num ano, em 1872, a exportação de café rendera 115.285 contos e 27.725 a do açúcar.[368] A influência política assim se desloca das regiões mais velhas para as mais novas, das zonas históricas do antigo Brasil para as terras de colonização recente, sobretudo valorizadas pelo impetuoso trabalho dos pioneiros da lavoura de café, auxiliados em breve pelas correntes imigratórias estrangeiras que de preferência se dirigiram para as províncias meridionais.

Correspondendo então a 53.8% da massa exportada, já o café regularizava o câmbio, garantia, como parcela principal, o financiamento dos serviços públicos, e constituía a melhor perspectiva econômica do Brasil. Graças a esse maravilhoso surto agrícola o Sul assentara sobre uma forte base produtiva o seu trabalho rural, e iria, com a República, desenvolver a vocação industrial da sua população altamente enriquecida de elementos étnicos europeus, atraídos pela multiplicidade das promessas de riqueza da província de S. Paulo.

---

368 ANDRÉ REBOUÇAS, *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos*. p. 17, Rio, 1883.

A evolução, do açúcar para o café, do Norte para o Sul e do litoral para o planalto e o Oeste, entre 1821 e 1889, coincide com o gradual desdobramento da força condutora da nacionalidade, dependente da situação econômica, e concentrada nos novos núcleos de atividade.

A BORRACHA

O caso da borracha oferece semelhantes proporções de ousadia e persistência colonizadoras. A Amazônia foi, até 1877, tão escassamente povoada, que a receita da província pouco superava uma centena de contos. A seca que flagelou naquele ano o Ceará impeliu a imigração para o Amazonas de 5 mil cearenses, logo seguidos de outras levas de trabalhadores, que se localizaram nos *seringais* ao longo do rio-mar e dos seus afluentes. Empregaram-se na extração da *hevea*, a borracha nativa, cujo preço subiu com o aumento da exportação, em conseqüência das inúmeras aplicações industriais que ia tendo o produto, sobretudo nos Estados Unidos. Em breve prazo não havia melhor negócio no país do que a extração da borracha no Amazonas.[369]

Em 1889 a receita provincial já se elevava a 3 mil contos.

Manaus, a capital, seria cinco anos depois uma das mais alegres, florescentes e modernas cidades do Brasil, dotada de todos os recursos do progresso, apesar de tão internada no coração do continente.

A produção de borracha fora de 6.591 toneladas, ao preço médio por quilo de 1.330, em 1870; subira para 8.679, ao preço de 2.400, em 1889; e em 1890 para 16.334 a 3$000. Em 1900 a exportação seria de 26.750 toneladas, em 1910, de 38.150, aos preços de 7$000 e 11$000!

O que foi essa para o Brasil uma intensiva exploração, dizem as estatísticas, pois, entre 1901 e 1912, para 2 milhões e 282 mil contos de café, vendemos borracha na importância de 2 milhões e 736 mil contos.

---

369 MIGUEL CALMON, *Fatos Econômicos*, p. 239, Rio, 1913.

. . . .

XXIII
História Política do 2º Reinado

A revolução liberal de 1843, vencida nos seus quartéis de Minas e S. Paulo, experimentara a solidez das instituições, porém induzira os estadistas a aperfeiçoá-las, para que outros movimentos de opinião ou de força não perturbassem a prosperidade nacional. Entre 1842 e 1848, o problema da ordem pública se tornou o principal cuidado do governo. Em 1844, o poder pessoal do imperador atenuou-se, com a substituição da política palaciana de Aureliano Coutinho (Sepetiba), que datava da *maioridade,* por um política parlamentar e conciliatória, preconizada por Honório Hermeto (Paraná). D. Pedro II chamou ao governo os liberais, esquecendo assim a sua cumplicidade nos dois movimentos revolucionários, mas lhes impôs uma conduta tolerante e de aproximação dos grupos.

A lei de 20 de julho de 1847 criou a figura do presidente do conselho, assim chefe responsável do executivo, a responder diretamente pelos atos governamentais perante a assembléia: foi o coroamento daquele parlamentarismo copiado à Inglaterra que devia dar ao país um largo período de tranqüilidade. Em 1848 explodiu em Pernambuco a insurreição da *Praia* (ala extremista do partido liberal), última agitação

armada do segundo reinado, que se prendia às velhas prevenções locais entre o povo de Recife e a aristocracia rural. Foi debelada energicamente.

O Marquês de Olinda fez ministério conservador. Saiu do governo a 6 de outubro de 49, porque se opunha à intervenção brasileira nos negócios do rio da Prata.

Paulino de Souza (Uruguai) retoma a tradição intervencionista do primeiro reinado, pactua a aliança do Império com o General Urquiza e derruba o ditador de Buenos Aires. Depois de quatro anos, o ministério que se segue continua conservador, com Rodrigues Torres à frente.

A 6 de setembro de 1853 assume a chefia do Governo Honório Hermeto, para encetar a grande conciliação.

A época era de animação industrial, de incremento econômico, de prosperidade geral. A monarquia, destruindo Rosas, conquistara o primeiro lugar entre os países da América do Sul e – pelo florescimento das suas instituições – se projetara sobre o mundo. Sentira-se a necessidade de uma política ampla, que apagasse os ódios e congraçasse as facções. O Marquês de Paraná foi o único estadista revestido de suficiente autoridade para compelir o seu próprio partido a ceder ao adversário parte das posições, mediante um entendimento generoso e patriótico.

O ministério organizado por Paraná inspirara confiança e respeito: Pedreira (Bom Retiro) na pasta do Império, Nabuco na da Justiça, Paranhos (Rio Branco) na da Marinha, Limpo de Abreu (Abaeté) na de Estrangeiros, mais tarde Caxias e Wanderlei (Cotegipe...).

A serenidade da evolução, do partidarismo para a conciliação, quebrou-se em 14 de junho de 1854, com a defecção de Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em torno deste se reuniram os conservadores intransigentes, que preferiam a luta ao congraçamento. Paraná consegue, com a reforma da lei eleitoral de 1855 ("lei dos círculos"), regenerar a representação parlamentar, impedindo a unanimidade das câmaras futuras. Morreu o presidente do conselho em 3 de setembro de 1856. Substituiu-o o Ministro da Guerra Marquês de Caxias. Iniciou-se a volta dos grupos à fisionomia anterior. "Somente vinte e cinco anos depois (disse Joaquim Nabuco) aparecerá outro estadista, José Antônio Saraiva, com ânimo e força para dominar o seu partido..."

Olinda fez governo em 1857.

Havia uma questão mais grave que a dos partidos: era a questão bancária. O ministro da Fazenda, Souza Franco, com o apoio de Mauá, constitui-se o campeão da pluralidade bancária; autoriza o Banco do Brasil e seis outros estabelecimentos de crédito a emitir ao mesmo tempo. Os "velhos" do Senado, a opinião conservadora, o imperador, alarmaram-se razoavelmente diante da aventura financeira, "o ensilhamento da época", e Olinda renuncia.

Abaeté organiza gabinete (12 de dezembro de 1858), com Torres Homem na pasta da Fazenda: para praticar o que aconselhara nos seus artigos de imprensa, quando combatia Souza Franco.

Já aquele ministério era apenas conservador. A *conciliação* esvanecera-se. Os grupos delimitam-se. Caiu o ministério ao propor Torres Homem que os bancos convertessem em ouro as suas notas, dentro de três anos. Então chama o imperador a Ferraz – o inimigo de Paraná – e lhe confia a missão de formar governo.

"Não sou o continuador de política alguma"... disse Ferraz, em resposta a uma interpelação.

As eleições de 1860 consagraram a vitória dos liberais. Como que o partido conservador fatigara a opinião geral, que se voltava para os seus adversários, pedindo-lhes o remédio para os males públicos que não podiam dar os governantes.

"Essa eleição de 1860 pode-se dizer que assinala uma época em nossa história política: com ela recomeça a encher a maré democrática que desde a reação monárquica de 1837 se tinha visto continuamente baixar"... As agitações resultantes da eleição de 1860 aconselhavam um governo forte. Em 2 de março de 1861, Caxias tem ordem de organizar ministério conservador. O imperador, em nota aposta ao livro de Tito Franco sobre o Furtado, explicaria que naquele ministério "ainda influíam as idéias que orientaram a política da Conciliação". Não resistiu, porém, à *Liga*.

A *conciliação*, a Liga ou o Partido Progressista, foram, no segundo reinado, fases de uma mesma idéia, qual a destruição do espírito faccioso em proveito de uma política de "valores" e realizações. Fracassara a *conciliação* pela desinteligência a propósito dos programas; a *Liga*, conciliação mais sincera, porque exigia dos partidos um entendimento, não uma fusão – devia esboroar-se na represália de outra coligação – a

dos “históricos”. Nabuco de Araújo fundou a Liga, apelando, no Senado, para a união de Federados e Liberais, isto é, oposicionistas francos e conservadores dissidentes. Uma emenda de Zacarias de Góes ao voto de Graças ocasiona a derrota do gabinete, por um voto apenas de maioria, que, em face da manifestação do parlamento, se demite. D. Pedro II chama Zacarias. Governa três dias. Os liberais, exaltados, prometem sustentá-lo. Cai por uma demonstração de desconfiança da maioria. O imperador socorre-se de Olinda, para fazer governo sem cores partidárias fixas, *ligueiro* portanto. O ex-regente cerca-se de “velhos” (gabinete de 20 de maio de 1862), figuras de vinte anos passados, o marquês de Abrantes, os Viscondes de Maranguape e Albuquerque; Sinimbu. O ministério dissolve a Câmara. O eleitorado dá o triunfo à liga. A “questão de Christie” permitiria ao governo vida longa se não preferisse ceder o lugar aos políticos combativos.

A *Questão de Christie* consistira nas azedas reclamações do ministro inglês em virtude da pilhagem, na costa do Rio Grande do Sul, dos salvados da barca britânica *Prince of Wales*, e da agressão sofrida na Tijuca por oficiais de marinha da fragata *Forth*, fatos devidamente explicados pelo governo imperial. Tomara-os Christie como pretexto para uma representação enérgica, contestada dignamente pelo Marquês de Abrantes, do que resultou a ordem dada pelo diplomata à esquadra inglesa surta no porto, para que apresasse vários navios mercantes brasileiros (31 de dezembro de 1862). O governo do Brasil apelou para as nações cultas, tratou de aparelhar-se para a guerra, recusou tratar com Christie se não mandasse restituir as presas, e teve a satisfação de ver o seu ponto de vista vencedor, no laudo arbitral do rei dos belgas. Como a ofensa tinha partido do representante inglês, negou-se o governo brasileiro a manter relações diplomáticas com o seu país, enquanto não recebesse cabais satisfações, que lhe foram realmente prestadas, em agosto de 1865, pelo ministro britânico, que as apresentou a D. Pedro II em Uruguaiana, no acampamento defronte da praça assediada e prestes de render-se às armas nacionais.

Zacarias sucedeu aos “velhos”. O governo renovou-se, porque se desentenderam dois correligionários da Câmara – com o Furtado na presidência do conselho. Ele arrosta as grandes borrascas desse tempo: a bancarrota de 10 de setembro e a guerra do Paraguai. O governo pro-

cura atenuar as desventuras do alto comércio do Rio, decretando o curso forçado das notas do Banco do Brasil, triplicando-lhe, por emissão, o fundo disponível, e afinal, depois de relutâncias heróicas, a suspensão dos pagamentos do Banco do Brasil e a moratória geral por 30 dias. O problema do rio da Prata (exposto em outro capítulo) leva ao Uruguai, em missão especial, o conselheiro Saraiva. Prepara a aliança do Império com Flores e Mitre. Lança um *ultimatum* ao governo oriental – que provoca, em seguida, a tomada de Paisandu por um divisão brasileira e a demonstração da nossa armada em Montevidéu. Paranhos sucede a Saraiva e convenciona entregar o governo do Uruguai ao General Flores. A solução dada ao incidente desagrada ao imperador e determina a queda do ministério Furtado. O ditador do Paraguai apresara o navio brasileiro "Marquês de Olinda" e mandara invadir Mato Grosso. Começava uma guerra de proporções ainda incalculáveis. Olinda foi chamado de novo para enfrentar a situação. Saraiva teve a pasta do Império, Ferraz, a da Guerra, Nabuco, a da Justiça.

Francisco Otaviano celebrou, em Buenos Aires, a tríplice aliança (1º de maio de 1865). As primeiras vitórias tornaram de fácil previsão o triunfo brasileiro. Zacarias substituiu a Olinda em 3 de agosto de 66 conservando na pasta militar Ferraz. Foi o desastre de Curupaiti que forçou a saída de Ferraz pela conveniência que havia de encarregar-se a Caxias a suprema direção do Exército. Sendo inimigos o ministro e o marechal, demitiu-se aquele, para que o governo nomeasse o grande guerreiro (27 de outubro de 67).

Exonerou-se o gabinete liberal de 16 de julho de 68 – com a guerra ganha, todos os problemas da administração bem encaminhados, a opinião pública solidária com o governo, apoiado por uma Câmara quase homogênea. A crise surgiu de um pedido de demissão de Caxias, (4 de fevereiro de 68), magoado pelas críticas da imprensa da Corte à sua ação no comando das forças. O Marquês de Caxias não insistiu, para que a sua atitude não parecesse um convite à exoneração do governo. Meses depois, entretanto, a escolha de um senador pelo Rio Grande do Norte tornou insustentável a posição de Zacarias. O imperador escolheu Torres Homem, contra os conselhos do gabinete, e este se retirou, sem sugerir os nomes de seus correligionários em condições de suceder-lhe. Então, D. Pedro II chamou ao poder os conservadores.

Assim terminava a *Liga*. Nomeado presidente do conselho, Itaboraí se cercou de conservadores puros. Por outro lado, os liberais, indignados, se reuniram aos extremados. Dissolvida a Câmara, feriu-se um dos prélios de imprensa mais renhidos do reinado, pelo vigor da propaganda, pelos ataques dirigidos ao Moderador (mais absoluto do que Napoleão III, escreveu Saraiva), pela ideologia que deram ao seu partido, no congresso de 1868, e, finalmente, pela orientação democrática que abraçaram. Na evolução espiritual de 1868–70 se entronca a ação republicana.

A questão do elemento servil passa a dominar a política. Sai Itaboraí por não se conformar com o abolicionismo do imperador, que pretendia – terminada a guerra do Paraguai – encetar, quanto antes, a gradual emancipação dos escravos.

O Marquês de S. Vicente, autor dos primeiros projetos emancipacionistas oferecidos ao Conselho de Estado, assumiu a chefia do gabinete; retirou-se antes da abertura da sessão legislativa de 1871, por não ter o prestígio de que carecia um presidente de conselho disposto a arrancar a uma assembléia conservadora as leis que maior terror lhe causavam. Homem capaz de arcar com os preconceitos e irritações da maioria, era Paranhos (Rio Branco). Organizou ministério a 7 de março. A 17 concedeu o parlamento licença para a viagem do imperador à Europa, ficando como regente do Império a Princesa D. Isabel. Rio Branco venceu a hostilidade geral e obteve a Lei de 28 de setembro de 1871, que alforriava os filhos da mulher cativa, nascidos a partir daquele dia, libertando também os escravos da nação. Inaugurava-se a jornada abolicionista; encerrar-se-ia em 1888, num lance de drama.

O gabinete Rio Branco foi o mais longo do reinado. Remodelado em 20 de abril de 72, prolongou-se até 25 de junho de 75.

O IMPÉRIO E A IGREJA

A *questão religiosa* foi o embaraço mais sério que encontrou o governo conservador.

A *questão dos bispos* comprometeu a monarquia, abalou a situação dominante desde 1868, comoveu as populações e permitiu que a oposição, liberal, se reaparelhasse, com o apoio de todos os descontentes.

O choque entre a maçonaria que tinha por grão-mestre o presidente do conselho, e o clero inflexível, esboçara-se no Rio em 1872, quando o Bispo D. Pedro Maria de Lacerda instou para que o Padre Almeida Martins, orador numa reunião maçônica que festejara a Lei do "ventre livre", se desligasse dela. A maçonaria (sessão de 16 de abril de 1872) manifestou ao padre a sua solidariedade e desenvolveu, em todo o país, uma campanha sumamente enérgica contra a Igreja. Saíram em sua defesa dois prelados de grande inteligência e virtudes: o Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, e o Bispo de Olinda, D. Fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Ambos trataram de afastar os padres da maçonaria, impedir que se celebrassem missas encomendadas pelos maçons e excluir a estes das irmandades religiosas. Atrás dos bispos, estava o papa. Respondendo a uma delicada carta do ministro do Império, João Alfredo, que lhe suplicara se detivesse na sua condenação das atividades maçônicas, D. Fr. Vital lembrou a alocução do pontífice, em 1865, que as fulminara.

Debalde interveio o internúncio, pretendendo obviar à crise; escreveu D. Fr. Vital ao próprio papa, que lhe aprovou o zelo e concedeu a suspensão, por um ano, das excomunhões incorridas pelo maçons como membros das irmandades (Carta de 29 de maio de 1873). Recorreram as irmandades para a Coroa. O Conselho de Estado, atendendo a que as leis do império tinham sido infringidas pelo bispo, processou-o. Tanto o bispo do Pará como o de Olinda foram intimados a levantar, no prazo de 15 dias, os interditos. Recusaram-se a acatar a decisão governamental, achando que o seu ato só podia ser revisto e alterado pelo papa. Presos, trazidos para a Corte, foram julgados e condenados a quatro anos de encarceramento. O povo encarou esse fato excepcional como a imolação de incorruptíveis prelados ao "regalismo" exagerado.

Ao de Rio Branco sucedeu o Gabinete Caxias. Fez questão, e obteve do Imperador a anistia dos bispos. Logo em seguida, D. Pedro II foi à América do Norte. Ganhara o governo a carta e o princípio da autoridade civil – de que não abrira mão o imperador – subsistia íntegro. Mas o partido conservador saíra ferido, aos golpes da eloqüência religiosa, que por toda parte lhe vibraram os católicos militantes e os adversários políticos; e a monarquia – que começara por desgostar, no rumo dado ao problema servil, a aristocracia rural – perdia, irremediavelmente, o devo-

tado aliado dos seus primeiros tempos, que era o clero brasileiro. Aquele sábio D. Antônio de Macedo Costa iria ressurgir, depois de proclamada a República, como principal da lei que separou do Estado a Igreja. *Le clergé – le haut clergé surtout – en tira prétexte pour se désinteresser du sort de la monarchie, la chute du régime lui aparaissant dés lors comme un affranchissement désirable...* – escreveu o Príncipe D. Luiz.[370]

1875-1880

Rio Branco cedeu a chefia do gabinete, em 1875, ao marechal do seu partido, Caxias. Duque, general coberto de glórias, vindo do Paraguai como chefe verdadeiro do Exército, Caxias era então o ministro ideal para assessorar a Princesa D. Isabel, regente do Império enquanto durasse a viagem que o Imperador ia empreender aos Estados Unidos. Chamou o duque de Cotegipe para ministro de estrangeiros (na última fase do ministério foi chefe de fato), a Diogo Velho deu a pasta da Justiça, a do Império, a José Bento da Cunha Figueiredo, a da Marinha, a Pereira Franco, a da Agricultura, a Tomaz Coelho.

Como o de Rio Branco, o gabinete de 75, que governou até 5 de janeiro de 78, era compactamente conservador. Cotegipe preenchia as falhas que a idade e a doença abrira na atividade de Caxias; era, para os feitos parlamentares, o presidente do Conselho. Foi e voltou o imperador sem que os negócios públicos se ressentissem da sua ausência – graças à severa administração do ministério. A sua grande lei foi a de 20 de outubro de 1875, que, melhorando o processo eleitoral, garantia a representação das minorias pelo sistema de voto em chapa incompleta.

370 Trabalhos consultados: CRISTIANO OTONI, *Memórias*, parte inédita, ms.: *O Imperialismo e a Reforma*, Rio, TAVARES DE LIRA, *Esboçohistórico do regímen eleitoral*, Rio, 1922; BELISÁRIO DE SOUSA, *O Sistema eleitoral do Brasil*, Rio, 1872; NABUCO, *Um Estadista do Império*; TAUNAY, *Reminiscências*; RIO BRANCO, *Efemérides Brasileiras*; OTONI, *Autobiografia;* WANDERLEY PINHO, *Política e Políticos do Império*, Rio, 1930; VIVEIROS DE CASTRO, *Contribuições para a biografia D. Pedro II*; AFONSO CELSO, *Poder Pessoal do Imperador*, 2ª ser.; J. J. MONTE JUNIOR, *Processo e julgamento do bispo do Pará*, Rio, 1874; D. LUIZ, *Sous la croix du sud*; AGENOR DE ROUGE, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*; AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, Rev. do Instit. Hist., vol. 157; RUI BARBOSA, *A Queda do Império.*

Mas a enfermidade de Caxias, o cerco que os liberais, reunindo na Câmara, em 76, um núcleo de ilustres representantes, fazia ao gabinete, investindo-o em 77, com todas as suas forças de opinião e de combate, o longo domínio conservador, que estava a exigir o revezamento dos partidos – encerraram em 5 de janeiro de 1878 o decênio "reacionário". O imperador hesitou, antes de devolver aos liberais as pastas. Chamou os presidentes do Senado e da Câmara. Afirmaram-lhe ambos que vencera a idéia da eleição direta, preconizada a partir de 1860, e já não havia meios de evitar o pronunciamento da assembléia nesse sentido. Considerava-se (como em 1853), que o vício das câmaras unânimes residia no sistema eleitoral anacrônico dos dois graus, e estava na eleição direta, da qual se faziam campeões os oposicionistas, o remédio insubstituível. Porém o Imperador achava desde 1861, segundo Cristiano Otoni, que semelhante reforma implicava outra, mais grave, qual a da Constituição. Sempre procurara fugir ao extremo de consentir numa revisão constitucional, inçada de perigos e capaz de quebrar a sóbria harmonia da Carta do Império. Forçado, entretanto, a decidir-se, confiou a Sinimbu a missão de organizar um gabinete liberal. O estadista alagoano fê-lo tão nitidamente liberal como fora rijamente conservador o passado, com Leôncio de Carvalho na pasta do Império, Lafaiete Pereira (signatário do manifesto republicano, que voltara ao seio dos partidos monárquicos) na da justiça, nas pastas da guerra e da fazenda dois gaúchos, Osório e Gaspar da Silveira Martins – este o mais impetuoso tribuno do partido, que surgira na Câmara em 72, aquele "o Caxias dos Liberais"... Como fora inesperada a mudança de 68, fora brusca e sensacional a de 78. Sem meias tintas, sem transições ou paliativos – a ascensão vitoriosa do partido que se achava em oposição importava a expulsão do outro de todas as posições e cargos demissíveis, em que se encastelara no último decênio.

Mas o gabinete de Sinimbu não realizou os seus objetivos doutrinários.

ELEIÇÃO DIRETA

Proposta ao Senado a *Constituinte constituída*, debalde o governo esperou pelo seu voto. Quatro ministros deixaram o poder pouco depois: Andrade Pinto, Silveira Martins (que, disse Nabuco, quis "ganhar com a saída o que perdera com a entrada"), Vila Bela e Leôncio de Carvalho.

Tinha-se incompatibilizado com as idéas de Sinimbu, cujas transações, visando à redução da resistência conservadora, contrariava os correligionários radicais. Faleceu Osório, em outubro. O Senado, por fim, rejeitou o projeto de Constituinte.

Havia o recurso da dissolução parlamentar; o imperador preferiu dar demissão ao ministério.

Chegara a vez de Saraiva. Era o chefe do partido – o Nestor, o verdadeiro guia, com o prestígio dos seus trabalhos, da sua argúcia, do seu espírito democrático, do seu senso das realidades. A 28 de março Saraiva organizou o gabinete com Pedro Luís (Estrangeiros), Souza Dantas (Justiça), Homem de Melo (Império), Pelotas (Guerra), Buarque de Macedo (Agricultura), Lima Duarte (Marinha). As condições de êxito do novo ministério liberal estavam no ardil de considerar matéria de legislação ordinária a reforma eleitoral e alcançá-la, respeitando os preconceitos do Senado.

O projeto da eleição direta, logo apresentado, continha duas disposições transcendentes; a grande naturalização e a elegibilidade de acatólicos e libertos. A lei, que inaugurava no Brasil o voto universal, recebeu a data de 9 de janeiro de 1881. Saraiva vencera.

A experiência do voto universal produziu em todo o Império uma sensação de reforma e regeneração, capaz de apaziguar a oposição conservadora – satisfeita – e a ânsia de transformações que dividia os políticos liberais. Fora-se a época das Câmaras unânimes, ou vagamente ameaçadas pelas "patrulhas", de oposicionistas isolados. Dois dos ministros de Saraiva foram derrotados nas urnas, Pedro Luís e Homem de Melo. Elegeram-se 48 candidatos conservadores: mais de metade da Câmara. "Imparcial e fielmente cumprida", como dizia o Imperador na fala do trono de 1882, a lei eleitoral já era considerada "a carta do sistema representativo e da liberdade religosa no Brasil" – como lhe chamara Rui Barbosa.

Apenas Saraiva – realizada a sua tarefa – resignou o governo antes de reabrir a assembléia, a 21 de janeiro de 82, quando Martinho Campos foi encarregado de fazer o 3º ministério liberal. Chamou para colaboradores jovens expoentes do partido, como Rodolfo Dantas (Império), Afonso Pena (Guerra), Alves de Araújo (Agricultura), Franco de Sá (Estrangeiros)... Mas à sua qualidade, de chefe da maioria parla-

mentar na Câmara, não reunia o presidente do Conselho a de administrador ou de organizador, que distinguia Saraiva: talhado para os bancos da oposição, desafeito à ação calma e silenciosa do governo, veemente e desassombrado, Martinho Campos não podia conservar-se muito tempo à frente de um gabinete que se apresentara à assembléia proclamando não ter programa. Abandonou-o a 3 de junho do mesmo ano, derrotado na Câmara – tendo realizado apenas uma grande medida – a abertura do crédito de 20 mil contos para socorro dos flagelados das secas do Ceará, iniciativa, aliás, do Imperador.

Tal incapacidade de ação, demonstrada pelos dirigentes do partido liberal, como Sinimbu e Martinho, causara de um lado o desgosto e o protesto dos correligionários idealistas (Silveira Martins, Afonso Celso Júnior, Rui Barbosa, César Zama, Joaquim Nabuco), do outro, o desvio do partido conservador dos seus próprios princípios, para precipitar-se à frente do adversário e consumar-lhe as reformas, defendidas e propagadas na oposição, porém abandonadas no governo.

Assistiu o Brasil a essa singularidade: não somente realizarem os conservadores as idéias dos liberais, como se revestiram muitos destes da intransigência antiga e vencida dos seus contrários para obstarem aos projetos que completariam a redenção dos escravos. Martinho Campos declarou-se "escravocrata da gema".

Não concebiam os jovens liberais que estivesse no poder um gabinete de sua cor política e, entretando, sem programa. Um deles, Moreira de Barros, achava que já não havia distinção entre os dois partidos, podendo trocar os nomes... Era a confusão – proclamou Inácio Martins. Dizia-se que Martinho tinha "abandonado a bandeira da reforma para fazer a reforma da bandeira"... "O que se via em 1822 era o Governo liberal sustentado por conservadores e combatido por uma patrulha liberal..."

Realmente, Martinho foi a resistência à abolição da escravatura, reagindo contra as impaciências dos seus correligionários. Favorecia a intolerância do escravagismo e servia à política conservadora, que tinha assim daquele ministério tudo o que pudera esperar de um governo amigo.

Paranaguá, que substituiu Martinho, conseguiu governar de 3 de julho de 82 a 24 de maio de 83.

As coisas continuaram como dantes.

À medida que a dissidência liberal se definia, o presidente do conselho se inclinava para as bancadas conservadoras, que o poupavam. Paulino de Souza dissera ao Imperador, na ocasião da escolha de Paranaguá, que os conservadores não hostilizariam o gabinete que evitasse reformas precipitadas ou radicais. Queria-se a marcha lenta, refletida e prudente. Mas o ministério caiu vítima da própria indecisão. Retiraram-se às províncias certas rendas consideradas inconstitucionais; tratava-se de remediar a crise financeira que disto resultara, e porque, a 14 de maio, propusesse José Mariano novamente a questão do auxílio, tornada matéria de confiança, saiu derrotado o governo por 53 votos contra 40.

Martinho caíra por 63 votos contra 45...

O imperador, depois de consultar os chefes liberais, chamou Lafaiete. Conservou por um ano (até 6 de junho de 84), enfraquecido pela cisão entre os liberais, pela sucessão de problemas absorventes, quais os pródromos da "questão militar" e a marcha da idéia abolicionista, atacado violentamente por aqueles que tinham derrubado os dois gabinetes anteriores. Sentira-se necessidade de entregar o governo a um chefe – que prosseguisse as reformas encetadas por Saraiva: e só havia dois homens nestas condições, que eram o mesmo Saraiva e o Dantas, o baluarte eleitoral dos liberais na Bahia, diretor da ala dos moços intelectuais do partido, "os ingleses" (Rui, Rodolfo Dantas, Leão Veloso...). Depois de ver derrubada a moção de desconfiança que propusera, por 60 contos apenas contra 56, Lafaiete resignara ao poder. D. Pedro II renovou o convite, que no ano antecedente fizera a Saraiva, que de novo o recusou. Aceitou Dantas, disposto – em harmonia de vistas como o imperador – a dar ao problema do elemento servil a sua solução natural. "O programa... sintetizou-o num lema: não parar, não retroceder, não precipitar." Mas as eleições não lhe valeram; serviram aos escravocratas.

Tantos erros e hesitações haviam robustecido a oposição e dado ao país a impressão de que, embotadas as armas liberais, aos conservadores se ensejavam as conquistas anunciadas. Os três ministérios liberais que se seguiram à eleição direta tinham enfrentado 48 oposicionistas na Câmara. As eleições de 84 aumentaram-lhes o número para 56. Por uma maioria ocasional foi o ministério abatido em 4 de maio de 1885. A tempestade abolicionista desdobrava-se por todo o Império. Dantas recomeçara, com o projeto da emancipação dos sexagenários,

apresentado por Rodofo Dantas: era forçoso que outro liberal concluísse. A chama dos conservadores, que parecia imposta, equivaleria ao retardamento, talvez ao sacrifício da abolição gradual, sem indenização. Saraiva não se pôde furtar a reiterado apelo da Coroa; organizou o sétimo ministério liberal, a 6 de maio. Prolongou-se até 20 de agosto. Votada complacentemente pela Câmara a lei que libertava os sexagenários – julgou-se Saraiva isento da obrigação de conduzir, por mais tempo, o seu desunido partido pelos níveis da administração. Demitiu-se inesperadamente. Paranaguá não quis suceder-lhe. Chegara a vez dos conservadores.

Cotegipe passara a ser o mais influente dos políticos conservadores, à maneira de Saraiva entre os liberais. Provou as suas qualidades de comando num extenso governo que, entre 20 de agosto de 85 e 10 de março de 88 conseguiu resistir às mais graves crises do regime, sacudido pela propaganda republicana, pelo descontentamento do Exército, pelas intrigas ou apodos da imprensa, pelo desprestígio das instituições conseqüente à violência dos debates políticos e à expansão das idéias radicais.

A "questão Militar" e a "abolição" formam capítulos à parte, porque se desenvolveram em ambientes próprios. Foi o gabinete Cotegipe o que melhor caracterizou a política brasileira no segundo reinado – depois que "o poder pessoal" se diluíra na forma do "presidente de conselho como chefe do Executivo", e lutava contra a indisciplina dos correligionários uma vontade firme e lúcida de chefe, desejoso de dar coesão ao partido, que se desconjuntava e rompia, na evolução inevitável... Cotegipe governou tanto tempo porque não se deixou empolgar pela sugestão das reformas, que levariam no seu arrastão o ministério, mais a monarquia; o seu programa tornou-se, no fundo, uma resistência fria e hábil às correntes poderosas, que já tinham em 1882 – 4 inutilizado o partido liberal.

A questão servil dividia os conservadores, como dividira os liberais. No Senado, João Alfredo pronunciara-se pela extinção definitiva e imediata da escravidão. A impopularidade que a resistência de Cotegipe às reformas precipitadas acarretava para o governo, assim sacrificado à estabilidade das instituições, aumentava a resolução, que já trabalhava o ânimo da princesa regente (pois o imperador, gravemente enfermo, se ausentara do país, à procura de melhoras para a sua saúde na Europa) de

não se deixar levar pela onda abolicionista, antes lhe tomar a dianteira, fazendo-se a "redentora".

Uma demonstração de indisciplinada maruja, que se deu a 6 de março, porque a polícia espancara, ao que se dizia, o capitão-tenente reformado Leite Lobo forneceu o pretexto à queda do gabinete e – em 10 de março de 1888 – à sua reorganização, com os conservadores antiescravagistas, chefiados por João Alfredo, o estadista talhado para a situação.

Ministério destinado a promover uma reforma eminentemente popular, que importava a vitória dos parlamentares que tão valorosamente a preconizaram, contra todos os governos, o titular da pasta da Justiça devia ser Ferreira Viana. Antônio Prado, o mais prestigioso político conservador de S. Paulo e um dos diretores da dissidência do partido quanto à abolição, ficava na pasta de Estrangeiros; Rodrigo Silva, na Agricultura, Tomaz Coelho, um dos raros fluminenses que apoiaram Rio Branco em 71, na Guerra, Costa Pereira, na pasta do Império, Vieira da Silva, na Marinha, completavam o gabinete. A sua razão de ser era a abolição. Concluiu-a, fulminantemente, abrindo entre festas o caminho à *lei áurea.*

O choque foi imenso.

Se, de um lado, as alegrias cívicas da jornada e o triunfo, que dela resultara para a Princesa Isabel, compensavam a atitude admirável dos conservadores, quebrando a tradição e negando os seus princípios, quais da evolução moderada – do outro, o despertar da opinião dos lavradores, após a confusão dos primeiros dias, criara para o governo problemas inquietantes. Levantaram-se em massa os senhores de engenho do norte – onde a abolição desorganizara o trabalho rural – reclamando a indenização a que tinham direito. Esbulhara-os o Estado! O desgosto dos proprietários agrícolas enfraquecia o ministério nos seus redutos eleitorais; abreviou-lhe os dias a imprensa, desabrida, estimulada pelo êxito de suas campanhas, inflamada pelos incidentes quotidianos que traduziam a excitação de todas as classes.

Urgia uma política financeira extraordinária. Era forçoso tirar-se das premissas liberais a sua conclusão – com a elasticidade do crédito, a substituição do trabalhador forro pelo trabalhador europeu;

com a larga imigração, um auxílio direto à agricultura e ao comércio, um programa de obras nacionais...

Uma lei, de 24 de novembro de 88, permitiu às sociedades anônimas que se propusessem fazer operações bancárias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e à vista, conversíveis em moeda corrente... Parecia a volta à pluralidade emissionista de Souza Franco; de fato, era um convite às iniciativas, em proveito da circulação geral, que sacudisse do seu torpor o comércio, criasse as indústrias, socorresse a lavoura... Entram 132 mil imigrantes, em 1888.

Nos entrementes a oposição se agita. A propósito da "lei do ventre livre", disse Nabuco que os conservadores tinham esgotado o programa liberal. A mesma perplexidade assaltava os liberais, agora que os antigos escravagistas alforriaram os cativos.

Era preciso recompor a ideologia, ou dissolver-se.

Os senadores liberais acertaram reunir na Corte um congresso do partido. Em 23 de novembro de 88 dirigiram circulares aos diretórios provinciais. A 1º de maio de 89 a convenção se inaugurava no Rio. Presidiu-a Dantas, depois Sinimbu. Uma ala de jovens queria a federação pleiteada desde 1879 por José Bonifácio, e o jornal paulista *A Constituinte*:[371] Rui Barbosa, Manoel Vitorino... Os velhos entendiam que salvariam o partido – e o regime –, o voto secreto e consciente, presidentes eleitos pelas províncias, cabendo a estas a legislação municipal, liberdade de cultos e casamento civil, redução ou extinção dos impostos de exportação, temporariedade do Senado, reforma do Conselho de Estado, garantia eficaz do direito de reunião e livre expressão do pensamento, liberdade e melhoramento do ensino. O projeto de federação apresentado por Rui Barbosa teve apenas 18 votos, entre os quais o de Dantas, que depois declarou conformar-se com a decisão da maioria – que entendera, de acordo com a opinião de Saraiva, não ser oportuna tal reforma. Os descontentes inclinaram-se para a República...

O Ministério João Alfredo demitiu-se, e, porque a Câmara fosse em grande parte conservadora, procurou o Imperador substituí-lo dentro do mesmo partido. Mas debalde convidou o Senador Corrêa, o Visconde do Cruzeiro, que alegaram motivos pessoais para não aceitar a missão

---

371 ALCÂNTARA MACHADO, *Brasílio Machado*, p. 83, Rio, 1937.

de organizar governo, e o visconde de Vieira da Silva, que confessou não encontrar companheiros para um ministério à altura da situação. Restava apelar para a oposição. Como outrora se valia, em contingências semelhantes, do Marquês de Olinda, recorreu o imperador a Saraiva, o "Nestor dos liberais", segundo Rui. Mais uma vez Saraiva recusou. Dissera a D. Pedro II que era favorável à eleição dos presidentes e dos senadores pelas próprias províncias, reforma que a muitos parecia de extrema gravidade. Replicou o monarca, que se não oporia "à vontade da nação, expressamente manifestada". Eximiu-se, com a excusa de que a situação exigia um estadista de saúde robusta, e indicou Ouro Preto. Era o homem.

Ouro Preto (Afonso Celso) fez ministério, a 7 de junho de 1889, com o Barão de Loreto na pasta do Império, Cândido de Oliveira na Justiça, Lourenço de Albuquerque na Agricultura, dois oficiais generais nas pastas militares (o Visconde de Maracaju e o Barão de Ladário). Governo sólido, programa largo, decisão firme, mostrando não querer ladear ou afastar as soluções, como os gabinetes liberais, de 1878–85.

A luta seria áspera – percebeu o presidente do Conselho, ao enfrentar na Câmara, logo ao apresentar-se, com os seus ministros, o primeiro *viva à República*, dado pelo Padre João Manoel. Revidou-lhe. Expôs o seu programa. Objetaram-lhe: "É o começo da República." Retorquiu: "Não; é a inutilização da República."

A dissolução da Câmara deu-lhe tempo para encetar uma série de reformas ruidosas: o seu programa.

Regulamentou o decreto sobre bancos de emissão, autorizou o ministro da Fazenda a contrair um empréstimo de 110 mil contos, concedeu ao Banco Nacional do Brasil a faculdade de emitir bilhetes ao portador, conversíveis em ouro e à vista, concedeu ao Visconde de Figueiredo autorização para construir obras públicas de vulto, prosseguiu o estudo e a execução de um amplo auxílio à lavoura, que substituiria a indenização em virtude da alforria dos escravos. O governo drenara consideráveis capitais, que encorajavam todas as iniciativas econômicas. Dois empréstimos externos para especial socorro à agricultura, contratados em abril de 88 e setembro de 89, ao tipo de 97 e 90, e juros de 4½ e 4%, na importância de £6.297.000 o primeiro, de £19.837.000 o segundo, acrescido do empréstimo interno de 110 mil contos, de agosto de

89, tipo de 90 e juro em ouro, puseram nas mãos do governo 38 milhões de libras. O Visconde de Ouro Preto pretendia recolher completamente o papel-moeda, substituindo-o pela circulação metálica, instituir o crédito agrícola, remodelar o regime bancário e as tarifas aduaneiras... Necessitava, porém, para as medidas principais que tinha em vista, da autorização legislativa. Surpreendeu-o, antes da instalação oficial das Câmaras, a proclamação da República.

. . . .

XXIV
A Abolição da Escravatura

A abolição da escravatura encheu, com a verbosidade e a inquietude dos tribunos-apóstolos, duas décadas da nossa história política; nenhum problema público de tal modo agitou, comoveu, abalou a sociedade, fazendo-se comum a toda a nação. Tornara-se chocante com as avançadas idéias liberais, que são apanágio da mocidade romântica, letrada e, no fundo, revolucionária, a instituição do cativeiro, com os seus aspectos desumanos, a sua injustiça, a sua barbárie. Era o vestígio cruel da Colônia, era a lembrança permanente dos tempos antigos, em que o Brasil não se distinguia dos outros domínios tropicais lavrados pelo braço africano, e o trabalho forçado parecia, a uma "elite" de generosos espíritos, a abominação histórica.

Desde a Independência essa "elite" combate discretamente a escravidão. A influência intelectual é inglesa, e a Inglaterra jurara guerra de morte à escravidão. A partir de 1831, habituam-se os brasileiros à idéia de que, algum dia, não terão mais escravos. A colonização européia é a esperança dos estadistas. Sentem que o tráfico não será mais possível, tanto se cumpram as leis e tratados; por fim Eusébio de Queiroz, em 1850, desfecha no negócio negreiro o golpe definitivo, extinguindo-o sob penas severas.

A população negra do Brasil está condenada a minguar; bloqueada, nas *senzalas*, pelas outras raças, cujo crescimento é rápido. Em 1851 a primeira voz se ergue na Câmara, propondo a abolição. É um clamor individual. Embora reflita uma consciência coletiva, esse grito é um desabafo. A política exterior (guerra de Rosas e guerra do Paraguai), a conciliação da política interna (governo Paraná), a era próspera que medeou entre 1853 e 1864, impedem a agitação emancipacionista, que, entretanto, ensangüentava a América do Norte (1861–1864), impressionava o mundo inteiro.

A vitória de Lincoln encorajava as associações filantrópicas internacionais, que pleiteam a manumissão dos cativos. D. Pedro II recebe eloqüente apelo dos abolicionistas franceses, em 1866. Em 1867, faz constar da "Fala do Trono" a primeira referência ao problema servil, que cumpria resolver. Itaboraí julgou, depois, que esse problema era mais grave que o da guerra do Paraguai. Não o temeu o Imperador, apesar da resistência dos conservadores, da timidez dos liberais e da própria indecisão dos republicanos, que formam partido em 1870 e, na convenção de Itu, de medo aos preconceitos da lavoura, se recusam a desfraldar a bandeira da pronta emancipação.

Joaquim Nabuco reconheceria "que a ação pessoal do Imperador se exerceu principalmente desde 1845 até 1850 no sentido da supressão do tráfico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas". "A parte que cabe ao Imperador em tudo o que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial."

"Apenas a escravidão não era um fato acidental, era ainda o supremo fato econômico."

D. Pedro II, a propósito da questão servil, soube usar daquela *force d'inertie qui est le secre des grands régnes*, de que falou Balzac.

Os agricultores, não confiando nos bancos, incipientes, empregavam em escravos as suas economias: eram o capital. Nos climas quentes do norte, onde não iam imigrantes estrangeiros, os escravos eram os trabalhadores; só havia lavradores brancos no sertão e nas pequenas propriedades. O escravo era o açúcar de Pernambuco e da Bahia. O próprio Karl Marx escrevera, em 1847: "Sem escravatura, não haveria algodão, sem algodão, a indústria moderna."[372] Era a tradição rural. Era

---

372 V. S. SIMKHOVITCH, *Marxisme contre Socialisme*, p. 319, Paris, 1919.

o braço – no despovoado país; o Brasil habituara-se a ele; e não parecia disposto a largá-lo. Por isso vinte anos foram necessários para a conversão dos homens.

O movimento abolicionista desceu, do alto para as ruas, e também subiu, do povo para o trono.

Os poetas, os jornalistas, os tribunos, arrastaram na sua tempestade verbal os políticos. A doutrinação abolicionista coincide com a guerra de secessão nos Estados Unidos; Castro Alves é o agitador. Impelido pelo imperador, escondendo-o mal, o Gabinete Rio Branco, com a lei de 28 de setembro de 1871, transige com os sentimentos delicados do seu tempo, libertando os nascituros.

A pedra despenha-se.

Organizações emancipacionistas formam-se em todo o país – favorecidas, sempre que houve ensejo para isto, pelo próprio D. Pedro II. Criam-se em toda parte caixas para a alforria de escravos, dilatando-se um costume antigo, qual o de premiarem os senhores com a liberade, nas ocasiões solenes de sua existência, os cativos que o mereciam. (Trinta mil libertações espontâneas houve entre 1872 e 76.)

S. Paulo torna-se um centro de grande atividade abolicionista: aí é um antigo escravo, Luiz Gama, a alma da campanha. Outro homem de cor a orienta na Corte: José do Patrocínio. Jerônimo Sodré abre a luta na Câmara, em 1879. Na Bahia os jornais não publicam mais anúncios de leilões de escravos, Joaquim Nabuco funda, em 1880, a "Sociedade contra a Escravidão". Em 1883 surge a "Confederação Abolicionista". Na província do Ceará todos os escravos foram alforriados em 1884. Logo, as instituições de combate à escravatura – obedecendo ao lema de Patrocínio, "a escravidão é um roubo" – promoveram a fuga em massa dos negros das fazendas, o ocultamento deles em numerosos asilos, mesmo a sua remessa para o Ceará, transtornando, por meio de um metódico trabalho secreto, a vida dos centros escravagistas. A reação destes esteve à altura da agressão.

O partido conservador resolveu tudo opor à desorganização da lavoura, e a autoridade pública saiu-lhe em auxílio. Era "a ruína deste vasto Império", dissera Silveira Martins, que se proclamava "mais amigo

do Brasil que do negro".[373] O próprio Martim Francisco reconhecia que, sem indenização, a abolição seria a depredação, e para a indenização se faria mister de mais de um milhão de contos. Nabuco argúi a ilegitimidade do cativeiro dos escravos introduzidos no Brasil depois de 1831, quando o tráfico fora legalmente extinto. Rui Barbosa, os corifeus do abolicionismo, apóiam-se a essa tese jurídica e o governo não a despreza: os ministérios Dantas e Saraiva propõem-se libertar os escravos sexagenários, mas o partido liberal se divide, não contam com uma maioria certa e aos conservadores abandonam a glória das leis que extinguiram no país o elemento servil.

A 28 de setembro de 1885 (ministério Cotegipe) foi decretada a alforria dos escravos que atingissem a idade de 60 anos.

A questão militar, em 1886–7, apressou a derrocada do edifício escravagista, com a formal recusa, pelos oficiais do Exército, de perseguir os negros *aquilombados* nas encostas do Cubatão.

Os oficiais do Exército, seguindo o exemplo de Sena Madureira, declaravam-se abolicionistas e propagavam a sua idéia.

Cerca de 10 mil escravos fugiram das fazendas paulistas para as matas de Santos. Um navio de guerra foi destacado para aquele porto, um batalhão de linha seguiu para Campinas – mas os pretos fugidos não voltaram à gleba. Nem podia o governo, enfraquecido pelos sintomas de indisciplina e contrariedade da tropa, pela exploração jornalística dos acontecimentos e pelos incidentes policiais, que se sucederam, acudir aos fazendeiros. A família Prado, numerosa, libertara de vez todos os seus escravos.

Os senhores mais perspicazes antecipavam-se à crise, desfazendo-se sem demora dos seus escravos. De fato, em quatro anos o número deles fora reduzido de 400 mil; em cinco anos mais não haveria cativos no Brasil.[374]

---

373 Jefferson Davis tivera frase análoga: "*The interest of Mississipi not of the African...*" Vd. nos Estados Unidos, *American Civilization and the Negro,* C. V. ROMAN, p. 161, Filadélfia, 1927.

374 TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 170, Rio, 1913; O. DUQUE ESTRADA, *A Abolição*, p. 260, Rio, 1918; V. LICÍNIO CARDOSO, *À Margem da História da República*, p. 331, Rio, 1924.

A anarquia das fazendas complicava-se com a anarquia das cidades.

No Rio de Janeiro, a libertação começou a ser feita de bairro em bairro, e a propaganda era violenta, intolerante, quase truculenta. Os abolicionistas empolgavam e dirigiam o povo; não havia deter-lhes a marcha inevitável. Debalde foram proibidos os comícios populares (8 de agosto de 1886).

Os sócios do Club Militar pediram à princesa-regente – D. Pedro II fora à Europa em busca de melhoria para a sua saúde – não fossem oficiais e soldados "encarregados da captura dos pobres negros que fugiam à escravidão".

A princesa mostrava-se francamente favorável aos abolicionistas e resolvida a apressar-lhes a tarefa. O coração de mulher falava-lhe mais alto que o tino político: naquela corrente de sentimentos estava, afinal, a afetividade brasileira. Não mandara dispersar o *quilombo* do Leblon e dava aos protetores deste a impressão de os ajudar. Arriscava a Coroa (e o lembrou Cotegipe, cujo ministério caiu por não querer assumir a responsabilidade da abolição imediata e sem indenização), mas era tarde para qualquer recuo. Depois o Imperador, ao ter conhecimento na Europa da lei de 13 de maio, confessaria que, se estivera presente, as coisas não se fariam assim: porque foi o repentino empobrecimento de toda uma casta (principalmente dos proprietários do norte cuja situação financeira não lhes permitia renovar o sistema de trabalho, e que afinal tinham na escravatura o seu patrimônio) e a confusão econômica.

O turbilhão das ruas venceu incruentamente. Foi uma festa no Brasil o que fora uma tremenda guerra nos Estados Unidos – reconhecera o ministro americano, deslumbrado pela apoteose da Abolição.

O Gabinete João Alfredo, conservador, que substituíra a Cotegipe, tinha a missão de eliminar o cativeiro em terras do Império. O partido conservador renegava as suas tradições, deixando-se arrastar pela onda da opinião pública da Corte; João Alfredo, representante da ala moça e avançada da velha facção, era também abolicionista, como Antônio Prado, como Rodrigo Silva. Aceitou a chefia do ministério, com o propósito de encerrar o drama, de um golpe. A monarquia transigia sempre. Transigira, no gabinete anterior, com os militares (Deodoro e Pelotas), na questão

destes; transigia com o alvoroço popular, abandonando a rotina e os últimos protestos da agricultura fluminense.

João Alfredo assumiu o governo em 10 de março de 1888.

A 8 de maio Rodrigo Silva, ministro da Agricultura, apresentou à Câmara o decreto, constante de um único artigo, que declarava abolida a escravidão.

Travaram-se nas duas Casas do parlamento os últimos debates. As galerias apupavam os oposicionistas, glorificavam os defensores da extraordinária medida. A coação do povo abreviava as discussões, mas dava ao projeto, em trânsito, o caráter de uma revolução. Poucos têm ânimo suficiente para se lhe opor – pois ao povo se unira a monarquia, e a princesa-regente, cheia de entusiasmo, descera de Petrópolis para assinar sem mais demora, para assinar solenemente a lei principal do seu reinado. Andrade Figueira, na Câmara, Paulino de Souza, no Senado, foram os abencerragens do partido conservador fiéis ao escravagismo.

Paulino fechou o ciclo à polêmica comum dos mais elegantes e nobres discursos que ainda se ouviram no parlamento nacional. Era inútil insistir. O projeto estava irresistivelmente vitorioso. Na Câmara apenas 12 deputados o tinham reprovado. O Presidente do Senado mostrava ansiedade em vê-lo também aprovado. Somente cinco senadores se lhe opõem. As galerias fremiam, entre ameaçadoras e delirantes, vibrando das emoções que transformavam aquele dia o Rio numa cidade desvairada. Paulino disse gravemente: "É sabido, e todas as folhas que li esta manhã dão notícia, que Sua Alteza Sereníssima a Princesa-Imperial-Regente desceu de Petrópolis e a uma hora estará no Paço da Cidade à espera da deputação desta Casa a fim de sancionar e imediatamente promulgar a Lei que V. Exª acaba de submeter à deliberação do Senado. Quando me permitiram as circunstâncias, cumpri meu dever como senador. Agora vou cumprir meu dever de cavalheiro, não fazendo esperar uma senhora de tão alta hierarquia."

Aprovado, o projeto foi, por uma comissão de deputados e senadores, entregue às 3 horas à princesa, que o subscreveu com a caneta de pedrarias que os abolicionistas lhe ofereceram. Nabuco, de uma sacada, comunica ao povo a redenção dos escravos. Patrocínio lança-se de joelhos e beija as mãos a D. Isabel: é a "Redentora". As ruas enchem-se de multidão que, aos brados, numa inexprimível alegria, proclama o fim da

escravidão. D. Isabel, ao organizar com João Alfredo o ministério da abolição, dissera a Cotegipe: "Então, ganhei ou não?..." Respondera-lhe, profeticamente, o ex-presidente do Conselho: "Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trono."

A 13 de maio de 1888 encerrava-se a crise do elemento servil; abria-se a crise das instituições políticas.

. . . .

XXV
O Epílogo da Monarquia

O fenômeno político, que foi a proclamação da República, derivou dos dois grandes problemas que subverteram a ordem interna no penúltimo decênio do século: a abolição da escravatura e a "questão militar".

A derrocada da antiga economia, fundada sobre a escravidão, tirara à monarquia o apoio da grande propriedade.[375] A nobreza territorial, que ela criara, as municipalidades, governadas pelos proprietários agrícolas, a lavoura, sentiram que uma nova ordem de coisas desviara o país do seu ritmo tradicional. À crise econômica, determinada, nas regiões agrícolas, pela alforria dos cativos, se seguira um movimento de inquietação política, que sobretudo tornara oportuna e fecunda a propaganda republicana. Os conservadores, cindidos a propósito da abolição, desgostosos com a Coroa, em conseqüência da ascensão do partido liberal e da não-indenização dos senhores de escravos, como queria Cotegipe, vencidos nas eleições de 1889, sob o ministério Ouro Preto, facilmente se submeteram à influência das idéias novas.[376]

375 CALÓGERAS, *Formação Histórica do Brasil*, p. 385.
376 COELHO RODRIGUES, *A República na América do Sul*, p. 3, Suíça, 1906.

Foi entre os liberais que a monarquia encontrou, nos últimos momentos, as dedicações mais intransigentes.

A "questão militar" apressou-lhe o fim.

A QUESTÃO MILITAR

Desenvolveu-se o conflito entre os militares e o governo num ambiente filosófico próprio, que era a Escola Militar. Explorava as indisposições pessoais entre figuras eminentes da classe e os ministérios. As suas causas eram morais e as suas razões transcendentes.

O exército incompatibilizou-se menos com o trono do que com o estado social do Brasil, profundamente civilista, com a sua máquina burocrática, a sua rotina agrária, os seus vícios eleitorais. Ele sentia a falta de uma "ditadura militar", como em 1887 escreveu o General Floriano Peixoto.[377] De alguma coisa semelhante a uma república, forte e leiga, como a França de Gambetta e Ferry.

O positivismo, depois de 1876, dominara as patentes inferiores; a descrença avassalara as patentes mais altas; de fato, a indisciplina entrava os quartéis, com a "política", para de lá sair com a "revolução". Datava do ano de 70. Voltando do Paraguai trouxera o Exército o idealismo exaltado dos povos vizinhos, cuja vida pública oscilara aos sopros demagógicos. Facilmente se inclinaram para as soluções radicais e antidinásticas, os militares retirados das emoções da guerra, onde tão rapidamente as promoções se sucediam, para o ambiente glacial das guarnições provinciais, num longo período de paz, que lhes fechava a carreira, matando o estímulo. Tínhamos um imperador que, ao contrário de D. Pedro I, manifestava pela administração civil, pelas ciências e letras, o cuidado que nas outras monarquias os príncipes dispensam aos seus regimentos. As instituições, depois de 1870, tornaram-se ainda mais civilistas, desde que ficavam resolvidos os nossos problemas de fronteiras, abatidos os inimigos naturais do Império, consolidado o equilíbrio continental. Vários políticos ousavam preconizar a dissolução da força de linha. Era custosa e difícil de contentar. A marinha, esta continuava a receber do governo uma proteção especial. O Imperador fardava-se

377 OLIVEIRA VIANA, *A Queda do Império*, Contribuições para a biografia de D. Pedro II, p. 845.

sempre de almirante, raramente de marechal. O governo mandava comprar à Inglaterra couraçados, como só os tinham as grandes nações. Conservava-se o Império a quinta ou sexta potência naval do mundo. Mas o Exército, queixavam-se os militares, decaía, arrostava a desconfiança dos partidos, desmembrava-se... Num tempo foram dois irredutíveis inimigos "da espada" – o chefe da oposição, Zacarias, e o da situação, Cotegipe – este a adivinhar Deodoro, aquele a lembrar Caxias.

OS MILITARES E O GOVERNO

Os partidos não queriam mal às forças armadas. Antes, ardilosamente, procuraram por vezes associar aos seus destinos as patentes mais prestigiosas, continuando a prática, que vinha das primeiras revoluções nacionais, de explorarem os políticos no proveito próprio as espadas, eventualmente propensas a essa aliança; apenas as queriam submissas e passivas. Não se considerara vedada à classe militar a política.

Sempre no Brasil, assim no primeiro reinado, principalmente na regência e, por todo o segundo reinado, os oficiais superiores, que se acostavam a um grupo partidário, ou pertenciam a uma família política, exerceram paralelamente as funções da sua patente e mais as de sua opinião – havendo mesmo cargos militares reputados de particular importância eleitoral. O de comandante da fronteira, no Rio Grande do Sul, era um desses cargos. Desempenhou-o Bento Gonçalves da Silva, sustentando os liberais, quando o Regente Lima e Silva lhe pedia que não votasse em Araújo Lima... Mais tarde foi Osório o comandante, substituído por José Luiz de Mena Barreto, ao subirem os conservadores... Estes tinham um grande correligionário militar: Caxias. Porto Alegre e Pelotas eram outros generais-políticos do Rio Grande. Mas o Caxias dos liberais era o Marquês de Herval; a quem o mesmo Caxias, em 1845, recomendara, no Rio Grande, uma chapa em que predominavam oficiais do Exército, porém, em 1863, dizia, numa despedida cordial: "O homem de S. Cristóvão manda-lhe perguntar se não é possível que você deixe de ser tão político?" "Não", respondera o futuro herói de Tuiuti.[378]

O partido conservador governara duas vezes com Caxias na presidência do Conselho, em 1862 e 1875. Por essas ocasiões a coesão e

378 FERNANDO OSÓRIO, *História do General Osório*, I, 711, Rio, 1894.

a disciplina do Exército foram irrepreensíveis, apesar de, já então, mostrar Cotegipe o pressentimento de que alguma revolução viria.[379] Voltando os liberais ao poder em 1878, chamaram Osório. Entrou triunfalmente na Corte. Porém faleceu em 6 de outubro de 1879. Saraiva deu a pasta da Guerra a Pelotas (que recusara ser ministro com S. Vicente); mas no ano seguinte o ilustre general deixava o gabinete substituído por Franklin Dória.

Os ministérios seguintes de 3 de julho, de 24 de maio, de 6 de junho, de 6 de maio, liberais, e os de 20 de agosto e 10 de março, conservadores, não cuidaram de confiar a militares as pastas militares. Embora ambos os partidos não esquecessem os "seus" generais, de um lado Pelotas e Floriano Peixoto, do outro Deodoro da Fonseca, como que o governo os desprezava, preferindo dar-lhe ordens, por intermédio de ministros que não conheciam os assuntos da milícia, não lhe sabiam a psicologia, nem souberam inspirar à classe o devido respeito.

O EXÉRCITO DELIBERANTE

Formaram-se, nesse ambiente irritado, os "casos" de que se compõe a "questão militar".

Permitiam-se alguns oficiais discutir pela imprensa fatos da administração do Exército, em respostas a discursos parlamentares. Azedavam-se os debates. Replicavam os deputados visados acusando de infratores dos regulamentos dos antagonistas, que lhes respondiam com a "honra militar", dizendo-a atingida, por "insultos" e "insolências" dos políticos. Os ministros da Guerra não podiam fechar os olhos à indisciplina existente; baixavam portarias, censurando os oficiais polemistas. Então a estes levavam uma adesão vibrante os companheiros de farda, guarnições inteiras pronunciavam-se em favor do colega punido, defendendo a tese de que o oficial, fora do quartel, era também cidadão; e os ministros, para obviar aos males de um conflito, resignavam às pastas. Saíam "arranhados"; e a "questão militar" continuava...

Sucedeu assim com Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro do Rio Grande, que, em 1886, revidara a uma crítica do ex-Mi-

---

379 CONSTÂNCIO ALVES, *Figuras*, p. 169, Rio, 1921.

nistro da Guerra Senador Franco de Sá, a propósito de suas atividades abolicionistas. Requereu Sena um Conselho de Guerra, que lhe foi negado; e o ministro o censurou. Pareceu à guarnição do Rio Grande que o governo tomava partido, por um senador, contra um militar. O comandante das armas, General Deodoro da Fonseca, não somente prestigiou com o seu assentimento, como deu à reunião da oficialidade a sua presença e – porque Cotegipe, presidente do Conselho e seu amigo, lhe estranhasse – explicava: "Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e Simplícios, cujas irmandades não os autorizam a dirigir insultos, nem os isentam da precisa e conveniente resposta."

Eram perto de duzentos os oficiais protestantes, que se juntaram em sessão no Teatro Recreio Dramático, presididos por Deodoro: resolveram apelar diretamente para o chefe da nação, confiando a Deodoro a missão de representá-lo, no pedido que iam fazer para serem cassados os "avisos inconstitucionais", "justamente condenados pela imperial resolução de 3 de novembro..." Cotegipe, que declarou não permitir o "exército deliberante", demitiu Deodoro (5 de dezembro); mas o Senado aprovou a conciliatória moção de Silveira Martins, que anulava os efeitos das penas disciplinares....

A CRISE

Pelotas ameaçava da tribuna do Senado e Deodoro ameaçava da sua casa no Rio de Janeiro, onde tinha a mesa atulhada de telegramas de solidariedade dos companheiros de armas. A propaganda republicana apossavam-se dos militares desgostosos. A Escola Militar era um dos centros da irradiação republicana, graças aos professores, francamente adversários das instituições, como Benjamin Constant. Os liberais, durante os dois gabinetes conservadores (Cotegipe e João Alfredo), lançavam à fogueira todas as achas da intriga, que a imprensa de combate carreava na exploração diária dos incidentes policiais, de casos como o da jubilação do professor da Escola Militar Moreira Pinto, que teria melindrado uma vez o Conde d'Eu, dos conflitos como o que resultou da prisão de Leite Lobo, oficial de Marinha reformado, no Rio, e do desentendimento entre o 17º batalhão, de S. Paulo, e o chefe de polícia da província...

A abolição agravara o mal-estar reinante.

Os cadetes da Escola Militar de Porto Alegre e os do Rio de Janeiro tomaram atitudes sediciosas. O Club Militar (Deodoro e Benjamin) manifestara à princesa, em 1887, o seu voto, por que os militares não fossem mais incumbidos da prisão de escravos fugidos. Por fim, sob o último gabinete da monarquia, sucedeu o inevitável.

Benjamin Constant tornava cada vez mais eloqüente a sua doutrinação dos princípios democráticos. Em face do ministro da Guerra, interino, Conselheiro Cândido de Oliveira, e de oficiais da Marinha chilenos, pronunciou um discurso em que atacava o governo e exaltava o Exército. Retirou-se o ministro. O presidente do Conselho, Ouro Preto, achou que o ministro devera ter prendido o professor. Demitiu o diretor da Escola, General Miranda Reis.

Debalde D. Pedro II, a quem Benjamin Constant agradava, pela pureza do caráter e inflexibilidade das opiniões, tanto que o fizera professor dos príncipes seus netos, aconselhava Ouro Preto a não castigar o oficial republicano.

Inamolgável, encarnando a autoridade, que se não curva, o presidente do Conselho reputava-se fadado a restabelecer a ordem na Monarquia. O gabinete anterior resolvera a seu modo a "questão militar". Porque a Bolívia e o Peru estivessem em estado de guerra, mandara Deodoro para Mato Grosso com uma força, a observar. Venciam soldos de guerra e ficavam por algum tempo longe da capital do Império. Deodoro voltara. Ouro Preto, que não foi procurado por ele, também não o visitou.

A classe armada unia-se mais. O ministério removera para o Amazonas o 22º batalhão. Fora a conselho de Floriano, que era o general de confiança de Ouro Preto, o novo "Caxias dos liberais".

Mas os boatos de transferências de corpos, de vinganças contra os oficiais desafetos do gabinete, até da substituição da força de linha pela guarda nacional correram entre a tropa, trabalhando-lhe os ânimos.

Lavrou a conspiração.

Havia necessidade de derrubar-se o enérgico ministério que, além de profundas reformas administrativas e financeiras, se propunha reduzir o exército à disciplina primitiva. Republicanos, liberais dissidentes, que não lhe perdoavam a repugnância pelo federalismo, conservadores

desiludidos, encontraram na mocidade das armas o braço, capaz de desfechar o golpe, que abateria o Visconde de Ouro Preto e o regime.

Era à vespera da revolução, que fez a República.

OS PARTIDOS E A MONARQUIA

A decadência dos partidos na Monarquia provinha da sua própria evolução.

Rompiam os seus quadros ideológicos, satisfeitas as aspirações iniciais; procuravam acompanhar a flutuação das opiniões; adaptavam-se. Não souberam ser fiéis aos seus programas, pelo hábito, que adquiriram, de usurpar o programa alheio: é uma das características do personalismo na política do segundo reinado. Conservadores e liberais deviam seguir caminhos paralelos, e no entanto se encontraram muitas vezes, confundiram as suas trajetórias, passaram para a esquerda os primeiros e para a direita os demais, e não raro sucedia que o conservador mais irredutível era o liberal, e o mais avançado reformista, o conservador. De fato, os programas políticos – afora os planos de ação, elaborados pelos jornalistas dos partidos e que se não executavam dividiam-se em programas de governo (colaborando diretamente neles o Imperador, por isso "mínimos") e de oposição, elásticos, audazes e adiantados. Entendia-se de começo que era liberal quem queria a evolução rápida e aceitava todas as sugestões do progresso estrangeiro, isto é, do liberalismo romântico: e era conservador quem condicionava aquela evolução aos "ambientes", por que não prejudicasse à ordem pública, nem à lavoura, nem ao equilíbrio existente. Entretanto todas as leis abolicionistas foram feitas por situações conservadoras, que arrostavam a oposição ocasional dos liberais; e acontecimentos internacionais como a guerra do Paraguai não puderam ser evitados por governos liberais, antimilitaristas (Gabinetes Furtado e Zacarias), infensos, por tradição, à gloria da dinastia. Acontecia, igualmente, que os partidos clássicos (liberais e conservadores) obedeciam raramente a um único chefe, como Paraná em 1853, ou Saraiva em 1880, e havia, dentro neles, correntes ou alas, subfacções a que o trono recorria, para substituir os ministérios sem sair da mesma cor política. Eram as "dissidências", encabeçadas por estadistas de vulto, os "grupos", que promoviam os acidentais entendimentos e as fusões com o partido adversário em determinadas crises. As alas guarneciam os

flancos partidários, e vanguardas às vezes perdidas em arriscados "reconhecimentos" deixavam-se aprisionar pelo inimigo... Durante a discussão das leis abolicionistas, cindiu-se o Partido Conservador, como se cindira o Liberal.

Já o Visconde de Albuquerque dissera, como Disraeli a propósito dos partidos na Inglaterra:

"Não há coisa mais parecida com um luzia do que um saquarema." Mais intransigente do que Cotegipe foi Martinho Campos. Rio Branco comandou a divisão avançada do seu partido, contra Itaboraí, como João Alfredo havia de comandá-la, contra Cotegipe. Saraiva era mais moderado liberal do que Dantas, e Ouro Preto mais moderado do que Saraiva. Este conseguiu a lei da eleição direta, que não obtivera o governo do seu correligionário Sinimbu. Os exagerados e os prudentes ombreavam-se sob a bandeira do mesmo partido, formando-lhe os extremos. Conservador era Ferreira Viana, cuja eloqüência tinha semelhanças flagrantes com a do exaltado Silveira Martins. José de Alencar era conservador, mesmo na sua inimizade com o trono; Taunay era conservador e sustentava idéias revolucionárias, como Nabuco se mantinha liberal, apoiando o Gabinete João Alfredo em 88. Afonso Celso Junior era liberal e propenso aos republicanos, como Rui Barbosa; republicanos, porém, se faziam liberais-monárquicos, como Lafaiete, ou monárquicos-conservadores, como Inhomirim... Em geral, os políticos marchavam e contramarchavam, na direção contrária, trocando as posições, como convencidos de que a verdade estivesse sempre do lado oposto; só não condescendiam "no terreno político e administrativo em relação ao adversário".[380] Passam de liberais a conservadores, Vasconcelos, Abaeté, Torres Homem, Paranhos, Wanderlei, Junqueira... No sentido inverso evoluem Olinda, Saraiva, Nabuco de Araújo, Ferraz, Paes Barreto... Facilitara esse movimento a "conciliação", que os conservadores consideraram o seu sacrifício. As outras questões do reinado – a eleitoral, a da Escravidão, a religiosa, a militar – apagaram ainda mais os limites entre os partidos, para aumentar o arbítrio dos homens políticos e libertá-los da disciplina partidária.

---

380 VISCONDE DE TAUNAY, *Homens e coisas do Império.*

A decadência dos partidos monárquicos assume esse aspecto; por isso Ouro Preto, no último ministério do regime, apelava para todos os monarquistas, a fim de consumar a união, em proveito das instituições ameaçadas. Preconizava a segunda "conciliação" (chegando a convidar para ministro, Taunay, conservador),[381] que, se não caísse a monarquia, em 1889, produziria um grande partido de liberais-conservadores, a opor-se ao terceiro, que surgia acrescido dos conservadores descontentes e dos liberais federalistas ("esquerda" e "direita" dos partidos tradicionais), o "republicano".

O PARTIDO REPUBLICANO

A idéia republicana sempre existiu no Brasil. Antes da Independência, quando não se julgava que esta seria feita por um príncipe; depois da Independência, por hostilidade àquele príncipe; durante a regência, pelo temor do velho absolutismo; no começo do segundo reinado, por oposição à mentalidade conservadora; no decurso da vida monárquica – a idéia republicana surgira, retraíra-se, reaparecera, espalhara-se; ora vagamente representada por um idealismo comum e romântico, forma que a revestia nas academias de direito, ora vivaz e combativa, nas explosões revolucionárias do século.

O Império era a exceção americana. Cercavam-no as repúblicas, de que se fizera o contraste. O próprio Império, a partir de 1835, quando acabou o regime dos morgadios, e depois das campanhas parlamentares da abolição, da eleição direta, da federação das províncias, da temporariedade do Senado, convertera-se, aos poucos, numa democracia com o seu rótulo monárquico.

D. Pedro II era o emblema da monarquia; substituído o imperador por um presidente eletivo e extinta a vitaliciedade da Câmara Alta, seria a República.

Daí a serenidade com que a esperaram os estadistas do Império, também a bonança que lhe cercou o advento.

A imprensa conservara o sentimento das folhas exaltadas do período regencial; a linguagem demagógica agradava ao público; e jornais

381 TAUNAY, *Homens e coisas do Império*, p. 27.

republicanos, veementes como o *Guaicuru*, da Bahia, lógicos como o *Diário de Notícias*, do Rio, que foi o órgão da dissidência liberal em 1889, concorriam para lembrar a fatalidade política do continente.

Já em 1850 – cinco anos depois de pacificada a província do Rio Grande e morta a república de Piratini, dois anos depois de dissolvida a "Praia" e abafada a inquietação pernambucana – o *Guaicuru* se dizia órgão do "generoso e honrado partido republicano", que queria "a República, não unitária, compacta e indivisível, como a quiseram outrora, e hoje ainda a querem os franceses... mas como a ilustrada e feliz União Norte-Americana, fundada na robustíssima base dos três elementos orgânicos sabiamente combinados, o democrático, o representativo e o federal" (*Guaicuru*, 8 de outubro de 1850).

A idéia democrática – contida no decênio de 1850–60, que foi o do maior esplendor da monarquia, vitoriosas as suas armas no estrangeiro, estabelecida no interior a paz política, entregue o país a uma febre de indústrias e melhoramentos, que lhe revolucionara a economia – desceu de novo à praça pública em 1860.

A "Circular aos eleitores", de Teófilo Otoni lembrava a "Carta aos eleitores mineiros", de Bernardo de Vasconcelos. O Rio de Janeiro elegeu os três liberais extremados, Otoni, Francisco Otaviano e Saldanha Marinho, cujos arremessos democráticos se atenuariam pelo tempo além, conquistados os dois primeiros definitivamente pelos partidos moderados, porém cujas idéias frutificariam, até à explosão demagógica de 1862.

Deu-lhe motivo a inauguração, no Rócio, da estátua eqüestre de D. Pedro I. Tardara aquela homenagem ao fundador do Império; mas a prestou a política com a máxima pompa, despertando destarte, irritadas, todas as velhas diatribes nacionalistas que tinham, trinta anos antes, expulso do Brasil o primeiro imperador: numerosos panfletos circularam, poetas moços cantaram a glória de Tiradentes, em oposição a Pedro I, Otoni saiu a campo, qualificando o monumento de "mentira de bronze"... Nesse ambiente de exaltação política, gerado das zonas do pensamento onde repercutiam os fatos internacionais, como a luta entre o liberalismo e o imperialismo em França, a guerra civil da América do Norte, a evolução inglesa para a democracia, a unificação italiana – um

pretexto bastaria para que tomasse vulto, e cristalizasse em partido, o grupo, ainda errante e indisciplinado, de republicanos.

Foi o pretexto a derrubada intempestiva do governo de Zacarias, em 1868, com a ascensão dos conservadores no meio de uma Câmara quase totalmente liberal.

Nas dobras dessa tempestade o Partido Republicano nasceu. Derivou do manifesto liberal radical de 1868. Américo Brasiliense declara que foi a grande maioria dos radicais, exacerbados pelo "passe de mágica" do Moderador, que aceitou a República em novembro de 1870. O manifesto de 3 de dezembro – que lhe deu as razões sociais – proclamou a necessidade da República: seria a volta do Brasil ao americanismo, seria a federação, seria a igualdade, a soberania do povo afinal. O partido incipiente não enfrentava o problema da abolição; considerava-o uma questão dos partidos monárquicos; a sua atitude era antes de "observação" do presente, para a "colheita" do futuro; era o partido da evolução. "O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela abolição", diria Nabuco.

A província de S. Paulo, porém, deu à nova facção os seus primeiros elementos de êxito. Depois de 1870, e em conseqüência do aumento das correntes imigratórias, S. Paulo passara a caracterizar o seu progresso pelo industrialismo, numa multiplicação de iniciativas que já fazia prever o empório do século XX.

Abre-se ali, mais rudemente do que nas outras províncias, o conflito entre a lavoura escravagista, cujo núcleo central era Campinas, e a moderna indústria. Estabelece-se a "mentalidade das inovações", isto é, a "condição econômica" para um novo regime. Queixam-se os deputados paulistas, como Martim Francisco, em 1881, de que o governo imperial não atendia às exigências do desenvolvimento econômico da sua província. As classes conservadoras sentem-se atadas pelo retraimento de crédito, pela escassez do meio circulante, pela progressiva demolição da barreira alfandegária de proteção à indústria nacional, em satisfação da lavoura, que fazia os ministérios e preponderava absolutamente – e foi nessa corrente de protestos que navegou a idéia republicana.

S. Paulo podia ser a mais republicana das províncias do Império porque era a mais distanciada das forças tradicionais da opinião: o trabalho,

a grande imigração, o domínio da máquina, a resistência da agricultura às leis abolicionistas, a riqueza crescente, reclamando uma política adequada e paulista, desenharam ali uma fisionomia diversa. Aparece o Partido Republicano Paulista em 1870. Em 73, reúne-se a convenção republicana de Itu. De então até 1889, o partido cresce, engrossando com as deserções dos conservadores monárquicos, que não perdoam à monarquia a abolição. Os três primeiros deputados republicanos que tomaram assento na Câmara do Império foram Campos Sales e Prudente de Morais, por S. Paulo, e Álvaro Botelho, por Minas (1885). Por isso, ao proclamar-se a República, acharam as novas instituições em S. Paulo uma base civil de sustentação – preparada pelos políticos da propaganda, que foram os estadistas revelados pela queda do trono: Glicério, Prudente de Morais, Campos Sales, Bernardino de Campos...

No Rio Grande do Sul o idealismo republicano que continuara a queimar, nas cinzas da revolução "farroupilha", durante o segundo reinado, assume uma feição organizada com a Convenção de 23 de fevereiro de 1882, calcada nos moldes do Congresso de Itu.[382]

Era a província radicalmente liberal que podia eleger uma bancada inteira de oposição, com Silveira Martins, assimilar os conservadores, diluindo-lhes a corrente numa unanimidade liberal, e deixar-se influenciar de tal sorte pela doutrinação positivista, que o pugilo de moços que fizeram *A Federação*, em 84, viveriam e morreriam fiéis ao credo da sua juventude. À frente deles, estava Júlio de Castilhos. Forja-se nesse ambiente filosófico a mais grave das quatro questões militares, que foi a de Sena Madureira – Deodoro –, Pelotas, chamada pelo Barão de Cotegipe, do "exército deliberante". Como S. Paulo, o Rio Grande era terra de imigração estrangeira; porém, mais que a outra província, abria-se esta a todas as influências do Prata. Deviam lá soprar, mais fortes, os ventos democráticos; à tradição republicana, dos "farrapos", se juntava a sugestão republicana, dos vizinhos... Havia, em 1888, 56 clubes republicanos em Minas Gerais, 48 em S. Paulo, 32 no Rio Grande do Sul; eram as províncias mais predispostas à transformação política que se anunciava. No Norte esse movimento foi bem mais moderado. Se a província do Rio – onde, como escreveu Nabuco, os conservadores educados por Paulino, Eusébio

---

382 OTHELO ROSA, *Júlio de Castilhos*, p. 160, Porto Alegre, 1928.

e Andrade Figueira, se passaram em massa para as fileiras republicanas, em virtude da abolição – tinha os seus 30 clubes de propaganda contra a monarquia, em Pernambuco havia 6, no Pará, 5, 3 na Bahia, no Ceará, dois, um em Alagoas...

Mas não foi a opinião civil que fez a República em 1889. Não tinha ainda forças para tanto.[383] Vejamos como a proclamaram as classes armadas.

---

383 Vd. EVARISTO DE MORAES, *Da Monarquia para a República*, p. 75, Rio, 1936.

. . . .

XXVI
A Proclamação da República – O 3º Reinado – Silveira Martins – A Conspiração e Deodoro – Adesão dos Políticos – Véspera do Golpe – 15 de Novembro – Fim do Império

Avizinhava-se o terceiro reinado. O Imperador voltara da Europa restabelecido da enfermidade que extremamente o debilitara, a ponto de girar a política, certo tempo, a roda da sucessão dinástica. Mas a saúde de D. Pedro II continuava a inspirar cuidados. Os adversários do governo acusavam-no de amolecimento cerebral – porque Sua Majestade aumentava, com o retraimento cada vez maior do Moderador, a autoridade do presidente do Conselho. Dizia-se que vivia governado pelo cortezanismo, enxameante em torno da princesa e do Conde d'Eu, o "Francês". A impopularidade deste crescia, à medida que a propaganda republicana avultava, chamando freneticamente a atenção do país para as perspectivas do 3º reinado, com o Orléans, representante de uma Casa banida da sua própria terra, ramo de um tronco que os jornais extremistas de França (a época era de Gambetta) apresentavam com os seus séculos de carcoma... A imprensa republicana (*O Paiz*, de Quintino, o *Correio do Povo*, de Sampaio Ferraz, o *Diário de Notícias*, de Rui), mostrava na pessoa do antigo general-em-chefe do Exército brasileiro no Paraguai um reacionário intolerante, a imagem da velha monarquia que a Revolução

expulsara da Europa. Não se via, no 3º reinado, a figura da princesa Isabel, predisposta àquela "ditadura do povo", sacrificando-lhe a Coroa, porém o "francês", o consorte, o possível ditador ultramontano. O Conde d'Eu não lograva fugir ao círculo de ferro da campanha jornalística. Debalde os seus modos burgueses, a sua larga bondade, a sua discrição e o respeito que votava ao governo, de modo a disfarçar quanto possível a influência que poderia exercer, durante os três períodos regenciais da esposa, desmentiam as assacadilhas e os boatos. Viajou pelo Império, como para reconciliar-se com as populações, e ouviu, em toda parte, ecos de protestos abafados. A nação, depois de 1888, parecia resolvida a não se deixar governar por um príncipe que tivesse apenas por título uma escritura nupcial. Murmurou-se entre políticos da Corte fiéis ao regime que seria preferível dar a sucessão do trono a um dos netos do imperador. Naturalmente ao príncipe D. Pedro, filho do Duque de Saxe... Somente D. Pedro II não parecia sensível às apreensões que o problema espalhava na Corte. Quanto à República, confessaria mais tarde: "Pela evolução sempre a quis; seria prova de desenvolvimento, sobretudo moral, do meu querido Brasil."[384]

SILVEIRA MARTINS

Houve um político que tomou a peito rasgar ao futuro reinado uma estrada ampla. Chamou-lhe Nabuco o "Sansão do Império". Atirara-se à tarefa de consolidar a monarquia para os netos de D. Pedro I. Foi o senador Silveira Martins. Feito por Ouro Preto presidente do Rio Grande do Sul – a sua província, a mais republicana das províncias do Império, cuja chefia política entretanto lhe pertencia, desde 1872 –, Silveira Martins logo se afigurara ao exército da "questão militar", seriamente desconfiado do gabinete liberal, o grande inimigo. Demais disto, o tribuno gaúcho era adversário de Deodoro. Queriam-se um mal profundo. Sem função na Corte, Deodoro era o general ferido nos seus melindres, acessível às queixas dos companheiros, inclinado a acompanhá-los em todas as manifestações de desagrado, que a inflexível atitude de Ouro Preto ia suscitando.

384 VISCONDE DE TAUNAY, *Homens e coisas do Império*, p. 126. Sobre o 3º Reinado; ALBERTO RANGEL, *Gastão de Orléans*, p. 414, S. Paulo, 1935.

Silveira Martins foi o pretexto; o fim, era a substituição da forma de governo.

A CONSPIRAÇÃO E DEODORO

Entraram a conspirar os militares, que até então se tinham limitado às demonstrações, coletivas ou individuais, de altivez ou de independência. O Capitão Adolfo da Fontoura Mena Barreto, chegando ao Rio, procedente do Rio Grande, foi o portador da flama. Procurou Deodoro – a quem a doença abatera no leito – para informar sobre os propósitos de Silveira Martins, a sistemática indisposição do ministério em relação ao Exército, os rumores que se elevavam acerca do armamento e instrução de tropas milicianas, que deviam garantir o governo contra os soldados da nação... Deodoro irritou-se, rugiu que não permitiria a destruição do Exército, prometeu: "Voltará o 31."[385] Mena Barreto certifica-se de que os conspiradores teriam no velho cabo de guerra o seu chefe natural. E assim – centralizando a formidável oposição das classes armadas ao gabinete de 7 de junho – se achou Manoel Deodoro da Fonseca transformado em Lima e Silva do segundo reinado. Muito doente os oficiais subalternos do 1º e do 9º de cavalaria foram visitá-lo, incorporados, no dia 17. Era o indício de um movimento de opinião no seio dos quartéis. Deodoro não pôde recebê-los, mas a imprensa noticiou, alarmou-se a rua do Ouvidor, o governo se preveniu. Recomeçavam as inquietações, que prenunciam as revoltas.

A conspiração estendeu-se. Não contava com o apoio de patente de superiores: os envolvidos eram capitães, tenentes, alferes, e a mocidade da Escola de Guerra. O mais graduado dos conjurados foi o Major Solon, que entrou nas confabulações a 31 de outubro. Os agentes de ligação e esculcas do movimento foram os jovens oficiais da 2ª brigada, sustentados por um pugilo de alferes-alunos, dispostos a dar a vida por Benjamin Constant. Era este o mentor, o profeta, o apóstolo daquela República que os discípulos lhe pediam – adivinhando-a pura como o mestre a invocava.

Então, os menores incidentes serviam à causa.

385 ERNESTO SENA, *Deodoro*, p. 37, Rio, 1913.

Ocorreu o da Escola de Guerra, quando Benjamin, discursando diante dos oficiais do couraçado chileno *Cochrane* e do ministro da Guerra interino, Cândido de Oliveira, usou uma candente linguagem para verberar o desapreço que o governo votava ao Exército.

Retirou-se o ministro. O escândalo tornou-se conhecido na cidade. No dia imediato, na mesma Escola, recebia Benjamin expressiva manifestação de carinho dos oficiais da 2ª brigada, que em grande número compareceram, falando em nome dos cadetes o alferes-aluno Augusto Tasso Fragoso, pelo 2º regimento o 1º tenente Saturnino Nicoláu Cardoso, pelo 1º e 9º o capitão Mena Barreto. O governo mandou censurar os manifestantes, abriu inquérito nos corpos para apurar responsabilidades, demitiu o comandante da Escola... Extremava-se o conflito.

Os civis, porém, só intervieram a 27 de outubro.

ADESÃO DOS POLÍTICOS

A prova de que os militares não se tinham ainda disposto a assumir a atitude revolucionária, de que resultaria a mudança das instituições, estava no seu louvável alheamento dos políticos, apesar das ligações íntimas existentes entre alguns generais e os partidos. A caserna fora impermeável à infiltração republicana. A propaganda democrática que lá se fazia era o fruto da filosofia positiva, da Escola de Guerra, da experiência ou do desgosto de muitos, do espírito de insubmissão e do exaltado idealismo de outros, não era a influência direta da política, que até àquela data rondara, insucedida, os quartéis.

Fato extraordinário, não foram os políticos que forçaram os portões das praças militares; foram os oficiais que os atraíram ao seu grêmio.

O golpe de novembro de 89 caracterizou-se exclusivamente militar. *Ratione loci, ratione persone*... Premeditado no meado do ano, delineado em 16 de outubro, começando a executar em 17 e 26, ou fosse nas duas visitas ruidosas da oficialidade do Rio, a Deodoro e Benjamin, só teve o concurso dos republicanos civis a partir de 27 de outubro, às vesperas da explosão e quando esta se tornara inevitável.

Um dos conjurados, o Tenente Sebastião Bandeira, declararia depois que os acontecimentos surpreenderam os republicanos ditos "históricos".[386] Tudo rápido, precipitado, imprevisto. As cautelas foram extremas, tão suspeitoso andava o governo dos passos de certos oficiais moços, que entre os corpos da 2ª brigada e a casa de Deodoro, no campo de Santana, teciam a teia da revolução. A persuasão, que arregimentava, para o movimento, os batalhões do Rio, valia-se dos artigos incendiários da imprensa, distribuídos entre a soldadesca, da circunstância de terem sido aumentadas as polícias da Corte e da província do Rio (governada por um irmão do presidente do Conselho), do fato de receberem carabinas Comblain, melhores que as armas do Exército, a guarda cívica e a guarda nacional, apressadamente instruídas, dizia-se que para substituírem algum dia a força de linha...

O Visconde de Maracaju, depois de dois meses de licença, por enfermidade grave, reassumiu o ministério da Guerra em 12 de novembro.

Já era tarde.

VÉSPERAS DO GOLPE

Em 31 de outubro, entendiam-se Aristides Lobo, o Major Solon e o Capitão Mena Barreto. Associaram os seus companheiros de idéias à conspiração, a partir de 2 de novembro. Declarou Quintino Bocaiúva que "se o Exército assim não procedesse, teríamos 3º, 4º e 5º reinados".[387] Os militares dirigiam; os políticos prometiam-lhes a coadjuvação popular, no Rio e em S. Paulo, onde Campos Sales era chefe republicano. Francisco Glicério, "a figura mais popular da propaganda" naquela província,[388] viera ao Rio inteirar-se dos concertos. S. Paulo representaria, em 1889, o papel reservado à Bahia em 1822 e a Minas Gerais em 1831... Os oficiais superiores, como o Major Silva Teles, re traíam-se ou desaprovavam-se; os oficiais inferiores – quantos recebiam a confidência dos iniciados – aderiam com entusiasmo. Nenhum dos

---

386 ERNESTO SENA, op. cit., p. 165.

387 E. SENA, *op. cit.*, p. 42.

388 CÂNDIDO MOTA FILHO, *Uma Grande Vida* – Bernardino de Campos, p. 55, S. Paulo, 1932.

conjurados era mais ativo e impetuoso do que o alferes-aluno Joaquim Inácio. A 1ª brigada diminuía a resistência ao trabalho dos conspiradores, que tinham nas mãos a artilharia e a cavalaria. Militarmente, a situação era deles. Definiram-na na sessão do Club Militar, de 9 de novembro, que se celebrou na mesma noite em que, na Ilha Fiscal, o Imperador oferecia um baile pomposo à Marinha do Chile – o último da Monarquia. Para aquela sessão, presidida por Benjamin, fora preparada uma assistência própria: inscreveram-se no dia 5 numerosos oficiais de baixas patentes, que passavam a formar maioria no Club, subtraindo-o à dominação dos oficiais idosos. Assentaram – por proposta de Joaquim Inácio – dar a Benjamin carta branca para o desagravo da classe. Consistiria este na saída das forças em dia próximo – que seria 18 – para depor o ministério e implantar a República. Benjamin, um momento, mostrou irresolução: foi quando pensou na sorte do monarca. Seria exilado – responderam.

Apenas na noite de 11 de novembro ouviu Deodoro *os leaders* do Partido Republicano. Estranhos ainda aos segredos do golpe militar, foram advertidos dele na ocasião em que os serralheiros do arsenal, clandestinamente, reduziam o calibre das lanternetas, e o 2º de artilharia estava pronto para atacar.

Reuniram-se, na residência do general, Quintino, Rui Barbosa, Aristides Lobo e os oficiais superiores da armada Wandenkolk e Frederico Lorena. Benjamin era o mediador.[389] Quintino organizou a lista dos futuros ministros. Tiveram aqueles políticos o tempo restrito para meditar sobre o regime que melhor convinha ao Brasil. Pois entraram os conspiradores a desenvolver a sua intriga, depois do embarque, para o norte, do batalhão 22. Assoalharam, para incitar os soldados da 2ª, que Ouro Preto ia ordenar a partida da artilharia para S. Borja, no Rio Grande, ao que replicou o comandante, que queimaria os últimos morrões antes de se submeter. Trataram de neutralizar as dedicações que ainda tinha o governo nos quartéis, como o General Floriano Peixoto, ajudante general do Exército e, depois de Maracaju e seu irmão, o Barão do Rio Apa, comandante da polícia, o oficial de confianca de Ouro Preto. Espalharam outras novidades, sobre transferências acintosas de regimento da guarnição

389 LEÔNCIO CORREIA, *A Verdade Históricasobre o 15 de Novembro*, Rio, 1939.

– das quais não cogitava o governo. Por fim, na tarde de 14, para evitar a excessiva demora do levante, saiu o Major Solon pela cidade, a distribuir a notícia, também falsa, de que Ouro Preto acabava de mandar prender Deodoro e Benjamin Constant, todos os chefes suspeitos do Exército... A centelha abrasou o paiol. Às 7 horas da noite a agitação começou nos vários corpos da brigada. E só então o governo decidiu agir. Enquanto os conspiradores punham em armas a brigada, expediam emissários aos dirigentes e recebiam ordem de Deodoro para sair ao amanhecer – eram concentradas forças policiais, marinheiros e polícia nos pátios do Quartel-General, e chamado o General Almeida Barreto, desafeto de Deodoro, porém já filiado ao movimento, para comandar a 1ª brigada.

15 DE NOVEMBRO

O imperador veraneava em Petrópolis.

Deodoro apesar da noite má que passara, muito combalido ainda, resolvera montar a cavalo e pôr-se à frente da tropa. Esta, rigorosamente armada e equipada, puxando dezesseis canhões, marchou para o campo de Santana, sem encontrar obstáculos, e desenvolveu as baterias em frente ao Quartel-General, como se aí não estivesse um ministério, cercado de baionetas, e disposto a não se render senão ao império das circunstâncias... Nem Floriano nem Maracaju se mostravam resolvidos a levar a solidariedade com o governo para o terreno da luta. Almeida Barreto teve ordem de assaltar os ocupantes do Campo. Montou a cavalo. Saiu com mil homens, em forma de combate. Encontrou Deodoro – ao lado de Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva – e disse-lhe que não desembainharia contra irmãos a sua espada. Fraternizou. Ouviram-se tiros. Era o ministro da Marinha, Barão de Ladário, que, à voz de prisão, desfechara contra um pelotão a carga do seu revólver, e fora ferido e preso. Não havia quem cumprisse as ordens incisivas do Visconde de Ouro Preto. Um oficial subalterno objetou que a sangueira seria terrível se tais ordens fossem obedecidas.

Ouro Preto, implacável, mandou o ministro da Guerra censurar o jovem oficial. Maracaju disse-lhe ao ouvido: “Excelência, este rapaz é filho do Visconde de Pelotas.” Escreveu depois Ouro Preto, que só então compreendera a situação. De Floriano, a quem concitou a fazer

tomar os canhões, ali defronte, a exemplo dos seus atos de bravura na guerra, ouviu a frase definitiva, de que no Paraguai é que se conquistavam à baioneta as baterias, não agora, sendo todos brasileiros.

De repente, aclamações atroam. Os portões do Quartel-General tinham sido abertos e entrara Deodoro, só, entre alas dos soldados imperiais, que à vista do vencedor o aplaudiam. Vivas à República estridularam, estenderam-se, generalizados, ao tempo em que pequenos grupos de populares ouvem os políticos republicanos, Sampaio Ferraz, Aristides Lobo.

Diluíram-se naqueles brados a resistência armada e as instituições resvalavam naquela onda sonora, que desbordou do Campo, desceu à cidade, encanou na rua do Ouvidor, passando pela redação dos jornais, com uma catadupla de discursos delirantes.

Deodoro subiu as escadas que levavam ao gabinete onde, reunido, e com exceção de Ladário, o ministério deliberava ainda.

Frente a frente de Ouro Preto, o general explicou-lhe os fins da revolta, os dissabores pessoais que curtira, as queixas do Exército, terminando por declarar deposto o ministério e preso o presidente do Conselho. A cena era impressionante pela estatura moral daqueles dois homens, pela energia do seu olhar, pelo vigor de suas vontades, encarnando um a força que triunfava, o outro o regime que caía e tinha ainda, no seu chefe civil, um defensor indomado. A resposta de Ouro Preto foi incisiva, dizendo que, mais do que Deodoro, que alegava três ou quatro noites passadas num charco, em defesa da pátria, sofria ter de ouvi-lo; entregava-se preso, porque nada mais podia fazer...

FIM DO IMPÉRIO

Telegrafara antes Ouro Preto para Petrópolis, noticiando ao Imperador a revolta e pedindo-lhe o imediato regresso, para atender à situação, desde que considerado demitido o gabinete.

D. Pedro II chegou ao meio-dia. Às 4 horas procurou-o Ouro Preto, no Paço da Cidade. Resignou de viva voz o governo e – consultado sobre quem devia suceder-lhe – indicou Silveira Martins, então em viagem, do Rio Grande para a Corte. Aquiesceu o Imperador; mas, logo a seguir, ouvindo o Conselho de Estado, chamou Saraiva. Dava-lhe carta

branca. Que agisse como entendesse. Desta vez não pudera Saraiva excusar-se. Porém não aceitaria sem falar a Deodoro, chefe de fato – desde que somente a este a guarnição obedecia e as aclamações revolucionárias continuavam a rolar pela cidade, constituindo a tropa prisioneira, virtualmente, a família reinante. Escreveu uma carta ao marechal, em que lhe pedia uma audiência para o dia imediato. A missiva foi enviada, às 3 horas da madrugada, por intermédio do major de engenheiros Roberto Trompowski, que, por única resposta, levou ao imperador a notificação de que a República estava proclamada, o governo provisório, constituído...

"Não aguardou o Sr. Saraiva o regresso do emissário...".[390] Retirara-se para a sua casa, como quem nada mais tinha a fazer.

Era a República. Principalmente para os estadistas encanecidos na política e para os senadores do Império, vitalícios, habituados a todas as crises de opinião que terminavam, serenamente, com as transformações ministeriais, a imensa surpresa da República lá estava. O povo não a esperava, e, como o povo, o Partido Republicano, que só soube da boa nova depois do regime instituído, no aparato do desfile militar, ao sol de 15 de novembro, pelas ruas coalhadas de gente, atraída pelo espetáculo da formatura dos regimentos.

A força dos republicanos civis, realmente, era ainda de pouca valia – exceção feita por seus pujantes arraiais de S. Paulo (onde, desde 1827, 21 jornais lhe propagavam as idéias, e à frente destas estavam Rangel Pestana, Campos Sales, Prudente de Morais, Bernardino de Campos, Glicério, Américo Brasiliense, Cerqueira César...) e do Rio Grande do Sul (onde Júlio de Castilhos comandava a sua jovem brigada de positivistas, adentrando-se à sombra de *A Federação*, que aparecera em 1º de janeiro de 1884, órgão do partido, e a sua fortaleza).

Nabuco referira-se ao "solilóquio" republicano. Facção ainda dispersa, o seu futuro estava no desgaste dos partidos tradicionais, e os seus nomes mais acatados eram de dois publicistas, Quintino e Saldanha Marinho; idealista, eloqüente, demolidora. Faziam-lhe a vanguarda os jornalistas exaltados, como Sampaio Ferraz, e os oradores apocalípticos,

390 AFONSO CELSO, *Visconde de Ouro Preto*, Rev. do Inst. Hist., vol. 157, p. 89.

como Silva Jardim. Os tribunos mais populares da Abolição, como Patrocínio, tinham parado no terceiro reinado; outros, como Nabuco, estacavam na federação das províncias. Os "republicanos de 14 de maio", como chamava José do Patrocínio, na "Cidade do Rio", os conservadores incompatibilizados com a Coroa, e os liberais desligados da corrente do Visconde de Ouro Preto, como Rui, não se tinham apresentado à nação como adversários do trono; eram evolucionistas.

Esses homens haviam de fazer a estabilidade da República, depois que o exército – e o exército somente – a proclamou: tinham experiência, talento, influência e aquele prestígio que a "casaca" e o sentimento jurídico davam, numa sociedade que a monarquia plasmara nas suas formas civilistas.

O núcleo republicano, isto é, o partido fundado em 3 de dezembro de 1870 e refundido em 73, não prosperara sensivelmente naqueles dezoito anos. Vários signatários do manifesto de 70 ou se tinham definitivamente silenciado como Cristiano Otoni ou passado a servir à Monarquia, como o Conselheiro Lafaiete. Com sacrifícios pessoais, os propagandistas, no Rio Grande, mantiveram *A Federação*. Quintino continuava a redigir *O País*; afirmara sinceramente, às vésperas da explosão revolucionária, que, sem o Exército, viriam 3º, 4º e 5º reinados. Era esperar que as academias fornecessem o seu grande contingente de estudantes republicanos; que aquela mocidade, que de S. Paulo e Recife irradiava para todas as províncias, comungando o ideal francês ou americano da República leiga, levasse a toda parte a sua fé; e da renovação social, que se operava, saísse o "ambiente", propício à mudança das instituições. Esperava-se que a morte do Imperador fosse a solução natural. Júlio de Castilhos, com os positivistas, dizia: a revolução virá por si... Em 15 de julho de 1889, à saída do teatro, sofrera D. Pedro II um estúpido atentado. Um rapaz, empregado no comércio, que se verificou ser um paranóico, desfechou um tiro de revólver, que errou o alvo. Pediu o Imperador que não castigassem o moço... Porém, notou André Rebouças no seu *Diário*, aos monarquistas sinceros surpreendeu a quase indiferença que o caso encontrara, entre os aristocratas de Petropólis.

O regime decompunha-se.

A nobreza, agitada pela febre de negócios, que vinha do gabinete João Alfredo e crescera no de Ouro Preto, com a nova lei de sociedades anônimas e o desvario da bússola econômica, desinteressava-se da política monárquica.

O Exército pôde derrubar o trono sem incidentes mais graves.

Parece que só um ano depois se deu conta o país da modificação que houvera...

O povo assistiu àquilo "bestializado, atônito, sem conhecer o que significava" – escreveu Aristides Lobo. Noite alta de 15 de novembro – depois da parada, dos discursos populares, das aclamações, da festa nas redações dos jornais – Deodoro, por indicação de Quintino (naturalmente imposto pelos acontecimentos como chefe civil), aprovada por Benjamin (que era a alma do movimento), organizava o governo provisório. Ficava ele na chefia suprema da nação, à espera de que a Assembléia Constituinte talhasse para o Brasil o regime adequado, republicano-federativo, nos termos do decreto número um, no mesmo dia expedido e da lavra do ministro da Fazenda – também assessor jurídico da ditadura – Rui Barbosa. Os outros ministros eram Benjamin Constant, na pasta da Guerra, e, logo depois, da Instrução, Quintino na do Exterior, Glicério na da Justiça, Demétrio Ribeiro na de Obras Públicas, Wandenkolk e Floriano (quando Benjamin deixou o ministério da Guerra) nas pastas militares.

Apenas no dia 16, às 3 horas da tarde, recebeu D. Pedro II – que continuava encerrado no Paço da Cidade, com a sua família – a mensagem em que Deodoro lhe dava o prazo de 24 horas para deixar o Brasil, cercado de todas as garantias e em gozo da dotação que a lei lhe assegurava, "até que sobre esse ponto se pronuncie a próxima Assembléia Constituinte".

Respondeu-lhe: "À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta pátria, de nós tão extremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo os mais ardentes votos por

sua grandeza e prosperidade. – Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. D. Pedro de Alcântara."

Embarcou a família imperial na madrugada de 17 e, a bordo do vapor "Alagoas", seguiu viagem para o exílio. A República ficava instituída – com todos os elementos para uma vida longa –, prognosticava Patrocínio, em 18 de novembro, quando, já avisadas pelo telégrafo de que o Exército nacional tinha doado ao Brasil um novo regime, a ele aderiam todas as províncias.

No exílio, em Paris, faleceu D. Pedro II, em 5 de dezembro de 1891.

. . . .

XXVII
A Consolidação da República

Operou-se em 1889 uma profunda mudança em todos os aspectos da vida nacional.

Instituiu-se a república federativa, com a máxima descentralização administrativa. Foi separada a Igreja do Estado, decretado o casamento civil, alterada a política econômica, sobretudo adotadas práticas financeiras em inteiro desacordo com o passado.

O ano de 1890 foi o do "ensilhamento", ou da febre comercial, dos negócios da bolsa, da especulação e prosperidade fictícias, produzindo o ambiente de desordem espiritual em que a República pôde consolidar-se facilmente. O *frenesi* da praça do Rio desviou a atenção pública dos fatos propriamente políticos para o delírio financista. Dir-se-ia que o Império refreara as iniciativas, contivera a imaginação em limites tão prudentes que a revolução fora um arrebentar de diques.

A Monarquia, para atenuar o prejuízo da lavoura com a abolição, prodigalizara, em 1888–89, o crédito rural. O Visconde de Ouro Preto criara um grande banco emissor com o triplo do capital em moeda metálica, concedendo a faculdade de emitir a companhias com capital de 10 a 15 mil contos, de maneira a aumentar, na medida das necessidades, o meio circulante. O governo provisório fez o contrário. Desprezou a

praxe de emitir-se dinheiro sobre lastro, ouro, e, por decreto de 17 de janeiro de 90, permitiu a bancos nacionais a emissão sobre apólices. O "ensilhamento" atingiu o auge. Entre novembro de 89 e outubro de 90 fundaram-se sociedades anônimas com 1.160.000 contos de capital, enquanto que em todo o período anterior esse capital não passara de 813.489 contos.[391] "As empresas e companhias multiplicaram-se em uma progressão espantosa, de tal sorte que ultimamente já escasseavam ao gênio inventivo denominações..." diria meses depois o Barão de Lucena. Dá-se a inundação de títulos na Bolsa, formam-se e desfazem-se fortunas fabulosas, o câmbio cai, da paridade de 27 em que estivera, em 89, para taxas vis, e no Rio de Janeiro se vive uma confusão apenas propícia ao novo regime, que assim pode agüentar-se, protegido pelo desvario comercial que distrai a opinião e a mistifica, como se houvera começado uma idade de ouro. O que fica é apenas o surto industrial, resultante da tarifa protecionista de 1890, que Rui Barbosa justificou com a necessidade política de criar-se a democracia pelo trabalho das fábricas.

O governo provisório trabalhou intensamente, porém sempre dividido, e incapaz de manter-se por muito tempo. O Marechal Deodoro era impaciente e autoritário. Lutava com o liberalismo sistemático de uns e a política pessoal de outros ministros. Por decreto de 23 de dezembro de 89 extinguira a liberdade de imprensa, a fim de evitar que os jornais continuassem a induzir a tropa à revolta, que, por oito anos, fora a constante e imediata ameaça. Sustentou Rui Barbosa na sua administração financeira, contra os demais membros do governo. Separou-se aos poucos dos republicanos mais influentes, a começar por Benjamin Constant, que transferiu da pasta da Guerra para a da Instrução, e Quintino Bocaiúva, incompatibilizado com o chefe de polícia Sampaio Ferraz, que limpara a cidade de "capoeiras" e criminosos. O governo provisório, composto de homens cujas responsabilidades no momento se equivaliam, ressentia-se da falta de confiança recíproca. Rui Barbosa pediu demissão nove vezes num ano.[392] Deodoro, repetidamente, tentou abandonar a ditadura. Uma questão de aparente inoportunidade dissolveu o primeiro

---

391 AMARO CAVALCANTI, *Resenha Financeira*, p. 76; ANTÔNIO CARLOS, *Bancos de Emissão do Brasil*, Rio, 1933.

392 FERNANDO NERY, *Rui Barbosa*, p. 62, 1936.

governo republicano: a garantia de juros à companhia concessionária das obras do porto de Torres no Rio Grande do Sul, pela qual se batia o marechal, contra os seus auxiliares. Exoneraram-se estes coletivamente, em 20 de janeiro de 1891. Deodoro, deixado pelos republicanos da primeira hora, procurou a ajuda de amigos pessoais e figuras do antigo regime, como ele militantes do velho partido conservador: o Barão de Lucena chefiou o novo ministério.

A alteração era alarmante. Findo o seu primeiro ano a República voltava-se, insensivelmente, para as formas políticas que pareciam extintas com o trono. Subira, em 20 de janeiro, senão o Partido Conservador, pelo menos a sua elite que aderira à atual ordem de coisas. E quase como repetindo o mecanismo partidário de outrora, a oposição vai juntar-se à volta de um antigo liberal, da facção contrária portanto a Lucena, o Marechal Floriano Peixoto. Deveras a República não pudera ainda criar organizações, senão influências pessoais. A política do Império prolonga-se, além da revolução; até 23 de novembro de 91, quando caiu Deodoro. Dir-se-ia que o hábito fora mais forte que os acontecimentos.

Neste particular, o período seguinte, da ditadura florianista, seria apolítico, ou pretoriano, o que permitiu a formação, para o governo civil que lhe sucedeu de um partido nacional, o Partido Republicano Federal, fundado por Francisco Glicério, destinado a durar enquanto o consentiu o presidente da República.

Dissolvendo-se, como veremos, o partido de Glicério, a política passaria a ser feita mediante a aliança dos governadores dos estados com o Governo Federal, a "políticas dos governadores", de Campos Sales, situação de fato que impossibilitou, daí por diante, a reprodução dos costumes partidários da Monarquia.

Lucena tratou de corrigir os erros financeiros do governo provisório, pondo fim ao "ensilhamento". Entretanto, as eleições gerais tinham sido convocadas logo em 21 de dezembro de 89, e se reunira a Constituinte, na sua maioria composta de adeptos entusiastas da República, elaborando, entre dezembro e fevereiro de 91, a Carta política da nação. Essa Constituição obedecia, nas suas linhas gerais, à proposta do governo, da autoria de Rui Barbosa, no sentido de organizar o país de modo análogo aos Estados Unidos da América do Norte, com a completa

autonomia estadual, reservando-se ao centro um mínimo de atribuições, que a assembléia ainda mais restringiu.

Preponderou a tendência federalista que datava de 1831, não se chegando a maiores limitações do poder nacional em virtude da ação oportuna e enérgica, suasória e eficiente, do presidente da Constituinte, Prudente de Morais, que conseguiu abreviar e conduzir a bom termo os trabalhos daquele Congresso heterogêneo e pouco instruído das realidades brasileiras.

A Constituição, tal como foi promulgada em 24 de fevereiro, daria à República vida longa e florescente, porque atendia às idéias mais caras aos propagandistas democráticos: 1) o regimento presidencial ou do governo forte; 2) o absoluto respeito à autonomia dos Estados; 3) a instituição do Supremo Tribunal Federal como fiscal da constitucionalidade das leis, substituindo-se virtualmente ao poder moderador. Outra vantagem da Constituição era a sobriedade do texto, de maneira a não ser embaraço às leis supervenientes, que as necessidades públicas aconselhassem. Realmente, ela não impediria nos quarenta anos seguintes, o funcionamento, segundo as situações de fato apresentadas, de todos os organismos que um moderno e grande Estado requer.

Porém a passagem do Brasil, do modelo francês e inglês da política do Império para o modelo norte-americano da política republicana, não lhe valeu a paz interna, menos a calma dos espíritos.

A Constituinte, antes de transformar-se em congresso normal, tinha de eleger presidente e vice-presidente da República. A candidatura de Deodoro periclitou; venceu graças à intervenção de Campos Sales (e de S. Paulo), com o patriótico intuito de evitar a agitação militar que resultaria da derrota do proclamador da República. Mas a eleição de Floriano Peixoto para vice-presidente, como o homem indicado para se opor de futuro a Deodoro, pressagiava a crise, que nem a intransigência de Lucena, nem a sobranceria do presidente souberam conjurar.

A oposição no Congresso avultou.

Complicava-se com as decepções que o regime causara e o fortalecimento do partido monarquista, cujo prestígio crescia com o descontentamento das classes conservadoras, em conseqüência da desordem financeira, e a desarmonia declarada entre os republicanos históricos. As providências de Lucena para restituir o comércio ao seu

antigo equílibrio, tinham revelado a ilusão do "ensilhamento", a mentira daquela prosperidade irreal, quanto a alucinação bolsista havia transtornado a gente de negócios.

O ano de 1890 fora o ano de enriquecimento. O ano de 1891 foi o ano das quebras.

Poucas companhias formadas nos dias febris do governo provisório prolongaram a existência fora do período anormal em que tudo se desnorteara. O crédito público arruinara-se. Não havendo, por outro lado, segurança de ordem, de serenidade, os banqueiros estrangeiros se negavam a auxiliar o Brasil.

Neste ambiente pessimista a oposição do Congresso se desenvolveu, com projetos revolucionários tão claros que Deodoro só encontrou uma solução para o caso: o golpe de Estado. Votara uma lei de responsabilidade do presidente. Naturalmente essa lei suscitaria a denúncia, e a esta se seguiria a suspensão do presidente de suas funções (*impeachment*). Vetou-a o marechal. O senador rejeitou o veto; e antes que a Câmara acompanhasse nisso o Senado, Deodoro, em 3 de novembro de 91, decretou a dissolução do Congresso.

Todos os governadores, com excessão do governador do Pará, Lauro Sodré, aprovaram o golpe de Estado, que impressionou o país semelhantemente à análoga violência, que em 1823 praticara D. Pedro I.

Os congressistas dissolvidos procuraram o apoio do vice-presidente Floriano.

Em 23 de novembro o Almirante Custódio de Melo revoltou parte da esquadra e advertiu ao governo com um tiro do couraçado "Aquidaban".

Deodoro prefiriu renunciar a resistir, pensando nas proporções da tragédia, que provocara, sem entretanto ousar alimentá-la, como queriam os militares que o cercavam. Agiu em 3 de novembro como D. Pedro I, e no dia 23 com D. Pedro II. Resignou em favor do vice-presidente, que assumiu o poder para imediatamente restabelecer o Congresso e derrubar os governadores que tinham aplaudido o golpe de Estado.

Ficava Floriano hostilizado pelos amigos de Deodoro, porém com os antigos políticos, a maioria do Congresso e os novos governa-

dores a seu lado, sustentando-lhe o governo que se não submeteria mais a influências de caráter partidário, nem às velhas fórmulas, distiguindo-se pelo cunho individual, caprichoso e indiferente à legalidade, do bravo soldado que a história iria conhecer como "marechal de ferro".

Tudo correria bem, se desde logo uma dúvida não surgisse quanto ao prazo do governo de Floriano.

Não tendo Deodoro governado dois anos a fio, entendeu-se que o vice-presidente em exercício deveria convocar incontinenti eleições presidenciais; entretanto o próprio Floriano, sem admitir essa interpretação, considerou do seu dever concluir o quatriênio em 15 de novembro de 1894. Em 17 de junho fez repor no governo do Rio Grande do Sul Júlio de Castilhos. A facção de Gaspar da Silveira Martins, a mais poderosa do Estado, que por todos os meios pretendia revogar a Constituição rio-grandense calcada na filosofia positivista e reputada em desacordo com a Lei Suprema da nação, apelou para as armas. Nos entrementes, treze oficiais generais publicam uma declaração favorável à decretação das eleições, e Floriano a todos reforma administrativamente. O povo agita-se e tenta lançar-se sobre o palácio presidencial. A força contém a multidão e, por decretos de 10 e 12 de abril, são presos e desterrados 48 cidadãos ilustres, entre os quais 4 senadores e sete deputados. O governo finge ignorar a lei; a oposição proclama a necessidade de destruir-se o governo por uma revolução, cujos focos são, naturalmente, o Rio Grande do Sul, convulsionado pela luta regional, e a armada que papel tão saliente tivera na queda de Deodoro.

O Almirante Wandenkolk, a bordo de um navio mercante, intentou forçar a barra do Rio Grande; foi preso e processado. O Club Naval elegeu-o seu presidente, num desagravo à Marinha. Custódio de Melo, que se desligara de Floriano, abandonando a pasta de ministro que este lhe dera de início, tornou-se o chefe da insurreição da esquadra, que explodiu, em todos os navios de guerra, na manhã de 6 de setembro de 1893.

A revolta abrangeu todas as forças navais. Apenas o Almirante Saldanha da Gama, comandante da Escola Naval, na ilha de Vilegaignon, demorou a sua adesão até outubro, quando, seguindo a sorte dos seus irmãos de armas, assumiu a direção das operações na baía do Rio de Janeiro.

Floriano mostrou-se então o extraordinário homem que era.

Longe de intimidar-se, ordenou às fortalezas que hostilizassem a esquadra. Organizou a defesa do litoral. Artilhou os morros. Baseou a sua política nos oficiais inferiores e jovens. Despertou o entusiasmo dos estudantes. Convenceu, com a imprensa que o apoiava, os republicanos e o povo, de que a revolta era restauradora, e constituía um ataque à República. O governo desfigurava os propósitos do movimento. Mas o ardil foi decisivo. E com esta bandeira – de defesa das instituições – impopularizou a revolta, desenvolveu o fanatismo jacobino, utilizou o nacionalismo exaltado contra as simpatias estrangeiras, sobretudo portuguesas, que favoreciam os rebeldes, e pôde assim resistir com vantagem ao duplo inimigo – Saldanha e Custódio nas águas da Guanabara, e os federalistas do Rio Grande.

Os governadores dos Estados não lhe faltaram. Sobretudo Bernardino de Campos, em S. Paulo, e Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, estiveram à altura dos acontecimentos.

Um Exército federalista, sob o comando do caudilho Gumercindo Saraiva, com um efetivo de 5 mil homens, desembarcou em Itajaí, e pela serra atacou Rio Negro e o planalto paranaense, em rumo franco de S. Paulo, enquanto o Almirante Custódio tomava Desterro, capital de Santa Catarina, e aí estabelecia um governo revolucionário.

A coluna de Gumercindo foi de repente a esperança da revolução, o perigo iminente que arrostou Floriano. Mas lhe tomou o passo, na cidade da Lapa, única resistência séria que encontrou, o Coronel Gomes Carneiro. Entre 13 de dezembro e 11 de fevereiro de 94 tiveram os federalistas de sitiar aquela cidade que só se rendeu depois de morto o seu heróico comandante.[393] Apesar da ocupação de Paranaguá por elementos da esquadra e da conquista de Curitiba, a demora do exército de Gumercindo na Lapa deu tempo a aprestar-se em S. Paulo a força que guarneceu a garganta de Itararé, e a armar-se em Buenos Aires a armada encomendada por Floriano, em substituição da que se insurgira.

Os federalistas retrocederam de Palmeiras. Logo depois Paranaguá e Curitiba caíram em poder das forças governamentais e, faltos de munições e desanimados, Saldanha e os seus companheiros abandonavam

393 Vd. PEDRO CALMON, *Gomes Carneiro, o General da República*, Rio, 1933.

no Rio os navios, pedindo asilo a bordo da flotilha de guerra portuguesa, então fundeada no mesmo porto.

Vencera a implacável tenacidade do Marechal Floriano.

O país saía da luta profundamente lesado, em conseqüência dos prejuízos materiais sofridos, e do descrédito no exterior. Porém a autoridade se reafirmara, a República não seria mais contestada, e, entregue o governo à tarefa de reprimir a revolta, lograra Glicério arregimentar as forças políticas e impor a candidatura de Prudente de Morais à presidência, a despeito da má vontade dos militares e do próprio Floriano, que chegou a lembrar o nome de Lauro Sodré para o alto cargo.

Eleito, Prudente assumiu a chefia da nação, em 15 de novembro de 94, não tendo o marechal comparecido à cerimônia de transmissão do poder, disse-se que para impedir manifestações da tropa, e um possível golpe de Estado.

Em junho do ano seguinte faleceu o Marechal Floriano.

Mas tão prolongadas agitações e o espírito que criaram não passariam sem deixar, na política brasileira, o seu vestígio duradouro. Prudente tinha de realizar um governo de pacificação, para remediar a crise que se abatera sobre o Brasil. Entretanto essa pacificação era vista pelos exaltados florianistas como uma destruição da vitória, uma reparação dada aos vencidos; e os ódios se extremaram. Afrontou-os Prudente mandando ao Rio Grande um emissário, o General Inocêncio Galvão de Queiroz, que logrou, em 23 de agosto de 95, desarmar os dois partidos, mediante um compromisso de mútuo respeito; e exigindo do Congresso, com a ameaça de renúncia em caso de negativa, a anistia geral para os revoltosos (21 de outubro), cujo chefe, o Almirante Saldanha, encerrara, com a morte heróica, a aventura militar, ao tentar invadir o Rio Grande, em Campo Osório.

Essas medidas de concórdia, em lugar de aplacar as iras, tiveram o condão de mudar os governistas da véspera em oposicionistas furiosos, cujo entusiasmo jacobino durante dois anos agitou as ruas do Rio de Janeiro, cercando de impopularidade a figura austera do presidente que restabelecera o poder civil na República.

A grave enfermidade de Prudente, entre novembro e março de 97, e a guerra de Canudos exacerbaram os ânimos, enchendo de prestígio

o Vice-Presidente Manoel Victorino, encantadora personalidade política que parecia talhado para restituir o regime à sua pureza, e assustando os florianistas com a ameaça de novo levante restaurador.

A Guerra de Canudos nada tinha de comum com a política, muito menos a corrente monarquista.[394]

Foi um conflito de fundo religioso, produzido pela barbárie sertaneja e focalizado num longínquo rincão da Bahia, que só assumiu proporções gigantescas pela incompreensão do fenômeno e brutalidade dos meios repressivos, por parte do governo empenhado em satisfazer a opinião das capitais.

Em um arraial, à beira do rio Vaza-barris, no sertão baiano, o fanático Antônio Conselheiro reunira milhares de adeptos submetidos à sua autoridade mística, tão absoluta que nenhum se recusaria a morrer pelo "monge".

A fama da "cidade santa" espalhara-se, e cerca de 5 mil casas tinha Canudos em 1897, quando, por uma desavença com a polícia, os "jagunços" ameaçaram a cidade de Juazeiro, saindo-lhes ao encontro uma expedição de cem homens, que em Uauá foi batida e esmagada.

O governo do Estado apelou para o federal, e um verdadeiro exército foi atacar o arraial do "Conselheiro".

Comandava a brigada o Coronel Moreira César, que a atirou, a baioneta, sobre a posição dos fanáticos, do que resultou o completo desbarato da tropa e a morte do seu comandante. Armaram-se os "jagunços" com as mil e tantas carabinas do Exército e a sua abundante munição, e, com superioridade evidente, esperaram a terceira expedição. Para tomar a cidadela de Antônio Conselheiro um exército de 5 mil homens das três armas realizou prodígios de valor e sacrifício, e foi necessário que o ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, se transportasse para o teatro das operações, a fim de fiscalizá-las. Arrasado o arraial e exterminados os seus defensores, patenteou-se a falsidade do boato, acerca das ligações políticas do "Conselheiro" com os restaura-

394 EUCLIDES DA CUNHA, *Canudos*, Rio, 1939, em artigo para *O Estado de S. Paulo*, antes de ir ao sertão baiano falara de "nossa Vendéa", mas, reconhecendo o equívoco, indicou o fanatismo como expressão do meio bárbaro e de almas enfermas.

dores. Entretanto a notícia da derrota de Moreira César alarmara o Rio de Janeiro. Os jornais simpáticos à Monarquia foram empastelados e assassinado cruelmente o valoroso jornalista Gentil de Castro, amigo fiel do Visconde de Ouro Preto, que também escapou de morrer nas mãos da turba sanguinária. Uma conspiração visou a vida de Prudente. Em 5 de novembro, visitando o presidente o Arsenal de Guerra em companhia dos ministros, o anspeçada Marcelino Bispo, destacando-se de um grupo que ovacionava o nome de Floriano, desfechou uma garrucha. Falhando o tiro, lançou-se de faca em punho sobre Prudente, cuja dianteira tomou o Marechal Bittencourt, caindo morto com quatro punhaladas que lhe vibrou o criminoso.

A tragédia estava destinada a concluir o primeiro ciclo da história republicana.

O assassinato do nobre ministro da Guerra de Prudente de Morais repercutiu em todo o país como o sinal da reação civil, contra as paixões extremadas e a efervescência que datava de oito anos.

As sedições tinham aos poucos anulado os homens que, em 15 de novembro de 89, pareciam fadados a governar o país por muito tempo.

A crise econômica de 97 agravara a crise financeira de 91 tão extensamente, que o Tesouro tinha de enfrentar a bancarrota. Cansara-se o espírito público, desiludido, com as inquietações que nada construíram, desgastando, ao contrário, a obra civilizadora do Império. "O sangue de Machado Bittencourt revigorou o poder periclitante e o quatriênio pôde encerrar-se em paz."[395] Prudente adotou providências definitivas. Fez prender e processar os conspiradores. Obrigou ao silêncio as vozes jacobinas. Acabou com o fermento revolucionário. Uma tentativa de rebelião da Escola Militar deu-lhe a oportunidade para se desvencilhar do próprio Partido Republicano Federal chefiado por Glicério, que poderia limitar a sua autoridade. Acabou esse partido, e despojou Glicério do seu imenso prestígio, com uma simples "nota" do *Jornal do Commercio.*

Foi o caso, que o Deputado J. J. Seabra apresentara à Câmara uma moção de aplausos ao governo pelo restabelecimento da ordem.

395 TOBIAS MONTEIRO, *O PresidenteCampos Sales na Europa*, p. LXXXII, 1928.

Opusera-se Glicério, e a moção caiu. No dia seguinte o *Jornal do Commercio* publicava que Glicerio "não representava perante o Congresso a política do governo". Tanto bastou para ser ele derrotado como candidato à presidência da Câmara. Intitulara-se o chefe das *vinte e uma brigadas*, aludindo aos governadores e diretórios dos Estados. As brigadas abandonaram-no, para ficar com Prudente. Nas eleições seguintes Glicério nem conseguiria eleger-se. E com esse episódio se dissolveu o Partido Nacional que só pudera fazer um presidente civil. O sucessor de Prudente foi, como este, paulista, Campos Sales. Seria o restaurador das finanças. Como o seu substituto, igualmente paulista, Rodrigues Alves, o realizador dos melhoramentos materiais.

Em 1898, ao tomar o Governo Campos Sales, reentrara o Brasil no domínio da ordem, concluíra a sua evolução para uma forma estável de administração, desembaraçara-se da categoria dos países incapazes de ter uma organização de justiça, de equilíbrio e de trabalho.

Oito anos nos custara, no primeiro reinado, a fixação do nacionalismo, consumada com a Abdicação; custara-nos oito anos na República a consolidação do regime presidencial-federativo, de modo que só lhe conhecemos realmente os benefícios com o advento de Campos Sales, e o início do século XX.

. . . .

XXVIII
Ação Construtiva

A situação financeira do Brasil tornou-se especialmente grave.

Em 1895 o câmbio estivera a 9, e caiu, em 1898, a 6. O remédio, quanto à dívida externa, seria o *funding* ou empréstimo de consolidação, que substituísse o pagamento: negociou-o o ministro da Fazenda de Prudente de Morais, Bernardino de Campos, com o emissário dos banqueiros ingleses. Campos Sales, candidato à presidência da República, partiu, em 19 de abril de 1898, para concluir em Londres o mesmo acordo.

Cessada a agitação político-militar, o governo atacava de frente o problema administrativo.

A República entrara afinal na sua fase construtiva.

O contrato do *funding* cimentou o crédito público, conciliando o regime com a opinião internacional, cujo pessimismo, em relação ao Brasil, a revolução de 1893 e o assassinato do Marechal Bittencourt tinham agravado.

Bernardino de Campos caracterizara de *crise permanente* a situação do Tesouro. Seria necessária a energia de Campos Sales e do seu notável ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, para essa crise atenuar-se, graças aos recursos heróicos do equilíbrio orçamentário, do aumento dos

impostos, da amortização parcial das dívidas. Com isso, logo a taxa cambial se reanimou e os exercícios financeiros se encerraram com grandes saldos.

O quatriênio de Campos Sales foi de regeneração financeira, como o anterior, de pacificação política.

Todos os sinais de florescimento nacional, depois da depressão econômica de 1897, fadaram esse quatriênio a continuar a tradição de equilíbrio interno e de prestígio exterior da nação, dos governos da Monarquia.

Substituíra, é certo, a política de partidos pela "política dos governadores". Porém assim confirmara a autoridade e assegurara a ordem, em todo o país. E no terreno das relações exteriores voltamos a ocupar o espaço que o antigo regime nos tinha conquistado.

O ministro do Exterior, Olinto de Magalhães, abriu caminho às realizações posteriores, do Barão do Rio Branco, fazendo a diplomacia americanista com um sentido cordial até então desconhecido. A visita do presidente Roca, da Argentina, ao Rio de Janeiro, e a retribuição, visitando Campos Sales, Buenos Aires, assinalaram um entendimento amistoso com a República vizinha, que confirmava os desejos de paz ininterrupta, que a República não abandonaria mais.

Íamos resolvendo por arbitramento e conciliatoriamente as questões de fronteiras: em 1896, com a Argentina (Missões), em 1900, com a França (Amapá), em 1901, Guiana Inglesa, em 1903 com a Bolívia (Acre).

Reorganizara-se a esquadra brasileira.

Campos Sales entregou ao sucessor o país em perfeita tranqüilidade, o câmbio a 12 e os negócios públicos em excelente desenvolvimento. Retomara-se o pagamento da dívida externa. Os títulos da dívida pública subiram de 35%. Era ainda o Tesouro credor do Banco da República, e tinha em Londes depósitos disponíveis no valor de 3 milhões de libras.

Por fim a tarifa aduaneira de 1900 protegia, francamente, as indústrias nacionais estimulando as iniciativas e transformando a economia dos principais Estados.[396]

---

396 A. DE T. BANDEIRA DE MELO, *Política Comercial do Brasil*, p. 88, Rio, 1933.

O sucessor de Campos Sales foi também paulista, Rodrigues Alves. Indicou-o uma convenção de delegados dos governadores. O vice-presidente saiu de Minas Gerais (Afonso Pena), e um banquete no Cassino Fluminense deu oportunidade ao futuro chefe da nação para ler o seu programa de governo. Acrescentando-se que o lugar de Glicério na direção dos grupos políticos fora preenchido por Pinheiro Machado, se terá esboçado a política republicana dos quinze anos seguintes.

Aquelas praxes se renovariam até 1930. Quanto à aliança de S. Paulo e Minas, assegurava a força do governo, mantendo em respeito as demais influências; fazia a maioria.

O regime vigente entre 1898 e 1930 estava aparelhado em 1902.

Simplificara-se a máquina política. A convenção dos representantes dos governos escolhia o candidato, e a eleição popular, em 1º de março, se limitava a sancionar a escolha, sem possibilidade de surpresa. As maiores lutas presidenciais travar-se-iam em torno desse costume, de transformar-se a eleição do supremo magistrado numa simples formalidade, pois realmente eleitores eram os convencionais, ou os governadores.

Rodrigues Alves poderia destinar o seu período de governo às grandes obras, de progresso e organização, que tanto nos faltavam recuperar o tempo perdido e socorrer a economia nacional.

Inaugura-se, em 1903, uma época de intenso trabalho, cujas vibrações se estendem a todas as regiões e a todos os órgãos do Estado, e às províncias, remodelando em breve prazo a civilização material do Brasil.

O Império dera-nos estradas, telégrafos, bancos. Precisávamos de portos, a exemplo do porto de Santos, construído por iniciativa particular (1805); saneamento, cidades modernas, imigração.

Os dois quatriênios, de Rodrigues Alves e Afonso Pena, aplicaram-se a esse programa de trabalho gigantesco.

O primeiro cuidado foi a remodelação da capital federal.

O prefeito Pereira Passos, com audácia e largueza de vistas, empreendeu a tarefa colossal de transformar o Rio de Janeiro numa cidade-padrão, dotada de avenidas e ruas largas, instalações grandiosas. O ministro da Viação, Lauro Müller, promoveu a construção do novo porto. O engenheiro Paulo de Frontin abriu a avenida Central.

Entretanto essas obras não se completariam sem o saneamento, que extinguisse a febre amarela, endêmica desde 1850, e aqui tão mortífera que era suficiente razão para desprezarem os viajantes a capital brasileira. O obituário da febre amarela até 1903 acusava 58.467 casos fatais. Não pudera ser decisivamente combatida por falta de meios científicos. O jovem sábio Osvaldo Cruz, em abril de 1904, obtendo carta branca do governo, iniciou a profilaxia de acordo com os métodos de Gorgas em Cuba e J. H. White em Nova Orleans, e obteve completo êxito.

As visitas domiciliares pelas brigadas de saneamento, a extinção dos focos, a vacina obrigatória, restabeleceram brevemente no Rio as condições higiênicas, sem as quais não há nenhuma grande cidade. O número de óbitos, 584, em 1904, caiu em 1905 para 53, e em 1906 para 30. Nesse ano pôde reunir-se no Rio a 3ª Conferência Panamericana, a que compareceu o secretário de Estado americano Elihu Root, e nenhum caso de febre amarela se verificou. Estava debelado o maior inimigo dos cariocas.

A luta que teve de sustentar Osvaldo Cruz contra os retardatários convulsionou por vezes o governo Rodrigues Alves.

Entre 10 e 14 de novembro de 1904 a vacina obrigatória provocou no Rio, principalmente nos bairros proletários, uma verdadeira revolução popular, dificilmente sufocada pelas forças policiais e federais. Por esse tempo a oposição política, chefiada pelo senador Lauro Sodré, visando à deposição do presidente, conseguiu revoltar a Escola Militar, marchando os cadetes sobre a cidade, chefiados pelo General Silvestre Travassos. Uma força legal tomou-lhes a frente na rua da Passagem e após três descargas voltaram os cadetes à Escola onde se renderam. Tinha sido mortalmente ferido o General Travassos. A dominação do movimento, como da última tentativa de contrapor-se à política oficial a corrente florianista, ou da pureza republicana, então encarnada em Lauro Sodré, consolidou a ordem, permitiu que a administração prosseguisse nos seus vastos objetivos.

Um acontecimento auspicioso, em 1905, reflete a situação de prestígio exterior do Brasil: obtém da Santa Sé a criação de um cardinalato, único então na América do Sul.

Na sucessão de Rodrigues Alves a política se alterou sensivelmente, pois o candidato do partido republicano paulista era Bernardino

de Campos, que seria o 4º presidente natural daquele Estado. Opôs-se-lhe Pinheiro Machado, criando, em princípio de 1905, um bloco, que, com a maioria do Congresso, fez triunfar a candidatura de Afonso Pena, como o antecessor, antigo político da Monarquia.

Estava este em condições de continuar o governo de Rodrigues Alves.

Como presidente de Minas Gerais, mudara a capital para Belo Horizonte, que fizera construir. O seu primeiro ato, na presidência da República, foi organizar um ministério de homens moços, o "jardim da infância", como capazes de bem satisfazer as exigências do seu programa. A pasta mais ativa continuava a ser a da Viação, confiada a Miguel Calmon, que executou um grande plano ferroviário, construir a Exposição Nacional, em 1908, comemorativa do centenário da abertura dos portos; concluiu as obras do porto; duplicou o fornecimento de água do Rio em remate aos trabalhos de saneamento; organizou o serviço de colonização, e, com a estrada de ferro do Noroeste, ligando S. Paulo a Mato Grosso, pôs fim ao isolamento desse último Estado, cujas comunicações dependiam até então do rio Paraguai. O Brasil chegara a uma situação de prosperidade e ordem interna invejáveis. A Exposição Nacional demonstrou como progredira, em todos os campos da economia. O Barão do Rio Branco aumentara-lhe consideravelmente o prestígio exterior. Em 1908 a armada renovou-se, com poderosos navios de guerra (*dreadnoughts*), e o Exército (era ministro o Marechal Hermes da Fonseca) foi dotado de importantes melhoramentos.

As dificuldades políticas, entretanto, ressurgiram em 1909.

Tendo falecido o presidente Pena, assumiu o governo o Vice-Presidente Nilo Peçanha. O candidato oficial à sucessão foi o Marechal Hermes, apoiado pela maioria política e pelas forças armadas. O candidato da oposição, "civilista", foi Rui Barbosa. Memorável campanha eleitoral agitou o país. Eleito o marechal, o seu quatriênio foi atribulado, não raro trágico, não somente pelas desordens freqüentes, como pela derrubada, que se operou nos Estados, com a imposição de governadores do agrado de Pinheiro Machado, então supremo árbitro da situação. O bombardeio da Bahia (1912) e a "guerra" de Juazeiro,[397] no Ceará

397 Vd. XAVIER DE OLIVEIRA, *Beatos e Cangaceiros*, p. 54, Rio, 1920.

(1913), foram os mais lamentáveis sucessos dessa quadra infausta. A medida extrema do estado de sítio, para evitar a extensão do descontemtamento e dos motins, foi usual, em todo esse período de inquietações, a que poria termo o seguinte presidente, o mineiro Wenceslau Braz.[398]

O governo de Wenceslau Braz coincidiu com a guerra européia. Esta provocou as mais salutares reações no Brasil: desenvolveu excepcionalmente as nossas indústrias e despertou o espírito cívico, apercebendo-o para a defesa nacional.

Os efeitos econômicos da guerra mundial foram espantosos. Imediatamente todos os nossos produtos se valorizaram, as exportações avultaram, quase todas as indústrias estrangeiras se reproduziram, sobretudo em S. Paulo, de maneira a dispensarmos progressivamente a importação, aumentando, em grandes proporções, a riqueza local.

A criação da Liga de Defesa Nacional, e o apelo aos jovens brasileiros para se alistarem nos batalhões voluntários e adestrar-se nos serviços militares, puseram o Brasil, em 1917, à altura das suas responsabilidades internacionais. Entramos na guerra (26 de outubro de 1917) ao lado das nações aliadas, contra os impérios centrais, em virtude do torpedeamento de quatro navios mercantes por submarinos alemães, e da nossa política exterior, desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, e continuada por seus sucessores, de solidariedade com os Estados Unidos.

A guerra não nos custou sacrifícios de gente, apesar da divisão naval fornecida para o policiamento do Atlântico e do Mediterrâneo. Também não nos trouxe vantagens especiais.

O idealismo, que fora, na Monarquia, o traço característico da nossa intervenção nos negócios diplomáticos, se repetiu na República. Porém a propaganda patriótica produziu os melhores frutos e, em conseqüência do grande voluntariado, depois das leis referentes à conscrição militar, que se tornou obrigatória (1915), as forças armadas se modificaram completamente. Começamos a ter um Exército feito de todos os cidadãos em idade de servir. A parada dos regimentos de “atiradores”, realizada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1917, reuniu, em belo conjunto, a mocidade de todos os estados. O corolário dessa aproximação

398 Sobre este período, vd. a nossa *História Social do Brasil*, III, A Época Republicana, S. Paulo, 1939.

e desse movimento cívico-marcial seria a revivescência de um nacionalismo benéfico.

A Wenceslau Braz sucedeu Rodrigues Alves, segunda vez presidente da República. Falecendo o ilustre paulista, foi eleito o Senador Epitácio Pessoa. No seu período de governo, realizou-se o recenseamento geral de 1920, comemoramos o primeiro centenário da Independência, e foram repatriados os restos mortais dos últimos imperadores. Esses três fatos permitem verificar que a República atingira uma situação de estável prosperidade, podendo não apenas apurar os resultados da sua evolução econômica e social, como também celebrar cem anos de vida autônoma com uma exposição internacional que facilitaria a comparação do progresso do país com as demais nações amigas.

O ano de 1922 é um excelente ano-limite.

A nossa civilização perdera as suas linhas tradicionais exclusivamente agrícolas e litorâneas. Tínhamos uma formidável riqueza industrial e uma economia sertaneja, que os modernos meios de transporte – com as estradas de rodagem[399] – cada vez mais se internavam, comunicando afinal entre si todos os núcleos produtores. Os índices de prosperidade de algumas regiões poderiam equivaler-se aos de países que fazem o assombro da nossa época: assim o crescimento vertiginoso de S. Paulo, o povoamento das suas zonas cafeeiras, a construção de suas cidades.[400] O Amazonas, que entre 1895 e 1910 progredira extraordinariamente com o alto preço da borracha, com a concorrência das plantações do Oriente decaíra, num empobrecimento gradual. Entretanto a animação agrícola dos outros Estados, o aumento dos rebanhos, a instalação do parque industrial paulista, a indústria siderúrgica em Minas, a crescente cultura de café, tinham fortalecido as bases econômicas do Brasil.

---

399 Em 1930, havia em tráfego 113.249 quilômetros de estradas de rodagem, e 37.600 automóveis. *Anuário Estatístico do Brasil*, p. 151, 1936. E estradas de ferro: 32.500 quilômetros.

400 "A vida econômica atinge em S. Paulo ao mais elevado alcance que há erguido a capacidade dos povos mais cultos e produtivos do Planeta. Dos 48 Estados, que tanto são os da União Americana do Norte, S. Paulo se coloca acima de 44 deles." F. DE SOUZA LOBO, *S. Paulo na Federação*, p. 267, S. Paulo, 1924.

As estatísticas comparadas, de 1907 e 1920, revelam que, em treze anos, o número de estabelecimentos industriais passara de 2.998 para 13.336, e o capital neles empregado, de 580 mil para 1.815 contos de réis (fora 217 mil para a indústria açucareira e 25.400 para a salineira).

O valor da produção das fábricas subira de 668.843 contos para 2.989.176 contos. Em 1889 havia instalada no Brasil uma só empresa elétrica; em 1920 funcionavam 306, produzindo 603.632 HP;[401] em 1935, 8% do potencial permanente do país estava aproveitado.[402]

Os dados referentes à agricultura e ao comércio não são menos impressionantes. Poucas culturas no universo terão as proporções do plantio do cafeeiro, que, em S. Paulo, por duzentos quilômetros quase sem descontinuidades prolonga a sua "onda verde". A produção mundial em 1920 fora de 18.500 mil sacas, das quais 13.390 mil do Brasil (e 11 milhões de S. Paulo). O café ocupa 2 milhões de hectares de solo brasileiro. Ficamos no 6º lugar, no mundo, quanto à produção do açúcar (12 milhões de toneladas), no 2º lugar quanto à produção de cacau, concentrada na Bahia (1 milhão de sacas); no 5º quanto ao algodão (142 mil toneladas). Exportamos naquele ano 31.469 toneladas de fumo, 32 mil toneladas de erva-mate. Produzimos 87.180 toneladas de trigo, e, só o Rio Grande do Sul, 11 mil de arroz. O milho abrangeu 3.380 mil hectares, o feijão, 1.655.900 hectares... Por outro lado, alcançara a exportação de produtos pastoris cifras imprevistas: 61.934 toneladas de carne, em 1922!

A exportação brasileira, em 1920, orçou em 1.769.700 contos, e a importação, em 2.090.600.[403]

A nossa população, de 17 milhões em 1890, subira a 30.635.605 em 1920, dos quais 6.376.880 vivem dos recursos do solo e

---

401 BULHÕES DE CARVALHO, *Recenseamento do Brasil*, vol. V, Introdução, Rio, 1927. Em 1924, eram 925 as empresas, e 1.035 as usinas geradoras de eletricidade (*Anuário Estatístico do Brasil*, 1936, p. 129), servindo a 1.777 localidades.

402 ADOZINDO MAGALHÃES DE OLIVEIRA, *Utilização da energia elétrica no Brasil*, Boletim nº 1, 1935.

403 Em 1932, a importação foi de 1.518.700 e a exportação, 2.536.800. Em 1937: aquela, 5.314.600; esta, 5.092.000. A grande surpresa econômica depois de 1932 foi a do algodão, naquele ano exportado em mínima quantidade (515 toneladas), e em 1937, 167.794 ton., no valor de 944.400 contos. (Ministério da Fazenda, *Quadros Estatísticos*, 1938.)

1.189.375 do aparelhamento industrial.[404] Considerando que as profissões liberais ocupam apenas 168.879 indivíduos, o comércio, somente 497.348, a extração mineral, 74.650, a administração, as forças armadas 160 mil, teremos que o interesse dos campos e a exploração agrícola ainda formam no país o meio normal de existência, apesar da atração do urbanismo, ou das condições desfavoráveis do trabalho rural em muitas regiões. Desenvolveu-se harmonicamente a economia nacional nas suas relações entre a indústria e a lavoura,[405] e na distribuição das massas humanas.

Constituíamos um êxito positivo, em todos os domínios da atividade de um povo. Entretanto ainda nos sobrava a impressão de que tudo estava por fazer – tão grande é o âmbito geográfico desta civilização que apenas esboçou as suas tendências ou diferenciou a sua fisionomia!

---

404 Em 1935, a população do Brasil foi calculada em 41.560.147 (*Anuário Estatístico do Brasil* – 1936 – p. 65, Rio, 1936). Em 1937, 43.200.000.

405 Em 1932, a produção industrial tinha o valor de 6 milhões de contos, e a agrícola, de mais de 5 milhões. Vd. ARTUR TORRES FILHO, *Expansão Econômica do Brasil*, p. 38, Rio, 1935.

. . . .

Índice Onomástico

A

Abrantes (visconde de) – 195
Abreu, Capistrano de – 17, 19
Abreu, Cristóvão Pereira de – 87
Acosta – 20
Acuña, Dom Rodrigo de – 32
Afonso IV – 125
Afonso Pena – 246, 303, 305
Agostinho de Santa Maria (frei) – 91
Aguirre – 198
Aires da Cunha – 35
Aires, Matias – 137
Albuquerque, Antônio de – 105
Albuquerque, Lourenço de (visconde) – 252, 270
Albuquerque, Luiz de – 89, 199
Albuquerque, Martins de – 16
Albuquerque, Matias de – 70
Aleijadinho – 140, 141
Alencar, José de – 270
Alencar, José Martiniano de – 173, 215
Alencastro, D. João de (governador) – 109
Alfredo, João – 232, 243, 249, 251, 259, 260, 261, 267, 270
Almada, D. Lourenço de – 155
Almada, Manoel da Gama Lobo d' – 166
Almeida Barreto – 283
Almeida, Miguel Joaquim de ("o Miguelinho") – 173
Almeida, Dom Pedro de – 157
Alorna – 176
Alpoim(brigadeiro) – 137
Alvarenga, Pedroso Antônio – 89
Álvares, Diogo – 33
Alvear, Carlos Maria de (general) – 193
Alves Araújo de – 246
Alves, Castro – 257
Alves, Rodrigues – 299, 303, 304, 307
Amaral, Brás do – 18, 19
Amaral, José Álvares do – 171
Anchieta – 122
Andonaegui, José de – 166
Andrada e Silva, José Bonifácio de – 187, 188
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de – 173, 215
Andrada, Gomes Freire de – 154, 156, 166
Andradas (os) – 189, 210
Andrade, Fernando Álvares – 35
Andrade, Francisco de Paula Freire de – 160
Andrade, Manoel de Carvalho Paes de – 189
Andreoni (padre) – 136
Antonil – 95, 134, 136, 180
Antônio Conselheiro – 297
Aragão, Baltazar de – 131
Aranda – 176
Araújo, Nabuco de – 240, 270
Arciszensky (coronel) – 71
Arcos (conde dos) – 171, 174, 181, 185, 186
Armitage – 170
Arouche, José Inácio de – 155
Assumar (conde de) – 157, 158
Astier – 225
Atalaia (conde de) – 129

Atouguia (conde de) – 119
Avilez, Jorge de (general) – 186
Azevedo, Antônio de Araújo de (conde da Barca) – 176

B

Badaró, Líbero – 206
Balzac – 256
Bandeira, Sebastião (tenente) – 281
Barão do Rio Branco – 305
Barbacena (marquês de) – 193, 205
Barbacena (visconde de) – 160
Barbalho, Agostinho – 145
Barbinnais – 20
Barbosa,Manoel Joaquim (brigadeiro) – 173
Barbosa, Rui – 231, 248, 251, 252, 258, 277, 282, 286, 287, 290, 305
Barradas, Dom Constantino de (bispo) – 149
Barreiros, Dom Antônio (bispo) – 148
Barreto (marechal) – 211
Barreto, Adolfo da Fontoura Mena – 279
Barreto, Francisco – 75
Barreto, Francisco Paes de – 172, 189
Barreto, José Luiz de Mena (capitão) – 265, 280, 281
Barreto, Roque da Costa – 144
Barros, Cristóvão de – 58
Barros, João de – 35
Bastos, Tavares – 227
Bento, Gonçalves (coronel) – 211
Bequimão, Manoel – 154
Bernardes, Artur – 16
Betruchi, João – 87
Bezerra, Jácome – 173
Bittencourt (marechal) – 301
Bittencourt, Pedro Calmon Moniz de – 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22
Bocage – 170
Bocaiúva, Quintino – 281, 282, 283, 287, 290
Bodrim – 22
Boehm, João Henrique – 167
Boissy d'Anglas – 170
Bolívar – 175
Bonifácio, José – 209, 251
Borges da Fonseca – 137
Botelho, Álvaro – 274
Botelho, Diogo – 64, 65, 149
Bragança (os) – 177
Branco, Alves – 231
Brandão, Tomaz Pinto – 135
Brás Cubas – 36
Brasiliense, Américo – 273
Braz, Wenceslau – 306, 307
Brito, Antônio Guedes – 102
Brito, D. Luiz de – 148
Brito, Domingos d'Abreu – 135
Brunlees – 224
Buarque de Macedo – 246

C

Cabral, Pedro Álvares – 25, 26, 27
Cabral, Sebastião Xavier da Veiga – 168
Cacunda, Bueno Bartolomeu – 90
Cairu – ver Lisboa, José da Silva
Caldas Barbosa – 136
Caldas, José Pereira – 165
Caldas, Sebastião de Castro – 145, 155, 156
Caldeira, Felisberto – 171
Caldeira, Francisco – 149
Callado, Manoel (frei) – 73
Calmon, Miguel – 305

Calógeras – 19
Câmara, Arruda – 170
Caminha, Pero Vaz de – 26, 28
Camisão (coronel) – 199
Camões – 20
Campos, Antônio Pires de – 105
Campos, Bernardino de – 295, 301, 304
Campos, Frederico Carneiro de – 199
Campos, Martinho – 247, 270
Campos, Sales – 281, 285, 291, 292, 299, 301, 302, 303
Canabrava, Alice – 20
Cândido, Paula – 228
Cantino – 27
Capico, Pero – 33
Caramuru – 32, 34
Caravelas (marquês de) – 189
Cardim, Fernão (padre) – 58, 122, 129
Cardoso, Antônio de Barros – 35
Cardoso, Januário – 104
Cardoso, Matias – 104
Cardoso, Saturnino Nicolau (tenente) – 280
Carlos II – 90
Carlos III – 176
Carlos V – 65
Carvalho, José Leandro de – 140
Carvalho, Leôncio – 245
Casemiro de Abreu – 138
Castilhos, Júlio de – 295
Castro, Gentil de – 298
Catarina (princesa) – 96
Cavalcanti, Antônio – 75
Cavalcanti, Holanda – 210, 211
Cavalcanti, José Mariano de Albuquerque – 173
Caxias (marquês de) – 200
Celso, Afonso (marquês de Ouro Preto) – 247, 252
Ceulen, Paulo van – 69
Cevallos, Pedro de – 166, 167
Chateaubriand – 20
Chaves, Francisco de – 34
Christie – 240
Clemente XIV (papa) – 125
Cochrane, Tomaz – 223
Coelho, Duarte – 36, 38
Coelho, Gonçalo – 28, 32
Coelho, Tomaz – 250
Colbert – 68, 111, 177, 183
Constant, Benjamin – 189, 203, 267, 268, 279, 280, 282, 283, 287, 290
Corrêa, Salvador – 145
Correia, Jorge de Figueiredo – 35
Costa Carvalho – 208, 211
Costa, Antônio de Macedo (bispo) – 243
Costa, Cláudio Manoel da – 140, 160
Costa, Duarte da – 83, 148
Costa, Hipólito da – 170, 174
Costa, João de Figueiredo – 154
Costa, Dom Manoel Álvares da (bispo) – 156
Coutinho, Aureliano – 215, 216, 237
Coutinho, Azeredo (bispo) – 172
Coutinho, Francisco Pereira – 35, 39
Coutinho, Dom José (bispo) – 140
Coutinho, Rodrigo de Souza (conde de Linhares) – 86, 171, 175, 176, 183
Couto, Loreto – 137
Cruz (o Cabugá) – 174
Cruz, Antônio Gonçalves – 173
Cruz, Moreira Antônio – 85
Cruz, Osvaldo – 304
Cubas, Brás – 35, 36

Cunha, Aires da – 35
Cunha, Euclides da – 19
Cunha, Luiz da – 176
Cunha, Manoel da – 140
Curado,Xavier(general) – 186

D

D. Álvaro – 148
D. Antônio – 66
D. Henrique – 27
D. João – 176, 177, 178, 183, 189
D. João III – 33, 39, 42, 77
D. João IV (rei de Portugal) – 72, 73, 74, 78, 125, 176
D. João VI – 107, 110, 115, 181, 184, 185, 186, 188, 191
D. José I – 167
D. Leopoldina Cristina – 184
D. Manoel (rei) – 66, 68, 77, 129
D. Maria I – 161
D. Maria II (rainha) – 205, 207
D. Miguel – 206
D. Pedro – 176, 185, 186, 187, 189, 190
D. Pedro de Alcântara – 184
D. Pedro I – 183, 188, 189, 193, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 221, 272
D. Pedro II – 125, 197, 199, 207, 209, 213, 214, 215, 222, 224, 228, 240, 241, 248, 256, 257, 259, 268, 271, 272, 277, 284, 286, 287, 288, 293
D. Rodrigo (ministro) – 115
D. Sebastião (rei)– 38, 65, 68, 124, 125
D'Ávila, Garcia – 58, 59, 72
D'Eu (conde) – 199, 200, 267, 277, 278
D'Orbigny, Alcide – 212
Dantas, Rodolfo – 248, 249, 251, 258, 270
Dantas,Santiago – 16
Desterro, Dom Antônio do (bispo) – 137
Deus, Frei Gaspar de Madre de – 38
Dias, Antônio – 140
Dias, Belchior – 100
Dias, Fernão – 102
Dias, Henrique – 67
Diaz Taño (padre) – 125
Disraeli – 270
Domingos, Jorge – 174
Dória, Franklin – 266
Duarte (major) – 199, 200
Duarte da Costa – 51
Duchs, Francisco – 70
Duque de Caxias – 244

E

Eça, Silva da – 137
Elisabeth (rainha) – 68
Elison (major) – 225
Ellis Jr., Alfredo – 19
Epitácio Pessoa– 305
Estigarribia – 200

F

Faria, Sousa Francisco – 85
Febvre, Lucien – 19
Feijó, Diogo Antônio – 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216
Felipe II (rei de Espanha) – 66
Felipe V – 177
Fernandes, André – 90
Ferraz, Sampaio – 241, 270, 277
Ferreira Viana – 250, 270
Ferreira, Alexandre Rodrigues – 166
Ferreira, Felipe Néri – 173
Figueira, Antônio Gonçalves – 102
Figueira, Andrade – 260, 274

Flores – 198
Floriano (marechal) – 295, 296
Fonseca, Hermes da (marechal) – 305
Fonseca, Manoel Deodoro da – 259, 265, 266, 267, 268, 274, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 293, 294, 305
Fonseca, Borges da – 137
Fragoso, Augusto Tasso – 280
Francia (doutor) – 194, 197
Francisco de Lima e Silva (brigadeiro) – 207, 210, 211
Francisco de Meneses (frei) – 104
Franco de Sá – 246
Franco, Souza – 251
Freire, Gilberto – 18, 19, 22, 24
Freire, Felipe dos Santos – 157
Freire, Francisco de Brito – 78
Freitas, Veríssimo de Souza – 140
Frias, Francisco de – 130
Frias, Miguel de (major) – 207
Frontin, Paulo de – 303
Funck, Jacques – 130
Furtado, Afonso – 102
Furtado, Diogo de Mendonça (governador) – 131, 149
Furtado, Francisco Xavier de Mendonça – 143, 165

G

Galvão, Manuel Antônio – 211
Gama, José Basílio da – 137
Gama, Luiz (escravo) – 257
Gama, Vasco da – 27, 33
Gândavo – 32 , 57
Garcia d'Ávila – 131
Garcia, Manuel José – 193
Garcia, Rodolfo – 19
Giraldes, Lucas – 35
Glicério, Francisco – 274, 281, 285, 287, 291, 296, 298, 299, 303
Góes, Pero de – 35, 49
Gomes Carneiro (coronel) – 295
Gonçalo Coelho – 28, 32
Gonçalo Ravasco – 137
Gonçalves, André – 27
Gongora – 135
Gonzaga, Tomaz Antônio – 159
Gouvêa – 33
Guimarães, Pascoal da Silva – 157, 158
Gurgel, Amaral – 104
Gusmão, Alexandre de – 62
Guzmán, Luíza de (rainha) – 78, 176

H

Handelmann – 19
Heargraves – 114
Helvetius – 170
Henrique (dom) – 26
Herval (marquês de) – 265
Heyn, Piet – 54, 70
Holanda, Sérgio Buarque de – 22, 23
Homem de Melo – 246
Honório, Hermeto – 237
Humboldt brasileiro – Ver Ferreira, Alexandre Rodrigues

I

Inácio, Joaquim – 282
Isabel (princesa) – 242, 250, 260, 261, 278

J

J. B. Alberdi – 217

J. J. Seabra – 298
Jaceguai(almirante) – 221
Jacobina – 59
Jacques,Cristóvão – 32, 34
Jefferson, Thomas – 159
Jesus, José Teófilo de – 140
João Manoel (padre) – 252
Joaquim Leandro – 140
José de Santa Rita Durão (frei) – 137
José Mariano – 248
José Roberto (marechal) – 173
Junot (general) – 177
Junqueira – 270

K

Koster (viajante) – 171, 174

L

Lacerda, Carlos – 16
Lacerda, Pedro Maria de (bispo) – 243
Lacerda, Falcão de (coronel) – 189
Ladário (ba rão de) – 252, 283, 284
Lafaiete, Pereira – 245
Lage, Ferreira – 222
Lamas, André – 195, 196
Lara, Gabriel de – 84, 100
Lauro Müller — 303
Laval, Pyrard de – 66, 69, 128, 130
Lavaleja– 193
Leandro, Joaquim – 140
Leão Coroado – ver Lima, José de Barros
Leite Lobo – 250
Leite, Diogo – 33
Leite, Serafim – 19
Leite, Teixeira – 225
Lencastre, D. FranciscoNaper de – 85
Léry – 20
Lescolles, Miguel de – 130
Levene, Ricardo – 19
Leuchtenberg, Amélia de – 205
Lichthardt (almirante) – 71
Lima e Silva – 208, 210, 211
Lima, Araújo – 265
Lima, D. Tomaz da Costa – 137
Lima, Félix Manoel – 89
Lima, José de Barros – 173, 174, 175
Lima, José Inácio Ribeiro de Abreu (o padre Roma) – 173, 174
Lima, Pedro de Araújo – 210, 213
Lima, Tomaz da Costa (dom) – 137
Lincoln, Abraham – 256
Lindley, Tomaz– 170
Lippe (conde de) – 147
Lisboa, José da Silva – 116, 178
Lobato, Monteiro – 20
Lobo, Aristides– 281, 282, 284, 287
Lobo, Manuel – 86
Lomas Valentinas – 200
Lopes, Marques– 140
Lopes, Pero – 34
Lopez, Carlos Antônio – 197, 198
Lopez, Francisco Solano – 197, 198, 200, 225
Lorena, Frederico – 282
Loreto (barão de) – 252
Loreto Couto – 137
Louzã (conde de) – 186
Luiz Felipe – 206

M

Macaé (visconde de) – 211
Macaulay – 134
Machado Bittencourt (marechal) – 297

Machado, Alcântara – 19, 20
Machado, Pinheiro – 303, 305
Maciel, Álvares – 159
Maciel, Manoel Pires – 104
Madureira, Sena – 266
Magalhães, Fernão de – 32
Magalhães, Olinto de – 302
Malagrida, Gabriel – 151
Manoel (dom) – 27, 33
Manoel Vitorino (Vice-Presidente) – 297
Marcelino Bispo – 298
Marcos-Polo – 27
Margarida, Tereza – 137
Maria I (dona) – 161
Maria II – 205, 207
Mariano, José – 174
Marquês de Abrantes – 240
Marquês de Caxias – 238, 241
Marquês de Paraná – 238
Marquês de São Vicente – 242
Marques, Lopes – 140
Marques, Nuno – 134
Martim Francisco (ministro) – 188, 258, 273
Martinho Campos – 247
Martins, Almeida (padre) – 243
Martins, Domingos José – 171, 172
Martins, Mateus – 84
Martins, Gaspar da Silveira – 245, 267, 270, 277, 278
Martius – 19, 23, 24, 42, 103, 105, 170, 179, 180
Marx, Karl – 19, 256
Mascarenhas, D. Fernando de – 156
Mascarenhas, Fernando Martins – 104
Massé, João – 130
Matias Aires – 137
Matos, Gregório de – 133, 135, 136
Maury – 227
Melo, Bernardo Vieira de – 156
Melo, Custódio de (almirante) – 294, 295
Melo, Francisco Manoel de – 37
Mem de Sá – 37, 51, 124, 130
Mendonça, Félix José Machado de – 156
Mendonça, José Luiz de (advogado) – 172
Menezes, Antônio de Souza de – 145
Menezes, D. Diogo de – 38, 149
Menezes, Magalhães de (general) – 165
Methuen, John (sir) – 97
Metraux, Alfred – 19
Miguel de Frias (major) – 207
Miguel (dom) – 206
Miltre – 217
Mirales, José de – 137
Montaigne – 20
Montalvão (marquês de) – 72
Monte-Belo (marquês de) – 150
Montenegro, Caetano Pinto de Miranda – 173
Morais e Silva, Antônio de (o dicionarista) – 173
Morais, Prudente de – 274
Moréa, Belchior Dias – 59
Moreira César (coronel) – 297, 298
Moreira de Barros – 247
Moreno, Martim Soares – 32
Morus – 20
Mota, Francisco da – 164
Moura, Rolim de – 165
Mr. Agassis – 217
Muniz, João Bráulio – 208, 210
Murat – 176
Murtinho, Joaquim – 301

Muzzi, João Florêncio – 140

N

Nabuco, Joaquim – 238, 241, 245, 247, 251, 256, 257, 258, 260, 270, 273, 278
Napoleão – 165, 175, 176, 177
Napoleão III – 242
Nassau, Maurício de – 72, 75
Negreiros, André Vidal de – 75
Nilo Peçanha – 305
Nobre, Francisco Inácio de Siqueira – 219
Nóbrega – 122
Noronha, Fernão – 31
Nunes Viana – 106
Nunes, Feliciano Joaquim de Souza – 136

O

Ojeda, Alonso de – 27
Olímpio, José – 17
Olinda (marquês de) – 198, 252
Oliveira, Cândido – 280
Oliveira, Diogo Luiz de – 37
Oliveira, João Francisco de (dom) – 150
Oliveira, José de – 140
Oliveira, Manoel Botelho de – 135
Oliveira, Manoel Dias de – 140
Oliveira, D. Vital Maria Gonçalves de (bispo) – 243
Oliveira, D. João Franco de – 149
Oribe, Manoel – 195
Osório – 245
Otaviano, Francisco – 241, 272
Otoni, Cristiano – 201, 221, 222, 224
Otoni, Teófilo – 215, 216, 272
Ouro Preto (visconde de) – 253, 268, 270, 278

P

Padre Vieira – 42
Paes Barreto – 270
Paes, José da Silva – 87
Palheta, Francisco de Melo – 90
Paraguaçu, Catarina – 33
Paranhos – 270
Patrocínio, José do – 257
Paul, Rojas – 217
Paula, Francisco de – 160
Paulo III (papa) – 125
Paulo van Ceulen (corsário) – 69
Peçanha, Nilo – 305
Pedro Luís (ministro) – 246
Peixoto, Floriano – 266
Peixoto, Inácio José de Alvarenga – 140, 159
Peixoto, Brito – 84
Pelotas – 259
Pereira Caldas – 173
Pereira Passos – 303
Pereira, Costa – 250
Pereira, José Clemente – 186, 205
Pereira, Nuno Marques – 20
Pery – 114
Pessoa, João Ribeiro (padre) – 173, 174
Pilar, Ricardo (frei) – 140
Pimentel, Antônio Silva – 102
Pimentel, Antônio Caldeira – 84
Pinheiro Machado – 303, 305
Pinto, Caetano – 173
Pinto, Francisco Barreto – 168
Pinto, José Pereira – 89
Platão – 26
Pombal (marquês de) – 76, 112, 116, 165, 176, 183
Ponsonby (lord) – 194

Ponte, Sebastião da – 148
Porto Alegre (conde de) – 196, 200
Portugal, Bernardo Ferreira – 173
Portugal, D. Fernando José de – 144
Portugal, D. Pedro de Almeida e – 157
Prado, Antônio – 259
Prado, Domingos Rodrigues do – 105
Prado Jr, Caio – 18
Prado J. F. Almeida – 19
Príncipe de Nassau – 132
Procópio, Mariano – 222, 223
Ptolomeu – 26
Pyrard de Laval – 69, 130

Q

Queiroz, Eusébio de – 228, 255
Queiroz, Inocêncio Galvão de – 296
Quevedo – 135

R

Ramalho, João – 32, 81
Ramos, Artur – 19
Ratzel – 19, 83
Ravasco, Gonçalo – 137
Reis, Ferreira – 19
Reis, Joaquim Silvério dos – 160
Reis, Miranda (general) – 268
Requena, Francisco de – 165, 166
Resende, Garcia de – 20
Ribeiro,João – 18, 24
Ribeiro, João (padre) – 172
Ribeiro, Pedro – 156
Ribeyrolles – 197
Ricardo Pilar (frei) – 140
Rio Branco (barão) – 251, 257, 270
Rivera, Frutuoso – 192, 193, 195
Rocha Pita – 134
Rocha, José Joaquim da – 140
Rócio – 272
Rodrigues Alves – 303, 305
Rodrigues, Antônio – 99
Rodrigues, Nina – 19
Rojas Paul – 217
Rolim, José da Silva Oliveira – 160
Romero, Sílvio – 19, 23
Root, Elihu – 304
Rosa, João Manoel – 194, 195, 196, 197
Rosa, Manoel Musqueira – 157
Rosas – 191, 256
Rousseau – 11, 20, 170

S

Sá, Estácio de – 47, 267
Sá, Mem de – 64, 81, 148
Sá, Salvador Corrêa de – 78, 154
Saint-Hilaire – 123, 170
Saldanha, Marinho – 272
Sales, Campos – 274, 299, 301
Salvador Corrêa(governador) – 125
Salvador, Vicente de (frei) – 20, 53, 58, 69, 128, 134, 148, 149
Sampaio, Teodoro – 19
San Martin – 175
Santos, Ali Felipe dos – 158
Santos, Felipe dos – 158
Saraiva – 249, 258, 268
Saraiva, Gumercindo – 295
Saraiva, José Antônio – 238, 241, 246
Sardinha, Afonso – 100
Sardinha, D. Pero Fernandes – 148
Saxe (duque) – 199, 278
Schetz, Erasmo – 37
Schkoppe, Segismundo von – 72, 76
Schmidel, Ulrico – 81

Sebastião (dom) – 38
Sebastião de Caldas – 145
Seixas, Maria Dorotéia de – 160
Shakespeare – 20
Silva da Eça – 137
Silva, Antônio Castanho – 90
Silva, Antônio José de – 137
Silva, Antônio Teles da – 75
Silva, Bartolomeu Bueno da – 105
Silva, Bento Gonçalves da – 214, 265
Silva, Francisco de Lima e (brigadeiro) – 207, 210, 211
Silva, Lima e (regente) – 265
Silva, Luiz Vieira da – 160
Silva, Manoel Gomes da – 158
Silva, Manoel Jordão da – 85
Silva, Rodrigo – 250, 260
Silva Teles (major) – 281
Silva, Vieira de – 250, 252
Silveira Martins – 245, 257, 279
Silveira, Dom Braz Baltazar de – 157
Silveira,Antônio – 89
Silvestre Travassos (General) – 304
Simonsen, Roberto – 18
Sinimbu – 247, 251
SiqueiraNobre – 115
Smith, Adam – 177, 183, 210
Soares, Gabriel – 38, 58, 59, 129, 132, 134
Sodré, Jerônimo – 257
Sodré, Lauro – 296, 304
Solon (major) – 279, 281, 283
Sousa Dantas – 246
Sousa Franco – 239
Sousa, Francisco – 100
Sousa, Gaspar de – 119
Sousa, Martim Afonso de – 33
Souza, D. Pedro de Vasconcelos e – 154
Souza, Dom Francisco de – 131
Souza, Francisco (governador) – 100
Souza, Gabriel Soares de – 20
Souza, Gaspar de – 149
Souza, Ireneu Evangelista de – 196, 221, 222
Souza, João de – 140
Souza, Manoel Marques de (general) – 196
Souza, Rita Joana de – 137
Souza, Tomé de – 39, 42, 48, 58, 65, 131, 146
Souza, Paulino de – 238, 260
Staden, Hans – 55
Steinen, Von den – 43
Strabão – 26
Strangford (lord) – 176

T

Taques, Pedro – 90, 137
Taunay – 270, 271
Teixeira, D. Marcos (bispo) – 70, 149
Teixeira, Pedro – 89
Tenório, Souza (padre) – 174, 175
Teotônio, Domingos – 174, 175
Tereza Margarida – 137
Thévet – 20
Tiradentes – 159, 161, 272
Toledo, Carlos Corrêa de – 160
Toledo, D. Fradique de – 70
Tolenare – 171
Torres Homem – 270
Torres, Rodrigues – 238
Tourinho, Pero do Campo – 35

U

Ulloa, D. José Varella y – 168
Urbano VIII (papa) – 125

Urquista, Justo José (dom) – 195
Usselinx – 134

V

Vaca, Cabeza de – 54
Varnhagen – 19, 24
Vasconcelos, Bernardo Pereira de – 204, 205, 208, 210, 212, 215, 221, 222, 226
Vasconcelos, D. Luiz de – 160
Vasconcelos, D. Pedro de – 155, 156
Vasconcelos, Luís Mendes de – 97
Vasconcelos, Simão de (padre) – 64, 134
Vauban– 177
Veiga, Evaristo da – 184, 208, 210, 212, 214
Velasco, Antônio Joaquim Franco – 140
Velho, Francisco Dias – 84
Velho, Jorge – 90
Velho, Manoel Garcia – 99
Vergueiro (senador) – 229
Vespucci, Américo – 27, 28
Viana, Manuel Nunes – 102, 156
Viana, Oliveira – 55
Vicentedo Salvador (frei) – 69, 102, 129, 148, 149
Vicente, Gil – 137
Vieira, Antônio (padre) – 61, 70, 74, 76, 77, 78, 112, 123, 125, 134, 136
Vieira, João Fernandes – 75
Vieira, Martinho – 157
Virgílio – 26
Visconde de Mauá – 221, 222, 223, 239
Visconde de Ouro Preto – 283
Visconde de Pelotas – 283
Vitorino, Manoel – 251
Voltaire – 170

W

Wandenkolk – 282, 287, 294
Wanderlei – 270
Waring – 225
Wehling – 24
Wenceslau Braz – 305
Wiatt – 114

X

Xavier, Joaquim José da Silva (ver Tiradentes)
Xéria, D. Luiz de Céspedes e – 82

Z

Zacarias – 240, 241, 265, 268, 273
Zama, César – 247

Índice Toponímico

A

Abrantes – 177
Açores – 25, 38
Acre – 302
Açu da Torre (rio) – 53, 64
África – 28, 32, 45, 48, 63, 77, 115, 116, 123, 161, 168, 190
Alagoas– 57, 71, 173, 174, 212, 275
Alberdi – 196, 230
Amazonas – 34, 44, 83, 90, 165, 226, 227, 228, 235, 307
Amazonas (rio) – 60, 65, 80
América – 42, 52, 67, 78, 111, 123, 134, 172, 175, 177
América do Norte – 113, 159, 229, 231, 232, 243, 256
América do Sul – 63, 74
América Portuguesa – 54, 61, 136
Amsterdam – 73
Angola – 45, 48, 63, 77, 78
Angra dos Reis – 27, 53, 54, 60
Angustura – 200
Anhanbai – 123
Antilhas – 43
Apa (rio) – 199
Apodi (rio) – 53, 136
Aquidaban-nigui (rio) – 200
Araçuaí– 110
Araguaia – 89
Argentina – 81, 190, 194, 195, 196, 200, 226, 230, 302
Arraial de Bom Jesus – 71
Arroio Chuí – 89
Ásia – 28
Assunção – 88, 200
Austrália – 168
Áustria – 97

B

Bacia Amazônica – 89
Bahia – 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 46, 47, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 75, 80, 86, 90, 94, 95, 100, 103, 106, 109, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 136, 137, 139, 140, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 156, 161, 170, 171, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 186, 187, 189, 199, 208, 212, 213, 219, 221, 230, 233, 234, 257, 272, 274, 281, 297
Baía de Cabinda – 45
Baía de Todos os Santos – 27, 42
Baixa Bretanha – 136
Barbados – 77
Barcelos (vila) – 165
Belém do Pará – 65
Belo Horizonte–305
Benguela – 77
Boa Vista – 80
Bolívia – 302
Bom Jesus da Lapa – 103
Bombaim – 96
Borba (vila) – 165
Bornéu – 77

Brasília – 32
Brum (fortaleza) – 173
Buenos Aires – 61, 66, 86, 88, 91, 112, 167, 191, 192, 193, 194, 195, 226, 241, 295

C

Cabo da Boa Esperança – 77
Cabo de Santo Agostinho – 27
Cabo de São Roque – 27, 28, 31
Cabo Frio – 28, 31, 53, 65
Cabo Verde (ilhas do) – 36, 57
Cachoeira – 60
Caeté – 103
Caetité (sertão de) – 60
Calecut – 77
Campinas – 258, 273
Campo de Sant'ana – 207
Campos – 103, 123, 225
Campos de Goitacases – 45
Cananéia – 33, 53
Cananor – 77
Canárias – 38
Canudos – 297
Capibaribe (rio) – 53
Carinhanha – 59
Castela – 38
Cataguás – 109
Ceará – 32, 45, 54, 60, 61, 131, 171, 189, 227, 230, 235, 305, 257, 274
Ceilão – 123
Chaile – 131
Chapéu (Morro do) – 60
Chaul – 77
Chile – 217, 282
China – 50
Chuí – 33, 168
Cidade do Cuzco – 91
Cisplatina – 187, 193
Cochim – 77
Coimbra – 89, 136, 169
Colônia do Sacramento – 88, 89, 91, 166, 167, 168, 191
Congo – 45, 77
Congonhas do Campo – 141
Contas (rio de) – 59, 60
Corrientes – 199
Corumbá – 199
Corunha – 32
Costa – 130
Costa dos Escravos – 46
Crato – 176
Cubatão – 258
Cuiabá – 110, 165, 199
Culan – 77
Curitiba – 33, 81, 123, 295
Curupaiti – 198, 200
Curuzu – 198, 200
Cuzco – 61

D

Dabul – 77
Desterro – 54
Diu – 77, 131

E

Equador – 65, 189
Espanha – 34, 38, 62, 66, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 88, 96, 120, 122, 139, 163, 168, 176, 233
Espírito Santo – 35, 36, 45, 54, 60, 67, 100, 179
Estados Unidos – 114, 174, 229, 235, 257, 259, 291
Europa – 27, 28, 47, 48, 75, 106, 112, 134, 177, 186, 228, 250, 259, 277, 287

F

Feira Velha – 58
Fiajaí – 295
Fiscal (ilha) – 282
Flandres – 38, 129
Flórida – 192
Fortaleza – 228
Forte da Barra – 70
França – 111, 113, 129, 138, 139, 163, 168, 172, 175, 176, 195, 197, 207, 222, 233, 265, 277, 302

G

Garatinguetá – 103
Goiás – 61, 62, 81, 83, 90
Grã-Bretanha – 175, 178
Gran Colômbia – 175
Grão-Pará – 116, 117, 120
Guaporé – 45, 62, 83, 88, 90
Guararapes – 75
Guiana Francesa – 302
Guiará – 120
Guiné – 36, 45, 49, 132
Gurguéia (vale do) – 60, 61

H

Haia – 74
Holanda – 35, 37, 67, 68, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 96, 113, 163
Humaitá – 198, 200

I

Ibicuí – 168, 198
Iguaçu – 103
Iguaraçu – 131
Iguatemi – 88, 89
Ilha de Paquetá – 209
Ilhéus – 35, 53, 54, 60
Índia – 28, 35, 113, 122, 123, 131
Inglaterra – 38, 67, 78, 96,111, 113, 114, 115, 138, 159, 163, 171, 172, 175, 176, 194, 195, 196, 207, 219, 220, 229, 255, 265, 270
Itália – 129, 139
Itamaracá – 41, 71, 94, 173
Itapagipe – 58
Itaparica – 36, 75
Itapicuru (rio) – 60, 61
Itapicuru (vale do) – 59
Itapoã – 58
Itararé – 82, 295
Itiúba (serra de) – 60
Itororó – 200
Itu – 55, 82

J

Jaboatão – 119, 129
Jacobina – 60, 110
Jacuí (forte) – 84
Jacuípe (rio) – 60
Jacuípe (vale do) – 59
Jaguaripe – 136
Jauru – 89
Javari – 166
Jequitinhonha – 60
Jeremoabo – 60
Juazeiro – 100, 103, 297, 305
Jucuí no Rio Pardo – 84
Juiz de Fora – 223
Juncal – 193
Jundiaí – 82, 224

L

Laguna – 55, 167

Lajes – 89
Lapa – 295
Leblon – 259
Lisboa – 25, 28, 29, 35, 66, 76, 86, 96, 112, 113, 114, 115, 117, 129, 137, 148,170, 176, 177, 183, 184, 187, 190, 210
Liverpool – 178
Londres – 115, 171, 178, 205, 223, 302
Luanda – 77

M

Macaé – 225
Madeira– 25, 36, 37, 38
Madri – 91, 176
Malabar– 38
Manchester – 114
Mar (serra do) – 55
Maracaju – 88, 123
Maracás–60
Maranhão – 53, 54, 60, 61, 63, 64, 67, 73, 74, 75, 80, 82, 96, 117, 120, 124, 128, 146, 154, 186, 187, 230
Marrocos – 131
Mata Redonda – 71
Mato Grosso – 44, 61, 62, 81, 83, 88, 89, 108, 165, 192, 199, 212, 226, 241, 305
Mealpe – 174
Mearim– 61
Melinde–77
México – 44,175
Minas do Ouro (capitania de) – 55
Minas Gerais – 47, 59, 60, 61, 62, 81, 90, 109, 111, 112, 134, 137, 139, 141, 156, 157, 159, 161, 170, 171, 186, 187, 205, 206, 208, 216, 221, 223, 226, 233, 234, 281, 303, 305, 307, 274
Minho – 130
Miranda (rio) – 199
Missões – 120, 123
Moçambique – 77, 454
Mogi – 82
Monte Santiago– 193
Montevidéu – 186, 191, 192, 195, 196, 198

N

Natuba – 60
Negro (rio) – 295
Níger – 46
Nilo (rio) – 58
Niterói – 186
Nova Colônia – 85
Nova Granada – 62
Nova York – 233
Novo Hamburgo – 225
Novo Peru – 103

O

Olinda – 60, 129, 132, 145, 155, 156, 172, 173, 174
Oneroco – 165
Orobó (matas do) – 59
Ouro Preto – 99, 141, 187, 206, 208, 212, 216, 232, 283, 287

P

Palmeiras – 295
Pará – 53, 61, 63, 80, 149, 154, 165, 186, 187, 211, 212, 230, 293
Paracatu – 110
Paraguaçu (rio) – 59, 60
Paraguai – 34, 44, 54, 81, 90, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 226, 227, 240, 241, 256, 265, 284
Paraguai (rio) – 55, 65, 198, 200

Paraguai do Iguaçu – 89
Paraíba – 45, 57, 64, 71, 75, 82,100, 103, 116, 156, 170, 171, 173, 189
Paraíba (rio) – 53,
Paraíba (vale do) – 60
Paraíba do Norte – 60
Paraíba do Sul – 35
Paraibuna – 233
Paramerim (rio) – 59
Paraná – 45, 192, 226, 227, 238
Paraná (rio) – 65
Paranaguá – 53, 54, 55, 84, 88, 109, 120
Paranaguá (porto) – 220
Paranapanema – 62, 82, 100
Parati – 60, 103, 110
Paris – 134, 171, 176, 206, 288
Parnaíba – 61, 136, 230
Parnaíba (foz do) – 53
Passo de S. Lourenço – 193
Passo do Rosário – 193
Patagônia – 193
Pedreira(Bom Retiro) – 238
Pelotas – 265, 266
Penedo – 60
Pernambuco – 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 47, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 73, 74, 75, 77, 78, 91, 94, 109, 116, 117, 119, 122, 136, 170, 171, 172, 173, 175, 181, 189, 145, 146, 147, 150, 155, 199, 212, 217, 224, 233, 275
Peru – 34, 38, 44, 61, 65, 88, 90
Petrópolis – 225, 260, 283, 284, 286
Piauí – 43, 45, 55, 60, 64, 80, 82, 83, 100, 120
Pinhais – 84
Pojuca (vale do) – 59
Ponta de Areia – 198
Ponto do Morro – 105
Porto Alegre – 196, 225, 265, 268
Porto das Pedras – 174
Porto Seguro – 35, 45, 53, 54, 60
Portugal – 25, 28, 29, 37, 43, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 75, 76, 96, 109, 111, 113, 120, 123, 125, 130, 133, 134, 135, 136, 139, 147, 158, 159, 163, 165, 166, 168,169, 174, 175, 176, 181, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 206, 220
Potengi (rio) – 53
Praia Grande – 186
Prata (rio) – 34, 66, 196, 197, 201, 208
Príncipe – 116
Príncipe da Beira – 89
Províncias Unidas – 77, 205,

Q

Quinta da Boa Vista – 228
Quito – 89

R

Raiz da Serra – 223, 225
Real (rio) – 58
Real (vale do) – 59
Recife – 37, 67, 73, 75, 46, 95, 120, 132, 155, 156, 171, 172, 174, 175, 189, 190, 208, 238, 286
Reino Unido – 114, 184
Reis Magos (forte dos) – 61
Ribeirão do Carmo – 105
Ribeirão Preto – 234
Rio Cuiabá – 89
Rio da Prata – 82, 86, 114
Rio das Mortes – 100, 105, 110
Rio de Contas – 110, 170

Rio de Janeiro – 33, 47, 53, 54, 55, 63, 64, 78, 85, 99, 103, 105, 109, 110, 120, 122, 123, 125, 131, 132, 136, 137, 138, 140, 145, 146, 147, 150, 154, 155, 158, 159, 160, 167, 170, 171, 173, 179,180, 187, 192, 193, 198, 199, 208, 212, 228, 233, 259, 267, 268, 272, 274, 279, 288, 290, 294, 296, 298, 302, 303
Rio do Peixe – 89
Rio do Prata – 167, 191
Rio Grande – 59, 71, 83, 85, 86, 87, 89, 94, 168, 186, 282, 284, 286, 294, 295, 296
Rio Grande de S. Pedro do Sul – 84, 87
Rio Grande do Norte – 45, 60, 130, 171, 189, 173, 241
Rio Grande do Sul – 44, 61, 62, 80 , 82, 85, 88, 167, 193, 195, 198, 199, 211, 213, 214, 217, 265, 274, 278, 285, 291, 294, 295
Rio Madeira – 89
Rio Negro – 165
Rio Paraguai – 89
Rio São Paulo – 89
Rio Uruguai – 83, 88, 89
Rio Verde – 100
Rio Vermelho – 173
Roça Nova – 80

S

S. Borja– 168
Sabará – 105, 110, 141
Sacramento (colônia do) – 55
Salvador – 42, 59, 69, 100, 224
Sant'ana – 193
Santa Catarina – 61, 62, 63, 80, 81, 87, 89, 167, 168, 214, 295
Santa Catarina (ilha de) – 54
Santa Cruz – 88
Santa Luíza – 217
Santana (Campo de) – 281, 283
Santo Amaro – 35
Santos – 53, 54, 55, 103, 110, 187
Santos (Jundiaí) – 225
Santos Lugares – 196
São Cristóvão – 206, 207, 214
São Francisco – 81, 100, 123, 136
São Francisco (bacia do) – 55, 61
São Francisco (rio) – 43, 45, 53, 54, 58, 59, 60, 64
São Francisco do Sul – 53
São Gonçalo – 119
São João D'el Rei – 141, 160, 170
São José do Rio Negro (capitania) – 165
São Luís – 53
São Malô – 32
São Paulo – 54, 55, 56, 60, 62, 66, 80, 81, 84, 89, 90, 105, 109, 112, 124, 125, 128, 129, 131, 154, 170, 171, 186, 187, 199, 206, 208, 210, 216, 221, 224, 225, 226, 230, 233, 234, 250, 257, 273, 274, 281, 285, 286, 292, 295
São Sebastião – 27, 225
São Tomé – 31, 116
São Vicente – 27, 34, 35, 36, 37, 41, 54, 131
Sergipe – 58, 60, 148
Serra do Cubatão – 224
Serra do Mar – 223
Serro do Frio – 106, 110
Sofala – 38, 77
Sorocaba – 61, 82, 83, 87
Suassuna (engenho) – 169
Sul (capitanias do) – 54
Suriname – 77

T

Tabatinga – 89, 165
Tânger – 96
Tape (região do) – 64
Tatuapara – 58
Taubaté– 60, 82, 99, 100, 109,103
Tejo – 176
Tibagi – 89
Tietê (rio) – 88, 89
Tietê (vale do) – 60
Tijuco – 110, 170
Tordesilhas – 34
Torres Novas – 115
Touros (porto de) – 60
Três Corações – 225

U

Uauá – 297
Urqui sa – 196
Urubu – 103
Uruguai – 62, 167, 168, 191, 192, 193, 194, 198, 200, 227, 228, 241
Uru guai (rio) – 199
Uruguaiana – 199

V

Vale do Paraíba– 225, 233
Várzea Alegre – 80
Vaza-barris (rio) – 60, 297
Venda Grande – 217
Veneza – 38, 68
Venezuela – 217
Vila Bela – 89, 108
Vila Boa de Goiás – 110
Vila de Machico – 38,
Vila de São Paulo – 82
Vila Rica – 105,110, 157, 158, 159, 160, 161
Vilegaignon (ilha de) – 294
Vinhos – 116
Vitória – 53, 54, 212

W

Westphalia – 96

Z

Zaire – 45